

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

MARTA HELENA DORNELLES TEJERA

**CIBERDEMOCRACIA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS NO TERRENO DA ESFERA  
PÚBLICA VIRTUAL**

PORTO ALEGRE

2012

MARTA HELENA DORNELLES TEJERA

**CIBERDEMOCRACIA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS NO TERRENO DA ESFERA  
PÚBLICA VIRTUAL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor (Práticas profissionais e processos sociopolíticos nas mídias e na comunicação das organizações), ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Doris Fagundes Haussen

PORTO ALEGRE

2012

(Dados Internacionais de Catalogação na Fonte-CIP)

---

T266c Tejera, Marta Helena Dornelles

Ciberdemocracia e movimento dos trabalhadores rurais sem terra : práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual / Marta Helena Dornelles Tejera; orientação de Doris Fagundes Haussen. – Porto Alegre, 2012.

229 f. : il.

Tese (Doutorado em Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação da Organizações) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, 2012.

1. Ciberdemocracia. 2. Trabalhadores Rurais. 3. Movimento Sem-Terra. 4. Esfera Pública Virtual. 5. MST. 6. Ciberespaço. 7. Comunicação. I. Haussen, Doris Fagundes, Orient. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.

---

CDU 659.3+323.1:631

Bibliotecária Responsável: Débora Dornsbach Soares CRB-10/1700

Classificação CDU – edição-padrão internacional em língua portuguesa

MARTA HELENA DORNELLES TEJERA

**CIBERDEMOCRACIA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS NO TERRENO DA ESFERA  
PÚBLICA VIRTUAL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor (Práticas profissionais e processos sociopolíticos nas mídias e na comunicação das organizações), ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Data da defesa: 15/03/2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Doris Fagundes Haussen (orientadora)

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Christa Liselote Berger – Unisinos

---

Prof. Dr. Francisco Eduardo Menezes Martins – UPF

---

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Sandra Portella Montardo - Feevale

## **Dedicatória**

Para Antenor Tejera, Charles Kiefer e Sofia Tejera Kiefer. E também para o Carlos Alberto Tejera De Ré, onde quer que esteja, por toda a influência, que não cabe em uma vida.

## **Agradecimentos**

*Aos professores Doris Fagundes Haussen, pela orientação, Francisco Eduardo Menezes Martins e Francisco Rüdiger pelas indicações durante a qualificação.*

*À Capes pela bolsa parcial de seis meses.*

*Às mães que estiveram com minha filha quando eu não pude estar, em especial, Adriana Tessari, Fabiana Brum Spilimbergo e Silvana de Moura. Além daquela com quem sempre posso contar, Eva Lúcia Soares.*

*Aos colegas da Emater/RS por dividirem comigo a jornada diária neste trabalho que vale a pena: o da assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.*

*Aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial, Igor Felipe dos Santos, Miguel Stédile e Joana Tavares*

*À Raquel Casiraghi, pelo apoio na pesquisa que um dia espero retribuir.*

*Ao Joel Guindani pelos materiais relativos ao MST que teve a gentileza de dividir comigo.*

*À Suzana Keniger Lisboa, pela intervenção necessária e sempre generosa.*

*Ao Aton Fon Filho, que mesmo sem me conhecer pessoalmente, defendeu a realização da pesquisa empírica em um momento difícil e que, por fim, ajudou a conceber este resultado.*

*Por fim agradeço às crianças que deixaram minha vida mais leve nestes anos: sobretudo à Sofia, minha filha, mas também, à Eduarda Tessari Pereira, Maria Clara Lopes Lisboa, Mariana Spilimbergo Freij, Valentina Thomas e Paula de Moura Mendes*

***Se a sabedoria não deixa espaço para uma opinião  
divergente, você sabe que não é mais sabedoria.***

(Beit Chabad)

***Se não eu por mim, quem por mim? Se eu for só por mim,  
quem sou eu?***

(Rabino Hillel)

## RESUMO

O presente trabalho é dedicado à análise das estratégias de Comunicação organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em sua página oficial ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)). A partir desta análise observamos a inserção do movimento social no que entendemos por esfera pública virtual, além de examinar as ações desse coletivo no contexto da Ciberdemocracia. Nossa intenção foi a de compreender como a esfera pública de caráter virtual pode ser vislumbrada como um espaço interessante, capaz de dar vazão a uma multiplicidade de vozes que, habitualmente, não encontra condições de expressão na esfera pública *off-line*, mas que muitas vezes alcança, através da atuação no ciberespaço, o que chamamos de “transbordamento”: uma intersecção entre os dois espaços (*on* e *off*) que aponta resultados práticos para o agente em questão. Nesse sentido, conjugamos este trabalho a partir da observação de três elementos que o organizam: a constituição de uma esfera pública virtual, a Ciberdemocracia enquanto novo terreno propiciador da ação cidadã e as estratégias organizadas pelo MST para atuar nesse cenário. Os princípios da Sociologia Compreensiva foram as indicações que nortearam a construção desta pesquisa no campo teórico. No que tange à pesquisa empírica, nos valem da etnografia e da netnografia. Através dessas opções metodológicas buscamos identificar os ganhos obtidos por este coletivo a partir de suas ações no meio virtual procurando responder a seguinte indagação: o que representa para o MST, a organização de um *site* em que pode dizer de si diretamente ao receptor, livre de intermediários?

**Palavras-chave:** Ciberdemocracia . Esfera Pública Virtual . MST. Ciberespaço. Comunicação.

## ABSTRACT

This paper is dedicated to the analysis of the communication strategies organized by the Landless Rural Workers Movement (MST) in its official website ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)). The insertion of this social movement in what is known as the virtual public sphere and the actions of this collective in the context of Cyber Democracy were observed. The objective was to understand how the virtual public sphere can be seen as an interesting space, capable of venting a multiplicity of voices that, often, do not find suitable conditions to express themselves in the off-line public sphere, but that, many times, through acting in the cyberspace, reach what is called "overflowing": an intersection between two spaces (on and off) that point to practical results for the agent. Thus this paper was conjugated from the observation of three elements that organize it: the constituting of a virtual public sphere, Cyber Democracy as the new terrain that enables citizenship actions and the strategies organized by MST in order to act in this scenario. The principles of the Comprehensive Sociology guided the theoretical construction of this research; and the principles of Ethnography and Netnography, the empirical construction. Through these methodological options we have tried to identify the gains obtained by this collective from its actions in the virtual sphere and answer the following question: what does it represents for MST the organization of a website in which it can say about itself, directly to the receptor, without any intermediates?

**Keywords:** Cyber Democracy. Virtual Public Sphere. Landless Rural Workers Movement (MST). Cyberspace. Communications.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página do MST no formato atual .....	123
Figura 2 - Matéria especial sobre cinco anos do Protesto na Aracruz, integrando a cobertura da Jornada das Mulheres da Via Campesina.....	141
Figura 3 - Matéria do jornal Valor Econômico sobre Código Florestal reproduzida pelo site do MST .....	142
Figura 4 - Matéria da Folha de São Paulo sobre Código Florestal reproduzida na página do MST .....	143
Figura 5 - Matéria publicada no site do MST algumas horas depois de ocorrido o fato que resultou na morte do sem-terra Elton Brum .....	147
Figura 6 - Matéria do site do MST sobre bloco de carnaval do movimento em São Paulo .....	150
Figura 7 - Matéria sobre o mesmo tema publicada no site da Folha de São Paulo, editoria Cotidiano.....	151
Figura 8 - Matéria publicada no site da revista Caros Amigos sobre jornada de lutas da Educação do MST em 21/01/2011.....	152
Figura 9 - Matéria no site do MST sobre o mesmo tema, publicada em 10/01/2011 .....	152
Figura 10 - Capa do site do dia 12/4/2011 .....	163
Figura 11 - Matéria publicada no site do MST e acessada no dia posterior uma vez que em 13/4/2011 a página esteve fora do ar.....	170
Figura 12 - Na capa do site do MST em 14/4/2011 tem-se a homenagem aos mortos em Eldorado de Carajás como destaque .....	176
Figura 13 - Capa do site em 15/4/2011 .....	178
Figura 14 - Capa do site do MST em 18/4/2011.....	180
Figura 15 - Capa do site com destaque para o curso de Medicina Veterinária dirigido a assentados na UFPel .....	182
Figura 16 - Capa do site do dia 20/4/2011 mantém a matéria sobre o curso de Medicina Veterinária para assentados como destaque .....	183
Figura 17 - Capa do dia 21 de abril tem dois destaques relacionados ao Rio Grande do Sul: curso de Medicina Veterinária da UFPel e colheita de arroz ecológico em São Gabriel.....	185
Figura 18 - Site destacando na capa o documentário sobre uso de substâncias químicas em alimentos “O Veneno está na mesa”, de Sívio Tendler .....	187

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
ANJ Rede Brasil Sul de Telecomunicações	Associação Nacional de Jornais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNA	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Cootap	Cooperativa dos Assentados de Porto Alegre
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Mista Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JST	Jornal Sem Terra
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RBS	Rede Brasil Sul de Telecomunicações
SEC	Secretaria Estadual de Cultura
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUS	Sistema Único de Saúde

---

TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UdelaR	Universidad de la República Uruguay
UDR	União Democrática Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UNE	União Nacional de Estudantes
Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

---

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 SOBRE A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL .....</b>	<b>28</b>
2.1 O QUE VEIO ANTES OU O “ETERNO RETORNO DO SEMPRE IGUAL” .....	30
2.2 A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL E OS NOVOS <i>FRONTS</i> DE PARTICIPAÇÃO .....	36
<b>3 CIBERDEMOCRACIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO? .....</b>	<b>42</b>
3.1 DEMOCRACIA: SIGNIFICADO E PRIMEIRO MODELO .....	46
3.2 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO .....	52
3.3 A CIBERDEMOCRACIA E SUAS POSSIBILIDADES .....	58
3.4 EXEMPLOS DA CIBERDEMOCRACIA .....	60
<b>4 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST: QUEM, QUANDO, COMO, POR QUÊ? .....</b>	<b>79</b>
4.1 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST .....	96
4.2 PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DO MST .....	107
<b>4.2.1 Jornal Sem Terra .....</b>	<b>107</b>
<b>4.2.2 Jornal Sem Terrinha .....</b>	<b>109</b>
<b>4.2.3 Revista Sem Terra .....</b>	<b>109</b>
<b>4.2.4 Programas de Rádio .....</b>	<b>111</b>
<b>4.2.5 Assessoria de Imprensa .....</b>	<b>113</b>
<b>4.2.6 Audiovisual .....</b>	<b>116</b>
<b>5 MST E O USO DA INTERNET COMO FERRAMENTA COMUNICACIONAL: INSERÇÕES NO CIBERESPAÇO, POSSIBILIDADES NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL .....</b>	<b>117</b>
5.1 WWW.MST.ORG.BR: DIÁLOGO COM O URBANO .....	120
5.2 ORGANIZAÇÃO DA PÁGINA .....	125
5.3 AUDIÊNCIA .....	133
5.4 QUEM FAZ, COMO FAZ, POR QUE FAZ E PARA QUEM FAZ? PROFISSIONAIS, ROTINAS DE PRODUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO <i>SITE</i> NA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO MST COM O PÚBLICO URBANO .....	135

5.5 O MST NOS JORNAIS E O MST POR ELE MESMO .....	157
5.6 O OUTRO LADO DO BALCÃO: O <i>SITE</i> DO MST PAUTA OS REPÓRTERES? .....	189
5.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS RELATIVAS A ESTE CAPÍTULO .....	192
5.8 ANÁLISE .....	196
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO A – CORREIO DO POVO, 12 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 18 .....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO B – ZERO HORA, 13 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 27 .....</b>	<b>219</b>
<b>ANEXO C – CORREIO DO POVO, 13 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 17 .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO D – ZERO HORA, 14 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 42 .....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXO E – ZERO HORA, 14 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 43 .....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXO F – CORREIO DO POVO, 14 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 17.....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO G – SITE DO MST, 15 DE ABRIL DE 2011 .....</b>	<b>224</b>
<b>ANEXO H – ZERO HORA, 26 DE ABRIL DE 2011 CAPA.....</b>	<b>228</b>
<b>ANEXO I – ZERO HORA, 26 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 30.....</b>	<b>229</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese começou a ser escrita, de certa maneira, ainda durante nossa pesquisa de mestrado, quando o foco de interesse esteve concentrado na retração da esfera privada e na ampliação da esfera pública, evidenciada em práticas *on-line*. Assim, esta tese nos chega como o fechamento de um ciclo ou de um interesse, primeiramente pelas possibilidades comunicacionais nas últimas décadas, depois, pelas repercussões que essas possibilidades produziram nas esferas que compõem o social.

Após nos dedicarmos à esfera privada, nos reportamos, nesta pesquisa, às alterações na esfera pública, tendo como ponto de partida uma série de indagações que funcionaram como setas indicando possíveis caminhos. Partindo do princípio que, neste nosso tempo, a esfera pública encontra-se ampliada, revalorizada, interessou-nos compreender de que maneira essa ampliação pode ter uma aplicação prática, no sentido de servir a quem necessita de um espaço que possibilite a expressão livre de ideias e a promoção de debates.

Ora, compreendemos que o novo, para quem viveu o outro lado dessa moeda, é que através de meios como a Internet é possível dizer o que se quer e como se quer, publicar conteúdos, dando vazão a toda a sorte de fatos e expressando-os da maneira que o emissor deseja. E esse emissor não precisa ter uma formação específica para a tarefa. Ele pode ser qualquer um. Basta que tenha acesso às ferramentas necessárias e que saiba utilizá-las. A quem essa possibilidade poderia servir? Buscando um exemplo que funcionasse como estudo de caso, ocorreu-nos o interesse por grupos organizados que necessitam comunicar-se com seus pares e alcançar outros públicos, expondo suas verdades a partir do que julgam necessário que seja dito e tornando públicas faces de suas realidades que, geralmente, não são retratadas pela mídia convencional.

Decidimos orientar nossa investigação às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através de sua página oficial ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)). Consideramos, para tanto, o grau de importância desse movimento social em sua trajetória desde a década de 80 e a capacidade de mobilização e organização desse ator social que se reflete, também, no campo da Comunicação. Além disso, serviu de impulso a essa escolha a relação quase

sempre litigiosa estabelecida entre MST e imprensa, já analisada em estudos referenciais – como as pesquisas de Berger (2003) e Lerrer (2005) – sobre o tema, que apontavam para a necessidade ainda maior de o MST compor um território comunicacional de alcance, capaz de dar conta da sua leitura dos fatos, livrando-se da condição de “ser dito” pela mídia para “dizer de si”.

Conhecemos de antemão a necessidade desse movimento de expor a sua versão, contrapor o que muitas vezes é divulgado e tornar públicos eventos que são anônimos nos meios de comunicação de massa (quem já leu, ouviu ou viu nos jornais, rádios e noticiários de televisão informações sobre a bacia leiteira do MST no Rio Grande do Sul, sobre a produção de alimentos orgânicos em assentamentos ou sobre o desempenho das cooperativas do MST na comercialização dos alimentos cultivados pelos assentados, para nos resumirmos a apenas três temas associados a esse grupo?). Ao optar pelo MST como objeto de análise, escolhemos sua tradição e história de quase três décadas e também suas divergências com a imprensa em todo o país.

Não se constituiu como nosso objetivo promover a análise de discurso aplicada ao que é publicado sobre o MST nos meios de comunicação, uma vez que há estudos que se dedicaram a esse tema com maestria<sup>1</sup> e pouco teríamos a acrescentar nesse sentido. O que nos propomos, então, é a analisar, em primeira instância, de que forma a inserção na esfera pública virtual permitiu ao MST apresentar a sua visão dos fatos nos quais se insere, defender seus pontos de vista e informar simpatizantes e o público em geral sobre os temas que julga pertinentes, podendo alcançar a condição de “dizer de si”.

Para tanto, temos o objetivo de observar a presença no ciberespaço de um movimento social, no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a apropriação que esse grupo faz das técnicas comunicacionais para inserir-se na esfera pública virtual, através de seu *site*, exercendo o princípio da Ciberdemocracia, conforme descrito por Lévy (2002). Este trabalho, portanto, dedica-se a analisar a maneira como o movimento vale-se da rede para expor suas ideias, divulgar seus feitos e noticiar temas que não encontram espaço na mídia tradicional. Trata-se de uma investigação sobre a forma como essa organização

---

<sup>1</sup> Como as já citadas pesquisas de Berger (2003) e Lerrer (2005), por exemplo.

utiliza-se do elemento Comunicação para compor um cenário *on-line* em que apresenta o seu ponto de vista sobre o que ocorre, configurando seu *site* como um canal comunicacional no qual opera em linha direta com os receptores, sem passar pelo crivo da mídia convencional, e que talvez possa funcionar, inclusive, para pautar essa mídia.

Partindo da análise desse grupo propomos uma reflexão a respeito da construção de uma esfera pública de caráter virtual em consonância com a ideia de Ciberdemocracia. Ou seja, valendo-se do pressuposto de que a Internet figura como território facilitador quando se trata de propor debates, trocar ideias, discutir opiniões, divulgar e estimular ações deve-se indicar nesta pesquisa a elaboração de um espaço que favorece a publicização de temas que não obtêm repercussão em territórios tradicionais e/ ou que amplia a noção dos fatos.

Entendemos que as esferas pública e privada, no decorrer do tempo, têm revelado expansões e retrações, em períodos variados. Na esteira de teóricos que apontam para a expansão da esfera pública na atualidade<sup>2</sup>, analisamos até que ponto tal alargamento permite a inserção de agentes que figuravam à margem de determinados processos, como os comunicacionais. Ao investigar a construção desse espaço público virtual desejamos perceber se esse meio beneficia, de fato, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto propiciador do exercício da Ciberdemocracia, produzindo reflexos que ultrapassam o limite da rede. Esta investigação observa a relação entre a apropriação das práticas da Comunicação como forma de se tornar agente/cidadão no meio *on-line*. Ou seja, o quanto dominar as regras do jogo comunicacional é importante para estar de fato inserido nessa esfera pública virtual?

Nossa hipótese de pesquisa parte do princípio de que a emergência da comunicação no ciberespaço, bem como a possibilidade de opinar sobre muitos assuntos, sem veto, favoreceu a construção, em meio *on-line*, de novas propriedades para o exercício social e político. É sabido que o quadro do sistema social é muito influenciado pela evolução dos meios de interação, resultando em modificações para as variadas formas de expressão, como nos agrupamentos com interesses comuns, solidariedades comuns e, por fim, na própria sociedade civil

---

<sup>2</sup> Michel Maffesoli, que compõe o repertório da revisão bibliográfica aqui proposta, é um dos autores que indica a esfera pública expandida na contemporaneidade.

como um todo. Sendo assim, compreende-se que analisar o andamento do caso escolhido está em consonância com a tendência de associar o elemento social às ferramentas comunicacionais uma vez que há a percepção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como capacitadoras de um tipo específico de desempenho coletivo, ao favorecerem a troca de ideias entre atores sociais, mesmo que ocupem lugares geográficos muito distintos. É claro que essa possibilidade não torna todos os agentes da sociedade automaticamente aptos para enfrentar e compor o tipo de debate de cunho social que pode ser travado no ciberespaço, mas, possivelmente, propicia que mais cidadãos se associem a grupos virtuais, favoráveis a causas com as quais simpatizam ou, então, que se manifestem de forma contrária em grupos e fóruns, na medida em que não compactuam das mesmas ideias. Da mesma forma, essa possibilidade comunicacional que temos hoje favorece a participação direta dos cidadãos em ações que antes ficavam restritas à decisão dos especialistas ou de pessoas eleitas para tratarem especificamente dessas questões – mesmo sendo temas de interesse coletivo e, portanto, passíveis de debate público –, uma vez que o tipo de comunicação que estabelece impulsiona esse gênero de ação.

Lemos (2002) assinala que o ciberespaço traduz-se em uma oportunidade de reestruturação do vitalismo da socialidade. Essa ideia pode ser bem adaptada à proposta de recompor não só uma vitalidade evidenciada nas agremiações banais do cotidiano, mas, por que não, nas ações engajadas de cunho social e político que podem ser identificadas no meio virtual. Nesse sentido, voltando à ideia de uma revalorização da esfera pública, esta pesquisa baseia-se na reflexão acerca do papel das TICs como propiciadoras das manifestações de grupos organizados, especialmente neste período permeado pelas influências desses meios nos atos da vida social.

Pode-se considerar que o ciberespaço presta-se bem a este estudo de composição de uma esfera pública de caráter virtual, na medida em que proporciona desde simples associações, motivadas por aspectos banais da vida cotidiana, até fóruns bem organizados, exemplos da sociedade civil em exercício nesse meio, que se constituem como paralelos com capacidade o suficiente para engajar outros membros e tornar públicos problemas comuns ou de grupos específicos, buscando alcançar soluções.

Sabemos, dado o caráter evidente, que a rede assegura uma possibilidade de expressar opiniões de maneira renovada. São múltiplas as condições de divulgar na *web* o ponto de vista sobre este ou aquele tema, contrariando o que se percebe em outros meios. Afinal, em suportes mais convencionais, a informação expressa é, em geral, a do editor, a do jornalista, a do entrevistado (nesse caso, escolhido por um jornalista para dar a sua opinião). Raras são as oportunidades em que o “popular” pode manifestar o que pensa e, como se sabe, essa informação está sempre sujeita às edições.

É assim que esta investigação constitui-se a partir da premissa de uma renovação da esfera pública, graças a suportes comunicacionais que propiciam a livre manifestação de ideias. Como assinala Gomes (2011) é plausível conceber esse princípio de esfera pública, mesmo que em muitos casos o resultado atingido ainda seja muito mais o de pautar ou de produzir debates a respeito de um tema do que normatizar ou interferir diretamente. De qualquer forma, vê-se, a partir de alguns casos, que tal proposta avança, talvez alcançando novos resultados, possivelmente indicativos de uma caminhada que recém começou.

Levando em conta os aspectos elencados, nosso interesse se volta à possibilidade de observar de que maneira o MST manifesta-se na rede, em seu espaço oficial, como esse grupo propõe a discussão de temas que representam seus interesses, suas reivindicações, e de que forma amplia o debate em torno desses temas, de que maneira contrapõe a versão dos fatos que surge na imprensa e que diz respeito ao movimento. Nesse sentido, enfatizamos, como forma de compreender o que aqui chamamos de “apropriação das práticas comunicacionais”, a análise das dinâmicas cotidianas de produção para o *site* do MST (*newsmaking*), como recepção de material, análise, edição, reuniões de pauta, atualizações, produção de outros conteúdos – sonoros, visuais.

Em tempo, ao lidar com um grupo identificado como movimento social de caráter popular, temos como premissa na condução desta pesquisa a ideia de Castells (1999) ao analisar a ação dos zapatistas, das milícias norte-americanas e da seita japonesa Verdade Suprema: o grupo selecionado será observado a partir daquilo que diz ser. Ou seja, não propomos aqui um julgamento do teor, mérito ou valor das ações do MST através de seu *site*. Não haverá interpretação em relação ao que é verdadeiro nessa organização e no seu discurso, mas sim uma

investigação acerca do uso da rede como ferramenta comunicacional e meio de inserção na esfera pública virtual em construção.

O MST enquanto objeto de pesquisa é tema recorrente em estudos variados promovidos no Brasil, considerando sua longa trajetória e destaque no campo popular e político, na luta pelo acesso à terra e pelo fato de ser um dos movimentos sociais brasileiros mais bem organizado e de maior longevidade, o que se reflete inclusive em suas estratégias de Comunicação. Especificamente sobre o tema MST e ciberespaço existem algumas investigações acerca do assunto, mas nenhuma que tenha promovido pesquisa de campo com a intenção de mapear a forma de trabalho dos agentes do MST, conjugando esse esforço com a prática da netnografia aplicada ao *site* do movimento. Também não há registros de pesquisa relativa a esse tema que promova um resgate dos processos que compõem um ambiente propício à inserção do MST na esfera pública virtual, no contexto da Ciberdemocracia<sup>3</sup>.

Ainda na linha das exclusões, destacamos que esta pesquisa não pretende associar-se ao tema do ciberativismo, uma vez que nossa intenção foi de ajustar o foco na tríade: Comunicação – Esfera Pública Virtual – Ciberdemocracia. Portanto, o quanto é necessário ser comunicacional para fazer parte dessa esfera pública e assim bem exercer o princípio da Ciberdemocracia?

Considerando-se esses aspectos, ressaltamos que:

- a) Esta pesquisa centra seus esforços na análise das estratégias de comunicação elaboradas pelo MST especificamente para a composição do *site* [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Ou seja, dedicou-se a acompanhar a dinâmica de produção e edição, mostrando de que forma um movimento social como o MST criou um espaço comunicacional em meio *on-line*, em princípio, eficiente, e que ações de Comunicação são garantidoras desse processo. Nesse sentido tivemos também a intenção de perceber o quanto a apropriação de elementos da Comunicação, mesmo por

---

<sup>3</sup> Destacamos sobre o tema ciberespaço e MST as pesquisas que constam no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): a dissertação de Lucas Milhomens da Fonseca, apresentada em 2009 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob o título: “Ciberativismo e MST – O debate sobre a Reforma Agrária na nova esfera pública interconectada” e a dissertação de Ieda Zimmermann, apresentada em 2007 na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), na área de Educação, cujo título é “Movimentos sociais e o *software* livre”.

agentes que não são diretamente associados a tal campo, é fundamental para a inserção no território da esfera pública virtual e para o exercício da Ciberdemocracia.

- b) Esta investigação propõe-se a inserir a ação *on-line* do MST em um contexto de esfera pública virtual. No entanto, para que essa inserção seja visualizada, apresentamos um resgate histórico das esferas sociais que permita compreender a ideia proposta de esfera pública virtual;
- c) Este trabalho recompõe a ideia de Ciberdemocracia a partir da elaboração de autores que têm se dedicado ao tema<sup>4</sup> e, ainda, relaciona alguns exemplos, com o intuito de melhor compreender o processo em questão.
- d) Acreditamos na importância de contextualizar o objeto de estudo e, para tanto, resgatamos a história do MST e sua organização em geral e na área da Comunicação, de forma a apresentar o agente estudado e de que maneira ele atua no campo no qual nos inserimos.

Estas são propostas que ultrapassam as pesquisas realizadas e somam-se aos esforços dos pesquisadores da Comunicação, interessados no aproveitamento que alguns movimentos sociais fazem do meio *on-line* como forma de expandir suas ações e que têm se dedicado a estudar as estratégias elaboradas por esses coletivos em tal território<sup>5</sup>.

Nesse sentido, compusemos no trajeto de pesquisa os problemas que deram o norte para a presente investigação e que resultaram nos capítulos expressos neste trabalho. Assim temos o capítulo de abertura partindo das seguintes indagações:

- a) Existe de fato uma esfera pública virtual? Esse espaço se forma a partir de quando, como situá-lo em um contexto histórico e social?**

---

<sup>4</sup> Enfatizamos os estudos de André Lemos, Dominique Cardon, Fabien Granjon e Pierre Lévy sobre o tema Ciberdemocracia, bem como as pesquisas de Manuel Castells.

<sup>5</sup> Tema recorrente em pesquisas desse gênero é o uso da rede enquanto estratégia de Comunicação pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) como aquelas desenvolvidas por ORTIZ (1997, 2005), BISCO e LINO (2010) e PIMENTA e RIVELLO (2008).

Para responder a essas perguntas nos remetemos aos autores<sup>6</sup> que traçam a história das esferas que compõem o social, analisando as alterações dessas esferas a partir da incorporação da técnica. Nesse sentido, tivemos a intenção de contextualizar o que entendemos por esfera pública virtual e o que ela significa em um momento social permeado pelas TICs.

Na sequência nosso objetivo foi o de responder as indagações referentes à Ciberdemocracia. Dessa forma, constituímos o segundo capítulo com base nas seguintes questões:

### **b) O que é Ciberdemocracia? Como ela se manifesta?**

Ao levar em conta a existência de uma esfera pública virtual, nossa intenção foi compreender o que é a Ciberdemocracia, como ela se estabelece, buscando exemplos que manifestam de que maneira a pluralidade de ideias em trânsito no ciberespaço, podem transbordar para a esfera pública *off-line*, promovendo mudanças no campo social.

Assim, nos dedicamos aos autores<sup>7</sup> que têm promovido a análise da Ciberdemocracia enquanto possibilidade de participação cidadã em meio *on-line*,

---

<sup>6</sup> Nesse capítulo os autores utilizados foram Hannah Arendt, Walter Benjamin, Gianni Vattimo, E. Ann Kaplan, Frederic Jameson, Pierre Vernant, Richard Sennet, Paul Veyne, Philippe Ariès, Georges Duby, Roger Chartier, além de Jürgen Habermas e dos clássicos Aristóteles e Platão. Em relação à esfera pública no terreno virtual nos valem de Michel Maffesoli, Philippe Quéau, Dominique Cardon, Pierre Lévy, Wilson Gomes e André Lemos na composição do quadro.

<sup>7</sup> Neste capítulo as opções da revisão bibliográfica foram, além de alguns autores já citados, os trabalhos de Norberto Bobbio, Edgar Morin e Fábio Konder Comparato acerca do tema Democracia. Sobre o papel dos meios de comunicação no processo democrático utilizamos, além dos textos de Jürgen Habermas, as reflexões de Manuel Castells, Wilson Gomes, André Lemos e Fábio Konder Comparato. Antes disso, ao julgarmos como necessária uma recomposição da democracia especificamente no Brasil, nos remetemos às análises desenvolvidas por Aspásia Camargo, Maria José de Rezende, Anita Simis e Maria Ribeiro do Valle. No que tange ao *newsmaking* e aspectos da filtragem de conteúdos nas redações (*gatekeeping*), os autores que serviram como referência foram Manuel Chaparro, Mauro Wolf e Antonio Hohlfeldt. Adiante, ao analisar exemplos contemporâneos de expressões na esfera pública virtual, ilustrando o que entendemos por Ciberdemocracia, as análises específicas sobre cada tema foram invocadas. Dessa forma temos as observações de Pierre Lévy, Patricia Vendramin e Gérard Valenduc a respeito dos modelos de governança eletrônica em Parthenay e Issy-les-Moulineaux; Wilson Sobrinho, Raúl Sohr, Pierre Haski e Sami Ben Gharbhia sobre a Primavera Árabe e Dominique Cardon e Fabien Granjon sobre os modelos de jornalismo cidadão como Basta! e Ohmynews. Além disso, incluímos as análises de Francisco Pimenta, Ana Paula Rivello, Pedro Ortiz, José Gaspar Bisco Jr. e Sonia Lino sobre o gênero de atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), bem como as considerações de Henrique Antoun e Fábio Malini a respeito das alterações na dinâmica de produção de sentidos.

bem como a interpretação de alguns eventos contemporâneos que demonstram a importância das ações sociais e políticas em território virtual.

Voltando as atenções para o objeto de estudo em questão, no capítulo seguinte tratamos de propor uma análise inicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando responder as seguintes perguntas:

**c) Quem é o MST? Como ele está organizado no campo da Comunicação? Quais suas relações com a mídia convencional?**

Ao estruturar este capítulo entendemos que seria possível compor um terreno sólido para tráfegar no tema MST no meio *on-line*. Ou seja, ao propor uma cartografia do MST, sugerimos a possibilidade de ampliar a compreensão sobre esse agente, entendendo desde sua gênese até suas relações com os meios de comunicação de massa e a necessidade do movimento de constituir um setor atuando especificamente no campo da Comunicação. Assim, compreendemos como necessárias tanto a dedicação às obras referentes ao tema como a consulta a documentos do próprio MST, bem como a realização de entrevistas com pessoas do referido movimento que nos relataram o modo de trabalho do MST na área de Comunicação, assim como a importância de tal setor na dinâmica desse coletivo<sup>8</sup>.

Por fim, nos dedicamos à análise do objeto de estudo em si, o *site* do MST, estruturando este capítulo com base em estratégias capazes de auxiliar na identificação das respostas para as indagações a seguir e que nortearam as investigações referentes a este trecho da pesquisa. Assim, para este capítulo, tivemos como suporte as seguintes questões:

---

<sup>8</sup> Os autores que compõem este capítulo são Maria da Glória Gohn, Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Daniel Arruda Coronel, Adayr da Silva Ilha, Alex Leonardi e Telmo Marcon, no resgate histórico e organizacional do MST, além de dados colhidos no próprio *site* do movimento. Também foram promovidas entrevistas com Miguel Stédile e feitas consultas às obras de Christa Berger e Déborah Lerrer, ao conteúdo do relatório Vozes Silenciadas (organizado pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, em 2011) e aos relatos do jornalista Fladimir Araújo (um dos primeiros jornalistas a colaborar com o MST), bem como ao manual de redação organizado pelo movimento.

- d) Quais as estratégias de comunicação do MST na Internet? Por que o MST apostou na criação desse tipo de espaço? Qual é a dinâmica de trabalho no setor de Comunicação para organizar o *site* e atualizá-lo? Qual a importância do *site* em relação aos outros veículos de comunicação do MST: rádio, jornal, revista? Que ganhos esse movimento social obteve a partir da criação do *site* (direitos de resposta, contraposição de versões, possibilidade de pautar a mídia tradicional, etc.)?**

Aqui nos voltamos à utilização de técnicas de coleta de dados com o objetivo de fazer vir à tona as respostas para essas questões. Nossos esforços concentraram-se na realização de entrevistas (abertas e/ou estruturadas, dependendo da situação e das possibilidades de interlocução com os entrevistados) com as lideranças e jornalistas destacados pelo MST para atender-nos, bem como o acompanhamento das dinâmicas de produção para o *site*. Negociamos então, por vários meses, com a direção do MST e o editor da página, a possibilidade de permanecermos por um período determinado acompanhando as rotinas de produção dos jornalistas responsáveis pela produção de conteúdo para o *site* do MST, em São Paulo. Após o período de negociações nos foi concedida uma permissão para permanência na redação da página, pelo tempo máximo de uma semana (28 de fevereiro até 4 de março de 2011). Encerrada essa etapa, retornamos com a proposta de observar a página do MST por um espaço de 15 dias (12 de abril até 26 de abril de 2011). Ao mesmo tempo, nos propusemos a registrar as notícias que eram publicadas nos jornais Zero Hora e Correio do Povo<sup>9</sup>, relativas ao MST, com a intenção de comparar as abordagens do *site* com aquelas oferecidas por esses dois jornais regionais. A intenção foi de observar de que maneira o que surgia na página do movimento estava relacionado ou não às matérias publicadas sobre o MST nos dois veículos, fazendo emergir as diferenças na composição e a possibilidade de a página do MST ter sido consultada como fonte das matérias veiculadas em Zero Hora e Correio do Povo. Essa estratégia resultou da necessidade de buscar-se um ponto de comparação – a pesquisa qualitativa algumas vezes requer esse artifício como forma de esclarecer o que se pretende (FLICK, 2007) –, de forma a tornar evidentes as diferenças nas abordagens de um mesmo tema ou até mesmo a

---

<sup>9</sup> A justificativa pela escolha desses dois veículos encontra-se nas páginas 158, 159 e 160.

supressão de determinado assunto em um espaço ou outro. Também surgiu a partir da necessidade de promover-se um recorte nas notícias veiculadas na página do MST, uma vez que, dado o caráter nacional do movimento – o MST hoje está representado em 24 estados brasileiros – seria praticamente impossível observar o *site* do movimento em sua amplitude, considerando a abrangência dos assuntos ali apresentados, percorrendo as representações do MST em todo o Brasil. Assim, no período em que nos dedicamos à netnografia<sup>10</sup> promovemos um “trajeto de leitura” que incluía a consulta ao *site* do MST e, após, a leitura dos jornais selecionados com a intenção de observar o que era notícia em um e outro, o gênero da abordagem, o que era suprimido, o que constava como destaque.

Reiteramos que nossa intenção nesta fase não foi de promover a análise de discurso dos objetos em questão (jornais x *site* do MST). Nosso objetivo foi o de mostrar, explicitar, reportar o que intuíamos, ou seja, ir em busca do desvelamento da seguinte hipótese: a página do MST serve ao movimento como espaço para contrapor o que é noticiado sobre o MST nos veículos de comunicação da mídia convencional, dando a conhecer a opinião desse grupo de uma maneira que não é possível nos meios de comunicação de massa. Para dar uma ideia exata de nossa proposta, retomamos a explicação de Silva (2010) sobre essa estratégia:

[...] mostrar é um empreendimento antropológico, descritivo, etnográfico e profundamente narrativo. Quer dar a ver, revelar, fazer-vir, dar à luz, fazer emergir. Não pretende julgar. Limita-se a contar. Mostrar é da ordem da quase compreensão (SILVA, 2010, p.46)

Ao mostrar de que forma são produzidos os conteúdos para o *site* do MST, como o movimento organizou sua produção em Comunicação para o meio *on-line* e apresentar o que foi publicado na página do movimento e nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, no período destacado, desejamos “cercar o objeto para descobri-lo” (SILVA, 2010), para compreendê-lo enquanto possibilidade comunicacional para um movimento popular.

Da mesma forma, para responder a nossa pergunta sobre a possibilidade de o *site* do MST pautar os meios de comunicação de massa, entendemos como

---

<sup>10</sup> Netnografia enquanto etnografia dos meios digitais (net + etnografia), ou seja, uma adaptação do método etnográfico em relação à coleta e análise de dados que pode ser bem aplicada nos estudos de Comunicação Social quando o tema é o comportamento de comunidades virtuais, o monitoramento de *sites* e de grupos *on-line*, entre outros (AMARAL; FRAGOSO; RECUERO, 2011).

necessária a consulta a jornalistas que, em geral, são escolhidos para a cobertura de fatos relacionados ao MST ou ao tema reforma agrária<sup>11</sup>. Com isso, desejamos conhecer até que ponto a página do MST pode influenciar (ou não) as escolhas, a abordagem e até mesmo sugerir pautas para esses jornalistas e seus veículos. Dada nossa opção inicial pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora, os jornalistas escolhidos para esta etapa são representantes de ambos e foram selecionados por se caracterizarem basicamente como “setoristas” em MST. A consulta foi feita a partir de questionários padronizados enviados aos repórteres<sup>12</sup>.

Ao conjugar os esforços de coleta de dados com a revisão bibliográfica, nossa intenção foi de responder ao questionamento a seguir, o que deverá ser feito nas Considerações Finais desta pesquisa.

**e) Estar na rede, apropriando-se de dinâmicas da área da Comunicação, torna o movimento um agente da Ciberdemocracia?**

Entendemos que os agentes da Ciberdemocracia são os atores sociais que promovem, no espaço da esfera pública virtual, ações capazes de repercussão. Dadas as características comunicacionais da Ciberdemocracia, acreditamos que o bom uso das ferramentas de Comunicação é capaz de tornar determinado elemento um agente da Ciberdemocracia, garantindo reflexos tanto no território *on-line*, como o que chamamos de “transbordamento”, que são as possibilidades de alterações também no espaço *off-line*. Para tanto vislumbramos como necessários elementos que podem ser garantidores dessa atuação: a possibilidade de expressão na esfera pública virtual, a maneira como essa expressão é organizada, o quão candente é o tema proposto por esses agentes.

Nossa intenção ao promover o fecho deste trabalho é compreender o que a inserção *on-line* representa para o MST, tornando-o apto, representativo, exemplar, ou não, quando o tema é a atuação no campo da Ciberdemocracia.

---

<sup>11</sup> No caso, os jornalistas são Humberto Trezzi e Carlos Wagner, do jornal Zero Hora, e Luciamen Winck, do Correio do Povo.

<sup>12</sup> O questionário é apresentado na página 189.

### **Mostrar, reportar, biografar: o terreno da Sociologia Compreensiva**

Para desenvolver esta pesquisa optamos pela Sociologia Compreensiva enquanto método, que nos parece ideal para o que se deseja, no caso promover o que Silva (2003, p. 83) trata por “narrativas do vivido” enquanto “biografias de atores sociais contemporâneos em movimento”. Assim, nossa proposta insere-se no contexto do método descrito por Maffesoli (2003) e que pressupõe a abrangência de ideias, muitas vezes congregando sob um mesmo guarda-chuva autores que, em princípio, possam parecer dissonantes, mas que, para nós, soam como complementares. “Detesto as distinções demasiado nítidas, as definições demasiado rígidas ou, até mesmo os conceitos confinados demais em si mesmos”, afirma Maffesoli em entrevista à Bourseiller (2011, p. 31). Para o autor, o discurso aparentemente ambíguo não é uma falha, mas uma necessidade que garante o movimento.

Seguindo as indicações da Sociologia Compreensiva, partimos então da ideia de crítica ao dualismo esquemático e buscamos fugir da armadilha de propor antagonismos excludentes entre os autores e seus discursos, promovendo, assim, a relação entre os conteúdos que apresentam<sup>13</sup>.

Como descrito nos pressupostos da Sociologia Compreensiva nos associamos ao princípio de que, ainda que possa parecer um microscópico aspecto no universo abrangente de expressões no ciberespaço, a atuação *on-line* do MST serve, sim, como um apontamento importante sobre o modo de expressão de um movimento popular brasileiro no terreno da Ciberdemocracia, funcionando na composição do retrato de nosso tempo. Assim, vamos ao encontro da ideia de forma enquanto trajetória descrita por um ponto contingente que aponta para o desenho do social em sua amplitude. A analogia simmeliana para esse caso é a do corpo humano. Ou seja, por mais insignificante que determinadas partes possam parecer em relação ao conjunto do corpo humano e à importância dos órgãos vitais, essas

---

<sup>13</sup> A própria inclusão de Michel Maffesoli em uma pesquisa que se relaciona diretamente com o terreno da política e dos movimentos sociais pode parecer equivocada. No entanto é esse mesmo autor quem a autoriza, ao organizar os pressupostos da Sociologia Compreensiva, destacando que esse gênero de composição bibliográfica é uma espécie de pirataria permitida em que o pesquisador pilha de um autor e outro o que pode haver de mais interessante para a tessitura teórica a qual se propõe.

partes são importantes para o funcionamento do todo, inclusive para o trabalho efetuado pelos órgãos fundamentais.

[...] há inúmeras formas de relação e modos de interação entre os seres humanos que aparecem em casos isolados de maneira insignificante, mas que, inseridos nas formalizações ditas oficiais e abrangentes, sustentam, mais que tudo, a sociedade como a conhecemos (SIMMEL, 2006, p.16).

Ao incorporar os princípios da Sociologia Compreensiva – de observar a realidade a partir de um referencial contingente, mas que diz do corpo social na sua amplitude, utilizando-se, para isso, tanto da observação do objeto pesquisado como a incorporação de autores capazes de refletir sobre este tecido social no qual o agente estudado insere-se –, assumimos a busca por vozes que pudessem indicar o que entendemos, no decorrer deste trabalho, como um percurso traçado no princípio e corrigido, naturalmente, com o passar do tempo, ao nos depararmos com a pesquisa de fato e suas nuances inevitáveis.

## 2 SOBRE A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

A ideia de esfera pública virtual está associada ao princípio de um alargamento da participação no espaço público em território *on-line*. Pensar em esfera pública virtual é pensar em esfera pública e suas representações históricas, sabendo-se que essas representações muitas vezes podem estar ligadas ao gênero de tecnologias disponíveis e que, em certo sentido, contribuem para o tipo de interações que se evidenciam no campo social. Como sabemos as esferas que compõem esse social – pública e privada – são complementares e mutáveis. Complementares porque uma depende da outra, amparam-se ao estabelecer fronteiras, muitas vezes revelando-se permeáveis, em uma harmonia que as torna, de tempos em tempos, diferentes, estando uma expandida, em evidência, outra recolhida, na sombra, em alternâncias de claro/escuro, diurno/noturno.

A época atual é vista como um retorno da esfera pública em moldes já vistos – ampliada – mas, desta vez, favorecida por elementos tecnológicos que possibilitam esse trazer a público. E o que pode vir a público? Tudo. Ou tudo o que se deseje. O segredo não está em voga. Com tantas possibilidades de exposição na esfera pública, não fazer parte desse contexto é estar fora do sistema. E o que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) têm a ver com isso? Bem, através delas é possível expor qualquer assunto sem que para isso seja preciso o aval de uma autoridade que torne esse vir a público algo possível. É evidente que, ao tratarmos assim esse tema, nos remetemos aos exemplos em que isso é permitido, ou seja, em locais onde a censura a esses meios não vige.

Na esfera pública renovada a cena é composta por inúmeras figuras: atos da vida pública que são de interesse coletivo, banalidades do cotidiano, temas que em outros tempos seriam restritos ao espaço privado. Desde o final do século XX percebemos que houve um abandono do estojo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Na obra *Passagens*, Walter Benjamin (2006, p. 948) analisa o habitat como uma manifestação da cultura de um tempo, no caso, o século XIX, considerado o ápice da esfera privada. “A forma primeira de todo habitar é a existência, não numa casa, mas num casulo” (BENJAMIN, 2006). Assim, habitar significa revelar a essência do humano, a essência de um tempo. Sobre o século XIX, Benjamin observa uma verdadeira obsessão pela questão da moradia que se tornava um “casulo” no qual o ser humano encaixava-se, cercado de seus acessórios, tanto que “se poderia pensar no interior de um estojo de compasso, onde o instrumento se encontra depositado com todas as suas peças em profundas cavidades de veludo, geralmente de cor violeta. Não existiria um só objeto para o qual o século XIX não tenha inventado um estojo.” No século XX, Benjamin

Não há o que mereça permanecer guardado. Há uma outra estética já sedimentada em que se revelar é prioritário e o contrário disso, um desperdício, um não ser. Se houve um tempo dedicado ao cultivo da esfera privada, esse tempo já passou, podendo retornar logo adiante. Afinal, a história da humanidade é sempre circular<sup>2</sup>, e o que hoje registramos seria uma renovada valorização da esfera pública, a exemplo do que já se viu, especialmente porque, no momento atual, a privacidade deixa de perceber o caráter quase que sagrado que observou em outros tempos.

Assim, acreditamos, no período atual, que alguns autores caracterizam como pós-modernidade<sup>3</sup> a ideia de privacidade que se aproxima do sentido de “privatividade”, conforme análise de Arendt (1997), para quem o termo designava, na interpretação dos antigos, a impossibilidade de usufruir dos atos públicos que caracterizavam o cidadão de fato, e não viver de forma reservada, como se poderia pensar.

---

(2006) percebe outro movimento e antecipa o caráter de retomada da esfera pública: “O século XX com sua porosidade e transparência, seu gosto pela vida em plena luz e ao ar livre, pôs um fim à maneira antiga de habitar.” Benjamin mostra que no começo do século XX a arquitetura já demonstrava o apreço pela vida nas ruas, em detrimento de uma opção por não permanecer em casa, guardado. “As dimensões do habitar se reduziram: para os vivos, com os quartos de hotel, e para os mortos, com o crematório”, diz o autor, referindo-se ao hábito, na primeira metade do século XX, de morar em hotéis, uma opção bastante impessoal. E o que dizer, hoje, da tendência, em alguns países, como o Brasil, dos residenciais com apartamentos de pequenas dimensões, mas instalados em conglomerados cujas áreas sociais são amplas e de uso comum?

<sup>2</sup> “O coletivo que sonha ignora a história. Para ele, os acontecimentos se desenrolam segundo um curso sempre idêntico e sempre novo. Com efeito, a sensação do mais novo, do mais moderno, é tanto uma forma onírica dos acontecimentos quanto o eterno retorno do sempre igual” (BENJAMIN, 2006, p. 588).

<sup>3</sup> Vattimo (1996, p. VII), observa que o pós, de pós-moderno, indica que a modernidade foi já ultrapassada. Este tempo difere do período moderno porque, com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a capacidade de gerarem-se dados e transmiti-los tornou a coleta de informações uma tarefa impossível ao multiplicar, ao infinito, os “centros de história”, na mesma proporção em que a mídia está disseminada em todo o mundo. Daí a impossibilidade de construção de uma história universal, uma vez que não existem eventos unificados ou unificadores, mas múltiplos, produzidos, gerados e coletados em todas as pontas do planeta. Kaplan (1993, p. 15) afirma que a pós-modernidade manifesta-se como uma ruptura radical com a modernidade, justamente proporcionada pelos avanços tecnológicos. O desconforto do homem moderno – enquanto estreado na relação com as máquinas em profusão na pós-revolução industrial –, na pós-modernidade já não é mais identificado. O que existe é uma integração. Um homem-máquina, sem visão crítica em relação às novas tecnologias, uma vez que faz parte dela e por isso não possui distanciamento para avaliar seus efeitos. Jameson (1993, p. 27) estabelece como marco referencial a década de 60. A partir deste período teria havido a transição para o que hoje se chama de pós-modernidade. Contribuíram para este fator o neocolonialismo, a Revolução Verde, a computação eletrônica, a informática e a adequação para uma nova ordem econômica, o que, nas palavras de Jameson (1993), muitas vezes, recebe o nome de sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade da mídia, dos espetáculos, capitalismo multinacional ou tardio.

## 2.1 O QUE VEIO ANTES OU O “ETERNO RETORNO DO SEMPRE IGUAL”

Convencionou-se acreditar que a civilização grega guardou uma preponderância dos interesses públicos em detrimento da existência privada, privilegiando os atos da esfera pública que revelavam os cidadãos. Esse princípio demonstra não uma ausência do privado na Antiguidade, mas uma valorização da atividade pública. No mundo grego, a convivência entre as duas esferas manifesta o jogo dialético que acompanha a sociedade até hoje, em períodos distintos que ora registram o enriquecimento do caráter público, ora a ênfase nas expressões privadas.

Com a consolidação da *polis*, na Grécia, há o marco de um modelo societal baseado na participação. Esse modelo mantinha o princípio de plena publicidade aos temas tidos como importantes para o coletivo, de interesse comum, devendo ser expostos para que todos os conhecessem e sobre eles pudessem opinar, em geral, valendo-se da oratória, capacidade cultivada em um período em que a arte do discurso era importante no manejo dos temas públicos (VERNANT, 2002, p. 55).

Funari (2002, p. 48) qualifica como modernos os termos privacidade e individualismo. Antes, havia uma diferenciação entre os espaços público e privado, mas de outra maneira. A transcendência religiosa era uma área da esfera privada em ascendência na cultura greco-romana (VERNANT, 2002) e essa era uma possibilidade na cena privada muito mais reservada às mulheres – impossibilitadas de uma ação pública efetiva, já que não eram tidas exatamente como cidadãs.

A ideia de público e privado, conforme foi observada na Grécia, acabou sendo absorvida pelos romanos, que mantiveram a relevância da esfera pública. Sennet (1998, p. 16) demonstra que exemplo disso é a importância da oratória para os romanos, que a associavam ao conhecimento e à prática do Direito, considerando-se que os cidadãos deveriam estar preparados para defender seus pontos de vista, tendo as leis como embasamento. Como explica Veyne (2006, p. 113), naquele tempo, levar vida política – ou exercer funções públicas – não constituía uma atividade especializada: “era a realização de um homem plenamente digno desse nome [...]”. Não ter uma vida pública, portanto, era como ser um mutilado, um homem de baixa condição.

Levando em conta que a vida dos cidadãos pertencia à cidade-Estado, a esfera privada era pouco enriquecida e sofria alto controle, sendo o espaço público o setor onde era possível dar vazão às habilidades individuais. Veyne (2006) relata o sentido de “privado” à época:

Privado em oposição a público é um dos adjetivos mais empregados da língua latina, porém não delimita positivamente a vida privada; seu sentido é negativo: qualifica o que um indivíduo pode fazer sem atentar contra seus deveres e suas atitudes de homem revestido de uma função pública; não erige um santuário no interior do direito privado, que não se sentia obrigado a respeitar o que respeitava de fato (VEYNE, 2006, p.164).

A percepção de que essa maneira de viver começava a mudar, indicando uma gradual preponderância do privado que se confirmou com o tempo, pode estar no final da civilização romana, conforme observa Arendt (1997, p. 61). Nesse período, já existiam traços rudimentares de uma ideia de privacidade mais próxima da utilizada na contemporaneidade (dedicação à saúde pessoal, o hábito de trocar cartas, o luto como ritual de dor). Dacanal (2005) analisa que a ideia de privacidade foi legada ao Ocidente pela civilização judaica que uniu ética e religião, estabelecendo que o poder como tal ocupava função secundária, e não era autônomo.

A civilização de Javé era, por natureza e por definição, antitotalitária, pois, ao submeter a esfera do poder político e administrativo à esfera da ética e da religião, ergue em torno do indivíduo – independentemente de sua posição na sociedade – uma muralha intransponível ao arbítrio da autoridade secular, estabelecendo assim o princípio lógico ordenador das sociedades democráticas do Ocidente moderno: a separação entre espaço público e espaço privado (DACANAL, 2005, p. 96).

Outros autores observam que é na Idade Média que se revelam as indicações de uma existência efetivamente privada. Ariès e Duby (1997, p. 24) demonstram que, nas residências do período medieval, começam a haver necessidades mais relacionadas à individualidade, a ponto dos chefes de família contarem com um espaço reservado dentro da casa para redigirem suas memórias, de forma privada.

O desenvolvimento da alfabetização, ao lado de outros fatores, figura como um dos elementos importantes na constituição do privado. Ao adquirir a capacidade de ler, os indivíduos se tornavam aptos a uma leitura individual, silenciosa, particular. A aquisição gradual da escrita também serviu para inaugurar outra forma

de relação social. A difusão da capacidade de escrever promoveu novas possibilidades sociais e serviu para embasar a construção do Estado moderno, que passa a ter, na escrita, uma nova maneira de “proferir justiça e dirigir a sociedade” muito provavelmente em prejuízo à expressão pública, que era exercida através da oratória (ARIÈS e DUBY, 1997). O novo papel do Estado é outro fator que deve ser considerado na ampliação da esfera privada. O Estado passa a interferir com maior frequência no chamado espaço social e nos assuntos que, antes, eram de alçada exclusiva das comunidades. Dessa forma, público começa a ser considerado como tudo o que é passível da ação do Estado e privado revela-se como o que está de fora dessa ação. Também a reforma religiosa, ampliando as possibilidades de credos, além da vida paroquial coletiva católica, acabou por estimular a prática, pelos laicos, da oração como meditação, contribuindo para a separação entre os espaços público e privado (CHARTIER, 1997).

Habermas (2003) mostra que mesmo que a ideia de privacidade possa ter avançado durante a Idade Média, a consagração e a aproximação com o modelo atual definiram-se adiante. No período medieval europeu, conforme Habermas (2003, P.17) “a contraposição entre *publicus* e *privatus*, embora corrente, não tinha vínculo de obrigatoriedade”. É a partir do século XVI que se encontra, em alemão, a palavra *privat*, significando privado, ou seja, aquilo que está excluído do aparelho do Estado, na medida em que Estado e público eram equivalentes.

No caminho para a consagração da esfera privada contribuíram os eventos dos séculos XVIII e XIX, com transformações sociais, políticas e econômicas na Europa, como a Revolução Francesa e a consolidação da Revolução Industrial. Esses fatos repercutiram nos hábitos sociais da população, além das alterações demográficas, pelas quais os antigos burgos transformaram-se em cidades superpopulosas, contribuindo para a adesão às novas formas de levar a vida, sugerindo expressões mais interiorizadas.

Como observou Benjamin (2006) foi o século XIX o período de cultivo da esfera privada: uma alternativa à vida nas cidades que se tornavam populosas. Incapaz de adaptar-se por completo ao novo mundo, o homem se refugiou na solidão e na exploração do “eu”. Para Sennet (1998, p. 35) foram mesmo os traumas do capitalismo do século XIX que levaram os indivíduos a “se protegerem de todas as maneiras possíveis contra os choques de uma ordem econômica que nem

vitoriosos nem vítimas entendiam”. Com a turbulência social provocada pela industrialização, o desejo de todos era o de estar protegido do público e de se refugiar cada vez mais em uma esfera privada segura. No século XIX, ao contrário dos séculos anteriores, em que os temas privados eram de certa forma assunto de todos, entrou em voga a ideia de que era necessário promover o espaço para o resguardo. Assim, há a separação das áreas da casa e do trabalho, a proposição da família enquanto um santuário do mundo, atitudes que ajudaram a garantir a ascensão da esfera privada (GAY, 1999; SENNET, 1998).

É correto afirmar, como assegura Arendt (1997, p. 61), que, a partir de uma constituição de ideia de privacidade, tudo o que era tido como natural que viesse a público passou a ganhar nova conotação. Com o advento de um senso do privado, o fato de uma atividade se dar em particular ou em público mudava completamente o seu caráter e o da esfera na qual essa ação se inseria. Com relação à atuação na cena pública, o enriquecimento da esfera privada tornou obsoleta a ideia de dedicar uma vida ao coletivo, como faziam os antigos. Entrou em desuso o princípio promovido na Roma antiga de que “não adiantava nada um romano ser rico se não estava entre os ‘primeiros de nossa cidade’, se não se projetara na cena pública” (ARIÈS; DUBY, 1997, p. 113).

O enriquecimento do espaço privado de certa maneira relegou à esfera pública um caráter de opacidade, quando o tema em questão é a participação cidadã nos assuntos relativos a essa esfera. É assim que ações que anteriormente eram esperadas dos cidadãos, e até mesmo exigidas, deixam de ser assunto do homem comum e passam às mãos de especialistas (políticos, por exemplo), designados para discutir e decidir o que é melhor para o grupo. Nesse sentido a esfera pública passa a ser a esfera do poder público (HABERMAS, 2003, p. 31). Ao se retirar da cena pública, dedicando-se cada vez mais ao território privado, o cidadão contabilizou perdas e ganhos, houve o enriquecimento de tudo o que diz respeito ao homem e seu meio privado, mas também ocorreram mudanças que apresentaram, por fim, uma nova organização social e política, dando conta dessa “ausência” do cidadão na esfera pública. Assim, há a estruturação de uma esfera de poder público (representativo) e a constituição de uma opinião pública (essa sim formada pelos cidadãos) associada, a partir do século XVIII, à atuação da imprensa. A força dos meios de comunicação e da opinião pública fica por conta da

capacidade de legitimar ou não os atos dos representantes. “Por um lado, o exercício do poder político, por estar ‘sujeito a uma série de tentações’, necessita do controle permanente através da opinião pública [...]” (HABERMAS, 2003, p. 115).

Em sua obra referencial sobre o tema esfera pública, Habermas (2003) reconstitui o processo ocorrido na Europa e que deu conta da estruturação de elementos de representação para os cidadãos nas sociedades que se tornavam cada vez mais complexas e populosas. Assim, tem-se a organização, na Inglaterra, em um primeiro momento (século XVIII), da representação parlamentar e, posteriormente, na França, através da Revolução Francesa. O mesmo gênero de transformações na esfera pública foi evidenciado com a criação, ainda, de clubes partidários e a organização de uma imprensa política diária, com a tarefa de informar, e por que não, influenciar, os cidadãos sobre os fatos políticos ocorridos na esfera pública de caráter representativo que se sedimentava. Na ocasião, tratava-se de uma mudança satisfatória e necessária da esfera pública, uma vez que contava com a possibilidade de tornar públicos os atos políticos, hipótese não vislumbrada pelos governos absolutistas que trabalhavam com a ideia do segredo na manutenção do poder.

Como se vê, desde sempre o princípio de esfera pública em que a participação cidadã é vislumbrada como necessária prevê a publicização dos atos que dizem respeito ao coletivo. Somamos a isso a possibilidade de debater nesse espaço público todos os temas que dizem respeito ao social. No entanto, com a vida cada vez mais complexa, tornou-se difícil ao cidadão conhecer os aspectos políticos que compõem o coletivo, acompanhando-os e emitindo opiniões sobre eles, de forma a influenciar, enquanto opinião pública, os representantes eleitos.

Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ele se recolhe a sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma superfície mal-ordenada de um trânsito tirânico (HABERMAS, 2003, p. 188-189).

Conforme Habermas (2003, p. 202) essa tendência se agravou com a atuação dos meios de comunicação de massa que não permitiram aos cidadãos a possibilidade de emancipação sobre o que é dito nesses meios. O cidadão ficou impossibilitado de dizer e contradizer sobre os temas apresentados nos programas

de rádio, por exemplo. Assim, observou-se a atuação dos meios comunicacionais muito mais como uma ferramenta que trabalha para influenciar a opinião pública a respeito dos temas de interesse público do que para, simplesmente, informar ou promover debates. O que se assiste é a alienação do cidadão em relação aos assuntos do coletivo.

A crescente integração do Estado com uma sociedade que já não é, enquanto tal, uma sociedade política, exige decisões em forma de acordos temporários de grupos, portanto num intercâmbio direto de favorecimentos e indenizações particulares, sem passar pelo processo institucionalizado da esfera pública política (HABERMAS, 2003, p. 233).

Na interpretação habermasiana para a alienação cidadã no trato dos temas públicos está a evidência do esfacelamento da esfera pública de caráter participativo, sendo substituída, enquanto território de debates, pela discussão que é promovida no campo da Comunicação e dos partidos, que se estabelecem como verdadeiramente “esfera pública”. “Ao invés de uma opinião pública, o que se configura na esfera pública manipulada é uma atmosfera pronta para aclamação [...]” (HABERMAS, 2003, p. 254). Nesse sentido, o papel dos meios de comunicação de massa enquanto território para expressão de opiniões e de debate fica desmerecido em detrimento de uma conjuntura que faz crer que a imprensa tem assumido, muitas vezes, o papel de condutor de uma massa passível de manobra. O entendimento de esfera pública enquanto campo de livre debate fica suprimido ou passa a ocorrer de forma setORIZADA, na instância dos partidos políticos ou no que tratamos como interlocutores intermediários: sindicatos, movimentos sociais e organizações similares. No entanto, acreditamos que, atualmente, há uma retomada da palavra proferida pelo cidadão em um espaço de debate que se constrói em território virtual. Considerando o conceito de esfera pública apresentado por Habermas (1997, p. 92) – algo natural e elementar que se relaciona com a ação, o ator, o grupo ou a coletividade – e a capacidade comunicacional que promove o conhecimento de múltiplas opiniões, apontamos as TICs como propulsoras dessa nova possibilidade de atuação para o cidadão comum, acrescentando que esfera pública é também o território da ordem/desordem social, no sentido de revelar-se como o espaço onde se promovem os debates que corroboram para as mudanças que movem o social.

## 2.2 A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL E OS NOVOS *FRONTS* DE PARTICIPAÇÃO

A esfera pública ampliada é característica da pós-modernidade, como mostra Maffesoli (2005, p. 15), para quem a socialidade atual tem a capacidade de revelar o vivido de forma tão franca que pode algumas vezes se mostrar chocante e desprovido de requinte. Em Maffesoli (2003, p. 42) vê-se que as passagens temporais, indicando alternância na ênfase de uma esfera e outra, não acontecem de forma abrupta, encerrando-se um ciclo para começar outra ordem. No princípio, trata-se de uma composição caleidoscópica que traça novos desenhos, em uma combinação que integra elementos já conhecidos somados a novidades – como a tecnologia –, oferecendo outras experiências sociais. O que há, então, é uma “saturação-recomposição” que resulta naquilo que o autor chama de sinergia entre o arcaico e o tecnológico.

O que surge nessa nova composição, para Maffesoli (2003), é uma manifestação social espontânea, hoje facilitada por meios como as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs. Seria uma espécie de retorno à valorização da esfera pública com as TICs proporcionando condições para que os cidadãos reúnam-se para discutir temas que lhe são caros: ecologia, moda, religiosidade, saúde, arte, gênero [...]. Uma socialidade baseada no caráter informacional que possibilita o debate, a mobilidade. O pós-moderno em Maffesoli (2003) associa a sinergia deste tempo com as TICs, resultando em uma capacidade singular de comunicação capaz de promover a esfera pública a uma outra condição.

Ou seja, trata-se de associar a ideia de esfera pública com as possibilidades ofertadas pelas TICs, que maximizam a capacidade comunicacional dos atores sociais, permitindo tanto a circulação de informações como a promoção de debates. Através de meios como a Internet se permitiu a exposição de toda a sorte de conteúdos, retirando-se o limite entre público e privado e possibilitando que atos que antes se restringiam à esfera privada pudessem vir a público. Da mesma forma, as TICs auxiliaram no estabelecimento de um novo modo de agir, que é comunicacional e que se apresenta como um padrão. Comparato (2006, p. 28) afirma que as ferramentas comunicacionais contemporâneas têm auxiliado na composição de novos princípios axiológicos, propondo redimensionamentos para as esferas pública e privada.

Nas sociedades contemporâneas, esse amplo trabalho de propaganda axiológica faz-se, principalmente, por intermédio dos grandes veículos de comunicação coletiva, [...] todos eles, hoje, ligados tecnicamente em um sistema global (*multimedia*) (COMPARATO, 2006, p.236).

Acreditamos que a colaboração das TICs em uma nova conformação social é verdadeira e está sendo assimilada aos poucos. Se, em um primeiro momento da Cibercultura<sup>4</sup> revelou uma ênfase em aspectos do cotidiano, hoje já se verifica um investimento maior no uso da rede como território para temas associados ao coletivo, no sentido do debate que visa à organização do social. Ao tratar as mudanças proporcionadas por essa nova forma de relacionar-se, que privilegia o contato virtual, Quéau (2007, p. 462) afirma que os fatos contemporâneos demonstram que somos alvos de uma revolução técnica que tornou o numérico a nova “língua franca que permite a transparência total entre todas as formas de representação”. Quéau compara o momento atual como aquele da invenção da imprensa, com o diferencial positivo de que a Internet é o equivalente a uma imprensa de caráter universal, ubiqüitária, instantânea e de baixo custo. Trata-se de uma mudança importante que modifica até mesmo a “maneira de ser” (QUÉAU, 2007).

Tejera (2006), em sua pesquisa sobre a retração da esfera privada na pós-modernidade, abordou as práticas na Internet que revelam de qual maneira a ideia de privado se altera nesse período, tornando boa parte do que poderia ser considerado tema por excelência da esfera privada um assunto para ser mostrado a público. Em suas conclusões demonstra que as evidências em meio *on-line* revelam a expansão da esfera pública com ênfase especial para os temas do cotidiano, que são tornados públicos, e para a necessidade crescente de investida em uma atitude baseada no “ser comunicacional”, ou seja: “cultivar o status de cidadão, na atualidade, de certa forma, é estar disposto a revelar-se ao público” (TEJERA, 2006, p. 13). Assim, existir é estar *on* e não *off*.

---

<sup>4</sup> O termo Cibercultura pode ser compreendido como “o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais” (LEMOS, 2010a, p.21-22). Esse novo campo social é propulsor de mudanças nos hábitos sociais de forma abrangente.

Maffesoli<sup>5</sup> (2001), em entrevista ao jornal L'Express, afirma que a máxima cartesiana “eu penso, logo sou minha fortaleza” foi substituída, hoje, para “eu sou pensado pelos outros”. É assim que, acreditamos, houve uma adesão ao território *on-line* enquanto espaço público para a livre circulação e expressão de ideias. Desacostumado do trato das funções públicas que se ligam ao político, o homem na pós-modernidade dedicou-se, em um primeiro momento, a expor o que bem cultivou até aqui: sua vida privada. Na sequência, apostamos em uma adesão em que haverá cada vez mais uma atuação interessante nos temas relevantes que dizem respeito à coletividade. Cardon (2011, p. 11) examina esse processo, afirmando que o momento social contemporâneo apresenta uma dupla revolução: de um lado, há o direito de falar em público através do uso das TICs; de outro, há a incorporação de práticas privadas como temas de relevância pública, mesmo que isso pareça incongruente.

À parte das exposições individuais que podem ser vislumbradas no ciberespaço e que têm sido amplamente exploradas nos estudos sobre a “escrita de si”, o que nos interessa nesta pesquisa são as possibilidades disponíveis ao cidadão que deseja, a exemplo do que já foi experimentado em outros tempos, tomar parte nos temas que são de interesse coletivo. Parece-nos que a Internet é um dos territórios fundamentais onde esse alargamento da esfera pública pode ser vislumbrado, servindo como laboratório ideal para quem deseja perceber as alternativas de participação pública. Há uma esfera pública *off-line* e uma esfera pública *on-line* e, em muitos momentos, elas aparecem operando juntas, como veremos adiante. Trata-se de uma abstração da esfera pública? Até certo ponto ou na medida em que se restringe em muitos momentos ao espaço *on-line*. No entanto, quando ocorre o que chamamos de “transbordamento”, essa virtualização faz com que o que existe na esfera pública virtual passe a compor a esfera pública em sua essência total, também fora do meio *on-line*, para propor e obter decisões/modificações que repercutem na vida em sociedade. Antes disso, o debate na esfera pública virtual é o elemento novo que requer prática.

---

<sup>5</sup> “Le triomphe du voyeurisme”. Disponível em: <<http://www.lexpress.fr/info/societe/dossier/voyerisme/dossier.asp?ida=416699>>. Acesso em: 28 jul. 2002.

A ideia de uma esfera pública em território virtual tem relação com a constatação de que a possibilidade comunicacional nesse suporte é plena de vantagens: é possível comunicar mais rapidamente, para um maior número de pessoas, sem depender de intermediários. Essa possibilidade que se sedimenta transforma a natureza da esfera pública e, até mesmo, o que se entende por democracia.

Internet não é uma mídia como as outras. Muitos gostariam de inscrever a Internet em uma cronologia que começaria com a imprensa e seguiria com o rádio e a televisão. A Internet seria o resultado natural da evolução das mídias de massa, uma vez que associa o texto, o som e a imagem em um formato numérico de multimídia. Mas essa concepção é demasiado simples. É uma observação desleixada, que relaciona a Internet a modelos que foram forjados no mundo das mídias tradicionais: com práticas de controle editorial, uma economia de escassez, uma concepção passiva do público (CARDON, 2011, p. 8).

A ideia de esfera pública virtual baseia-se, portanto, nas possibilidades de compartilhar saberes, de mobilizar coletivos e de promover a crítica ao social, bem como tomar parte em decisões que dizem respeito à sociedade. Riscos? São inevitáveis. Para Cardon (2011, p.10) a ampliação da esfera pública graças às TICs registra a agressividade nos debates via *web*, a disseminação de informações falsas e rumores, o estreitamento do espaço privado, a pilhagem de direitos autorais e a exibição narcísica como alguns dos ônus deste tempo. Os bônus? Além dos já descritos está o fato de que, através da Internet, o espaço público é verdadeiramente público, ou seja, as informações tornam-se visíveis<sup>6</sup> a todos, podendo deixar de ser o que sempre foram até então: objetos de uma seleção prévia (por políticos e/ou jornalistas) que indicavam o que era permitido saber. “O ciberespaço permite uma liberação da expressão pública”, afirma Lévy (2011, p. 10) ao retratar as manifestações sociais na *web* como um exemplo da “erosão” da esfera privada, em contraposição a uma transformação da esfera pública de caráter

---

<sup>6</sup> O caso WikiLeaks (<http://wikileaks.org>) é exemplo disso. O *site* é formado por jornalistas e outros profissionais interessados em produzir conteúdo e tem como objetivo divulgar documentos e promover uma análise diferenciada dos fatos. Foi fundado em 2006 pelo australiano Julian Assange. O WikiLeaks tornou-se popular em 2010 ao divulgar centenas de documentos “vazados”, enviados por embaixadas e consulados, sobretudo dos Estados Unidos (EUA) em outros países, à Casa Branca, revelando o gênero de relação estabelecido pelos EUA com outros países. Além disso, o WikiLeaks se notabilizou por divulgar centenas de documentos sobre a guerra no Afeganistão e sobre a guerra no Iraque, apresentando relatórios a respeito dessas guerras, com análise da quantidade de civis mortos e a divulgação do uso de métodos de tortura pelos soldados norte-americanos durante os interrogatórios, entre outros fatos.

midiático. A liberação da palavra é tida como a essência da esfera pública virtual, onde todos se tornam emissores e podem opinar sobre tudo.

[...] a liberação da emissão é correlata ao aumento da esfera pública mundial e da emergência de novas formas de conversação e de veiculação da opinião pública, agora também planetária. A transformação da esfera midiática pela liberação da palavra se dá com o surgimento de funções comunicacionais pós-massivas que permitem a qualquer pessoa, e não apenas a empresas de comunicação, *consumir, produzir e distribuir informação* sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter de movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação de informação. Surgem novas mediações e novos agentes, criando tensões políticas que atingem o centro da *polis* em sua dimensão nacional e global (LEMOS, 2010a, p. 25).

A constituição de uma esfera pública virtual pressupõe a formação de coletivos reunidos por temas de interesse comum. Cardon (2011, p.10) afirma que esse espírito gregário caracteriza-se pela força das “cooperações fracas”, a “auto-organização” e a “legitimidade”. Esses coletivos podem se constituir em um primeiro momento, fora da rede, no espaço público *off-line*, sedimentando-se em território *on-line*, ou partir da existência no espaço virtual para ações *off-line*. Acrescentamos que, em alguns momentos, essa ação pode ficar retida, existindo apenas virtualmente. Independentemente do gênero desses agrupamentos, eles existem e muitas vezes são geradores de ações de peso na esfera pública *on/off*, apontando tanto para mudanças comportamentais cotidianas como para a produção de ações públicas de grande efeito, vinculadas ao caráter político. Como se vê, a esfera pública virtual é território propício para a pluralidade de expressões, produzindo mudanças comportamentais, ao funcionar como espelho, território para solidariedades coletivas, alterações importantes no plano da política.

Cardon (2011, p. 10) chama de “expressivismo” esse comportamento virtual que combina tanto a necessidade de exhibir-se como de fazer parte de agrupamentos. Nesse caso, em alguns momentos, os atores sociais inseridos no contexto virtual tomariam parte de ações de grupo para promover uma “afirmação expressiva” que os tornaria componentes desse *ethos* virtual. Para Cardon (2011) a intencionalidade coletiva, em um primeiro momento, pode conter uma pulsão narcísica que se esvazia ou que se torna desimportante na medida em que passa a compor um todo. Esses agrupamentos (voluntários, auto-organizados) podem

parecer frágeis ou desorganizados e, até mesmo, ilusórios, autolimitados e demasiadamente provisórios. Mas essa é a característica que também pode apontar para o positivo da rede: um projeto comunitário que se auto-organiza sem precisar de regramentos exteriores, retomando uma ação civil autônoma, mesmo que em alguns momentos, desajeitada. Cardon (2011) analisa que há uma ausência de rotinização nos procedimentos da esfera pública virtual, o que é gerador de certa falta de habilidade nesse território. Assim, acreditamos, a intenção de organizar coletivos ou de tomar parte de debates na plataforma *on-line* faz com que essa escolha se dê muito mais com base em uma intencionalidade espontânea.

Na análise de Cardon (2011) sobre o espaço público tradicional vemos que esse território caracteriza-se pela publicização das informações, que são visíveis a todos, mas que, para assim tornarem-se, passaram antes pela seleção que as deixa aptas ao consumo. Na esfera pública virtual essa lógica apresenta-se de outra forma: a informação é pública, mas ela não precisa passar por nenhum processo que autorize este tornar-se pública. Ela pode ser acessada e produzida por qualquer um, sem a exigência de uma aptidão, formação ou eleição prévia que capacite alguém como produtor de informações ou, ainda, que o capacite para torná-lo apto para acessar/conhecer determinados temas. O que garante a visibilidade de uma informação na rede é, sobretudo, a possibilidade de considerá-la importante o suficiente para se tornar pública e divulgada.

É, então, a leitura pelos internautas e sua decisão de se ligar e fazer circular esta *tomada da palavra*, [...] que designa aos outros a proposição digna de ser reconhecida como tendo um caráter público e partilhável (CARDON, 2011, p.11).

Como vemos as formas de expressão na esfera pública virtual são múltiplas, apontando para inúmeras possibilidades de interação, participação, exposição. O que nos interessa, nesta pesquisa, é analisar de que maneira essa condição se apresenta quando o uso é feito por um movimento social. Antes de chegarmos a esse ponto, no entanto, é preciso percorrer o caminho da Ciberdemocracia, uma possibilidade na esfera pública virtual bem relacionada a esse tempo onde circulam múltiplas vozes.

### 3 CIBERDEMOCRACIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Para tratar do tema Ciberdemocracia, aqui proposto, se faz necessário perpassar anteriormente o território da democracia, sistema político que não há muito tempo foi retomado no Brasil, considerando os 20 anos de ditadura, entre 1964 e 1984, o que torna a sua vigência inferior a 30 anos. Nesse período, em que o país desconheceu o sentido de democracia, o que se assistiu foi a uma série de ações repressivas, de restrição aos atos políticos divergentes ao governo daquele momento, assim como a censura aos meios de comunicação.

Antes disso, o Brasil republicano foi marcado no século 20 por outro período em que o controle governamental com *status* de ditadura foi a tônica: o Estado Novo, entre 1937 e 1945, em que a cassação de direitos políticos, as prisões de oponentes e, igualmente, a censura aos meios de comunicação (com um órgão designado especialmente para essa tarefa – assim como ocorreu durante a ditadura militar) eram atos constantes da cena política nacional.

Entre 1945 e 1964, a democracia no Brasil caracterizou-se por certa instabilidade, que resultou na derrubada de João Goulart da presidência, posto assumido com a renúncia de Jânio Quadros. Em 31 de março de 1964, após uma soma de fatores que resultou na mobilização das forças armadas, João Goulart foi deposto e teve início o regime militar no Brasil, com várias características do ponto de vista econômico e também marcado por tolher a liberdade de expressão a partir da justificativa de manter a segurança interna e a estabilidade política do país em tempos de Guerra Fria. Por ocasião do golpe militar, João Goulart teve seus direitos políticos cassados pelo período de dez anos, recorrendo ao exílio, caminho seguido por vários políticos e intelectuais brasileiros nesse período da história nacional (CAMARGO, 1989).

À época, a resistência à ditadura revelou-se como alternativa fundamental de ação para grupos organizados, movimentos sociais, estudantes, trabalhadores rurais, artistas, intelectuais, jornalistas, setores da Igreja e outros atores da sociedade civil<sup>1</sup> que trabalharam pelo fim do regime militar. Essas mobilizações, primeiramente eram abertas, vide a Passeata dos Cem Mil, como ficou conhecida a manifestação, ocorrida em junho de 1968, que reuniu 100 mil pessoas em marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, protestando pelo fim da repressão e exigindo a redemocratização do Brasil. Considerada um dos pontos altos das ações do movimento estudantil, essa passeata é um marco referencial para o que se assistiu após o seu acontecimento: repressão violenta a toda e qualquer mobilização de crítica à ditadura. Como uma das forças contrárias aos generais no poder, os estudantes passaram a se organizar clandestinamente, mesmo caminho de outros coletivos. Em outubro de 1968, por exemplo, durante o 30º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), realizado de forma clandestina em Ibiúna, no estado de São Paulo, mais de mil estudantes foram presos. Trata-se de um exemplo, entre inúmeros, de ações contrárias à ditadura que não deixaram de ocorrer, apesar da repressão (VALLE, 1999).

Em dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5). Conforme o texto<sup>2</sup> do AI-5, publicado no Diário Oficial da União, em 13 de dezembro de 1968, o presidente, general Costa e Silva, após consulta junto ao Conselho de Segurança Nacional, determinava que, ao constatar atos subversivos de vários setores políticos e culturais, julgou necessário estabelecer normas de proteção aos ideais da chamada Revolução Redentora e para tanto decretava o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, só voltando a funcionar quando convocados pelo presidente da República, ficando o Executivo Federal com a incumbência de legislar sobre toda e qualquer matéria. Da mesma forma o presidente da República passava a ter plenos poderes para intervenção em Estados ou municípios, cujos interventores seriam por ele

---

<sup>1</sup> Ao falarmos de sociedade civil nos associamos ao conceito apresentado por Gohn (2005, p. 62) que resgata em um primeiro momento a origem do termo – a expressão grega *koinonia politike*, indicando comunidade pública ético-política – chegando ao que se tem hoje: um espaço de atuação pública onde os atores sociais em geral (incluindo ONGs, movimentos sociais, comissões, grupos organizados e outras entidades representativas) defendem causas específicas.

<sup>2</sup> O texto, na íntegra, pode ser acessado no *site* do Senado (Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.

nomeados. Os direitos políticos e mandatos poderiam ser cassados pelo prazo de dez anos, sem que para isso fossem nomeados substitutos. A partir da cassação dos direitos políticos, o cidadão estava sujeito à suspensão do direito de votar e ser votado em assembleias sindicais, à proibição de manifestações de natureza política e à aplicação de determinadas medidas como a liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares, determinação de domicílio. O AI-5 também interrompia a garantia de *habeas corpus* nos casos considerados pelo regime como de crime político contra a segurança nacional.

A partir do AI-5 a censura aos meios de comunicação tornou-se ainda mais rigorosa, o que já ocorria desde fevereiro de 1967 com a Lei de Imprensa<sup>3</sup>, lei essa que dispunha sobre as normas a serem adotadas pelos meios de comunicação e as penalidades previstas em caso de não cumprimento. Sabemos que, no período, a presença de censores nas redações tornou-se prática rotineira, assim como, por consequência, a substituição de matérias censuradas pelo conteúdo considerado inadequado.

Como vemos, a ditadura militar fez apostas pesadas no cerceamento da liberdade de expressão, quer seja na manifestação política dos dissidentes, ou em relação ao trabalho executado pelos meios de comunicação, atingindo uma das características essenciais do regime democrático, que é o direito à livre expressão. A intenção, no caso, era de ter na imprensa uma aliada na consolidação do regime militar ou, no limite, um inimigo amordaçado. É sabido que a resistência à ditadura não foi norma para todas as empresas de comunicação e muitas, inclusive, se beneficiaram do regime e da promulgação da Lei de Imprensa para fazer crescer as corporações, devido ao recebimento de benefícios governamentais através das concessões para rádio e televisão, contando para isso com a indicação do Executivo Federal (SIMIS, 2006).

Com o recrudescimento do regime militar, especialmente a partir de 1972, muitos brasileiros rumaram para a clandestinidade, atuando em organizações que trabalhavam pelo fim da ditadura. Nesse período, prisões e mortes foram registradas e quando o general Ernesto Geisel assumiu o governo, em 1974, muitas das

---

<sup>3</sup> O texto completo da Lei de Imprensa pode ser consultado na edição do jornal Estado de São Paulo alusiva ao caso. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/2009/03/arq45fc47c34f81c.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

organizações que lutavam contra o regime, inclusive em organizações armadas, haviam sido eliminadas.

A redemocratização chegou em 1984, como resultado de um regime já desgastado. Os sinais de um possível retorno à democracia surgiram com a Lei da Anistia, em 1979, durante o governo João Baptista Figueiredo, que foi consequência de uma ampla mobilização em prol da retomada da liberdade individual e a concessão de anistia a todos os brasileiros então exilados em outros países, devolvendo os direitos políticos àqueles cidadãos que os tiveram cassados no período entre 1964 e 1979 (REZENDE, 1996).

No fim da ditadura militar há as reorganizações partidárias com a criação de novas legendas e a mobilização em torno das eleições diretas para presidente, conhecida como Campanha pelas Diretas Já, que reclamava a aprovação da emenda do deputado federal Dante de Oliveira, cujo texto propunha a instalação de eleições diretas para a escolha do presidente da República em 1985. Essa campanha, ocorrida em 1984, foi derrotada mesmo com toda a mobilização popular que a apoiava e, sendo assim, o presidente foi escolhido por eleições indiretas, recaindo a escolha sobre Tancredo Neves, que nunca tomou posse, vindo a falecer logo após as eleições, passando o cargo ao vice, José Sarney. As eleições diretas que permitiriam aos brasileiros escolher o presidente da República só foram possíveis em 1989, a partir das alterações na Constituição, em 1988 (REZENDE, 1996).

Como se vê, falar de democracia, portanto, é falar de algo relativamente novo no cenário nacional e, dessa forma, tratar de um sistema no qual, acreditamos, os brasileiros são ainda um pouco diletantes, até mesmo porque possuir um bom desempenho no jogo da democracia requer prática para conhecer as regras e saber usá-las. Nesse caso, é uma habilidade indissociável do tempo, elemento que nos falta, dado o pouco que nos separa dos chamados Anos de Chumbo.

### 3.1 DEMOCRACIA: SIGNIFICADO E PRIMEIRO MODELO

O tempo é o aliado para o exercício da democracia e é também fundamental para compreendê-la. Afinal o que é a democracia e o que ela prevê? Como sabemos, democracia (*démos*, povo, *kratós*, poder) é um sistema que se baseia na governança emanando do povo, pelo menos assim o diz a etimologia da palavra. Recorrendo aos textos clássicos temos democracia como a insurgência dos pobres sobre os ricos e, como consequência, o governo das massas – desde que esse poder não se sobrepusesse à observância das leis, tidas como instância máxima a ser obedecida. Assim, democracia seria o regime em que o povo comanda com as leis. Somando-se a isso, a democracia deveria se caracterizar pela alternância no poder e a manutenção do princípio da liberdade (ARISTÓTELES, 2001; PLATÃO, 2006). Dessa forma, o governo seria concedido à população, mas com limitações que pudessem assegurar, justamente, essa soberania popular, sabendo-se desde sempre que a tendência à tirania é característica dos seres humanos e uma ameaça a outro princípio fundamental da democracia: a garantia da pluralidade de ideias. Assim começou o sistema democrático, que apesar do nome surgiu em um período e local nos quais nem todos eram tidos como membros do povo, aptos a tomar parte da vida política (essa participação era vedada às mulheres, escravos e estrangeiros)<sup>4</sup>. De qualquer maneira, o princípio geral da democracia considerou os cidadãos livres para o exercício desse regime, estimulando a participação na vida pública, na regência dos interesses coletivos.

Considerando que o poder deveria ser exercido pela população, tem-se na democracia ateniense uma capacidade limitada do que hoje chamamos de Executivo. O correspondente ao Legislativo (*Ekklesia*) era o órgão competente na tomada de decisões de real valor como alterações ou adoção de novas leis, declarações de guerra, etc. A fiscalização aos dirigentes políticos era feita pela população, com poderes para propor ações criminais contra os mesmos, além de

---

<sup>4</sup> Conforme Dacanal (2005, p. 81) a reorganização política na Grécia, protagonizada por Clístenes, implantou o sistema da democracia. O autor afirma que boa parte da população – a maioria – não tinha direito de votar porque dela faziam parte mulheres, escravos, trabalhadores avulsos e estrangeiros. Portanto, o número de cidadãos, assim considerados por seus direitos políticos, com muita dificuldade chegava a dez por cento da população. É por isso que Dacanal afirma que a democracia ateniense era um sistema de poder político e administrativo rigidamente censitário/excludente.

avaliar, mensalmente, na assembleia política dos cidadãos, se estavam em condições de permanecer executando suas tarefas.

Como se vê houve um estímulo à participação cidadã no processo democrático e no exercício da política<sup>5</sup>, tido como vital na sociedade ateniense.

Um dos alicerces do formato social baseado na participação pública foi a redação das leis. A partir da adoção dessa medida, registrou-se a diminuição do poder dos *basileis* (quem tinha a função de “dizer” o direito) e a socialização dessas regras que se transformaram em um bem de todos, acessíveis a todos. Essa determinação foi o alicerce da participação pública dos cidadãos e ganhou tamanha força que, muitas vezes, suplantava o poder dos governantes (COMPARATO, 2006, p. 62).

Com o tempo, o que era um regime para administrar uma cidade acabou sendo incorporado como um sistema para administrar nações e, ainda que repleto de contradições internas, em que sempre há grupos excluídos, é compreendido até hoje como a melhor opção que se conhece em contraposição aos regimes tirânicos em expressões variadas.

A complexidade atingida pelas sociedades posteriores tirou da democracia seu caráter direto, passando a uma ação representativa mais condizente com as novas organizações sociais, abrigando milhões de pessoas. Assim a imagem da democracia foi substituída. Inicialmente a representação imagética desse sistema seria o de uma praça ou uma assembleia onde os cidadãos debatiam e tomavam decisões. A sequência temporal prevê um quadro diferente, pois a democracia que se seguiu ao modelo idealizado pelos antigos foi o do sistema que incorporava a ideia de representatividade do povo, a partir da organização de estruturas para esse fim: parlamento, separação dos poderes, garantia de direitos individuais, proteção à privacidade (BOBBIO, 1999; MORIN, 2011).

---

<sup>5</sup> A palavra política é uma derivação de *polis*, significando, portanto, tudo o que diz respeito à cidade e, por consequência, ao cidadão e à vida em sociedade. A política se desenvolve na sociedade civil, onde estão estabelecidas também as relações econômicas. Maffesoli (2005, p. 47) afirma que, na Grécia, a noção de política subentendia responsabilidade total sobre a existência na sociedade. Para o autor (MAFFESOLI, 2005, p. 23) a instância política pode ser compreendida como aquela que determina a vida social, inclusive limitando-a, constringendo-a, de forma que possa ter sua existência garantida.

Em ambos os modelos de democracia, direta ou representativa, o que vale como norma geral é a necessidade de haver uma regência em que estejam assegurados o direito à pluralidade e ao convívio relativamente harmônico, o que Bobbio (1999, p. 384-385) chamou de “pacto de não-agressão de cada um com os outros, e o dever de obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo de comum acordo preestabelecidas [...]”.

As mudanças registradas no decorrer da História resultaram então em alterações na concepção de sociedade, tornando inviável a manutenção de um sistema de democracia direta. A substituição da cidade-Estado para os conglomerados populacionais dos Estados territoriais resultou na necessidade da representação, já que o sistema anterior previa no seu funcionamento uma esfera pública de pequenas dimensões, possibilitando que os cidadãos acompanhassem as atividades da cidade e se reunissem em assembleia para discutir e votar temas de interesse coletivo. Por certo, ao alterar-se para o modo representativo, o conceito inicial de democracia ficou comprometido, na medida em que o poder passou a emanar do povo, mas, dessa vez, de maneira indireta – através da eleição de representantes. Assim, ficou a cargo desses representantes eleitos a partir da vontade dos cidadãos a execução de várias tarefas que, anteriormente, na origem do sistema democrático, eram de responsabilidade dos primeiros. Nessa passagem é evidente que se perdeu muito da participação política, tão estimulada no modelo inicial. O sistema representativo retira dos cidadãos o dever e a necessidade de manterem-se a par dos assuntos do coletivo e delega essa tarefa a grupos especializados: os políticos. Em princípio essa transição teve a intenção de manter o regime democrático, no sentido de garantir a participação civil (através do voto), assegurar a liberdade de pensamento e a possibilidade de expressá-lo e manter a cidadania como bem associado ao Estado e a mais ninguém (considerando que o Estado está representado por cidadãos eleitos pelo povo). No novo esquema passou a haver a incorporação de outras práticas políticas, como as eleições regulares, com direito a candidaturas e formação de grupos e associações políticas (partidos). Dessa forma, buscou-se manter o aspecto plural que é formador do regime democrático (BOBBIO, 1999; COMPARATO, 2006; GOMES, 2011).

Maffesoli (2005, p. 47) analisa que a passagem do sistema direto para o representativo resultou em um hiato na medida em que os cidadãos acabaram deixando de lado a colaboração com a vida nas cidades. “É quando se sente, progressivamente, despojado do seu poder sobre a vida pública que o cidadão se entrega aos especialistas eleitos ou autodesignados” (MAFFESOLI, 2005). Nesse sentido, Maffesoli (2005) assinala que a administração da vida pública tornou-se “negócio dos outros”, “negócio alheio”, “entidade abstrata”.

Como mostra Bobbio (1999, p. 423-424), a democracia é um sistema que prevê a liberdade de escolhas e o poder de decisão do cidadão, mas qual cidadão? Preferencialmente aquele que tenha condições de escolher, avaliar ações, analisar seus interesses particulares em relação aos interesses do coletivo, buscando o equilíbrio entre o privado e o público, apostando na lógica para esse exercício de análise e justiça. Pede-se muito? “O homem-racional é um ideal-limite. Exatamente por isso também a democracia é um ideal-limite” (BOBBIO, 1999, p. 425). Assim, entendemos que a democracia em sua expressão máxima será sempre o pote de ouro a ser buscado no final do arco-íris. Trata-se de uma meta incessante a ser constantemente aperfeiçoada, sobretudo pela revisão dos pactos.

Ao se analisar as mudanças sofridas pelo sistema democrático, compreende-se que, com a transição para o modo representativo, o que se tem é uma democracia em que o sentido do *démos* foi alterado, não se tratando de uma *cracia* da massa, mas de uma *cracia* de grupos organizados que atuam, em princípio, como expressões dessa massa a partir do que passou a ser chamado de “direitos políticos”, ou seja, direitos que são mesmo o fundamento da participação direta ou indireta do cidadão no regime democrático representativo, garantindo um grau de atuação na tomada de decisões que atingem o coletivo. Nessa passagem, o que se considera como “massa” ganhou um caráter homogêneo e sem autonomia na ação política, ao contrário do que ocorria no princípio do modelo democrático. Nesse sentido, o destino das massas na gestão do coletivo passou a ser administrado por agentes de representação, o que de certa forma assegurou o alto grau de manipulação que a política registra em muitos momentos (BOBBIO, 1999; COMPARATO, 2006).

Mesmo que a democracia como temos hoje tenha buscado garantir tanto a soberania popular, através do direito de voto, e a pluralidade de ideias, no debate em nível político e social, esse modelo provocou uma fenda entre a ação política executada pelos representantes eleitos e àquela que é, ou deveria ser, desempenhada pelos representados. Ao eleger representantes, o cidadão, de certa forma, retirou-se da cena política, não sem prejuízos. Esse vácuo entre ação política representativa e sociedade resultou na organização de novos atores engajados também na representação, dessa vez em um espaço intermediário entre os eleitos e os eleitores. São eles os grupos organizados da sociedade civil que se articulam para expor e fazer valer seus pontos de vista a respeito de questões do social, situando-se estrategicamente no meio caminho entre cidadãos e políticos, tendo como ponto de partida na sua atuação uma lógica identitária. Como enumera Silva (2009, p. 85), estes atores que estão no âmbito das mobilizações sociais são hoje os movimentos sociais, as ONGs nacionais ou internacionais, os grupos organizados que defendem temas relativos a gênero, raça, identidade cultural, entre outros. Em síntese, a complexidade do sistema democrático como se tem hoje determinou a eleição de representantes para administrar o social, a supressão da participação direta dos cidadãos e o surgimento de coletivos intermediários, com voz ativa para solicitar atenção a temas que consideram pertinentes, e funcionando, até certo ponto, como outro gênero de representação no campo da política.

Nesse resgate percebemos então que o debate em torno da democracia enquanto sistema de gestão da sociedade é antigo, amplo e envolve muitos fatores. Ao refletir sobre a democracia, Morin (2011, p. 116) afirma que o “problema democrático constitui um problema planetário”, isso porque como se não bastassem as discussões em torno das necessárias melhorias no regime democrático vigente em algumas nações, não podemos nos esquecer da luta pela instauração da democracia nos países submetidos a sistemas ditatoriais. A manutenção da democracia tem como base a delicada harmonia entre dois elementos: respeito e conflito. Na análise de Morin (2011, p. 116), o jogo democrático precisa incluir o respeito dos cidadãos às regras expressas e às instituições e, paradoxalmente, permitir a existência de opiniões que podem ser contrárias, mas que, por fim, asseguram a vitalidade da democracia. Portanto, vê-se como necessária a manutenção, no sistema democrático, do espaço da livre circulação de ideias, na

medida em que é esse exercício que confere à democracia o caráter libertador capaz de permitir a expressão da sociedade civil.

Os grupos organizados da sociedade civil, atuando de forma intermediária entre representantes e representados, em tese pretendem assegurar que o cidadão possa ter maior participação no jogo da democracia, uma vez que a representatividade fez com que houvesse o abandono do protagonismo político por parte dos cidadãos. Essa atuação também não é garantidora de que as reivindicações desses setores serão absorvidas e solucionadas pelos políticos. Como nos mostra Habermas (2003, p. 174) no que diz respeito aos sindicatos, por exemplo, seu surgimento ocorreu para que funcionassem como uma espécie de “contrapeso organizado” no campo da política, com pretensões de influenciar sobre a legislação e sobre outras forças do Estado, atuando na dualidade conflito/entendimento para alcançar seus objetivos.

Mas o que poderia garantir um melhor desempenho do regime democrático em atenção às necessidades coletivas? Desde o modelo clássico tem-se que a educação para o exercício da ação cidadã é o ideal para assegurar a igualdade cívica ou, ao menos, aproximar-se dela. Sem o conhecimento dos temas que compõem o social torna-se impossível exigir que a democracia pressuponha participação da sociedade. Ainda que o modelo atual não contemple participação direta, não está fora de alcance estabelecer instrumentos que garantam fiscalização e controle por parte dos cidadãos em relação ao trato dos temas públicos por parte dos representantes. Para tanto é necessário tornar os cidadãos também “especialistas” no que diz respeito à ação política, promovendo o desenvolvimento dessa competência, tornando eleitores próximos aos eleitos no que tange à capacidade de conhecimento e avaliação dos temas públicos. Como assinala Bobbio (1999, p. 392), o cidadão no regime democrático “deve saber, ou pelo menos deve ser colocado em condições de saber”. No entanto, a caminhada da democracia indica que outros percursos foram assumidos e que a necessidade de instrumentalizar o cidadão para que decida por conta própria foi deixada de lado.

Quanto mais técnica se torna a política, mais a competência democrática regride. O problema não surge apenas em situação de crise ou guerra. Ele integra a vida cotidiana. Até o século XVIII, toda mente cultivada podia refletir a respeito dos conhecimentos de Deus, o mundo, a natureza, a vida, a sociedade e, assim, formular a interrogação filosófica que, ao contrário do que acreditam os filósofos profissionais, constitui uma necessidade de todo

o indivíduo, pelo menos até que as restrições da sociedade adulta a modifiquem. Hoje exige-se que cada indivíduo acredite que sua ignorância é boa, necessária, e cada vez mais o submetem a programas de televisão em que especialistas eminentes lhe dão aulas que distraem sua atenção (MORIN, 2011, p. 65).

O preparo dos cidadãos para o exercício da democracia sempre foi norma nas sociedades ditas democráticas da Antiguidade. Fazia parte do estímulo à participação na política a adoção de medidas educacionais que incentivassem, desde a infância, a população apta a tomar parte nas decisões coletivas. O conhecimento das leis que regiam a sociedade era uma obrigação e esse hábito foi herdado dos gregos pelos romanos que incluíram nos currículos das crianças o aprendizado das leis como matéria fundamental para que, no futuro, tornassem-se dignos do exercício da vida pública. Conforme Comparato (2006, p. 567), a igualdade cívica era para os gregos uma virtude a ser cultivada através da educação. Na democracia representativa de hoje, sabemos, o conhecimento da legislação tornou-se restrito aos especialistas, o que soa estranho, na medida em que desconhecer as leis é mais ou menos como uma caminhada às cegas, ou tomar parte de um jogo sem saber as regras que o orientam.

### 3.2 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A especialização do conhecimento, como se vê, não se restringiu ao âmbito político, na execução das tarefas desse setor. Pensar o social e tudo o que o compõe passou a ser um dos principais encargos dos meios de comunicação (MORIN, 2011). Conforme Habermas (2003, p. 202), na consolidação de um novo modelo de esfera pública os meios de comunicação de massa<sup>6</sup> ganharam um caráter integrador e uniformizador, retirando dos receptores a possibilidade da emancipação vislumbrada por Habermas (2003) como uma possibilidade de “dizer e contradizer”. Assim há o que este autor (HABERMAS, 2003) chama de passagem do público que pensa cultura para o que consome cultura, tornando o social um território onde o debate político é substituído pela ideia de consumo e propaganda. Nesse sentido, os meios de comunicação assumiram a função de dizer o social, de

---

<sup>6</sup> Segundo Hohlfeldt (2001, p. 62), a comunicação dita de massa faz parte do processo de urbanização exponencial registrado, sobretudo, a partir da Revolução Industrial e que tornou difícil a comunicação direta, interpessoal, ou o alcance a todo tipo de informação, tornando essa, tarefa de “intermediários”, no caso jornalistas (que buscam informações, deixando-as aptas ao consumo da população) e tecnologias (que veiculam essas notícias).

influir, seja na política ou na economia, nesse caso, com facilidade, já que contavam com um público cada vez mais apolítico (HABERMAS, 2003, p. 207-208).

De fato a democracia do mundo contemporâneo apresenta como característica a existência de um espaço midiático que funciona muitas vezes como agente fundamental na regência da esfera pública, compondo o campo político tanto quanto os representantes eleitos para isso. Bobbio (1999, p. 386) vislumbra na ação dos meios de comunicação a substituição do espaço da praça pública na Grécia antiga. Um local onde é possível expressar ideias, dar visibilidade ao poder, constituir uma opinião pública. No entanto, sabemos que essa capacidade de expor ideias fica restrita aos produtores de notícias. Os meios de comunicação de massa atuam como pontes entre cidadãos e políticos, o que lhes confere um grande poder. Castells (2010, p. 535) afirma que o exercício desse poder se dá especialmente na construção de significados mediante o processo de comunicação que tem lugar nas redes multimídia de comunicação de massa. Para o autor (CASTELLS, 2010), o poder da comunicação é o centro da dinâmica social.

Poder é algo mais que comunicação, e comunicação é algo mais que poder. Mas o poder depende do controle da comunicação, assim como o contrapoder depende de romper este dito controle (CASTELLS, 2010, p. 23).

Assim, compreendemos que os significados são construídos para a sociedade a partir dos meios de comunicação e, portanto, as mensagens, os grupos, os líderes e os atos públicos que não ganham atenção dos meios de comunicação de certa forma não existem, uma vez que não são reconhecidos pelo espaço legitimador, que é o terreno da comunicação. Castells (2010, p. 262) reconhece a importância dos meios de comunicação como muito além da alcunha de Quarto Poder, revelando-se como verdadeiramente responsáveis pela constituição do espaço de decisões coletivas. Para que os atores políticos possam fazer valer suas intenções é preciso que suas mensagens passem pelos meios de comunicação. É preciso aceitar as regras do jogo midiático, a linguagem dos meios e seus interesses.

Banhadas pelo *status* de “verdade”, as mensagens veiculadas nos meios de comunicação ganham o caráter de “imparciais” conforme prescreve a bula do bom Jornalismo. Mas Castells (2010, p. 263) lembra que o Jornalismo feito em meios

corporativos é, sobretudo, um negócio. Acrescentamos que nos meios de comunicação estatais mesmo o caráter público não é garantia de imparcialidade, na medida em que as mensagens estão subordinadas às inclinações ideológicas do partido do momento.

Distintos analistas têm documentado a tendência à corporatização e concentração dos meios em momentos e partes do mundo diferentes. A concentração dos meios não é algo novo. A história está cheia de exemplos de controle oligopólico sobre os meios de comunicação, como o controle dos sacerdotes sobre a escrita em tábuas de argila, o controle da Igreja sobre a Bíblia em latim, a concessão de prerrogativas à imprensa, os sistemas de correio estatais e as redes militares de sinalização, entre outros (CASTELLS, 2010, p. 113).

É dado concreto que a redução do espaço de participação na vida pública resultou na assunção de setores específicos, entre eles o da Comunicação. Notando-se que esse setor é representado de forma marcante por grandes empresas com interesses econômicos particulares, tem-se que a imparcialidade necessária à formação de uma opinião pública consistente é duvidosa. Como mostra Habermas (2003, p. 264), no momento em que as instituições voltadas para produzir Comunicação se transformaram em uma espécie de poder social, privilegiando, boicotando, adequando-se, em consonância com os interesses que representam, a formação de uma opinião pública não é garantida. Para Comparato (2006, p. 631), nos dias de hoje, salvo o que ocorre na Internet, em geral os meios de comunicação de massa são explorados e dominados ou pelo Estado ou por grandes organizações empresariais, ambos com interesses específicos no trato da informação, atuando no sentido de moldar a opinião pública. Percebe-se que os meios de comunicação de massa ocuparam a lacuna do espaço público, antes habitado pelos cidadãos, equilibram opiniões, formam ideias e valores, respaldam modos de pensar e agir. Afinal, quem nunca ouviu a frase “deu no jornal” como expressão máxima da verdade absoluta e incontestável?

A conversação que se estabelece entre emissores e receptores, na cena da Comunicação, pressupõe um ideal, apontado por Maia (2011, p. 50) como aquele em que, sabendo-se da estreita associação entre democracia e meios de comunicação, assimila-se que a informação política através do processo comunicacional será formadora de uma opinião pública que, para tanto, necessita de visões distintas que apresentem a diversidade política da sociedade, garantindo a

existência de uma amostra racional de todos os lados, tornando os receptores aptos à análise do conteúdo apresentado.

Mas o próprio “fazer” do Jornalismo não favorece um retrato plural, seja nas páginas de jornais e revistas ou nos noticiários de rádio e televisão. O *newsmaking* prevê uma série de critérios para que um fato ganhe *status* de notícia. Essa escala de valores, que torna um assunto noticiável ou não, se adapta em primeira instância aos interesses da corporação da qual o meio de comunicação faz parte e é introjetado pelas equipes nas redações, que traduzem esses critérios em normas que padronizam e tornam uma rotina o ato de selecionar uma notícia, como explica Wolf (2005, p. 196-197), para quem a introdução de práticas de produção torna possível o trabalho sobre matérias-primas imprevisíveis, no caso, os acontecimentos diários. Ou seja, a organização de um sistema que determina qual fato terá o valor de notícia, merecendo ser noticiado, é garantidora da agilidade que compõe a prática nas redações. É claro que esse processo não é tão rígido a ponto de não permitir flexibilizações. Há uma “natureza negociada dos processos de produção de informação”, atuando conforme a necessidade (WOLF, 2005, p. 200). No entanto, regra geral, existem sim definições acerca da noticiabilidade que controlam desde o tipo até a quantidade de informações acerca de um tema, além da hipótese de supressão total. Essa rotina serve de base para a definição dos valores-notícia (*news values*).

Um segundo aspecto geral é que os valores/notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção: sendo assim, estão presentes não apenas na seleção de notícias, mas também permeiam os procedimentos posteriores, porém com uma importância diferente (WOLF, 2005, p. 202).

Por procedimentos posteriores entendemos tanto a edição que o fato receberá ao se tornar notícia, bem como o acompanhamento, nas suítes.

A organização de um sistema que permita identificar rapidamente o que vale ou não como notícia é premente na lógica de trabalho das redações, onde estabelecer a cada vez os critérios de seleção de um fato é uma atitude ilógica. Como nos mostra Chaparro (1993, p. 88) nas grandes redações há mesmo um poder estabelecido e reconhecido como tal que “determina ou tolera as decisões do dia a dia”, partindo de normas preestabelecidas. Trata-se de um código definido por cada organização e que se propõe a determinar para seu universo produtivo um

“sistema ideológico ou prático de valores”. Mesmo entendendo-se essa necessidade, percebemos como evidente que a estrutura de critérios de seleção, de certa forma, “engessa” as possibilidades, resultando inúmeras vezes em distorção, fragmentação, supressão, dificuldade em contextualizar e tratar de maneira aprofundada um tema. Nesse caso, há a ideia de que essas dificuldades já fazem parte da cultura do “fazer jornalismo”, sendo incorporadas como parte inevitável do processo (WOLF, 2005). No entanto, sabemos, é o caráter de seleção, aliado às poucas possibilidades de oferecer conteúdo aprofundado que têm contribuído até certo ponto para a constituição de uma opinião pública de fraca atuação. Chaparro<sup>7</sup> (1993) aprofunda o tema ao analisar a cobertura feita pela mídia impressa de São Paulo, elencando as dificuldades observadas no sistema produtivo, comum nas redações, e o descaso muitas vezes verificado quando a questão é o compromisso social do Jornalismo:

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses pessoais particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a frequente prevalência dos objetivos do *marketing* sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação antissocial do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social (CHAPARRO, 1993, p. 108).

No caso da seleção de temas que viram notícias nas redações, é sabido que o sistema de escolha baseia-se na ideia de *gatekeeping* (filtragem). Em geral, nas redações, todos funcionam como *gatekeepers* (guardiões do portão), seja na seleção da pauta a ser apurada, na escolha do ângulo para a fotografia, na abordagem do texto, na ênfase ao tema, na forma de edição do material. Ao analisar a hipótese do *newsmaking*, da qual faz parte a ideia de *gatekeeping*, Hohlfeldt (2001, p. 207) observa que a produção de notícias nos meios de comunicação de massa prevê:

---

<sup>7</sup> A pesquisa de Chaparro (1993) dedica-se à análise dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo de 1991 a 1992, promovendo um rastreamento de matérias com a intenção de identificar o modo de produção, valendo-se para isso da reconstituição da narrativa, através de entrevistas feitas com repórteres, editores, pauteiros e fontes citadas.

a) tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como algo notável de ser noticiado; b) elaborar relatos capazes de retirar do acontecimento seu nível de particularidade (idiossincrático), tornando-o generalizável (contextualizado); c) organizar temporal e espacialmente este conjunto de tarefas transformadoras, de modo que os eventos noticiados fluam e possam ser explorados racional e planificadamente (HOHLFELDT, 2001, p. 207).

Nesse processo visualizamos o que Hohlfeldt (2001) classifica de conjunto de normas relativas ao *newsmaking* que funciona para convencionar o que é notícia, o que tem potencial para ser divulgado, atuando o *gatekeeper* como um seletor que verifica o que apresenta os requisitos básicos enquanto ocorrência, merecendo receber um caráter noticioso.

A *noticiabilidade* é um conjunto de regras práticas que abrange um *corpus* de conhecimento profissional que, implícita ou explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma *construção narrativa* jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística (HOHLFELDT, 2001, p. 209).

Embora a hipótese do *newsmaking* pareça conceder poderes extremos aos meios de comunicação de massa, é sabido que no Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países, os jornalistas de fato têm agido muitas vezes como investigadores, juízes ou tutores no jogo social, selecionando, apurando e até mesmo condenando. O que pode ser interessante, quando o sistema carece de liberdade (a censura aos meios de comunicação durante a ditadura militar no Brasil expressa isso), pode ser perigoso em alguns momentos, especialmente naqueles em que o julgamento feito pelos meios de comunicação se revela uma inverdade ou que a “condenação” é feita de forma antecipada ao julgamento real, realizado na instância competente para esse fim. Nesses casos, o que se vê é que a retratação por parte dos meios de comunicação quando não é nula, revela-se tímida. Mas, comumente, os estragos à imagem do investigado/condenado já foram feitos.

Por outro lado, há momentos em que determinadas práticas, organizações, sujeitos, enfim, expressões da esfera pública, são ignoradas pelos meios de comunicação de massa, sendo relegadas, portanto, ao caráter de inexistentes, uma vez que, como vimos, o que se passa no âmbito do social requer o conhecimento midiático como garantia de existência. Sim, há a possibilidade de determinados temas/sujeitos terem condições de integrar a pauta do dia. Mas para isso, muitas

vezes, é preciso que se encaixem na cena/personagem que lhes foi destinado. Há um lado da moeda que lhes é permitido mostrar (sendo certo que esse lado sempre será noticioso); o outro deve permanecer escondido.

### 3.3 A CIBERDEMOCRACIA E SUAS POSSIBILIDADES

Se o papel dos meios de comunicação de massa é o de funcionar na formação de uma opinião pública e na garantia de informação, a partir da complexificação dos aglomerados urbanos e com a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), consideramos que há um aumento da capacidade comunicacional em outro nível, gerando possibilidades de maior participação política.

Essa capacidade seria vislumbrada a partir do momento em que aqueles que normalmente são considerados apenas como receptores de notícias podem atuar também como emissores e seletores de informações. Entendemos, portanto, que a adoção do ciberespaço como terreno comunicacional, até certo ponto, alforriou os receptores, alçando-os a uma situação diferente da espera passiva por notícias que os coloquem a par do que acontece no mundo, valendo-se para isso de uma seleção feita pelos meios de comunicação de massa que oferecem ao receptor um cardápio pronto. Além disso, estabeleceu-se a possibilidade desse agente também emitir informações e opiniões, marcando uma tendência ativa do antigo receptor no processo comunicacional.

Castells (2010, p. 24-25) chama de sociedade em rede as ações sociais que envolvem o campo da Comunicação e que são verificadas no começo desse século em estruturas que se movem em torno das redes digitais de comunicação, transformando as relações de poder a partir desse novo contexto, em que a produção de símbolos se dá em outro território. Este autor (2010) trata pelo termo “autocomunicação” de massa o incremento apoiado pelas TICs e que garante ao cidadão autonomia no campo da Comunicação. Afirmando que o significado se constrói na sociedade através do processo comunicacional, Castells (2010, p. 44-45) aposta em uma nova sociedade em formação constituída a partir das associações globais, nacionais, locais reunidas em um território que proporciona justamente a interação social.

Na vida social, as chamadas redes são as estruturas comunicativas e suas múltiplas possibilidades, que tornam os atores mais ou menos importantes, conforme o potencial de comunicação que desenvolvem. Os atores sociais são origem e fim no sistema de comunicação em rede que permite a constituição da chamada Ciberdemocracia<sup>8</sup>.

Uma sociedade em rede é aquela cuja estrutura social está composta de redes ativadas por tecnologias digitais de comunicação e informação, baseadas na microeletrônica. Entendo por estrutura social os acordos organizativos humanos em relação com a produção, o consumo, a reprodução, a experiência e o poder expressos mediante uma comunicação significativa codificada pela cultura (CASTELLS, 2010, p. 50-51).

A experiência comunicacional na chamada sociedade em rede, considerando, sobretudo, as oportunidades vislumbradas através do uso da Internet, demonstra a conquista de um espaço para publicização de fatos variados, expressos por cidadãos ou coletivos múltiplos. Nesse contexto, a esfera pública midiaticizada, ou esfera pública virtual, permite aos usuários a possibilidade de um debate público que não se submete à normatização observada até então, subvertendo a ordem “representantes/representados” e possibilitando a obtenção de informações em outros canais que não os convencionais meios de comunicação de massa, a produção e divulgação de informações, a socialização do saber, constituindo-se em um laboratório em que manifestações diversas do jogo ciberdemocrático podem ser observadas (CARDON, 2010).

Depois de cerca de duas décadas de uso pelo público comum, percebe-se que a Internet não é um meio como os outros. Ela tem permitido a crítica aos redutos onde as notícias ou o saber é produzido, colocando em xeque a organização desses significados. Trata-se de uma democratização da informação, que antes era destinada em primeiro tempo aos jornalistas e à classe política. Entendemos que as TICs promoveram, no último período, possibilidades de interação, debate e informação ao alargarem o espaço público de maneira que o que até então estava

---

<sup>8</sup> Utilizamos o termo Ciberdemocracia conforme descrição de Gomes (2011, p.27-28), para quem a expressão designa o emprego de dispositivos tecnológicos, aplicativos e ferramentas para tomar parte nas práticas sociais e políticas em benefício do processo democrático. Destacamos que nesta pesquisa o termo Ciberdemocracia será utilizado para designar, sobretudo, as práticas evidenciadas na Internet. Conforme Lévy (2002, p. 11-12), Ciberdemocracia é um termo que remete às práticas políticas vistas no ciberespaço, onde as características são a liberdade de expressão, a transparência e o caráter universal, renovando as condições de vida pública, acrescentando liberdade e responsabilidade ao cidadão.

relegado à sombra dos especialistas pudesse vir à luz, a partir do ato de tornar público. Enfim, a manutenção do poder sempre teve relação com o controle da informação e, apesar de alguns exemplos contrários, a Internet revela-se como um território que permite aos anônimos, cidadãos comuns, conhecer além do que lhes era permitido e isso em todos os campos, inclusive o da política (CARDON, 2010).

Grande parte da história do pensamento político pode ser interpretada como uma contínua tentativa de parte dos súditos de arrancar os véus, ou as viseiras, ou as máscaras atrás das quais se escondem os detentores do poder, de ampliar a área do poder visível em relação à área do poder invisível (BOBBIO, 1999, p. 388-389).

Ainda que o regime democrático previsse, na origem, o ato de tornar público tudo o que fosse de interesse do coletivo, sabe-se que, na prática, ocorre de maneira diferente. Em geral, o segredo é a regra. As análises positivas em relação às TICs dizem respeito justamente à possibilidade de tornar visível, mostrando-se, além disso, no caso da Internet, como um terreno onde os cidadãos podem, até certo ponto, exercer também algum tipo de fiscalização sobre assuntos relativos à coletividade. Assim, a partir do ciberespaço se percebe, em algumas circunstâncias, possibilidades para o exercício democrático de primeira ordem, que prevê visibilidade, debate, pluralidade de opiniões, possibilidades de o cidadão comum tomar parte nos temas do coletivo. Ora, sabemos que, assim como na Antiguidade e nos modelos democráticos que se seguiram, essa Ciberdemocracia não é igualitária. Há nesse contexto também os excluídos, ou “não-plugados”, que restam à margem do processo. Mesmo assim não é possível desconsiderar as mudanças positivas impetradas pelas TICs no processo democrático, ao reduzirem o fosso entre sociedade e sistema político, libertando-se, ao mesmo tempo, da necessidade de contar com os meios de comunicação de massa como única opção de mediadores.

### 3.4 EXEMPLOS DA CIBERDEMOCRACIA

O uso da rede para dar visibilidade aos atos da vida pública tanto parte dos usuários comuns ou grupos organizados, como dos setores da política especializada, a partir de *sites* constituídos com a função de ser um canal direto com a população, uma forma de diálogo entre representantes e representados e, por vezes, um mecanismo de prestação de contas.

No Rio Grande do Sul, em 2011, houve o lançamento do Gabinete Digital<sup>9</sup> do governo do Estado, com a pretensão de ser uma ferramenta de comunicação entre o governo e a sociedade. Nesse espaço *on-line* o governador responde às perguntas enviadas através de redes sociais como *Twitter* e *Facebook*, participa de debates e recebe sugestões sobre vários temas, que são pautados previamente. Com a intenção de tornar o processo mais acessível, foram instalados computadores em pontos-chave de diversas cidades do Rio Grande do Sul, com acesso direto ao *site* do Gabinete Digital, seja para efetuar o envio de perguntas, sugestões e/ou acompanhar os debates.

Na primeira edição a pergunta do Gabinete Digital era: “Como podemos melhorar o atendimento e o acesso à saúde pública?” Em princípio, as 50 propostas apresentadas pelos cidadãos e mais votadas pela população seriam consideradas prioritárias no programa de governo. Conforme divulgado, o objetivo do Gabinete Digital em relação ao primeiro tema era de recolher a opinião da população sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). A experiência gaúcha foi divulgada como a primeira do gênero no Brasil em se tratando de governo estadual. A preocupação com a inclusão dos cidadãos sem acesso à Internet era um dos fatores tidos como delicados na execução da proposta do Gabinete Digital. Para minimizar o problema, além das centrais espalhadas pelo Estado, com computadores disponíveis, foram colocadas *vans*, também equipadas com computadores, nas ruas de várias cidades.

A proposta do Gabinete Digital teve como base uma plataforma de dados abertos e é permitido que esses dados sejam replicados, até mesmo funcionando como modelo para outros Estados.

O projeto de ingresso em um sistema de governança eletrônica no Rio Grande do Sul sucedeu, em tempo, as experiências do governo federal, entre as quais o Portal da Transparência<sup>10</sup>, lançado em 2004. Esse portal é um canal onde é possível acompanhar a execução dos programas de governo, em âmbito federal, inclusive em relação aos investimentos. Nesse espaço estão informações sobre os recursos públicos transferidos pelo Governo a estados e municípios, além de informações sobre gastos realizados pelo próprio Executivo em compras e contratação de serviços. Despesas, receitas, empresas prestadoras de serviço,

---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.gabinetedigital.rs.gov.br](http://www.gabinetedigital.rs.gov.br).

<sup>10</sup> Disponível em: [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

situação de servidores, informações diárias, informações mensais (por Estado e município), gastos diretos do governo são outras das informações que podem ser consultadas nesse *síte*, sem que para isso seja preciso gerar um cadastro ou senha de acesso.

Em *sítes* específicos de ministérios, secretarias e outros órgãos do governo federal, a ideia de estabelecer um diálogo com a população se mantém. Exemplo disso é o *síte* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)<sup>11</sup>, que em novembro de 2011 fazia uma consulta *on-line* à população, a partir da seguinte pergunta: Quais devem ser os critérios para selecionar as famílias que se beneficiarão do programa de Reforma Agrária? As sugestões seriam utilizadas na elaboração dos critérios.

A consulta ficou no ar por um prazo de 45 dias e os interessados em participar deveriam acessar o *síte* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e preencher um formulário, opinando sobre quatro temas: princípios gerais da seleção de famílias, quem não pode ter acesso à terra, prioridade de acesso à terra em novo assentamento e prioridade para acesso à terra em lotes vagos. As informações contidas no *síte* do Incra avisavam que as sugestões seriam levadas em conta bem como a legislação vigente sobre o tema, no caso o Estatuto da Terra, a Lei Agrária e a própria Constituição Federal. Portanto, para que as propostas populares pudessem ser aproveitadas, não deveriam contrariar as leis. No espaço da página destinado para colher as sugestões dos internautas, cada item apresentava os princípios norteadores com base legal, de forma a facilitar a contribuição. Conforme dados do Incra, a consulta pública tem sido um instrumento para incentivar e maximizar a participação popular nas decisões políticas relativas às propostas de trabalho do Instituto. Posteriormente as sugestões são reunidas em relatórios e analisadas pela equipe técnica responsável. Depois há a redação da norma que precisa ser aprovada por um conselho.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16807:incra-recebe-ate-21-de-novembro-sugestoes-para-novos-criterios-de-selecao-de-assentados&catid=1:ultimas&Itemid=278](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16807:incra-recebe-ate-21-de-novembro-sugestoes-para-novos-criterios-de-selecao-de-assentados&catid=1:ultimas&Itemid=278)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

Esses são alguns exemplos brasileiros de tentativas de instalação de um sistema aproximado de governança eletrônica, no qual os governos deixam a posição de administradores de subalternos e passam à condição de prestadores de serviço aos cidadãos (LÉVY, 2002, p. 103), ou seja, não governam em segredo, buscam, mesmo que timidamente, se integrar às possibilidades recém surgidas que acabam por gerar outras necessidades, como maior visibilidade em seus atos.

Na obra Ciberdemocracia, Lévy (2002) nos apresenta a vários outros exemplos de governança eletrônica que, talvez pela pequena dimensão das cidades onde o modelo foi implementado, demonstram, segundo o autor, certa eficiência. Um dos exemplos apontados é o *site*<sup>12</sup> da cidade Issy-les-Moulineaux (localizada na França, a sudoeste de Paris) mantido pela prefeitura local. Conforme dados contidos no próprio *site*, todas as escolas de Issy estão conectadas à página da cidade e há, claramente, um incentivo ao que chamam de e-administração. Através do *site* de Issy é possível conseguir toda a sorte de informações referentes à vida nessa localidade de 64 mil habitantes: desde prestação de contas sobre as determinações administrativas até informações culturais e esportivas. O espaço chamado *I-Folio* é a zona livre para debates públicos partindo de uma pauta previamente programada. Em 18 de junho de 2010, os temas dos debates eram a prestação de contas referente ao exercício de 2009 – apresentada com a relação de despesas e receita – e as previsões de investimento para 2010, entre outros dados. Na pauta desse dia também estavam outros dois assuntos: a transformação do antigo bairro onde funcionava uma usina de incineração de lixo em bairro ecológico modelo e a festa dos vizinhos, com proposta de cinema ao ar livre. O que chama a atenção nessa área do *site*, além da participação dos moradores de Issy nas discussões propostas, é a linguagem simples utilizada na prestação de contas, inclusive com uma chamada especial, destacando esse aspecto na capa do *site*, com um *link* direcionando os internautas para os dados referidos. No *I-Folio* o texto de abertura celebra o caráter ciberdemocrático do *site*.

Ser ator de sua própria cidade é trocar e debater com todos aqueles que aqui vivem e trabalham. Nós queremos começar um diálogo direto com os habitantes de nossa cidade através deste *site* de discussões e proposições de ideias. Suas contribuições permitirão enriquecer as reflexões propostas pela administração municipal e poderão conduzir as ações mais próximas

---

<sup>12</sup> Disponível em: [www.issy.com](http://www.issy.com).

de suas expectativas. Este espaço é seu. Faça dele um lugar de debates construtivos. Para participar, queira inscrever-se aqui: tornar-se membro.<sup>13</sup>

Outro exemplo apresentado por Lévy (2002, p. 88) é o da cidade de Parthenay – hoje com 18 mil habitantes – com uma experiência tida como marcante em e-governo, a partir dos esforços do presidente da Câmara, Michel Hervé. Parthenay foi utilizada como estudo de caso em diversas análises sobre governança eletrônica e as possibilidades nas experiências ciberdemocráticas. Conforme nos conta Lévy (2002), a cidade adotou um sistema de acesso total, a partir de políticas públicas de locação/venda de computadores a preços baixos. Além disso, o poder público tornou-se fornecedor de acesso gratuito à Internet desde 1996 e construiu uma infraestrutura de intranet ligada aos hospitais, bancos e outros serviços municipais. O *site* de Parthenay foi o primeiro exemplo francês de comunidade virtual desse gênero, agregando o contato com os comerciantes locais (possibilitando pedidos de compra de produtos a partir do próprio *site*), páginas pessoais, fóruns de discussões, livre acesso a vários tipos de serviço.

De acordo com pesquisa de Vendramin e Valenduc (2010b), a ideia de tornar Parthenay um modelo de cidade digitalizada faz parte do projeto-piloto iniciado pela Direção-Geral XIII da Comissão Europeia (CE) e que tinha a intenção de fazer de várias pequenas cidades da Europa laboratórios de experimentação das TICs, associando ao máximo os cidadãos ao projeto, a partir das suas necessidades cotidianas, permitindo e estimulando que fossem ativos no processo. Para tornar o projeto viável, foi feita uma pesquisa com os habitantes de Parthenay no sentido de identificar as necessidades pessoais dos moradores. A pesquisa foi feita em 7,5 mil lares e as respostas permitiram traçar sete tipos de atitudes em relação às TICs. A partir desses perfis, foram constituídos, primeiramente, três grupos de discussão entre os moradores. Os resultados desses contatos entre os grupos permitiram identificar três campos de utilização das TICs: cultura, economia, social.

Na sequência o governo de Parthenay implementou uma ação de sensibilização e demonstração da utilização dessas tecnologias, criando ainda um sistema de Intranet e possibilitando a compra de computadores por boa parte da população, contando para isso com um programa que tornou as máquinas mais

---

<sup>13</sup> I-Folio, 2010. Disponível em: <[www.issy.com](http://www.issy.com)>. Acesso em: 18 jun. 2010.

baratas. Outra medida foi oferecer de maneira gratuita o acesso livre à rede durante o dia.

Vendramin e Valenduc (2010b) registram efeitos positivos nos esforços de Parthenay em se tornar uma cidade digitalizada. Em sua pesquisa demonstram que, em termos econômicos, a experiência digital serviu para reforçar as empresas locais. Uma centenária fábrica de brinquedos e máscaras de carnaval viveu, a partir daí, um período de expansão dos negócios, comercializando itens para todos os países francófonos. Novos serviços surgiram na cidade, como um supermercado virtual e uma rede de lojas do tipo “faça você mesmo”, que se lançou virtualmente graças aos estímulos da digitalização. O comércio no centro de Parthenay foi revitalizado ao contar com um sistema de encomendas através da Internet. Novas pequenas atividades econômicas foram lançadas, como o turismo e outros nichos que antes da ideia de digitalização dos serviços eram pouco conhecidos (é o caso de um sapateiro especializado em grandes tamanhos que passou a fechar negócios com vários países da Europa).

Conforme a pesquisa de Vendramin e Valenduc (2010a, 2010b), o grau de participação que a inclusão digital propiciou aos habitantes dessa cidade rural se expandiu além do plano econômico, irradiando para outras frentes. Hervé (2011, p. 19-22), que liderou a implementação da proposta de cidade digitalizada em Parthenay, acredita que as possibilidades vislumbradas na experiência dessa cidade demonstram que no século XXI há oportunidade para que o cidadão se torne atuante na localidade em que habita, responsabilizando-se por decisões do coletivo e abandonando a posição de completa dependência das determinações governamentais, posicionando-se como sujeito atuante. Para tomar parte desse processo, no entanto, é preciso conhecer e ter acesso aos suportes tecnológicos que permitem essa participação.

Adiante das tentativas de implantação de uma governança eletrônica com participação ativa dos cidadãos temos os exemplos em que a organização popular apoiada pelo uso das TICs não é desejada pelos governantes, mas acaba por ocorrer, provocando alterações sociais importantes. Esse é o caso da chamada Primavera Árabe, uma onda de protestos populares que aconteceu em países árabes e no norte da África, com manifestações contrárias aos governos vigentes, em geral baseados em sistemas tirânicos de opressão à população. Desde 2010, a

partir da Tunísia, os movimentos ocorreram em cadeia, seguindo para outros países. Entre as reivindicações estavam a instalação do regime democrático e mudanças de impacto econômico, como redução das taxas de desemprego, melhores condições salariais, além do direito à liberdade de expressão. A força das manifestações contribuiu para a queda de alguns ditadores, como o tunisiano Zine Abidine Ben Ali, depois de 24 anos no poder, e do egípcio Hosni Mubarak, com 30 anos de mandato, além da morte do presidente da Líbia, o ditador Muammar Khadafi, que comandava o país desde o final da década de 60 (SOHR, 2011; SOBRINHO, 2011).

Os protestos, que contaram com a participação massiva de jovens – no Egito a mobilização chegou a ganhar o nome de Revolução da Juventude –, utilizaram largamente as redes sociais como meio para a organização das manifestações. Através de redes como Facebook, Twitter e Youtube foi possível trocar informações, fotos e vídeos sobre as manifestações nas ruas e registrar a violência usada pela polícia contra os manifestantes, além de programar protestos e travar debates políticos *on-line*. Em alguns países, como o Egito, dados demonstram que a organização da população via rede funcionou porque não havia um grande controle sobre as informações que circulavam na Internet. A queda do ditador da Tunísia deu força aos rebeldes egípcios que, informados através da rede sobre os acontecimentos naquele país, intensificaram os protestos nas ruas, boa parte organizados a partir da Internet e apoiados também pelo uso dos telefones celulares na disseminação de informações sobre os atos públicos de contestação aos regimes (SOHR, 2011; SOBRINHO, 2011).

Em uma região dominada pelas mídias oficiais, as redes sociais permitiram, especialmente aos mais jovens, tornar pública sua insatisfação com o sistema político em vigência e promover uma organização em grupo que transbordou em ações públicas, fora da rede. Em muitos dos países nos quais ocorreram as manifestações em favor de mudanças no quadro econômico e social e contra os regimes ditatoriais, a Internet é a única forma de divulgação de outros pontos de vista, mostrando-se como um terreno propício à ação de pessoas contrárias aos governos. Além disso, a rede permitiu que a população conectada de um país ficasse sabendo das mobilizações ocorridas em outros, provocando reações diante do êxito de algumas manifestações populares (SOHR, 2011; SOBRINHO, 2011).

Não é nosso objetivo nesta pesquisa entrar nos meandros políticos da Primavera Árabe, uma vez que nosso objeto de estudo é outro, mas sabemos que esses acontecimentos evocam uma gama enorme de imbricações políticas envolvendo os interesses de outros países como os Estados Unidos. Há pesquisadores que analisam o uso das redes sociais no caso da Primavera Árabe e que questionam justamente o caráter libertário experimentado nas ações de Internet que resultaram nas alcunhas de “Revolução 2.0” ou “Revolução Facebook”, tratando o tema como uma orquestração internacional contra os governos nos países árabes, sendo os manifestantes manipulados pelas nações interessadas na queda dos ditadores. Nesse caso o uso da Internet e a difusão de informações, até então interditas, que ela proporciona, favorecendo a organização da contestação, são vistas como provocadas por pessoas colocadas estrategicamente na coordenação de fóruns de discussão nas redes sociais, com o propósito de organizar os grupos em manifestações contrárias aos regimes políticos em vigência<sup>14</sup> (GHARBIA, 2011; HASKI, 2011).

Tratar-se-ia portanto de uma ciberutopia perigosa, pois nos países onde a rede é vigiada os rebeldes desavisados estariam correndo risco ao tomarem parte destes fóruns. Guardadas as devidas diferenças, inclusive temporais, esse discurso nos faz lembrar das informações, durante o regime militar no Brasil, que associavam as atividades de grupos organizados, contrários à ditadura, aos interesses de países como Cuba e União Soviética. Entendemos que mesmo que esse tipo de intervenção tenha ocorrido, em qualquer um dos casos, ainda assim, se há um desejo expresso na população por mudanças profundas e um longo período de repressão à liberdade de expressão, ao encontrar uma oportunidade para organizar-se, no sentido de opor-se ao sistema, exigindo alterações, as mobilizações populares vão ocorrer, ainda que até certo ponto possam ser manipuladas. Nesse caso, a Internet poderá servir como suporte para organizar a contestação, divulgar seus efeitos e propor debates que não encontram outro território propício<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Sobre esse tema ver a obra de Evgeny Morozov, “**Net delusion: the dark side of Internet freedom**”.

<sup>15</sup> O documentário “How Facebook changed the World The Arab Spring”, produzido pela BBC, apresenta cenas das mobilizações nas ruas da Tunísia, por exemplo, e que não foram veiculadas em outros locais que não na Internet (através das redes sociais). As imagens foram registradas por internautas – alguns entrevistados no documentário – e revelam além das manifestações, a violência da repressão policial contra os manifestantes, muitas vezes tendo como consequência um grande número de mortos.

Ao analisar o caso da China, Castells (2010, p. 365-366) refere-se a uma ação contrária àquela observada nos países da Primavera Árabe. Na China, a censura aos meios de comunicação é um esforço constante por parte do governo<sup>16</sup>. A Internet é controlada por um grupo estatal designado para supervisionar o conteúdo veiculado nos meios de comunicação de massa, incluindo a rede. Os desvios, que significam não cumprir a normatização de assuntos possíveis, tratando de temas interditados, são punidos com perda do emprego – no caso de conteúdos produzidos por jornalistas em espaços de redes de comunicação –, reduções salariais, sanções executadas pela polícia política chinesa e submissão a programas de reeducação. As redações já conhecem os valores-notícia autorizados e, em caso de dúvida, basta consultar o editor sobre a versão politicamente aceitável para noticiar um fato. Entre os temas relatados como delicados ou interditados estão: direitos humanos, independência de Taiwan, a seita Fa Lun Gong e democracia. Assuntos como o Tibet estão livres para abordagem desde que, no caso, haja uma conexão entre as possíveis ligações do Dalai Lama com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial ou para reafirmar a soberania do Estado chinês sobre o território tibetano. O mesmo ocorre com a questão da gripe aviária, um tema liberado quando o enfoque não é capaz de provocar alarme na população (CASTELLS, 2010, p. 369).

Nos últimos anos o rigor em relação à Internet tem aumentado na China e muitos *sites* são proibidos<sup>17</sup>. As medidas de vigilância ao uso da rede incluem a

---

<sup>16</sup> Castells (2010, p. 365) conta que a obsessão em controlar a comunicação, na China, chega a tal ponto que no ano de 1430 foi proibida a construção de barcos de forma a desestimular as navegações e impedir o contato com outros países. A partir da ascensão do Partido Comunista, em 1949, houve uma política de controle dos meios de comunicação, que passaram à condição de propriedade do Estado, veiculando somente as informações autorizadas pelo governo. A posterior necessidade de investir em avanços tecnológicos na área da Comunicação revelou-se uma decisão paradoxal para o governo chinês. Por um lado, a necessidade de manter o país competitivo nos negócios mundiais, por outro o perigo de abrir além do desejado as fronteiras da informação.

<sup>17</sup> Reportagem do jornal Folha de São Paulo demonstra que existe uma estimativa que aponta um total de 30 mil censores trabalhando no controle do conteúdo acessado pelos chineses na Internet. Poucos lugares têm acesso à rede por satélite, o contato entre a China e a Internet do resto do mundo ocorre por um pequeno número de cabos de fibra óptica que entram no país através de três pontos, possibilitando a fiscalização do tráfego. O governo chinês chamou de "Escudo Dourado" o sistema de segurança montado para controlar o conteúdo da rede. Entre as práticas de controle está a não permissão para acessar qualquer outro *site* após o usuário ingressar em áreas proibidas. Há registros de usuários em cybercafés que após acessar ou participar de debates sobre temas interditados são surpreendidos pela visita da polícia local. (LORES, Raul Juste. **Internet na China é monitorada por 30 mil pessoas, que até apagam posts**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/informatica/ult124u431438.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2011).

canalização do tráfego de informações, com unidades específicas para vigiar o conteúdo, o registro de todos os usuários. Aos dissidentes que não se submetem ao regime imposto, o governo chinês reservou pena de prisão com a justificativa de estarem agindo de maneira subversiva. Os cibercafés são vigiados, sofrendo controle constante por parte da polícia política chinesa. Os provedores de acesso à Internet pertencem ao governo chinês e os *sites* produtores de conteúdo são obrigados a contar com uma licença do governo para oferecer o serviço, registrando as informações e prestando contas do conteúdo apresentado (CASTELLS, 2010, p. 371-372).

Analisando a questão chinesa a partir de pesquisas sobre o comportamento dos internautas nesse país e a forma como burlam as regras para comunicarem-se de maneira razoavelmente livre na rede, Castells (2010, p. 370) demonstra que os chineses a partir de sua educação já sabem espontaneamente os assuntos permitidos e aqueles que representam um terreno perigoso. Graças a essa capacidade adquirida, os internautas da China são capazes de driblar o controle exercido pelos robôs que rastreiam os conteúdos interditados. Para tanto é preciso não registrar palavras-chaves e expressões passíveis de censura, encontrando uma maneira de dizer algo valendo-se de códigos em que o conteúdo da mensagem é cifrado. No entanto, Castells (2010) afirma que esse tipo de conduta é mais visível entre os jovens internautas e que, no geral, a população chinesa parece favorável às políticas de restrição nos meios de comunicação (o autor cita dados de uma pesquisa feita em 2005 que mostram que 72% dos chineses eram favoráveis às políticas adotadas pelo governo em seu país). Essa postura é respaldada pelo incentivo a um ideal nacionalista, incorporado pela maioria dos chineses, que visa a favorecer o fortalecimento do país, especialmente em relação a Taiwan e ao Japão. Por esse motivo, Castells (2010, p. 373) afirma que, na China, a democracia é um propósito abstrato, almejado por uma minoria intelectual, e que a maior censura contra a comunicação via rede não chega a ser aquela produzida pelas forças governamentais, mas a exercida entre os próprios chineses, que se autocontrolam e supervisionam seus pares, evitando, no plano geral, a disseminação de informações não permitidas. Na China, apesar de alguns usuários conseguirem burlar a censura à rede, a maioria da população parece estar até certo ponto de acordo com as

políticas de controle da informação como forma de assegurar a manutenção do sistema político e social.

Como nos mostra Castells (2010, p. 393), as relações de poder são múltiplas e se constituem a partir de conflitos e acordos que vão formar os valores de uma sociedade. Além disso, as mudanças sociais, geralmente lentas, trazem no seu interior divergências, convergências, contradições que constituem a coletividade. Aos atores sociais que aspiram modificações a rede pode se converter em um cenário interessante. Castells (2010, p. 394) chama de políticas insurgentes as mobilizações de grupos organizados em prol de alterações nos sistemas sociais nos quais estão inseridos. Esses grupos, em geral movimentos sociais organizados com pautas determinadas, encontram na Internet um território para difusão de suas ideias, inclusive em nível internacional. “Os *sites* não só facilitam a informação aos visitantes assim como também servem para estimular a participação através da difusão viral desta informação” (CASTELLS, 2010, p. 427).

Como se viu na experiência árabe, a rede, ao possibilitar o contato com uma audiência massiva, fomenta a participação dos cidadãos ao estimulá-los a respeito de determinados temas. Acrescentamos a esse dado a capacidade observada na Internet de dar publicidade à realidade ou à versão, pouco conhecida pela população em geral, de alguns grupos específicos e das causas que representam. Nos referimos a determinados movimentos sociais e/ou coletivos organizados que encontraram na Internet um espaço ideal para informarem outros públicos, além de militantes e simpatizantes (naturalmente inseridos no contexto dessas organizações), a respeito de suas propostas e ações.

Um dos grupos que tem sido lembrado quando o tema é a utilização da Internet como ferramenta comunicacional eficiente, justamente por ser um dos pioneiros nesse uso, é o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O EZLN é uma organização surgida em janeiro de 1994 no estado mexicano de Chiapas, na região da serra Lacandona e que, a partir de sua origem indígena, defende as demandas dessa parcela da população marginalizada contra os interesses dos grandes proprietários de terras. Trata-se de um grupo armado, com peculiaridades em suas ações bem associadas às suas práticas políticas, que o fazem bastante original dentro do contexto das lutas populares na América Latina.

Como relatam Pimenta e Rivello (2008, p. 3), o EZLN passou anos se organizando anonimamente na selva quando, em 1994, ocupou sete cidades do estado de Chiapas (Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Chanal, Oxchuc, Huixtán e San Cristóbal de Las Casas) com 4, 5 mil índios encapuzados. Na pauta de reivindicações estavam direitos básicos, eleições não corruptas e até mesmo a renúncia do presidente do México. Os insurgentes ocuparam prefeituras, distribuíram comunicados e invadiram uma das mais importantes rádios da região para divulgar os motivos da revolta. As reivindicações dos zapatistas alcançaram boa repercussão a partir dessas ações. Após 12 dias de combates contra o exército federal e um saldo de dezenas de mortos, foi negociada uma trégua. A rebelião surpreendeu o México, pois, embora a herança de Emiliano Zapata<sup>18</sup> fosse presente nas lutas políticas mexicanas, não havia registros de ações anteriores desse movimento em particular.

Na ocasião da rebelião promovida pelo EZLN, o governo mexicano se via às voltas com a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que previa a integração econômica entre Estados Unidos, Canadá e México. De acordo com pesquisa de Ortiz (2005, p. 169), as ações tiveram justamente a intenção de chamar a atenção para a população esquecida pelo que ele denomina de México Primeiro Mundista, à frente nas negociações do Nafta. Assim, os zapatistas tanto reclamavam os direitos dos povos indígenas mexicanos, como colocavam sua luta dentro de um contexto globalizado, expondo os problemas de exclusão social aos quais estavam subordinados os indígenas e buscando sintonizar-se com movimentos populares de outros países.

Segundo registros de Ortiz (1997), os informes do EZLN circulam pelo mundo graças à comunicação em rede há mais de uma década. A Internet foi incorporada pelos zapatistas, sendo utilizada pela coordenação do grupo e também pelos comitês de solidariedade ao EZLN, funcionando como um coletivo *on-line* de apoio à causa que representam. Manter esse coletivo constantemente informado é tarefa possível graças ao uso da Internet. Através dela os zapatistas podem divulgar suas reivindicações e expor a realidade das populações indígenas da região,

---

<sup>18</sup> Emiliano Zapata foi um importante líder dos camponeses indígenas no México, no começo do século XX, quando formou um exército para promover guerrilhas contra os grandes proprietários de terras. Foi assassinado em 1919 e inspirou a criação do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

assegurando que essas informações estejam inseridas em um contexto de acesso global, chamando a atenção da sociedade mexicana e também de outras populações, no mundo, para as demandas de povos esquecidos (ORTIZ, 1997, p. 3).

Na análise de Ortiz (1997), o trabalho dos zapatistas na rede, promovendo a sua versão dos fatos e da realidade dos indígenas no México, fez com que monopólios do setor da comunicação, muito comprometidos com o governo mexicano, precisassem rever, em determinados momentos, o enfoque concedido a algumas matérias, uma vez que as notícias veiculadas na Internet pelo EZLN desmentiam a versão oficial divulgada nos meios de comunicação de massa. Um exemplo são as notícias que afirmavam não existir ataques do exército mexicano contra áreas civis. Além disso, os grupos apoiadores da causa zapatista em todo o mundo, bem como as organizações de direitos humanos, através da rede, puderam contar com dados sobre o problema, recebendo a versão dos zapatistas e agindo para pressionar o governo mexicano.

Sobre a questão do uso da rede pelo EZLN, Castells (1999, p. 102) observa esse caso como um modelo positivo do que chama de “guerrilha informacional”. A manobra dos zapatistas de divulgar sua mensagem na Internet garantiu que a mobilização do grupo não acabasse em uma guerra sangrenta, com enorme saldo de mortos, diante do confronto com o exército mexicano que invadiu as aldeias dos índios de Chiapas, em 1995. Para Castells (1999), ao assumirem a divulgação de suas ideias, os zapatistas livraram-se da armadilha de terem seus discursos assumidos por outros grupos, com outros interesses, e que poderiam manipular as informações e, conseqüentemente, a opinião pública.

Quando falamos em uso da Internet por parte dos zapatistas, em um primeiro momento falamos de uma utilização bastante limitada – já que se tratava da primeira metade dos anos 90 – mas, ainda assim, eficiente para o EZLN. Na época da primeira aparição do EZLN, em 1994, as possibilidades na rede limitavam-se basicamente a listas de discussão, e-mails e repositórios de arquivos. O *site* oficial do EZLN só surgiu em 1996. Até então, os zapatistas usavam a Internet de forma indireta. Os comunicados oficiais eram endereçados a alguns jornais e revistas mexicanos e à imprensa nacional e internacional. A partir daí, simpatizantes e ONGs

divulgavam os comunicados voluntariamente em listas de discussão e via e-mails (PIMENTA; RIVELLO, 2008).

O sítio mais popular era o Ya Basta, criado pelo universitário norte-americano Justin Paulson. A página apresentava notícias de jornais impressos e eletrônicos em quatro idiomas e informações sobre como entrar em contato com o presidente do México e suas embaixadas em todo o mundo. Paulson chegou a oferecer meios para que os usuários das redes pudessem mandar *e-mails* que chegassem até as mãos do EZLN (PIMENTA; RIVELLO, 2008, p. 8).

Ainda hoje, quase 20 anos após a primeira aparição pública dos zapatistas, a luta do EZLN prossegue no México. A rede continua sendo utilizada pelos zapatistas buscando a promoção de ações de solidariedade em nível nacional e internacional às ações de reivindicação dessa parcela da população mexicana. Com a inserção do EZLN na rede acredita-se que houve a abertura de uma frente contra a desinformação, possibilitando aos zapatistas condições para contra-argumentar e dar a sua versão dos fatos. A inserção dos zapatistas na rede serviu de modelo para outros movimentos sociais de caráter popular (BISCO Jr.; LINO, 2010; CASTELLS, 1999; ORTIZ, 1997).

Cardon e Granjon (2011, p. 116-117) citam ainda como exemplos da Ciberdemocracia os modelos do chamado “jornalismo cidadão” ou “jornalismo participativo”, em que os internautas são produtores dos conteúdos publicados. Cardon e Granjon (2010) não apostam que esses fenômenos sejam substituições ao jornalismo tradicional e, longe de uma ameaça ao gênero, revelam-se como uma dinâmica participativa que transforma as relações entre os profissionais da Comunicação e seus públicos, retirando o peso de autoridade que as informações produzidas por jornalistas profissionais possam conter ao inserir os receptores no processo produtivo, fazendo com que profissionais e amadores misturem-se na produção de informações, permitindo uma atuação importante do antigo receptor<sup>19</sup>.

No exemplo francês de jornalismo cidadão, AgoraVox, ao explicar a política para publicação no *site*, há a indicação dos motivos que podem levar alguém a se tornar um “repórter cidadão”:

---

<sup>19</sup> É o caso do coreano OhmyNews, criado em 2000, que propõe aos internautas escrever suas reportagens ou artigos que serão remunerados a partir de uma avaliação dos internautas, que escolherão os melhores. Nesse formato há na França os exemplos do AgoraVox, Rue89 e Mediapart. No Brasil, há a revista eletrônica Overmundo.

Por que tornar-se repórter? Simplesmente para fazer ouvir sua voz e para relatar os fatos que você presenciou e que não lhes pareceu terem sido suficientemente divulgados nas mídias tradicionais ou por terem sido ignorados ou, ainda, censurados. Se poderia afirmar que participar do projeto AgoraVox é um dever cidadão! Como afirmam os coreanos de Oh My News, "Every Citizen is a Reporter". Sim, nós estamos realmente convencidos que cada cidadão pode se transformar em um verdadeiro repórter ou jornalista investigativo. Afora o "dever cidadão", publicar em AgoraVox pode permitir o aumento de sua notoriedade assim como de seu *site* ou *blog*. Cada redator/repórter terá direito a uma ficha descritiva personalizada que lhe será concedida e na qual será possível ele se apresentar e estabelecer *links* com seus *sites*.<sup>20</sup>

Para Cardon e Granjon (2010, p. 118-119) também são interessantes e reveladores da *web* participativa os modelos que desenvolvem uma "contraespecialidade" ou seja, os *sites* de informações alternativas que revelam uma vocação claramente militante no sentido de contrapor e criticar a versão noticiosa apresentada nos meios de comunicação de massa e de organizar coletivos interessados em temas que ocupam um lugar, de certa forma, marginal. Esse é o exemplo do Basta!<sup>21</sup> que se apresenta como um *site* dedicado às questões sociais e ambientais que ocorrem em nível local ou global. Surgido em 2008, dispõe-se a discutir soluções, reunir jornalistas, pesquisadores e cidadãos para desenvolver conteúdos que atualizem a população e ampliem o debate sobre os temas propostos. Trata-se de um *site* de conteúdo escrito e visual (fotografias e vídeos) cujo acesso é gratuito. Conforme observam Cardon e Granjon (2010), esse tipo de ação na rede demonstra "uma nova reatividade dos internautas no sentido de desenvolver uma vigilância crítica a respeito do trabalho das mídias [...]".

Seja através dos modelos de jornalismo cidadão, ou do exemplo zapatista, assim como os acontecimentos na Primavera Árabe, percebemos que é necessário cada vez mais ser comunicacional para fazer parte da esfera pública. Entendemos que a Internet revela-se como uma plataforma favorável para "fazer política" e promover mobilizações que "transbordam" para o território *off-line* a partir de manobras *on-line*, provocando mudanças de âmbito social e político ou, pelo menos, garantindo novas discussões e pontos de vista sobre os temas. A "democratização da Internet (e do espaço público) está intimamente ligada à multiplicidade das formas de visibilidade que ela autoriza" (CARDON, 2011, p. 101). A Internet permitiu não só o alargamento do espaço público, mas ofereceu a oportunidade de fazer

---

<sup>20</sup> Disponível em: [www.agoravox.fr](http://www.agoravox.fr). Acesso em: 10 nov. 2011.

<sup>21</sup> Disponível em: [www.bastamag.net](http://www.bastamag.net). Acesso em: 10 nov. 2011.

existir, afóra os conteúdos dominantes, um espaço intermediário onde é permitido compartilhar e discutir temas que circulam mal – quando circulam – fora desse ambiente digital ou nos portais comandados pelas grandes corporações.

A palavra pública não fica mais sem resposta, diante de uma postura autoritária que impõe a seu público silêncio e deferência. Ela pode ser comentada, criticada, caçoada, transformada por um grande número de pessoas antes julgadas como inaptas ou ignorantes (CARDON, 2011, p. 10-11).

Há a compreensão, portanto, de que ao ampliar o espaço comunicacional, permitindo que os cidadãos atuem também como produtores de conteúdos, seletores de mensagens, propagadores de dados e emissores para suas redes de contatos, a Internet permite uma certa emancipação do trabalho realizado por aqueles que têm o direito de dizer o que é notícia e o que não é (logo, o que é relevante e o que não é). No campo da política, em se tratando de experiência de e-governo, ainda como experiências embrionárias, a mudança também atinge os meios de comunicação de massa, pois o contato entre governados e governantes passa a obedecer a um caráter mais direto, reduzindo o papel dos meios de comunicação no sentido de ser a única fonte para contar quais decisões relativas ao coletivo estão sendo tomadas. Se antes o espaço público era público porque os fatos haviam se tornado notícia, a partir de uma seleção feita por profissionais, obedecendo normas deontológicas, a experiência virtual permitiu a ampliação dessa esfera, ainda que *on-line*, que caracterizamos como um modelo de Ciberdemocracia (CARDON, 2011, p. 37).

É preciso saber medir a audácia deste movimento. Ele revela-se como uma aposta de alto risco, consistindo em confiar aos internautas a função de fazer a ruptura do modelo, designando a eles mesmos a escolha das informações e dos temas que julgam importantes. A sociedade não é mais representada por aqueles que foram designados para esta tarefa. Ela não se projeta mais nas escolhas, nos valores, na cultura profissional ou nas orientações políticas dos *gatekeepers*, mas a uma gama de possibilidades de auto-representação imanente às atividades dos internautas (CARDON, 2011, p. 50).

Como já dissemos, não temos a ingenuidade de acreditar que a Comunicação via rede é uma possibilidade de participação na democracia virtual que atinge a todos.

Quem percebe que todo convite à participação contém nele mesmo a desqualificação dos silenciosos ou dos passivos? Abaixo do horizonte democrático do `todo participativo' se reproduzem as diferenças que têm por origem a desigual distribuição de capital sociocultural (CARDON, 2011, p. 8).

Mesmo entendendo essa exclusão que, ao que parece, compõe todo o tipo de democracia, há o outro lado da moeda, em que as narrativas constituídas no meio virtual obedecem ao caráter democrático de não precisarem estar sujeitas a uma norma culta (escrever bem não é uma premissa para emitir opinião, comentar, reproduzir mensagens recebidas). Também a emissão de conteúdo não se resume aos materiais escritos. Fotografias e vídeos são componentes dessa Ciberdemocracia e, muitas vezes, são suficientes para tocar a sensibilidade de muitos e provocar mobilizações, bastando que o contexto da cena seja capaz de chegar à realidade de alguns, promovendo o que Castells (2010, p. 454) chama de rede das redes: a multiplicação exponencial de uma mensagem expressa através de um texto, uma fotografia ou um vídeo, canalizando interesses múltiplos.

Além das evidências de que a rede não é totalmente democrática e os apontamentos acerca de uma Internet vigiada, desejamos, sobretudo, ressaltar a possibilidade vislumbrada em um cenário onde se torna possível “quebrar o monopólio da narração” (ANTOUN; MALINI, 2010). Considerando que o poder constitui-se na construção de significados, a manutenção do controle sobre essa produção de sentidos é fundamental para definir o que será dito e como será dito, concedendo permissão para o que será pensado e como será pensado. Antoun e Malini (2010) afirmam ainda que esse controle se dá também sobre o que será lembrado e como será lembrado. A partir da comunicação em rede há uma série de novas oportunidades em curso e elas atingem todos os campos que compõem o social: política, economia, cultura, religião. Partindo desse pressuposto afirmamos que através da comunicação via rede contamos com variadas possibilidades como:

- a) mudança na relação entre representados e representantes, com maior participação nas decisões coletivas por parte dos primeiros e possibilidade de acompanhamento/fiscalização das ações de governo e/ou outras instâncias representativas;
- b) divulgar notícias que não encontram espaço nos meios de comunicação de massa, expondo outras versões, seja através de textos, fotografias ou

vídeos, alçando assim o cidadão à condição de repórter/comentarista do seu cotidiano, produtor de conteúdo a partir da realidade que conhece e fazendo com que outros receptores possam conhecer fatos sem depender somente das informações selecionadas pelos meios de comunicação de massa;

- c) para os movimentos sociais e/ou coletivos organizados que representam causas, geralmente, “marginais”, ou que ferem interesses econômicos e políticos, a rede possibilita inserção em um território comunicacional de amplo espectro, proporcionando condições de expor as causas que representam, motivos, formas de atuação, além de assegurar a possibilidade de travar contatos e ampliar as redes de solidariedade;
- d) organização de mobilizações ativadas primeiramente na rede com repercussão posterior *off-line*;
- e) condições de pautar os meios de comunicação de massa a partir da repercussão de fatos divulgados em um primeiro momento na Internet e fora dos portais das redes corporativas de Comunicação (*blogs*, redes sociais, Youtube);
- f) tornar público, para além das fronteiras de um país, acontecimentos que normalmente ficariam retidos em fronteiras informacionais ocasionadas pelos *gatekeepers* ou pela incapacidade de disseminação de informações que outros veículos podem conter.

São essas possibilidades de ampliar a capacidade comunicacional, além fronteiras, partilhar outras interfaces, constituindo parcerias, e construir um discurso diferenciado, que vai além do que é permitido dizer, que se mostram como o positivo da comunicação via rede. Trata-se do estendimento do processo comunicacional com a inserção de uma lógica em que contar os fatos não passa por uma filtragem. Antoun e Malini (2010, p. 290-291) acrescentam a essas possibilidades a tática de blogueiros e usuários do *Twitter* ou *Youtube* de reeditar os discursos dos meios de comunicação de massa, introduzindo falas e textos produzidos por esses novos narradores, como forma de dar a sua versão do fato e/ou criticar a narração produzida pela mídia convencional.

Assim, a narrativa noticiosa, que sempre esteve atrelada àqueles que detinham a capacidade de irradiar informação (a imprensa), hoje está em todos os lugares virtuais, que se comportam cada vez mais como mídias de multidão (*multimídias*), ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que, ao mesmo tempo, são mídias para outros públicos (ANTOUN; MALINI, 2010, p.290).

Com esse alargamento da esfera pública em terreno virtual há a fundamentação da chamada Ciberdemocracia que se caracteriza, então, pelas possibilidades renovadas de participação que oferece ao cidadão comum. Essa participação ocorre através da emancipação da palavra, no sentido de que o antigo receptor não é mais só o que ouve, vê e lê, mas é o que escreve, diz, fotografa, grava, discute, opina, contribui para a constituição de uma memória, participa em processos públicos de interesse coletivo. “Mais comunicação implicará em mais liberdade”, anteviu Lévy (2002), quase uma década antes dos acontecimentos que sacudiram seu país de origem – a Tunísia – tendo as redes sociais como agentes importantes no processo. Acreditamos, bem como Lévy e Castells, que a comunicação via rede representou a emancipação dos cidadãos em sentidos variados. Na sequência vamos analisar especificamente uma experiência brasileira no campo da Ciberdemocracia, observando de que maneira um movimento social organizou-se na rede, de que forma promoveu sua inserção em território virtual e o que isso significou para essa organização dentro de sua estratégia de Comunicação.

#### 4 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST: QUEM, QUANDO, COMO, POR QUÊ?

A questão agrária no Brasil está associada a um conjunto de fatores que datam ainda do período da colonização e que contribuíram para os conflitos relativos à terra que persistem no país até hoje. O objetivo desta pesquisa não é o de propor um amplo debate a respeito do tema da distribuição de terras no Brasil. Assim, optamos por avançar imediatamente ao período aproximado no qual o MST foi criado, sem entrarmos nos meandros relativos aos conflitos agrários e suas nuances no geral e que antecedem o momento da gênese do movimento, embora tenham contribuído para ele.

Dizemos período aproximado porque mesmo que exista uma data específica funcionando como marco referencial da criação do MST – durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná<sup>1</sup> – sabemos que a formação do movimento esteve ligada a diversos fatores anteriores a esse evento, remetendo a constituição do movimento<sup>2</sup> a um conjunto de variáveis que, somadas, resultaram nessa

---

<sup>1</sup> Este encontro teria reunido cerca de 80 trabalhadores rurais que organizavam ocupações de terra em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Central Única dos Trabalhadores, do Conselho Indigenista Missionário e da Pastoral Operária de São Paulo. Os participantes decidiram ao final do encontro que a ocupação de terras era uma ferramenta fundamental na luta pela democratização da terra. A partir desse encontro ficou definida a estratégia de construir um movimento orgânico, de caráter nacional, cujos objetivos seriam a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e, em um sentido mais amplo, a luta por transformações na estrutura social brasileira (UM HISTÓRICO..., 2011).

<sup>2</sup> Usamos o termo “movimento social” segundo definição de Gohn (2010) para quem os movimentos sociais possuem como características básicas o fato de serem organizações que possuem identidade,positor e têm como fundamento uma proposta de sociedade. Movimentos sociais também são organizações que, historicamente, têm contribuído para organizar e/ou conscientizar a sociedade, apresentando demandas, através de mobilizações, além de registrarem uma trajetória contínua e, por vezes, permanente. Estas organizações que se estabelecem como movimentos sociais não são movidas apenas pelas necessidades que apontam em suas lutas, mas também pelas discussões que propõem, a partir de suas experiências. Na atualidade, os movimentos sociais apresentam “um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática [...]”, chegando a agir na redefinição da Esfera Pública ao promoverem parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, atuando para alcançar maior controle social e promovendo a geração de saberes, ao apontar para novos modelos possíveis (GOHN, 2010, p.16-17). Para Martins (1997, p. 62) os movimentos sociais existem enquanto há uma causa não resolvida. Se o problema é solucionado, acaba o movimento; do contrário, o movimento se institucionaliza e vira uma organização reconhecida como tal, que é o caso do MST.

organização, cuja gestação, se pode dizer, começou no final da década de 70 até a primeira metade da década de 80.

Um dos aspectos que contribuiu para a criação do MST foi a série de acontecimentos ocorrida durante a ditadura militar e que representou a saída de um grande número de trabalhadores do campo, a partir da mecanização das lavouras. Foi um momento, em especial a partir da década de 70, em que o sistema de produção mudou rapidamente, deixando de utilizar o trabalho manual de forma tão intensa, o que resultou na expulsão de famílias inteiras da área rural, muitas do sul do país, onde a introdução da cultura da soja – com produção mecanizada – agilizou esse processo (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 15).

Esses trabalhadores rurais, que deixavam as propriedades onde eram arrendatários, meeiros ou pequenos proprietários, se deslocaram para outras regiões que estavam sendo colonizadas a partir do incentivo de políticas governamentais, como Rondônia, Pará, Bahia e Mato Grosso. Como eram regiões onde a agricultura familiar não era o forte da economia local, essas famílias acabaram retornando ao sul do Brasil, já que nos estados para onde foram enviadas não tinham condições de manter o trabalho na produção de culturas com as quais já estavam habituadas, entre elas o milho e o feijão. A intenção primeira do governo federal era promover, com essa transferência de mão de obra, incentivo ao garimpo e ao extrativismo da madeira, atividades em alta naquelas regiões do Brasil. Assim havia o projeto de deslocar contingentes populacionais para tais locais, atendendo a essas atividades e à necessidade de manter povoadas as fronteiras internacionais do país, seguindo a política de segurança nacional em curso na época (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 15-16).

Além da saída do sul para outros estados brasileiros, o êxodo rural, com o deslocamento dessa população campesina para áreas urbanas, era outra realidade para os pequenos agricultores que deixavam seus locais de origem para buscar alternativas de renda nas cidades. Essa opção também se mostrou difícil, na medida em que a partir do final dos anos 70, se agravando na década de 80, a indústria nacional começou a abandonar o otimismo do “milagre brasileiro”, mostrando sinais de crise. Como tanto as tentativas de migração para outros estados como a aposta nas cidades haviam se mostrado frustrantes, grupos de agricultores familiares começaram a mostrar interesse em permanecer nas suas regiões, trabalhando na

terra, a partir da obtenção de lotes. Essas variáveis impactaram a realidade dos pequenos agricultores do sul entre o final da década de 70 e começo da década de 80, influenciando na composição de um cenário propício à criação do MST (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997; STÉDILE, 1997).

Somaram-se a isso outros fatores, como a memória da atuação de outras organizações de camponeses, que legaram ao MST uma forma de mobilização na luta pela terra, entre elas as Ligas Camponesas<sup>3</sup>, no Nordeste. Há quem acredite que o MST surgiu após o desaparecimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, como uma espécie de substituto na luta pela reforma agrária no sul do país. No entanto, Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 17-18) afirma que os integrantes do MST se consideram verdadeiramente “herdeiros e seguidores” das Ligas Camponesas, porque o Master teria vinculação ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e assumido como uma de suas tarefas a organização de sindicatos, ação essa que nunca foi feita pela Liga, movimento que

---

<sup>3</sup> As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Antes das Ligas existiram alguns movimentos de natureza similar que atuaram de 1950 até 1954 e que tinham ligação com o então Partido Comunista Brasileiro (PCB). O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. O movimento foi criado em 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco. Coube a setores conservadores e à imprensa batizar a sociedade de "liga", temerosos de que ela fosse a reedição das ligas que a antecederam e que atuaram na periferia do Recife e nas cidades satélites. De fato, o movimento de Galiléia parece ter recebido influência desses antigos núcleos. A criação da Liga de Galiléia provocou a reação do filho do proprietário do engenho. Para defendê-los na Justiça, os representantes da Sociedade Agrícola procuraram Francisco Julião Arruda de Paula, advogado em Recife, que havia se notabilizado por uma original declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais. Julião aceitou defendê-los. A pendência prolongou-se até 1959, quando foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho. A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam. Essa vitória localizada estimulou as lideranças a prosseguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto. A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, aumentando o impacto político do movimento. Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados brasileiros e funcionaram até 1964, quando houve a desagregação do movimento, o que, no entanto, não promoveu a desarticulação de suas reivindicações básicas, incorporadas por outros movimentos como, posteriormente, o MST (CAMARGO, 2006; FERNANDES; STÉDILE, 2005).

<sup>4</sup> O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi o primeiro movimento de pequenos agricultores surgido na Região Sul do Brasil, precisamente no Rio Grande do Sul, no final dos anos 50. Tratava-se de um movimento ligado a lideranças do antigo Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre as principais vitórias do MASTER estão a ocupação da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, e do Banhado do Colégio, em Camaquã. O MASTER manteve uma relação de empatia com o governo estadual durante a gestão Leonel Brizola (1959-1963). A ascensão de Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul interrompeu o avanço do processo de reforma

se manteve mais independente, adotando um modelo de ação que até certo ponto foi seguido pelo MST. Stédile (FERNANDES; STÉDILE, p. 18) afirma que para o Master a ligação partidária (com o PTB) foi propulsora para a organização do movimento. O mesmo não ocorreu com o MST, cuja gênese contou com o apoio não de um partido político, mas da Igreja Católica e Luterana, através das pastorais, que trabalharam pela organização de um movimento social que representasse os agricultores.

Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 19) relata que o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>5</sup> foi essencial para a reorganização das lutas camponesas, uma vez que esse setor da Igreja, através da atuação de alguns padres, bispos e agentes de pastoral progressistas, passou a trabalhar na organização de grupos de agricultores, discutindo temas relativos à questão rural e a necessidade de acesso à terra e à manutenção desses trabalhadores no campo. A CPT, segundo Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 21), teve uma ação aglutinadora que garantiu que o movimento fosse uno e não se esfacelasse em vários pequenos movimentos, especialmente porque a ação da Pastoral da Terra teve um caráter ecumênico, abrigando, por exemplo, setores da Igreja Luterana que se integraram à CPT (ligada à Igreja Católica).

Sintetizando, tem-se, então, o grande número de camponeses no sul do Brasil, aliado aos fatores sociais e econômicos do período, além dos trabalhos das comissões pastorais da Igreja Católica e Luterana, como elementos fundamentais na gênese do MST. A partir desse conjunto de fatores, há a constituição desse

---

agrária e de diálogo entre MASTER e governo estadual. A partir de 1964, com o golpe militar, o movimento entrou na clandestinidade e desapareceu (CORONEL; ILHA; LEONARDI, 2009, p. 11).

<sup>5</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão durante a ditadura militar vinha atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares e, também, porque a Igreja possuía influência política e cultural. No período da ditadura, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter. Já nos primeiros anos, no entanto, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, com destaque para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade passou a atender todo o Brasil. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra, organizando-os tanto para que obtivessem terra, como para que nela se mantivessem. A CPT também tem como um dos seus focos a agricultura de base familiar, com ênfase na produção e comercialização de produtos cultivados a partir dos princípios da Agroecologia (Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 14 set. 2011).

movimento que, segundo Stédile (1997, p. 103), se considera herdeiro das Ligas Camponesas e que surgiu como uma organização de massa cuja atuação teria como base as ocupações de terra, as assembleias, caminhadas, marchas, audiências e ocupações de prédios públicos, como forma de pressão pela reforma agrária no Brasil.

Cabe destacar ainda, na formação do movimento, a mobilização que é apontada como um marco importante na composição do MST e que vale ser lembrada pelo gênero de ação que representou, bem como pela forma como foi conduzida, tanto pelos colonos que dela participaram, como pelas forças governamentais, dando um painel do tipo de trajetória que o MST viria a desenvolver futuramente.

Trata-se do acampamento de Encruzilhada Natalino, que ocorreu entre dezembro de 1980 até agosto de 1981, evento assim nomeado porque aconteceu justo na faixa de servidão da estrada de Ronda Alta até Passo Fundo, na RS-324, onde, na encruzilhada, havia uma pequena venda de beira de estrada, um estabelecimento comercial típico do Interior do Estado, cujo dono se chamava Natalino. Nesse local os colonos sem-terra organizaram um acampamento, após terem sido expulsos das terras dos índios caingangues, em Nonoai.

Marcon (1997) em sua pesquisa sobre o acampamento de Encruzilhada Natalino conta que o conflito entre colonos e caingangues começou na reserva de Nonoai em 1978. A reserva estendia-se por cerca de 34 mil hectares de terras produtivas, o que motivou os colonos sem-terra e pequenos agricultores a ocuparem áreas da reserva. Desse período em diante houve várias tentativas por parte dos índios de expulsão dos colonos. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na tentativa de melhorar a situação, decidiu-se pelo arrendamento de lotes a alguns colonos, como forma de legitimar a situação, o que de nada adiantou, porque os conflitos entre indígenas e colonos se mantiveram. Diante do impasse, a Funai, o governo estadual e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fizeram um levantamento na reserva para averiguar quem eram os colonos que estavam no local sem qualquer aval e quem eram os arrendatários, chegando a um número de 974 famílias de colonos, sendo desse total 288 arrendatários e o restante sem qualquer documentação que os ligasse àquela área de terras.

A partir de 1978, com a eleição de um novo cacique, os índios passaram a se organizar por conta própria, visto que os órgãos oficiais estavam permitindo a entrada de colonos na reserva. A decisão dos caingangues foi de expulsar os colonos e para isso organizaram uma ação que resultou no incêndio de sete escolas mantidas pelos colonos dentro da reserva, confrontos armados, colheita da plantação dos agricultores e determinação de um prazo para que as famílias deixassem o local. A pesquisa de Marcon (1997) indica que os colonos estavam desorganizados e que boa parte saiu da reserva sem apresentar resistência, muitos deixando para trás os produtos da colheita, animais e pertences pessoais, buscando abrigo na casa de familiares ou em barracos armados de improviso na beira da estrada. Os colonos expulsos queriam ser ressarcidos pelos prejuízos contabilizados com a expulsão da reserva de Nonoai e passaram a pressionar o Incra que, por seu turno, acusava a Funai de ter legitimado uma ação ilegal – o arrendamento de terras destinadas aos caingangues para colonos. A Funai, por sua vez, empurrava a responsabilidade ao Incra, acusando o órgão de nada ter feito apesar do levantamento realizado na área ter revelado a gravidade da situação.

Logo depois de expulsos de Nonoai os colonos passaram à discussão de saídas para o problema, tendo como interlocutores o governo estadual e o governo federal. Os agricultores queriam que a solução fosse assentar as famílias no Rio Grande do Sul. No entanto, a ideia dos governantes era a de transferir os agricultores para os projetos de colonização em outros estados, proposta que foi apresentada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, para onde haviam sido transferidas várias famílias expulsas de Nonoai, em caráter provisório, até haver uma solução para o problema. Um grupo de colonos chegou a viajar para Mato Grosso, a fim de conhecer o projeto de assentamento lá existente. A tática de convencimento por parte do governo incluiu, além da viagem patrocinada, a utilização de fotos e vídeos, tentativa essa que resultou na inscrição de 500 famílias para o projeto Terra Nova, hoje município de mesmo nome, em Mato Grosso. Aqueles que não aceitaram partir foram realocados em uma área na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul (MARCON, 1997).

Essas soluções não representaram o fim do problema. Como a saída das famílias de Nonoai não ocorrera de forma organizada, nem todos os que foram expulsos da reserva estavam em Esteio durante os encaminhamentos que

resultaram na transferência para o Mato Grosso ou para a área em Bagé. Além disso, foi fixada uma data e, após finalizado o prazo, ficou proibido o ingresso de outras famílias no Parque Assis Brasil. As famílias que restaram à margem das soluções do governo passaram a se organizar de 1979 em diante, discutindo alternativas possíveis. Tratava-se de um total de 350 famílias de colonos que naquele momento se distribuíam em três núcleos: Nonoai, Planalto e Ronda Alta. Desse total, cem escolheram partir para o Mato Grosso e 250 se negaram, exigindo que o governo encontrasse um local no próprio Estado para assentar as famílias (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997; STÉDILE, 1997).

A proposta das famílias que desejavam permanecer no Estado era de que o governo cedesse a área da Fazenda Sarandi, arrendada pela empresa Macali<sup>6</sup>. Essa proposta retomava a discussão em torno da Fazenda Sarandi já feita durante o governo Leonel Brizola, em 1962, mas que se mantinha sem desfecho. Diante da indefinição do governo, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a área da Granja Macali. A essa ocupação seguiu-se a da Granja Brilhante. Tanto a Macali como a Brilhante tinham sua situação em discussão na Justiça. Alguns dias depois desse episódio, um grupo de 70 famílias de colonos organizou um acampamento na mesma área. O número de ocupantes superava as possibilidades de assentamento nos locais ocupados, então o governo selecionou um grupo de colonos em número suficiente para receber lotes nas áreas ocupadas. Os que sobraram decidiram ocupar a Fazenda Anoni, distante cerca de 30 quilômetros da Granja Brilhante. A polícia que já havia reprimido o movimento na Brilhante, interferiu na ocupação da

---

<sup>6</sup> A Granja Macali, originalmente, pertencia à Fazenda Sarandi, localizada em Ronda Alta. Tratava-se uma área pública grilada durante a ditadura pela empresa Madeireira Carazinho Ltda. (Macali). Essa área foi ocupada por cerca de 110 famílias de colonos sem-terra em 1979. A ocupação resultou no assentamento dessas famílias pelo governo estadual. Esta área originariamente tinha sido destinada para fins de reforma agrária, mas durante a ditadura foi cancelado o processo de desapropriação e elas passaram a ser exploradas como propriedades privadas. A Fazenda Sarandi já possuía um histórico associado às mobilizações de agricultores. Em 1962 a fazenda recebeu um acampamento do Master que começou com 300 colonos e chegou a um total de 5 mil. Poucos dias após a constituição do acampamento o governador do Estado Leonel Brizola assinou a desapropriação da área da Fazenda Sarandi. Este processo, no entanto, não foi finalizado. Houve a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que começou no governo Brizola e seguiu na administração seguinte, fazendo com que o Estado desembolsasse um valor muito superior ao combinado inicialmente para manter a área como propriedade pública. Os lotes, no entanto, não foram usados para assentamento e em boa parte foram vendidos em transações irregulares, tornando a região palco de negociações baseadas em um passado mal resolvido entre colonos sem-terra e governo estadual (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997, SILVA, 2010).

Fazenda Anoni. Alguns colonos foram presos e a maioria forçada a voltar para a Granja Brilhante (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997).

Nesse contexto de lutas entre caingangues e colonos, revoltas organizadas, ocupação de terras por parte das famílias de agricultores e inconformidade com a política agrária dos governos estadual e federal é que surgiu o acampamento de Encruzilhada Natalino, considerado devidamente por muitos analistas como o embrião do MST.

Conforme dados de Marcon (1997), as primeiras famílias a acamparem no local eram originárias da reserva de Nonoai, não tinham obtido terras nos assentamentos da Brilhante ou Macali e não possuíam interesse em seguir para o projeto de assentamento no Mato Grosso. Assim, se estabeleceram ao longo da rodovia, buscando a atenção do governo. Até abril de 1981 o movimento não foi muito expressivo, ganhando notoriedade e reconhecimento público a partir da chegada de mais famílias, fato esse reportado pela imprensa. Então o que era menos de uma dezena de barracos começou a se transformar em um acampamento maior que passou a receber, também, outros colonos, meeiros, arrendatários ou assalariados, que decidiram ali se instalar em busca de condições melhores de sobrevivência.

Como sustentação, os colonos acampados em Encruzilhada Natalino tinham a CPT, que conduziu o movimento no sentido de agir reflexivamente, baseando-se na deslegitimação da ideia da terra como propriedade privada, usada para justificar a concentração de terras no país, e tratando de conscientizar os acampados para a necessidade de haver um pedaço de terra para aqueles que nela trabalham. Assim foram organizadas comissões internas no acampamento, com funções distintas, compostas pelos acampados. Essa organização interna deu solidez à mobilização que passou a ser reconhecida publicamente, recebendo da imprensa cobertura sistemática, além de começar a contar com o apoio de várias organizações, como sindicatos, que se mobilizavam para atender às necessidades de alimentação e saúde dos acampados, que viviam em situação precária, o que gerou a ampliação do número de pessoas solidárias aos colonos de Encruzilhada Natalino (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997; STÉDILE, 1997).

Como nos conta Marcon (1997), em 1981, após visita de um grupo de representantes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ao acampamento,

ficou acertado que alguns acampados seriam recebidos pelo governo estadual para apresentar suas reivindicações. Não houve negociação e o governo estadual passou a responsabilidade ao Incra. Nesse meio-tempo, o número de famílias acampadas aumentava e no contingente de colonos abrigados em Encruzilhada Natalino estavam também agricultores que retornaram frustrados da experiência no Mato Grosso, relatando aos outros acampados as más condições encontradas no assentamento Terra Nova, que, segundo eles, impossibilitavam o trabalho, fortalecendo a ideia do grupo de buscar terras no Rio Grande do Sul.

Com o aumento do número de colonos no local<sup>7</sup>, o governo do Estado deflagrou uma campanha contra a mobilização, argumentando que os acampados que ali estavam eram oriundos do projeto Terra Nova, do Mato Grosso, que após terem vendido as terras recebidas do governo federal tinham voltado para o Rio Grande do Sul. Essa versão ganhou repercussão na imprensa, segundo Marcon (1997), que aponta o jornal Folha da Tarde como um dos que mais questionou a legitimidade da ação dos colonos. Apoiando os acampados, a CPT garantia aos agricultores, além da organização interna, a reflexão através das místicas, práticas assimiladas pelo MST e em uso pelo movimento até hoje. Assim, a dimensão religiosa foi incorporada à dimensão política da mobilização, assegurando unidade diante das adversidades enfrentadas pelo grupo de acampados, não somente aquelas ligadas à falta de solução para as suas reivindicações por terra, mas a escassez de alimentos, as intempéries climáticas e a campanha contra o acampamento de Encruzilhada Natalino que se seguiu na mesma proporção em que a mobilização crescia.

A reflexão acerca da realidade socioeconômica e os direitos dos colonos era efetiva por agentes de pastoral, cujo material didático baseava-se na Bíblia e no Estatuto da Terra. No material “Os Direitos de Terra que o Trabalhador Rural Tem” produzido pela Comissão Pastoral da Terra, utilizado no acampamento Encruzilhada Natalino, fica explícita a convergência da argumentação fundamentada na teologia com a constituição do Estatuto da Terra, o qual expressa o direito à reforma agrária e se deriva da luta popular (SILVA, 2010, p. 430).

---

<sup>7</sup> Stédile afirma que o acampamento chegou a registrar em alguns momentos cerca de 30 mil pessoas no local, incluindo os representantes de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), CPT, agricultores organizados de outros estados como Paraná e Santa Catarina. O ápice teria sido o dia 25 de julho de 1981, data em que se comemora o Dia do Trabalhador Rural (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 24-25).

Do outro lado, Incra e governo estadual trabalhavam pelo desfecho, insistindo com os acampados que não existiam terras passíveis de desapropriação no Rio Grande do Sul. No entanto, a CPT organizou um levantamento das terras no Estado, apontando várias áreas disponíveis para fins de reforma agrária. As informações eram dissonantes e as soluções apontadas pelo governo estadual passavam pelo deslocamento do grupo para projetos de assentamento em outras regiões do Brasil ou pelas propostas de emprego em estações experimentais da Secretaria Estadual da Agricultura. Poucas famílias aceitaram a oferta de trabalho nas estações. Criado o impasse o acampamento prosseguia, dessa vez com tentativas de divisão do grupo por agentes infiltrados, ações repressivas da polícia e repercussão pública, em geral, negativa (MARCON, 1997).

Os atos que iam sendo organizados pelos colonos acampados geraram a intervenção militar-federal do acampamento em julho de 1981. No comando da intervenção estava o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió, que se instalou no acampamento, acompanhado de sua equipe. Curió era personagem de projeção nacional no período da ditadura, devido a sua atuação entre 1973 e 1975 no combate à guerrilha do Araguaia<sup>8</sup>, onde comandou operações no município de Xambioá (GO). No período de sua ação junto ao acampamento de Encruzilhada Natalino, o major Curió trabalhava como agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional.

Sob o comando de Curió foram instaladas em Encruzilhada Natalino barreiras policiais que controlavam a entrada e a saída de pessoas. Da mesma forma, foi montado um sistema de controle sobre a distribuição de alimentos aos acampados. A esses movimentos se somaram a atuação pessoal do major Curió junto aos colonos, persuadindo os acampados a aceitarem a transferência para os projetos de assentamento em outras regiões do Brasil, como o de Serra do Ramalho, na Bahia. Para tanto, foi organizada uma viagem de reconhecimento a

---

<sup>8</sup> A Guerrilha do Araguaia ocorreu no Brasil a partir do final da década de 60 como um movimento de resistência contrário à ditadura no país e que teve como agentes, em especial, militantes do PCdoB. Chamou-se essa mobilização de Guerrilha do Araguaia por ter ocorrido na região ao longo do rio Araguaia, na divisa dos estados de Goiás, Pará e Maranhão, próximo às cidades de São Geraldo do Araguaia, Marabá e Xambioá. Essa ação foi combatida fortemente pelo Exército, com ênfase para o período a partir de 1972. Em 2008, o major Curió abriu em entrevista à imprensa parte de seus arquivos referentes às operações das quais participou no Araguaia, confirmando e detalhando as ações que resultaram em dezenas de mortos e desaparecidos e que puseram fim à mobilização no local (ESTE HOMEM..., 2011).

esse local. A viagem foi feita por um grupo de colonos que, na volta, não tinha opinião unânime sobre o assunto. Havia a suspeita de que vários dos componentes da comitiva eram agentes infiltrados ou colonos que tiveram sua opinião “comprada”, o que gerou resistência da maioria à proposta de transferência para aquele assentamento (MARCON, 1997).

Percebendo a ameaça de desmobilização do acampamento a partir da ação da equipe de Curió, os colonos passaram a escamotear as articulações internas, em especial as da comissão central do acampamento, recomendando que ninguém se apresentasse como liderança. Os métodos dos interventores passavam pela ação de agentes infiltrados, compra de colonos para que entregassem informações ou trabalhassem pela desmobilização dentro do próprio movimento, expulsão de colonos do local, controle da entrada de alimentos. A tática teve como ápice a interdição das visitas de entidades solidárias ao acampamento, prática que resultou em protestos da CPT e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que questionavam as condições internas do acampamento sob intervenção, comparando-o a um campo de concentração.

Por força dos acontecimentos, os bispos do Rio Grande do Sul divulgaram nota oficial em que lamentavam o episódio, associando-o aos problemas da estrutura fundiária do Brasil e elencando saídas como a redução do módulo rural da fazenda Anoni, garantindo que mais famílias fossem assentadas no local, além da abertura de linha de crédito para aquisição de terras no Estado. A posição dos bispos do Rio Grande do Sul possibilitou que outras entidades assumissem uma posição pró acampados, fortalecendo ainda mais os colonos de Encruzilhada Natalino. Dessa forma, em agosto de 1981, um grupo de 28 prefeitos de municípios do Alto Uruguai assinou uma moção de apoio aos acampados, exigindo que os interventores se retirassem do local, o que acabou ocorrendo em 31 de agosto, quando deixaram a área, acompanhados de representantes de entidades que temiam um desfecho violento (FERNANDES; STÉDILE, 2005; MARCON, 1997; STÉDILE, 1997).

Com o final da intervenção federal, o acampamento de Encruzilhada Natalino voltou a ser assunto do governo estadual. Encerrado o período da intervenção, o acampamento estava desmobilizado e sem grande poder de barganha com o governo do Estado, que seguia apostando na saída dos colonos

para projetos de assentamento fora do Rio Grande do Sul como forma de solucionar o impasse<sup>9</sup>. Mas os resistentes de Natalino se mantinham acampados e adotaram outras táticas para garantir adesão a sua causa: passaram a viajar para outros estados, apresentando as condições de vida no acampamento e suas reivindicações. Crescia a solidariedade ao movimento, na esteira das mobilizações favoráveis à redemocratização do país.

No Rio Grande do Sul os acampados de Natalino tentavam ainda negociar a possibilidade de assentamento em terras gaúchas. Apesar da repressão policial e dos ataques advindos da imprensa, os colonos contavam com o apoio de setores da Igreja, que se mantinham favoráveis ao pleito dos colonos, entre eles a CNBB-Regional Sul/3, que propôs a realização de uma campanha nacional para arrecadação de recursos que garantissem a compra de uma área de cerca de cem hectares em território gaúcho. A área de fato foi adquirida pela Cáritas Regional Passo Fundo e para lá foram transferidas as famílias de colonos que resistiam na Encruzilhada Natalino. Esse assentamento de transição, constituído de pouco mais de cem hectares, recebeu o nome de Nova Ronda Alta. A área não era suficiente para todas as famílias que para lá foram transferidas. Em 1982, o recém eleito governador Jair Soares saldou a dívida firmada na campanha com os colonos sem-terra de que adquiriria uma área para assentamento. A solução saiu em 1983 quando o governo estadual comprou terras em Cruz Alta, Palmeira das Missões e Ronda Alta para organizar os assentamentos. O desfecho deu fim às discussões iniciadas quando da expulsão dos colonos das terras em Nonoai. Mas, por outro lado, pode-se dizer que a saída encontrada pelo governo não terminou com as mobilizações subsequentes. Após a resistência em Encruzilhada Natalino já havia uma estrutura montada com características de movimento social e que seguiu operando até ser legitimada no I Encontro Nacional do Movimento dos

---

<sup>9</sup> A partir da afirmação dos interventores e do governo estadual de que não havia terras para fins de assentamento no Rio Grande do Sul, em agosto de 1981 cerca de 130 famílias aceitaram seguir para assentamentos fora do Estado. Desta vez a proposta era o assentamento Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Aqueles que aceitaram participar do projeto de colonização foram transferidos para outro acampamento, chamado de Quero-Quero, uma espécie de local de passagem em que ficavam separados dos colonos de Encruzilhada Natalino, onde mais de 300 famílias resistiam às propostas de deixar o Estado. Segundo relatos, a vida no acampamento Quero-Quero, mantido pelos interventores, era da melhor qualidade se comparado à Encruzilhada Natalino, o que contribuiu para a dissidência dos colonos, cansados das más condições de vida, que pioraram muito com a intervenção federal na beira da estrada, em Ronda Alta (MARCON, 1997).

Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984 (GOHN, 1997; FERNANDES; STÉDILE; 2005; MARCON, 1997; STÉDILE, 1997).

Como reflete Marcon (1997, p. 198), o acampamento de Encruzilhada Natalino durou mais de mil dias, chegou a reunir em caráter permanente em torno de 600 famílias, teve um desfecho positivo para os acampados que reivindicavam terras no Rio Grande do Sul, além de se tornar um marco na retomada da luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul e no Brasil. Como avalia Silva (2010, p. 431), a repercussão do conflito de Encruzilhada Natalino ampliou a discussão sobre a reforma agrária e estabeleceu uma práxis que contribuiu para a organização do MST, que estava sendo preparada, não somente pelos colonos que necessitavam de uma instância que os representasse, mas também por setores da Igreja – especialmente a CPT – que trabalharam pela organização dos agricultores sem-terra.

É assim que em outubro de 1983, em Três Passos, no Rio Grande do Sul, a CPT organizou o encontro de dois mil colonos na Primeira Assembleia dos Sem-Terra, que teve o caráter preparatório do 1º Encontro do MST, no mesmo ano, em Frederico Westphalen, estruturando, dessa forma, o movimento em nível estadual. Antes disso, em 1982, a mesma CPT, buscando romper as barreiras entre estados na luta pela terra, realizou um encontro nacional em Goiânia, reunindo representantes dos sem-terra e agentes de pastoral de vários pontos do país. O encontro é a referência para a organização nacional do MST. Essas reuniões orientadas pela CPT resultaram no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido no Paraná, na cidade de Cascavel, em 1984. No ano seguinte, 1985, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional do movimento, com a participação de 1.500 sem-terras de vinte e três estados do país. Ao final do Congresso, aprovaram um documento a ser remetido ao governo federal, no qual apresentavam suas reivindicações (SILVA, 2010, p. 431).

Sobre a gênese do movimento, Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 31, 44-45) afirma que o MST nasceu com a vocação de um movimento camponês, de agricultores familiares acostumados com o trabalho no campo e que decidiram lutar por um pedaço de terra. Essa foi a vocação inicial. Com o passar do tempo, ganho de terreno, consolidação e obtenção de conquistas, o movimento ampliou sua atuação, defendendo outras bandeiras, derivativas. Da mesma forma, o MST passou

a contar com o trabalho e o apoio de outros atores sociais que não necessariamente tinham ligação direta com a terra, a partir da compreensão de que a reforma agrária é uma questão que interessa e afeta a todos no país, inclusive aos moradores da zona urbana e profissionais de outras áreas.

Conforme Gohn (1997, p. 144), a partir de sua criação o MST definiu algumas ações estratégicas que o caracterizaram.

A estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. Alguns grupos tiveram sucesso nesta estratégia, outros permaneceram acampados vários anos sem nada obter, e muitos ainda enfrentam a repressão violenta dos despejos judiciais ou as ações de grupos contratados pelos reais donos das terras, no sentido de expulsá-los. Disso resulta que temos a presença do MST em acampamentos e em assentamentos (nesses últimos a questão da posse da terra está resolvida ou em negociação para tal). Geralmente a mídia divulga muito a presença do MST nos acampamentos porque nesses os conflitos são frequentes (GOHN, 1997, p.144-145).

Dados do MST demonstram que esse movimento está organizado em 24 estados brasileiros e que a composição organizacional se baseia nos núcleos e nas brigadas; acima disso estão as direções regionais, estaduais e nacional. No desenvolvimento das atividades do MST estão os setores que desempenham tarefas específicas nas áreas de Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Frente de Massa, Juventude e Relações Internacionais. Esses setores desenvolvem atividades dentro do movimento, seja em assentamentos ou acampamentos, e também ações paralelas àquelas implementadas pelos governos. Na avaliação de Gohn (1997, p. 148), esse gênero de organização pela qual o MST optou demonstra sua ligação com a tradição clássica da esquerda tradicional, compondo-se como uma estrutura orgânica que precisa ser constituída pelos melhores em cada área, selecionados entre os militantes.

Uma das instâncias organizacionais do MST é o Congresso Nacional que ocorre a cada cinco anos, no qual são discutidas e votadas as diretrizes que norteiam as ações do movimento. Os coordenadores e os dirigentes nacionais são escolhidos a cada dois anos e eles têm abrangência nacional ou estadual, sendo a nacional a mais importante. Embora alguns desses coordenadores nacionais possa

ter maior destaque, como é o caso de João Pedro Stédile, o MST optou por não promover individualmente nenhum deles, deixando então de conceder o título de dirigente. Atualmente o MST está vinculado à Via Campesina, organização internacional da qual fazem parte outras organizações que representam causas associadas ao campo. A opção de articular-se com outros movimentos que representam lutas similares é uma característica do MST desde o princípio de sua organização. Como a Via Campesina abriga outros movimentos relacionados ao tema agrário, muitas mobilizações, como marchas e ocupações, acabam sendo feitas pelo MST em parceria com outras organizações.

Conforme registros de Gohn (2010, p. 143), com base em números da Unesp Dados, o MST, que completou 25 anos em 2009, assentou 370 mil famílias em 1,8 mil assentamentos e registra cerca de 130 mil famílias acampadas atualmente. Entre os anos de 2000 e 2007 o Brasil assistiu a um total de 4.003 ocupações de terra, sendo que dessas cerca de 55% foram protagonizadas pelo MST. Os números relativos ao MST sempre foram motivo de discórdia entre o movimento e os órgãos governamentais associados à causa agrária, entre eles o INCRA, e/ou institutos de pesquisa. Em 2009, a CPT divulgou um total de 36 acampamentos ativos no Brasil. O contingente de sem-terras, indica a CPT, tem caído. Dados da Comissão mostram que entre 2003 e 2010 o MST reduziu o número de acampados consideravelmente. No começo da década chegavam a mais de 400 mil, no final, eram pouco mais de 100 mil famílias. A demora nos processos de assentamento, bem como a mecanização do processo produtivo no campo, tornando a agricultura uma atividade mais cara para ser realizada, são problemas apontados como determinantes para a redução do número de militantes, bem como algumas políticas públicas que permitiram que acampados deixassem o MST e ingressassem em programas de atendimento à população sem renda no país.

Apesar dos percalços o MST é apontado ainda hoje como um ator político importante na cena nacional, figurando possivelmente como o movimento social de maior destaque no país. Conforme Gohn (2010, p. 145), esse destaque ocorre justamente porque o MST tratou de estabelecer metas além da disputa pela terra, investindo em outros temas como a manutenção da democracia e a luta pela igualdade de direitos. Dessa forma, avaliamos que, ao passar do estágio de “sem-terra” para “com-terra” – nos assentamentos – não há o esvaziamento das ações do

MST, que se multiplicam em outras bandeiras defendidas. É assim que vemos o MST, atualmente, fundamentando suas ações em prol de outras causas que têm relação com a manutenção do homem no campo através da qualificação do meio rural (escolas, saneamento, saúde, cooperativas, agroindústrias) e da discussão de temas que estão relacionados com as opções produtivas do MST nos assentamentos e que, ao mesmo tempo, ganham cada vez mais terreno como importantes no plano social, atingindo diretamente a população urbana, como a produção ecológica de alimentos.

Como nos mostra Gohn (2010, p. 146), o MST tem apontado suas ações para a discussão de três outras variáveis que estão adiante da obtenção de terras: “acesso ao crédito numa política de democratização da propriedade, apoio técnico aos assentamentos e organização do trabalho em cooperativas de produção”. Para Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 36) essa característica do MST, de ser um movimento cuja atuação não se encerra na obtenção de terras, é que tem garantido o caráter perene da organização. Da mesma forma é esse aspecto que faz com que alguns analistas tratem o MST como um partido político, classificação que é rechaçada pelo movimento que, mesmo sem aceitar essa apresentação, afirma não pretender deixar de tomar parte na vida política do país.

Da organização interna do MST, vários setores foram criados pelo movimento como forma de orientar o trabalho interno. Além da evidente importância do setor referente à Produção, podemos sublinhar a relevância para o movimento dos setores de Educação e Comunicação. Para compor os setores há o investimento constante na formação de quadros, um tema permanente para o MST, que mantém, hoje, duas escolas de nível fundamental e médio, com cursos técnicos.

O Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), que tem como mantenedor o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), está sediado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma escola de educação em nível fundamental, médio e profissionalizante que combina objetivos de educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST. O Instituto tem alunos de vários estados brasileiros onde o MST atua, promovendo atividades desde cursos de

formação, como Magistério, até cursos de curta duração e seminários. O funcionamento é em turno integral e em regime de internato. Na região metropolitana de São Paulo, em Guararema, fica a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que também promove cursos formais e informais. A proposta do MST é que, após o período de formação em uma das escolas do movimento, os militantes possam aplicar nos acampamentos ou assentamentos os conhecimentos adquiridos nas áreas de administração, pedagogia, saúde, planejamento agrícola, comunicação, entre outros. Em geral, os professores que ministram os cursos trabalham em universidades e escolas técnicas conveniadas com o MST. Conforme dados do movimento, também contribuem para o seu sistema educacional amigos e simpatizantes, em geral, como voluntários. Além dos cursos de nível médio, o MST tem obtido, através de convênios firmados com o governo federal, a garantia de cursos de graduação para assentados da reforma agrária. Entre eles estão o curso de Jornalismo, na Universidade Federal do Ceará (UFC), e o curso de Veterinária, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl).

Na área da Comunicação o MST, além de contar com o curso de graduação mantido pela UFC, já organizou no IEJC dois cursos de ensino médio com qualificação profissional em Comunicação. O primeiro ocorreu entre 2001 e 2004, formando cerca de 50 alunos de 10 estados brasileiros. O segundo ocorreu entre 2008 e 2011, com 46 alunos, também de 10 estados brasileiros, qualificando-os como agentes de desenvolvimento cultural e de rádios comunitárias. Os professores no curso de nível médio em Comunicação são, em sua maioria, profissionais da área ou de coletivos vinculados aos movimentos sociais. A maior parte dos alunos depois de formados segue atuando na comunicação popular e no MST. Alguns dos egressos da primeira turma acabaram cursando Jornalismo na UFC. Os cursos realizados no Instituto de Educação Josué de Castro têm autorização do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, que é quem certifica o ensino de nível médio nesse Estado<sup>10</sup>.

O investimento na formação de profissionais que tenham origem na base do movimento para atuar em Comunicação demonstra o interesse e a necessidade do MST em ter militantes capazes de produzir conteúdos para rádio, TV, Internet e

---

<sup>10</sup> Informações prestadas por Miguel Stédile, da coordenação estadual do MST no Rio Grande do Sul, em setembro de 2011.

mídia impressa, considerando que essa demanda tem crescido dentro do movimento e sofrido adaptações com o passar do tempo.

#### 4.1 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST

A organização de uma área voltada especificamente para o tema Comunicação com produção de conteúdo em meios do próprio movimento começou quase sem querer, como consequência da necessidade de informar, em um primeiro momento, o público interno e, depois, a sociedade em geral e a imprensa sobre os acontecimentos em Encruzilhada Natalino. Foi assim que no período em que durou o acampamento passou a circular o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade entre as famílias acampadas, futuro Jornal Sem Terra (JST), na ocasião feito de maneira artesanal, com reprodução em mimeógrafo. Conforme dados do MST, o jornal surgiu graças à iniciativa e trabalho voluntário do jornalista Flademir Araújo. Durante o acampamento, Araújo acompanhava a mobilização dos colonos como representante da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a decisão de ter um jornal sobre o acampamento fez parte da série de ações implementadas como forma de auxiliar os sem-terra e que foram executadas por diversas pessoas de áreas diferentes.

Ele saía conforme a demanda, a necessidade, o acúmulo de material que nós recebíamos. A gente recebia muita manifestação de apoio, de bispos, da igreja, de parlamentares, do Brasil inteiro. Então, o sentido é o que o Boletim pudesse repercutir isto tudo, tanto para os acampados, para verem que estavam sendo apoiados, como para a própria sociedade e a imprensa. O Boletim era destinado para a imprensa também, porque também era interessante que ela acompanhasse a repercussão disto. Como nós estávamos organizados para isto, então nós acabamos sendo uma fonte de informações, de referência para a imprensa. Logo no começo, quando o acampamento estava nesta fase de formação, o Boletim era muito dinâmico, chegava a sair três ou quatro edições por mês. Era semanal para poder dar conta do volume das coisas que chegavam (ARAÚJO, 2001).

Assim foi até 1984, quando com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST foi oficializado e, junto com ele, o Jornal Sem Terra, que passou a adotar, a partir daí, um formato mais bem elaborado, tanto na apresentação como no caráter editorial.

Com a decisão de transformar o boletim em jornal em 1984, aumenta até a equipe. A demanda é maior, aí sim ele passa a ser efetivamente um jornal com todas as características, com um grupo de colaboradores importante;

intelectuais, pensadores desta área agrária e dos problemas sociais, com jornalistas. Quando a redação esteve em Porto Alegre, colaboraram grandes jornalistas daqui, alguns eram até fixos da redação. Eu me lembro do Chico Daniel, que era fixo, considerado um dos melhores repórteres de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, tanto é que depois foi para São Paulo e editou o Jornal da Cultura que é uma referência, era um profissional muito capacitado; Sérgio Casanova, um dos grandes jornalistas daqui; Rafael Guimaraens; Caco Schmitt. Entre os ilustradores, tinha colaboração do Edgar Vasquez; do Corvo, que era um dos melhores chargista e desenhista, fazia uns bicos de penas maravilhosos, ele trabalhava na "Gazeta Mercantil" que não usava fotos, só usava bico de pena; do Celso Schroeder. O Humberto Magrão que era um dos melhores diagramadores, não dá para esquecer ele, trabalhou na "Zero Hora", no "Folhetim" da Folha de São Paulo, trabalhou nos principais órgãos de São Paulo. Era diagramador exclusivo do jornal na época em que ele era editado no CAMP (ARAÚJO, 2001).

De acordo com Araújo (2001), o Jornal Sem Terra era uma questão de honra para o MST e houve todo um esforço de manutenção desse informativo que custava caro aos bolsos do movimento. A tiragem, na primeira metade dos anos 80, chegou aos 30 mil exemplares, impressos em gráfica, a cores. Araújo (2001) avalia esse investimento como de muita importância para o movimento: "Na época a Direção tinha a consciência de que a comunicação era estratégica e que dentro da comunicação, o órgão por onde passava esta questão era o Jornal".

Em 1986, o Jornal Sem Terra recebeu o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Nesse período o boletim começava a mudar sua linha editorial novamente. Se no início era mais voltado para a sociedade, para o apoio aos colonos, depois se dedicou à organização interna, como um veículo de informação, mas, também, de formação. Acompanhou essa mudança a transferência da redação do jornal para São Paulo. Desde o seu lançamento, o Jornal Sem Terra não sofreu nenhuma interrupção. Em 2011, o Jornal Sem Terra completou 30 anos consecutivos em circulação, revelando-se já como um símbolo do MST, na mesma proporção que o boné vermelho, a bandeira ou a foice. Para Stédile (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p. 132), o Jornal Sem Terra é mais do que um meio de comunicação, é um ponto de referência para os colonos que com ele se identificam, mantêm afinidade.

A história do Jornal Sem Terra antecipa a criação, no MST, de uma estrutura de Comunicação específica para o movimento. Mas, de certa forma, mostra que o MST já intuía a necessidade de se organizar também no terreno da Comunicação,

antevendo a possibilidade de dar a sua versão dos fatos. Conforme Berger (2003, p. 11), o MST até certo ponto relegou a segundo plano a organização de uma estratégia de Comunicação, corrigindo o curso na década de 90 ao propor um documento que refletia sobre o modo como o MST pretendia produzir Comunicação e se relacionar com a imprensa.

Para Berger (2003, p. 111), o documento “Por uma política de Comunicação”<sup>11</sup>, produzido pelo movimento e publicado em 1995, faz saber que os esforços na área da Comunicação devem garantir ao MST a consolidação de sua identidade enquanto movimento popular, obedecendo a motivações interna, de esclarecimento dos militantes, e externa, expondo as conquistas do movimento em todas as áreas (ocupações, assentamento, educação, produção). Berger (2003, p. 112) avalia como clara a subordinação das diretrizes para o setor à orientação política. Há o estímulo à apropriação de um saber em Comunicação, investindo na formação de quadros políticos capacitados para compreender a importância dessa área, além da avaliação de que é necessário constituir militantes aptos a atuar como comunicadores, sem que necessariamente sejam jornalistas. Como mostra Berger (2003, p. 113), a partir da organização de uma política de Comunicação, fica evidente a intenção do MST de incluir-se entre os que fazem “frente ao estado burguês também no campo da comunicação [...]”.

O documento “Manual para os Veículos de Comunicação do MST” (MST, 2011) mostra que as discussões sobre o tema Comunicação promovidas pelo coletivo existente dentro do movimento para esse fim identificam na imprensa em geral uma atuação importante no espaço social, enquanto produtora de sentidos, indicando o que é legítimo que se pense e se faça. Assim, percebe-se que o MST avalia como necessária a estruturação de uma política de Comunicação para lidar com esse interlocutor especializado, além de estabelecer meios para fazer frente e contrapor as versões sugeridas pela imprensa quando o assunto em pauta é o MST. Assim, o que o MST pretende, ao estruturar uma política de Comunicação, é desconstruir a imagem que afirma ter sido erigida pelos meios de comunicação convencionais, em que o movimento é apresentado como criminoso, necessitando de intervenção policial como medida de contenção que passa a ser desejada e até

---

<sup>11</sup> O MST não concedeu acesso a este documento, considerando que, hoje, o material mais atualizado sobre o tema Comunicação é o Manual de Redação para os Veículos do MST.

mesmo exigida pela população. Para o MST os meios de comunicação conseguiram representar os movimentos sociais como “atrasados”, baderneiros, ameaças à ordem e a um mundo harmônico e sem contradições (MST, 2011, p. 79).

Na cultura e na comunicação, a elite monopoliza a produção, enquanto o acesso é generalizado a todo o povo. Isso reduz a Comunicação e a Cultura apenas ao consumo, deixando de lado a importância de possuir e controlar técnicas e meios de produzir cultura e comunicação (MST, 2011, p. 83).

Na explicação de Miguel Stédile<sup>12</sup> a Comunicação para o MST obedece desde sempre a um sentido de dupla função: “internamente, fomentar a unidade e a identidade; externamente, divulgar as ações e opiniões do MST para o conjunto da sociedade”. A informação desse dirigente, que já coordenou em nível nacional justamente a frente de Comunicação do MST, as ações em Comunicação estão sempre associadas às orientações políticas gerais do movimento e ocorrem conforme a demanda, não se sobrepondo ao plano geral, mas submetendo-se a ele.

Uma vez que esta estratégia e estas linhas políticas não saem da cabeça de um “ser iluminado”, mas são construídas coletivamente desde a base do Movimento, através de seus núcleos e instâncias, fica simples garantir a unidade da comunicação, uma vez que ela corresponde a uma discussão coletiva mais ampla e participativa do que a própria tarefa da comunicação. Hoje, destacam-se o Jornal Sem Terra, por seu papel mais interno e por sua longevidade, e a página na internet, por sua agilidade em dialogar com o público externo.<sup>13</sup>

A organização do MST para a área da Comunicação demonstra uma esquematização para o setor, indicando certa profissionalização quando o assunto é o que fazer e como fazer. Assim, o MST tem o plano de Comunicação, o Manual para os Veículos de Comunicação do MST, as assessorias de imprensa – estaduais e nacional –, os programas de rádio, o *site*, o Jornal Sem Terra, o coletivo que discute temas e ações em Comunicação e os profissionais, com formação de nível superior ou médio, treinados para trabalhar na produção de conteúdos, além dos cursos de formação, técnico (nível médio) ou graduação (nível superior).

A orientação aos profissionais ou militantes que compõem as equipes responsáveis pelo trabalho nos programas de rádio, no *site* ou no Jornal Sem Terra estão estabelecidas no Manual de Redação para os Veículos do MST. Já na

---

<sup>12</sup> Entrevista com Miguel Stédile, em outubro de 2009.

<sup>13</sup> *Idem*.

apresentação do documento há o aviso de que o conteúdo a ser produzido pelo setor de Comunicação do MST não precisa seguir as normas básicas do “jornalismo burguês”, em que devem prevalecer a imparcialidade, a objetividade e a neutralidade (MST, 2011, p. 5).

Sabemos que os meios de comunicação de massa no nosso país – e no mundo – estão concentrados nas mãos de poucos grupos empresariais e pretendem construir uma visão de mundo contrária à emancipação da humanidade como um todo. Se eles fossem “objetivos”, “neutros” e “imparciais”, certamente fariam uma cobertura diferente das lutas e objetivos de um movimento social como o MST, que busca enfrentar a histórica e vergonhosa concentração da propriedade da terra no Brasil. Ou das greves, das lutas por moradia, por saúde e por aí vai (MST, 2011, p.6).

O que mostra o documento do MST é que, enquanto na imprensa o conteúdo quer estar vinculado a uma ideia de neutralidade, no movimento popular ele se revela integralmente associado a uma causa política, o que de certa forma o reduz, no sentido do valor de notícia, mas ao mesmo tempo o engrandece, já que não se utiliza de subterfúgios, mostrando-se por inteiro. Sabemos que, de maneira geral, tem sido tarefa dos veículos de Comunicação dizer o social, tornando-o realidade. Mas da mesma forma compreendemos que essa maneira de dizer o social raramente está separada de leituras ideológicas sobre os atos ocorridos na esfera pública e ainda mais quando esses dizem respeito às ações de movimento populares. Há estudos, entre eles o de Berger (2003), Comparato (2001), Lerrer (2005) e a pesquisa do coletivo Intervezes<sup>14</sup> (2011) que, especificamente sobre o MST, demonstram que quando o tema na mídia é o movimento, em geral, as notícias não obedecem a critérios de imparcialidade, objetividade ou neutralidade, o mesmo ocorrendo com outros grupos similares.

Todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social na qual esteve envolvido – seja um professor em greve, um colono sem-terra, um funcionário público de instituição em vias de privatização – sabe por experiência que o jornal não foi isento. Pode até ter trazido as duas versões, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designa o movimento tomam posição. E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade – é que confirma a que veio a imprensa (BERGER, 2003, p. 41).

---

<sup>14</sup> **Vozes silenciadas** é o resultado da pesquisa realizada pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, publicado em 2011, e que apresenta a cobertura da mídia sobre o MST durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual o movimento foi objeto, em 2010, no Congresso Nacional.

É o que também observa Gohn (2010) sobre as relações entre MST e imprensa.

A relação do MST com a mídia tem sido confusa e contraditória. Num primeiro momento, nos anos de 1990, ela foi estratégica. Por isto as grandes ocupações de terra eram “avisadas” à imprensa, para que fossem noticiadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. Neste século, a criminalização de suas ações tem sido a tônica da grande mídia nacional (GOHN, 2010, p. 147).

Especificamente sobre o caso do conflito da Praça da Matriz<sup>15</sup>, em Porto Alegre, Lerrer (2005) afirma em alusão ao processo criminal que se seguiu:

Em 1990 tornou-se fácil marcar a imagem criminalizante do MST porque no processo de cristalização da versão hegemônica da morte do soldado as forças políticas contrárias à reforma agrária contaram com a preciosa e eficaz colaboração da imprensa e do imaginário coletivo gaúcho (LERRER, 2005, p. 19).

A pesquisa de Marcon (1997) sobre o acampamento de Encruzilhada Natalino mostra que as relações do MST com a imprensa sempre foram litigiosas. Marcon (1997) demonstra que, à época, a imprensa, em especial o jornal Folha da Tarde, do grupo Caldas Júnior, apresentou uma cobertura francamente contrária à ação dos colonos e seus apoiadores. É assim que Marcon (1997, p. 182-183) relata a publicação, naquele período, do artigo intitulado “O pastor da desgraça”, na Folha da Tarde, referindo-se ao padre Arnildo Fritzen<sup>16</sup> e à ação da CPT no acampamento, afirmando que os colonos não passavam de massa de manobra na mão da Igreja e de um grupo de “profissionais esquerdistas”. Os ataques seguiram até o desfecho da ação em Encruzilhada Natalino.

---

<sup>15</sup> Caso ocorrido em agosto de 1990 no centro da capital gaúcha, também conhecida como Praça dos Três Poderes, por estar localizada próxima aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No local o MST organizou um acampamento reunindo centenas de colonos. Horas depois este acampamento tornou-se palco de uma batalha envolvendo a Brigada Militar e os colonos sem-terra. O conflito espalhou-se por outras ruas do centro de Porto Alegre, chegando até a Avenida Borges de Medeiros. Em um confronto, onde alguns colonos foram feridos à bala, o soldado da Brigada Militar Valdeci de Abreu Lopes sofreu um corte no pescoço que teria sido desferido por um colono armado de foice. O soldado acabou morrendo, 12 colonos foram indiciados e seis deles condenados.

<sup>16</sup> Pároco de Ronda Alta em 1979 que teve atuação importante junto aos colonos sem-terra durante o acampamento de Encruzilhada Natalino.

A campanha de difamação dos acampados e do trabalho da Igreja não se restringiu aos artigos publicados no jornal Folha da Tarde. Esses artigos foram reproduzidos em cópia *xerox* e em *off-set* e espalhados pelas ruas da cidade de Ronda Alta, especialmente na quadra onde se localiza a casa paroquial, e também nas cidades próximas. No dia 23 de fevereiro, dia da Romaria da Terra no acampamento, aquela rua amanheceu cheia de cópias dos artigos referidos, em torno de vinte mil (MARCON, 1997, p. 186).

Mais recentemente, no trabalho desenvolvido pelo Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social, publicado em 2011 e que analisou 301 matérias veiculadas nos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo, nas revistas Veja, Época e Carta Capital e nos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record, durante o período em que ocorreu a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional, em 2010, tendo como foco das investigações o MST, constatou-se que nas notícias desses veículos o movimento foi descrito a partir do uso de termos negativos. Além disso as matérias davam pouca relevância para as reivindicações que a organização apresentava e também foi verificada a exclusão do MST enquanto fonte. No universo pesquisado o MST não era fonte central das matérias e quando havia alusão ao movimento a CPMI não era o fato noticioso principal. O tema em que o MST mais despontou foram as eleições e a campanha à presidência e aos governos estaduais. Em segundo lugar figurou a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária ou Abril Vermelho, como a imprensa nominou essa mobilização. Nas matérias sobre eleições, o MST não apareceu associado às propostas de políticas agrárias. A abordagem tratava da vinculação, ou não, dos candidatos à presidência da República ao movimento. Nas matérias alusivas ao MST o movimento apareceu em segundo lugar no *ranking* de fontes, ressalta-se que esse segundo lugar representou um universo de 57 matérias das 301 analisadas.

Conforme o relatório do Intervezes (2011), em cerca de 60% das matérias havia termos negativos associados ao MST e suas ações. Nesse caso o termo preferencialmente usado nas matérias era “invasão” e seus derivados: invasores e invadir. A pesquisa relatou um total de 192 termos negativos diferentes relativos ao MST. A maior parte das matérias associava o MST a atos violentos e, em boa parte delas (42,5%), o movimento era o autor desses atos. Em relação à Jornada de Lutas pela Reforma Agrária, tema que ficou em segundo lugar em se tratando de assuntos relacionados ao MST, o relatório concluiu:

[...] o Abril Vermelho também foi abordado, em sua maioria de forma negativa ou descontextualizada. Poucas foram as matérias que citaram o Massacre de Eldorado de Carajás, na cobertura sobre a jornada anual de lutas, predominando a ideia de que o MST é um movimento violento, que comete destruições e invasões, em detrimento da explicação que o Abril Vermelho surgiu como protesto a uma violência praticada pelo Estado contra os sem-terra. Das 42 inserções sobre o Abril Vermelho, 24 citaram atos violentos em que o MST é autor; em oito casos, o MST é autor e vítima de violência; uma matéria cita atos violentos que não envolvem o MST; e apenas nove inserções não citam violência (INTERVOZES, 2011, p. 40).

Retomando o conflito da Praça da Matriz nos reportamos mais uma vez à análise de Berger (2003). Em dado momento a autora (2003, p. 180-181) compara o tratamento dado à morte de um colono<sup>17</sup> e à morte do soldado quando do confronto da Praça da Matriz. Conforme relata Berger, o jornal *Zero Hora* foi o único no Estado e no país a publicar a notícia da morte do colono e, nesse caso, a matéria foi encaixada em página interna do jornal, na editoria Geral, com uma foto do sepultamento. A análise demonstra que a ênfase nesse caso deixou de ser para quem matou, e como matou, centrando-se na morte como consequência de enfrentamentos e conflitos, um risco assumido pelos colonos ao entrarem na luta pela terra. Chamou a atenção a diferença no tratamento porque quando o tema era o conflito da Praça da Matriz e o morto que resultou do confronto, um soldado, a repercussão foi bem outra.

Além de funcionar como exemplo para outras circunstâncias a morte do soldado, como morte politizável, permaneceu na *Zero Hora* durante três anos e mereceu 68 dias de noticiários, compreendendo a identificação dos assassinos, a prisão dos colonos, um julgamento simulado, o julgamento real, as comemorações do primeiro aniversário da morte, as homenagens e a inauguração da estátua do soldado Valdeci (BERGER, 2003, p. 181).

Na pesquisa realizada por Lerrer (2005), a autora analisa tanto as matérias publicadas no período do conflito da Praça da Matriz como os autos do processo que resultaram na condenação de um grupo de colonos. Da sua observação, Lerrer (2005, p. 193) conclui que:

Não foi por acaso que a descrição do episódio da morte do soldado, presente nos autos do processo criminal, possui grande semelhança com a versão impressa nos veículos analisados nesta pesquisa, em especial com a reportagem da revista *Veja*.

<sup>17</sup> Como conta Berger (2003, p. 180-181) em 10 de abril de 1991 morreu o primeiro colono no Rio Grande do Sul, logo após a morte do soldado. Este colono morreu vítima de um tiro durante ocupação da fazenda São Pedro, em Bagé.

Das opções feitas pelos jornalistas ao contar sobre a “degola com foice”, Lerrer (2005, p. 194) diz que a versão foi naturalmente aceita e assimilada como verdadeira pela população que passou a reproduzir a história tal qual fora contada pelos jornalistas em seus veículos, sem que se dessem conta de que as opções, nesse caso, são geralmente em nome de um formato que torne mais “vendável” a informação, tornando-a impactante o suficiente para que o leitor/ouvinte/espectador opte por este ou aquele veículo.

Ao nomear aquela morte como ‘degola’, os jornalistas fizeram ver, criaram, levaram à existência um tipo de morte extraordinária, uma grande reminiscência existente as características no imaginário coletivo gaúcho. [...] Toda essa escolha foi influenciada pelas exigências de mercado, ou seja, as condições de produção do jornalista, que o pressionam a nomear de maneira mais vendável possível o que ocorre no mundo social (LERRER, 2005, p. 201).

Na linha das descrições e análises de Berger (2003) e Lerrer (2005) sobre a cobertura feita pela imprensa a respeito do conflito da Praça da Matriz, nos reportamos ao trabalho realizado pela revista Veja, sobre o mesmo caso, na sua edição de 15 de agosto de 1990. O tema foi capa da revista com a chamada “Violência: a escalada da selvageria assusta o país”. Na matéria o título era: “A jornada das foices” (A JORNADA..., 1990). A foto na capa da revista Veja apresentava em primeiro plano um colono armado de foice contra um grupo de soldados, esses em segundo plano. O texto forja uma imagem de força e violência associadas ao MST, como se pode ver:

Pontudas e afiadas, empunhadas por homens de braços musculosos e botinas cobertas de terra, centenas de foices fizeram sua mais trágica aparição nos conflitos sociais do país, na quarta-feira da semana passada, na Praça da Matriz, bem no centro de Porto Alegre (A JORNADA..., 1990).

A descrição da morte do soldado é feita da seguinte forma:

O soldado Valdeci de Abreu Lopes, 27 anos, estava no volante e resolveu descer, empunhando o revólver numa das mãos e o cassetete, na outra. Mal pôde caminhar. Foi cercado por um bando de agricultores, que o agarraram por trás e o imobilizaram – o soldado Valdeci teve tempo, apenas, para apertar o gatilho duas vezes, com a arma apontada para o chão. Nesse momento, a foice de um homem que, segundo sete testemunhas, é Otávio Amaral, tem 26 anos, uma mulher professora primária e um pequeno pedaço de terra no interior do Estado enterrou a foice no pescoço de Valdeci, cortando-o na artéria jugular. Degolado, o soldado cambaleou alguns passos, disparou um tiro a esmo e caiu no asfalto, onde os

assassinos o deixaram agonizar até ser recolhido por um comerciante das proximidades (A JORNADA..., 1990).

Em outros trechos da matéria, evidencia-se a opção editorial na composição do perfil do movimento e da natureza de suas ações: “Em primeiro lugar, como integrantes dos sem-terra, pertencem a um dos grupos mais ativos do país, com uma gorda folha de proezas em matéria de confusões” (A JORNADA..., 1990)<sup>18</sup>.

A partir desses exemplos, vemos então que estruturar meios para comunicar o público interno e externo ao movimento foi uma questão de necessidade para o MST, que nunca contou com o apoio da imprensa, mas de certa forma sempre precisou relacionar-se com ela, algumas vezes valendo-se de estratégias específicas para travar um diálogo com os jornalistas e se fazer noticiar. Berger (2003) chama de teatralização o que ocorre em algumas ações do MST, que precisam ter o aspecto esperado pelos jornais para virarem notícia, uma vez que o MST consta para os jornais<sup>19</sup> na categoria “conflito”. Assim para garantir que “vai dar no jornal”, o MST precisa tornar suas ações o espetáculo aguardado pelos jornalistas, com as falas, bandeiras, foices e confrontos necessários para que o movimento se torne real na esfera pública ao passar pelo crivo da imprensa e se tornar notícia.

Como sabemos a imprensa tem o poder de nomear, de legitimar os atos ocorridos no cotidiano, tirando a qualidade de banal para torná-los importantes o suficiente para que venham a público (BERGER, 2003). Até este momento sempre coube à imprensa “dizer” o MST, compondo sua imagem e conduzindo a formação de uma opinião pública a respeito desse movimento. Trata-se de um poder – e muitas vezes a imprensa foi chamada de “o quarto poder” – que torna o MST, diante da opinião pública, o personagem que a imprensa quer e/ou permite que ele seja. Dessa forma ao pensarmos em MST as imagens que nos chegam através das notícias em geral são aquelas associadas a conflitos, invasões, marchas, depredações, mortes. Dificilmente encontraremos matérias que façam alusão à produção de alimentos nos assentamentos, às cooperativas organizadas e

---

<sup>18</sup> Como relatam Berger e Weber (2000, p.114) o gênero de cobertura concedida ao fato ocorrido na Praça da Matriz, em Porto Alegre, resultou na publicação de o “Jornal”, um veículo impresso em formato *standard*, produzido por um grupo de jornalistas, com uma tiragem de 100 mil exemplares, e que propunha um contraponto às versões apresentadas pelos meios de comunicação.

<sup>19</sup> No caso da pesquisa de Berger (2003) trata-se do jornal Zero Hora.

coordenadas pelo MST, às ações de educação nos assentamentos, às propostas do MST para manutenção da juventude no campo, para nos resumirmos a quatro assuntos nos quais o MST tem investido e que poderiam figurar no noticiário sem estarem necessariamente associados ao tema geral violência e, sim, à reforma agrária e seus resultados.

A opção de informar os jornalistas das redações sobre outros temas relativos ao MST e que não figuram na categoria “conflitos” não tem promovido resultados, ainda que o MST tenha se organizado para isso, enviando *releases* desde suas assessorias de imprensa em que divulgam atividades do movimento.

*Releases* enviados aos jornais não tem sido aproveitados, confirmando que a imprensa pauta os movimentos sociais pela sua ótica e, assim, a formatura de técnicos em administração de cooperativas (formados pela escola do MST), ou o prêmio Unicef a ações complementares pelo direito à escola não justificam o espaço (BERGER, 2003, p. 116).

Nesse sentido entendemos a estruturação de um setor para tratar da Comunicação do MST como forma de garantir a informação, em nível interno e aos interessados externos, dando vazão às pautas que o movimento julga pertinentes e necessárias. Dessa forma quem deseja conhecer as ações do MST nos assentamentos, as culturas que produz, o tipo de atividades que desenvolve, precisará ter acesso aos meios de comunicação administrados pelo próprio movimento.

Essa necessidade de investir no terreno da Comunicação já havia sido apontada por Celso Furtado<sup>20</sup> como necessária, conforme relata Stédile (1997, p. 313) ao lembrar a conversa que teve com o economista. Na ocasião, Furtado teria dado algumas orientações gerais para a manutenção e desenvolvimento do MST enquanto movimento social de referência no Brasil na luta pela reforma agrária. Entre as orientações estavam a necessidade de o MST investir constantemente na formação de quadros de todos os níveis, desde a alfabetização até os cursos

---

<sup>20</sup> Celso Furtado foi um economista brasileiro, importante intelectual do país, autor de diversas obras tratando de economia e política. Furtado desenvolveu teorias sobre o desenvolvimento econômico e estudou em profundidade a história econômica do Brasil e da América Latina. Seus estudos sobre a história dos Estados Unidos e a formação do capitalismo na Europa são considerados clássicos. Em seus últimos trabalhos, Furtado analisou o impacto da transnacionalização e da globalização na economia capitalista contemporânea. É autor de obras fundamentais para a compreensão da política e da economia brasileira, bem como da América Latina, como *Formação econômica do Brasil* e *a Economia Latino-Americana*.

superiores, assim como o esforço em esclarecer o MST para a opinião pública, trabalhando pela constituição da imagem do movimento, tanto dentro do país como fora dele, enfatizando os relatos para o exterior.

Conforme conta Stédile (1997, p. 303), Furtado acreditava ser necessário o esforço do MST na realização de uma ampla campanha de esclarecimento junto à opinião pública a respeito da necessidade de se fazer a reforma agrária no Brasil. A importância de levar o ponto de vista do MST também para fora do país se dava porque, segundo Furtado, a correlação de forças em nível internacional era um dos pontos fracos do governo federal<sup>21</sup>, que não conseguia explicar para a opinião pública internacional porque não havia sido possível resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil.

O MST parece ter seguido o conselho de Furtado. No entanto, até determinado momento, os meios utilizados pelo MST para divulgar as notícias que julgavam como necessárias que viessem a público esbarraram no caráter estanque dos mecanismos disponíveis pelo movimento, ou seja, no alcance limitado que muitas vezes atingiu somente o público interno ou os simpatizantes externos, sem ter condições de atingir o público comum, que não compõe o grupo que previamente se interessa pelo MST e temas correlatos, seja por militância ativa ou parcial. Como se verá adiante, o uso da Internet representou até certo ponto a possibilidade de romper algumas barreiras e levar informações do movimento para além das fronteiras do próprio MST.

## 4.2 PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DO MST

Considerando-se o esforço do MST no campo da Comunicação, temos a seguir um panorama dos meios utilizados por este movimento.

### 4.2.1 Jornal Sem Terra

Entre os meios organizados pelo MST, como vimos, está o Jornal Sem Terra, em veiculação há 30 anos, hoje com uma tiragem de 10 mil exemplares. O JST é tido como um dos meios mais importantes para o MST, ocupando a função de

---

<sup>21</sup> Tratava-se do governo Fernando Henrique Cardoso.

prestar informações sobre o movimento e tendo como público-alvo especialmente a base do movimento, entre assentados ou acampados. Trata-se de um veículo que oportuniza aos integrantes do MST conhecer o que está ocorrendo em outros estados, as experiências de outros assentamentos e acampamentos, além de instrumentalizar o discurso. Justamente por isso o JST é tratado pelo setor de Comunicação como um meio de informação e formação, na medida em que contribui também para multiplicar as orientações das coordenações.

[...] o JST é usado como mais um meio para que as informações sejam passadas para todos. Com isso, tanto o acampado do interior da Bahia como o do interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, sabem sobre a organização, os avanços, as lutas, as conquistas do Movimento. Permite, também, uma maior segurança aos nossos militantes para falar sobre o nosso Movimento e a nossa luta (MST, 2011, p. 10).

Em termos de apresentação o Jornal Sem Terra está organizado em diversas editorias. No editorial há a opinião da Direção Nacional do MST a respeito de um tema específico. Também possui uma seção de cartas com comentários de leitores que chegaram à redação através de cartas ou *e-mails*, encaminhados à página do MST. A editoria “Estudo” é reservada para artigos e opiniões de intelectuais, amigos, apoiadores e especialistas de várias áreas e militantes que tenham passado por algum curso de formação ou realizado uma pesquisa. A “Entrevista” objetiva aprofundar um tema interno do movimento ou externo, contando com um entrevistado que pode ser do MST ou não. A editoria “Estados” é dedicada às matérias sobre experiências do MST em nível estadual. As duas páginas centrais são para uma matéria especial, podendo ser a cobertura de uma mobilização, ensaio fotográfico ou pôster encartado. A editoria “Realidade Brasileira” abrange temas gerais do país como cultura, questão agrária, saúde, etc. “Internacional” divulga a realidade política e agrária em outros países, as articulações internacionais do MST e a ação de movimentos sociais em outros países. Em “Lutadores do Povo” há um texto que pode ser reportagem ou artigo sobre algum personagem de destaque na cena dos movimentos sociais. O objetivo aqui é fazer um resgate histórico, mantendo a memória do movimento e promovendo o destaque de um militante que foi ou é representativo para o MST. “Literatura” é uma editoria que oferece sugestões de leitura a partir da resenha de livros. “Balaio” é uma seção de notas curtas com informes diversos. A contracapa geralmente apresenta uma grande foto ou um cartaz relativo a alguma mobilização do período.

#### **4.2.2 Jornal Sem Terrinha**

Como encarte do Jornal Sem Terra está o Jornal Sem Terrinha, um material destinado ao público infantil do MST e que surgiu a partir de discussões realizadas em 2007, durante o primeiro seminário nacional com o tema “Qual o lugar da infância no MST?”. Esse seminário reuniu vários setores do movimento como: Produção, Comunicação, Cultura, Educação, Frente de Massa e Saúde. Uma das ações que resultaram desse seminário e que foi promovida pelo setor de Comunicação foi o desenvolvimento do Jornal Sem Terrinha. O encarte tem um formato mutável, que vem se adaptando a partir das avaliações que recebe a cada edição. O Jornal Sem Terrinha faz parte dos esforços do movimento em acompanhar as crianças do MST tanto nos quesitos saúde e educação básica, mas também na formação de futuros militantes.

O público-alvo não tem uma idade determinada e o material apresenta desenhos das crianças do MST, textos curtos, textos longos, brincadeiras e um espaço dirigido aos educadores do movimento ou aos pais. A linha editorial do Jornal Sem Terrinha prevê que como as crianças fazem parte da vida do movimento é importante que elas comecem a tomar contato com temas pertinentes à organização, oferecendo uma leitura simples dos fatos relacionados ao movimento a partir da ótica do MST (MST, 2011, p. 13-15).

#### **4.2.3 Revista Sem Terra**

A Revista Sem Terra começou a ser publicada em julho de 1997, com 36 páginas, periodicidade trimestral e tiragem de 10 mil exemplares, sendo comercializada a partir de assinaturas ou vendas avulsas nas secretarias estaduais do MST. O objetivo da publicação era de aprofundar determinados temas, em especial aqueles relativos à reforma agrária, mas sem deixar de abordar outros assuntos em nível nacional e internacional. O público a quem a Revista Sem Terra se destinava era o dos formadores de opinião e simpatizantes com a atuação do MST. A opinião do setor de Comunicação era de que o Jornal Sem Terra cumpria um papel importante, mas, dadas suas características, não tinha fôlego para aprofundar temas importantes para o MST. Assim, a Revista Sem Terra surgiu com a missão de dialogar com os leitores atendendo a uma necessidade de formação,

tanto de militantes, como de simpatizantes, da base do MST e dos apoiadores do movimento, especialmente aqueles que habitavam o meio urbano. Conforme informações do MST o objetivo da revista era o de apresentar o movimento à sociedade a partir de um material graficamente bem realizado, com boas fotos e textos bem elaborados e com profundidade na abordagem, tornando-se uma publicação de referência sobre o tema reforma agrária (MST, 2011, p. 24). Essa publicação revelou-se como uma possibilidade de fazer frente às matérias publicadas sobre o MST na imprensa, tornando-se um meio para contra-argumentar, aprofundando debates e apresentando outras versões sobre a reforma agrária.

A Revista contribui para uma visão mais ampla sobre o MST, além do que é tratado na mídia comercial. Atravessou um dos momentos de maior ofensiva do governo FHC (1995-2002) contra o Movimento e da mídia como sustentação para os ataques. Nesse período, a Revista retratou a cada edição a mobilização dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, assim como os frutos conquistados decorrentes desta organização. Virou alternativa diante da manipulação de informações e dados sobre a questão agrária, realizada pelos veículos de comunicação de massa de propriedade concentrada nas mãos de poucas famílias (MST, 2011).

A Revista Sem Terra foi uma publicação organizada pelo MST para dialogar com o público das cidades, de forma a esclarecer os problemas que ocorriam no campo. Essa revista surgiu a partir do entendimento do MST de que era necessário incluir a população urbana nos esclarecimentos e no debate sobre a reforma agrária. Dessa forma, a revista foi constituída para atingir professores, políticos, jornalistas, lideranças de outros movimentos sociais, sindicatos, profissionais liberais, igrejas, organizações não-governamentais, acadêmicos e apoiadores em outros países, estimulando o debate sobre questões políticas, econômicas, educacionais, culturais, etc. A partir da edição de número 24 o conteúdo parcial da Revista Sem Terra passou a ser disponibilizado na página do MST. A Revista Sem Terra contou com um conselho político que funcionava como um corpo editorial, reunindo-se a cada dois meses para avaliar o material produzido e propor pautas. Esse conselho era composto também por pessoas de fora do movimento, solidários ao MST.

A partir de informações de Stédile<sup>22</sup> sabemos que a Revista Sem Terra foi extinta em 2010, a partir do entendimento do MST de que a página do movimento na

---

<sup>22</sup> Entrevista com Miguel Stédile, em 2010.

Internet atinge o mesmo público para quem a publicação se destinava, nesse caso, com menor custo e maior agilidade.

#### **4.2.4 Programas de Rádio**

Outro meio que recebeu atenção por parte do setor de Comunicação do MST foi o rádio. O MST informa que o rádio foi utilizado desde a década de 80, a partir de 1987 e 1988 com um programa que ia ao ar semanalmente na emissora Aparecida AM, que entrava em rede com outras rádios católicas, dando ao programa um caráter nacional. Por ser um veículo de comunicação rápido e que atinge facilmente um grande número de pessoas o MST investiu na compra de espaços em rádio comerciais para fazer programas do movimento, além de se valer de rádios de entidades parceiras.

Além disso, na década de 80, o MST dedicou-se à constituição das chamadas “rádio-poste” nos assentamentos e acampamentos, prática que foi reduzida a partir dos anos 90 com o crescimento do número de rádios comunitárias. A partir daí, o MST passou a acompanhar a mobilização em defesa das rádios comunitárias, organizando comunidades, capacitando pessoas para atuar em rádio e instalando equipamentos com o intuito de organizar emissoras nesse formato.

Como destaque na produção radiofônica do MST está o programa Vozes da Terra, que era distribuído para várias emissoras, entre elas as rádios do MST, católicas, universitárias, comunitárias e algumas comerciais de todo o país. O *mailing* de rádios que recebia o programa chegou a alcançar um total de 500 emissoras para onde eram enviados, mensalmente, CDs com 4 programas de 15 minutos cada. Os temas abordados no Vozes da Terra eram sociais, políticos, econômicos e culturais Além de ser distribuído em CD, as rádios podiam baixar o programa pela Internet, através da página do MST. A alternativa de distribuir o programa Vozes da Terra para emissoras parceiras foi interrompida e houve a decisão de incorporar o programa à página do movimento na Internet, a partir de pequenos formatos, uma vez que o setor de Comunicação do movimento entende que a versão disponível para *web-ouvintes* tornou-se mais segura e interessante (STÉDILE, 2011).

Conforme informações do MST, a experiência do Vozes da Terra fez avançar a produção radiofônica do MST para a realização e distribuição de notícias através de uma agência do movimento, que produz boletins diariamente e gera para rádios de todo o país, sendo possível baixar os áudios através do *site* (MST, 2011, p. 40).

O trabalho de rádio do MST desenvolve-se, então, a partir de várias ações, entre elas, as rádios comunitárias organizadas algumas vezes com equipamentos adquiridos pelo MST e pelas comunidades e que podem estar localizadas em assentamentos, alcançando a área rural e talvez a área urbana. O MST contabiliza um total de 25 rádios comunitárias do movimento em funcionamento, a maior parte na Região Sul do Brasil.

A frente de rádio também está organizada quando da realização das marchas, como durante a Marcha Nacional de 2005 e o V Congresso Nacional de 2007. Dados do MST demonstram que a experiência de montagem de rádios nesses espaços foi importante para melhor organizar as atividades do movimento nos eventos, além de funcionar como um meio para animar os participantes.

Nas rádios em que não está à frente de toda a programação, o MST pode atuar como colaborador, mantendo um ou mais programas. É o que ocorre em várias rádios comunitárias em todo o Brasil. Também há a compra de espaços em rádios comerciais para garantir a veiculação de programas produzidos pelo MST, em geral, em caráter semanal.

O setor de rádio é considerado um dos mais importantes para o movimento no terreno da Comunicação, na medida em que se trata de um meio eficiente na comunicação com o morador do campo.

Há uma compreensão e decisão política do MST de ampliar o número de rádios em assentamentos e acampamentos para avançar na relação com o conjunto das famílias Sem Terra e com a sociedade em geral. A avaliação é de que este não é um processo fácil, pois exige, além da montagem da rádio (equipamentos), o funcionamento e coordenação interna permanente. O desafio cotidiano é ter continuidade e persistência no trabalho com as rádios comunitárias camponesas (MST, 2011, p. 40).

Conforme estabelecido nas diretrizes do MST para o setor de rádio, é necessário que as decisões acerca da programação da rádio comunitária passem

por discussões coletivas com a comunidade, estimulando a participação de todos na composição dos programas.

Percebe-se que as ações voltadas para o rádio são as que mobilizam um maior número de pessoas do movimento, perpassando outros setores como Educação, Saúde, Produção, Cultura, Gênero, Formação, Juventude, etc., na organização e na elaboração dos programas. A representação da comunidade nas rádios é tida como de máxima importância, havendo o incentivo para que a coordenação da rádio tenha representantes dos assentamentos.

#### **4.2.5 Assessoria de Imprensa**

A assessoria de imprensa do MST é desempenhada em nível estadual e nacional, essa última com sede em Brasília. Até maio de 2011 o MST dispunha, nas secretarias estaduais, de assessoria de imprensa no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte e Alagoas. No Ceará e no Maranhão a assessoria era desempenhada por assentados que fizeram o curso de formação em Comunicação no Instituto de Educação Josué de Castro. Em outros estados a função podia ser realizada por assentados, de maneira não formal. Em São Paulo, no período desta pesquisa, devido à saída de uma profissional, a assessoria de imprensa vinha sendo realizada provisoriamente pela equipe da página do MST.

A constituição de uma equipe para atuar em assessoria de imprensa surgiu da necessidade do MST de estruturar uma maneira de dialogar com a imprensa, selecionando o que deve e o que não deve ser divulgado, orientando as lideranças para as entrevistas que vão conceder, além de produzir material para os produtos de rádio e mídia impressa do MST, bem como para o *site*.

De maneira geral vemos, seja através das entrevistas com lideranças e assessores do movimento, ou a partir do contato com documentos do MST para orientar os seus comunicadores, que a relação com a imprensa deve ser cuidadosa, no sentido de não tornar o MST um movimento meramente midiático, ou seja, um movimento criador de fatos com a exclusiva intenção de torná-los alvo da mídia. Assim, a divulgação de temas referentes ao MST deve ser uma decorrência de fatos ocorridos com a firme intenção de produzir resultados para as reivindicações. “Os

fatos sociais da luta pela Reforma Agrária, os problemas que o povo pobre enfrenta no meio rural e a solução para eles é que devem ser motivo de reportagens e análises” (MST, 2011, p. 27).

Em relação ao atendimento feito pela equipe de assessoria de imprensa o MST (2011), relaciona uma série de recomendações: evitar dar informações sobre a organização interna do movimento, não indicar entrevistados do MST para a participação em programas de entrevista nos quais há clara posição contrária ao movimento, ter atenção com pautas que já surgem “prontas”, cujas indagações partem na verdade de afirmações do jornalista que devem ser apenas confirmadas ou negadas pelo entrevistado do MST, ter cuidado com determinados jornalistas que se dizem “amigos” do MST, lembrar que o MST não participa de debates em que estejam representantes da UDR/CNA<sup>23</sup>, considerados como responsáveis pelo movimento pelo assassinato de diversas lideranças do MST, lembrar que não é permitida a concessão de entrevistas para determinados veículos como a revista Veja, programas apresentados por Boris Casoy e jornalistas do grupo RBS (MST, 2011, p. 28).

Integrando as estratégias de atendimento à imprensa, percebe-se que o MST tem feito um esforço para formar porta-vozes aptos a dar entrevistas e essa formação depende bastante da atuação dos assessores estaduais que precisam trabalhar de maneira integrada com os porta-vozes. Esse grupo precisa ser preparado tanto em relação às informações sobre o movimento como sobre a forma de atuação do MST junto à imprensa. Além dos porta-vozes estaduais, há um grupo de porta-vozes para falar em nível nacional. Os assessores de imprensa precisam, então, informar os porta-vozes sobre o cuidado necessário no repasse de informações, mantendo-se atentos para não passar dados a colunistas e repórteres que atuem em veículos contrários ao MST. Nesse sentido existe a indicação de que seja feito um mapeamento nos estados para reconhecer quem são os jornalistas e para quais veículos trabalham, mantendo a atenção para o tipo de cobertura que realizam.

Em casos de acusações falsas contra o MST divulgadas em meios de comunicação, a determinação é de consultar os advogados do movimento e analisar

---

<sup>23</sup> União Democrática Ruralista (UDR) e Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA).

a possibilidade de ingressar com uma ação, pedir direito de resposta e solicitar indenização por dano moral.

O MST orienta que os assessores de imprensa atuem como barreiras de proteção aos dirigentes e como referência para os veículos de comunicação, filtrando os contatos e indicando quem deve dar entrevista e sobre qual assunto. Quando a demanda for por uma entrevista longa, exclusiva ou sobre assuntos delicados é necessário fazer antes uma reunião entre o assessor de imprensa e os dirigentes para discutir a forma de ação. Em casos de entrevistas exclusivas também é exigida a reunião, bem como um planejamento por parte da assessoria.

A produção e o envio de *releases* é uma das tarefas primordiais da assessoria de imprensa do MST. Os *releases* podem conter matérias sobre assuntos relacionados ao movimento, notas oficiais da direção, chamada para coletivas de imprensa. À assessoria do escritório nacional de Brasília cabe a tarefa de produzir diariamente o documento “MST na imprensa”, uma clipagem eletrônica na qual estão as matérias dos principais jornais e revistas do país em que o MST foi citado ou ainda reportagens sobre temas nos quais o movimento tem interesse.

Em períodos de jornada ou outras mobilizações a assessoria de imprensa produz o “Termômetro”, uma análise resumida sobre a abordagem concedida pela imprensa àquela ação. A proposta do “Termômetro” é garantir que os dirigentes e porta-vozes do MST estejam a par dos fatos noticiados sobre o MST e de que maneira devem se posicionar no momento das entrevistas. Nesses períodos, os assessores de imprensa também precisam produzir o material chamado “Perguntas e respostas”, onde há possíveis questões a serem abordadas pela imprensa com suas devidas respostas a partir de dados do movimento (MST, 2011).

A atuação dos assessores de imprensa não se limita ao atendimento aos jornalistas e à produção de textos. Os assessores do MST devem produzir fotografias, vídeos e boletins de rádio e o Manual para os Veículos de Comunicação do MST apresenta uma série de indicações para a realização desse material. Como veremos adiante, o trabalho dos assessores de imprensa do MST mantém uma vinculação fundamental com a página do movimento, para o qual enviam informações diariamente, garantindo a atualidade do *site*.

#### 4.2.6 Audiovisual

O MST tem se beneficiado nos últimos anos da organização da Brigada de Audiovisual da Via Campesina, grupo que se responsabilizou pela execução de vídeos que depois são veiculados nas páginas dos movimentos abrigados na Via ou no *Youtube*. A intenção desses vídeos é mostrar, em outra linguagem, a experiência do MST em várias áreas, não só em acampamentos ou mobilizações, mas dar vazão a temas importantes para o movimento e que são compreendidos como merecedores de registro e divulgação.

A constituição de uma linguagem própria dos movimentos camponeses na área do audiovisual foi tema de um curso na Escola Nacional Florestan Fernandes, tendo como alunos os militantes dos movimentos sociais da Via Campesina, no período de 2006 até 2009. A proposta era de construir uma linguagem fílmica condizente com a prática dos movimentos sociais. Nesse sentido o curso apontou a necessidade de realizar vídeos em que houvesse o predomínio do registro de atividades a partir de uma narrativa simples, linear, com base no relato de lideranças e especialistas, registrando a presença da base do movimento. As intervenções dos dirigentes e especialistas nesse caso precisam servir para contextualizar o fato narrado.

Ao assumir para si a tarefa de produção de vídeos, o MST pensa estar investindo em um modo de relatar suas histórias, em formato audiovisual, a partir de uma estética que relaciona os vídeos à atuação do movimento de maneira geral, objetivando, como em outros meios produzidos pelo movimento, a informação e, também, a formação.

Os vídeos produzidos pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina e que têm relação com o MST integram a série de conteúdos dispostos no *site* do MST e que serão abordados no capítulo seguinte.

## 5 MST E O USO DA INTERNET COMO FERRAMENTA COMUNICACIONAL: INSERÇÕES NO CIBERESPAÇO, POSSIBILIDADES NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

Neste capítulo vamos abordar o uso, pelo MST, da Internet como ferramenta comunicacional e a capacidade de inserção que essa utilização confere ao movimento em território virtual. Dessa forma, e ao nos filiar-mos à Sociologia Compreensiva, caracterizamos este trecho da pesquisa como uma análise a partir do que Silva (2003, p. 83) chama de “narrativas do vivido”. Ou seja, valendo-se de um conjunto de técnicas que se somam com a intenção de “radiografar, cartografar, relacionar, ‘biografar’, contar, descobrir, fazer vir, fazer emergir” justamente o “modo de fazer” Comunicação, organizado pelo MST para o ciberespaço, pretende-se encontrar pistas para responder a seguinte indagação: O uso da Internet como ferramenta de Comunicação permite ao MST sua inserção na chamada esfera pública virtual?

Na busca de respostas a essa pergunta dedicamos um período da pesquisa à observação participante<sup>1</sup> com base nos princípios da etnografia e netnografia<sup>2</sup>, combinando trechos de acompanhamento *on-line* com entrevistas e consulta a documentos do próprio MST que orientam a produção de conteúdo para o *site* do movimento. No que diz respeito à observação participante, a intenção foi analisar a rotina de produção e a edição de notícias para a página do MST, assim como perceber o grau de importância desse espaço *on-line* para a equipe de Comunicação do movimento, ou seja, o quanto o *site* é necessário na estratégia comunicacional da organização. A essa fase de observação participante seguiu-se o acompanhamento da página por um período de 15 dias (12 de abril até 26 de abril de 2011). Nesses mesmos dias registramos as notícias que eram publicadas nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, relativas ao MST, com o objetivo de comparar as abordagens do *site* com aquelas oferecidas por esses dois jornais regionais,

---

<sup>1</sup> De acordo com Hohlfeldt (HOHLFELDT; FRANÇA; MARTINO, 2001, p. 206), as pesquisas no campo do *newsmaking* exigem a chamada pesquisa participante, em que o pesquisador permanece com a equipe pesquisada, sem fazer parte dela propriamente. No caso dessa opção, o pesquisador se mantém no mesmo espaço da equipe em caráter provisório o tempo necessário para desenvolver seus estudos, sob pena de envolver-se com os valores do grupo estudado. Hohlfeldt (2001) explica que nesse formato de pesquisa os dados são colhidos a partir da observação e ao verbalizar e conscientizar as práticas apreendidas, estimulando tanto o pesquisador como o grupo pesquisado ao debate e à tomada de consciência sobre as práticas adotadas.

<sup>2</sup> As indicações sobre a metodologia aplicada estão na Introdução.

buscando analisar de que maneira o que era publicado no *site* estava relacionado ou não às reportagens desses dois veículos. No referido período também nos propusemos o que chamamos de “trajeto de leitura”, ou seja, primeiro consultávamos o *site* do MST e, na sequência, líamos os jornais escolhidos para saber que tipo de abordagem era feita nos veículos convencionais para o mesmo fato e se aquele tema que era notícia na página do movimento também era tratado nos jornais, caso contrário, qual era o assunto das notícias? As indagações referentes a essa etapa de acompanhamento do *site* e dos jornais foram:

- a) O *site* serviu de fonte para os jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo na composição das matérias? Há dados que foram retirados do *site* ou informações que se referem à página do MST enquanto fonte?
- b) As reportagens eram dissonantes do que era publicado na página do MST e, então, a versão do movimento funcionou como um contraponto à reportagem?
- c) O que é notícia no site do MST também é notícia em Zero Hora e/ou Correio do Povo?

Destacamos que esta pesquisa não pretende realizar análise de discurso tanto referente à página do MST como às matérias veiculadas em Zero Hora ou Correio do Povo. O que desejamos é observar o quanto a página pode ser eficiente ao grupo como garantidora de que suas versões sobre os fatos sejam reconhecidas publicamente, tanto através da página oficial da organização, como na mídia convencional, ao tornar-se fonte para matérias veiculadas fora do *site*, caso isso ocorra.

Também nos interessa perceber de que forma a página do MST permite aprofundar determinadas questões, ampliando debates, o que geralmente não é possível ou almejado pela mídia convencional, uma vez que os critérios de noticiabilidade tendem a ser divergentes, como nos mostra Wolf (2005, p. 195, 201-202), para quem essa dificuldade em argumentar e tratar de modo aprofundado e coerente os temas apresentados é uma característica da maneira como se desenvolve a rotina de produção nas redações, ocorrendo já uma cultura profissional interiorizada e praticada pelos jornalistas dos veículos em que a fragmentação e a platitudo são naturais.

Além destas duas etapas, agregamos entrevistas feitas com alguns jornalistas que habitualmente realizam reportagens relacionadas ao movimento, de forma a complementar a pesquisa aqui proposta e compreender até que ponto a página do MST é vista por esses profissionais como fonte na composição de suas matérias. Essa complementação limitou-se a jornalistas dos grupos RBS e Record, organizações às quais pertencem os jornais Zero Hora e Correio do Povo, respectivamente, priorizando-se, no caso, os repórteres que já realizaram uma quantidade expressiva de matérias relacionadas ao MST, caracterizando-se ou aproximando-se da função de setoristas.

A primeira fase da pesquisa empírica dedicou-se, então, à observação da rotina de produção das notícias para o *site*, buscando fazer emergir o modo de trabalho da equipe do MST que hoje é responsável pela página do movimento. Traçamos um perfil dos jornalistas envolvidos nesse processo e avaliamos com os integrantes da equipe o grau de importância do *site* nas possibilidades de inserção na mídia convencional e na capacidade de diálogo com colaboradores, simpatizantes e outros públicos. Ao nos debruçarmos sobre o modo de trabalho da equipe, julgamos necessário analisar quais são os valores-notícia considerados pelo grupo responsável pela edição das matérias enviadas por jornalistas, integrantes ou colaboradores do MST em todo o Brasil. O que é notícia no *site* do MST? Quais os critérios utilizados no trabalho de edição, incorporados de forma tão natural e que asseguram a rotinização ou cuja classificação garante a realização prática e programada, feita muitas vezes de maneira apressada, permitindo a seleção do material quase que de forma automática? (WOLF, 2005, p. 205-206). Nesse período da pesquisa as indagações que permearam a observação e que deram o direcionamento para as entrevistas foram:

- a) Como se dá a seleção de notícias que vão ao ar no *site*? Quais são os critérios de edição e publicação?
- b) Quem as realiza?
- c) Quem as edita?
- d) Como ocorre a apuração?
- e) Qual a rotina de produção desde a apuração até a publicação?

- f) Qual o critério para outras apresentações além do texto (fotografia, áudio, vídeo). Como são produzidas?
- g) Como a equipe observa o *site* na estratégia de Comunicação do movimento?

Antes de ingressarmos na pesquisa empírica propriamente dita julgamos necessário fazer uma pausa para contarmos a história do *site*, abordando o seu surgimento e o que pretendeu suprir, no princípio, no conjunto de ações da área de Comunicação do MST, bem como as diretrizes do movimento para os profissionais que produzem conteúdos para a página.

### 5.1 WWW.MST.ORG.BR: DIÁLOGO COM O URBANO

O *site* do MST é um dos produtos mais recentes do setor de Comunicação do movimento, surgido em 1997 como uma evolução das discussões para a área durante o III Congresso do MST, em 1995, e como uma necessidade de ampliar as possibilidades de diálogo com o público externo após o Massacre de Eldorado de Carajás<sup>3</sup>, em 1996. Conforme descrito no Manual de Comunicação do Movimento (MST, 2011, p. 17), o Congresso teve como palavra de ordem “Reforma Agrária: uma luta de todos”, o que demonstrava a necessidade de expandir o debate do tema Reforma Agrária, ampliando o público envolvido nessa discussão, atingindo não somente a população rural, mas também urbana.

---

<sup>3</sup> O Massacre de Eldorado de Carajás ocorreu no dia 17 de abril de 1996 na cidade de Eldorado de Carajás, no sul do Pará. Nessa ocasião foram mortos dezenove colonos sem-terra e mais de 70 ficaram feridos em decorrência da ação da polícia militar daquele estado. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região promoveram uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente a Fazenda Macaxeira. A Polícia Militar foi encarregada de tirá-los do local, porque estariam obstruindo uma rodovia, que liga a capital do Pará, Belém, ao sul do estado. A ação da polícia militar resultou na morte dos colonos. Cerca de 150 policiais que participaram da ação foram incriminados, no entanto, 15 anos depois do fato, apenas dois foram condenados e até abril de 2011 aguardavam em liberdade a finalização do processo. Depois do Massacre de Eldorado de Carajás o dia 17 de abril foi marcado como dia internacional da luta dos camponeses, em homenagem às vítimas de Carajás e de outros lugares do mundo. Nessa data, o MST e outros movimentos associados à Via Campesina realizam mobilizações para cobrar o julgamento dos responsáveis pela violência no campo e pela realização da Reforma Agrária. Ao mesmo tempo em que Carajás foi um marco da violência contra os sem-terra, o episódio reinseriu a discussão em torno da Reforma Agrária em nível nacional e também projetou o MST em nível internacional. Devido a essa exposição pública elevada, a página do movimento surgiu como uma alternativa para o setor de Comunicação manter um diálogo com frentes de apoio importantes para o movimento e que muitas vezes estão no espaço urbano ou fora do Brasil.

Concomitantemente a esses dois fatos, no mesmo período assiste-se no Brasil ao processo de popularização da Internet. À época os acessos ainda eram limitados, mas a ferramenta já se revelava como uma aposta interessante no terreno da Comunicação, possibilidade percebida pelo MST, que decidiu expandir suas investidas comunicacionais também para o ciberespaço.

Sendo assim, conforme revela o Manual de Comunicação para os Veículos do MST (MST, 2011, p. 18), a organização decidiu-se por manter uma página na *web*, que em princípio obedecia a um formato bastante rudimentar, com conteúdo fixo e sem atualização sistemática. A partir de 2003 essa mesma página tornou-se mais ágil e passou a contar com atualizações diárias. Nesse período o *site* já desempenhava um papel importante na Comunicação do MST, comprovado em um primeiro momento durante a Marcha de Goiânia até Brasília, em 2005, quando foi registrada na página a trajetória da marcha e as pautas pertinentes àquela mobilização. As atualizações a partir de textos postados no espaço *on-line*, e também de áudios, transformados em boletins de rádio que iam ao ar no *site*, reportavam a situação da marcha dia após dia (MST, 2011, p. 19).

Considerando a possibilidade de ter a página como um meio de Comunicação independente, capaz de abrigar vários recursos para noticiar os fatos relativos ao movimento e ainda ampliar o diálogo do MST, alcançando outros públicos, houve o esforço em investir nesse meio. Dessa forma, a página passou por atualizações tanto na programação visual como no sistema operacional, tornando-se mais ágil. Essas atualizações ocorreram nos anos de 2006 e 2009 assegurando maior flexibilidade, embora o MST reconheça em seu Manual o desafio de operacionalização que esse tipo de ferramenta representa ainda hoje (MST, 2011, p. 19).

As mudanças que garantiram uma página mais rápida também repercutiram em outros aspectos relativos ao *site*. Como explica Miguel Stédile<sup>4</sup>, em um primeiro momento o *site* funcionava como uma espécie de atalho que encaminhava o internauta às páginas do movimento em nível regional. Muitas secretarias estaduais do movimento começaram a criar suas páginas que, segundo Stédile, eram bastante estáticas e tinham dados gerais sobre o MST naquelas regiões, sem atualizações

---

<sup>4</sup> Entrevista com Miguel Stédile, em outubro de 2009 na sede do MST, em Porto Alegre.

constantes. O processo evoluiu para um espaço *on-line* único, com a supressão das páginas regionais.

[...] a página deve ser referência e fonte de informação para a discussão sobre os modelos de agricultura (agronegócio contra pequena agricultura), a Reforma Agrária, a luta dos trabalhadores rurais sem terra e as realizações do MST [...] (MST, 2011, p. 20-21).

No manual também estão descritas as editorias que devem estar presentes no *site*, como forma de orientar a produção e a edição de matérias, artigos, vídeos, áudios e fotografias. De acordo com o estabelecido nesse documento (2011, p. 21-22), o conteúdo da página deveria se enquadrar nas seguintes categorias: agricultura camponesa, agronegócio, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, internacional, meio ambiente, projeto popular, reforma agrária, transgênicos, violência e criminalização. De certa forma o que se vê na prática é que a equipe responsável pela página consegue seguir essa linha editorial e manter o conteúdo referente a esses temas bastante atualizado.

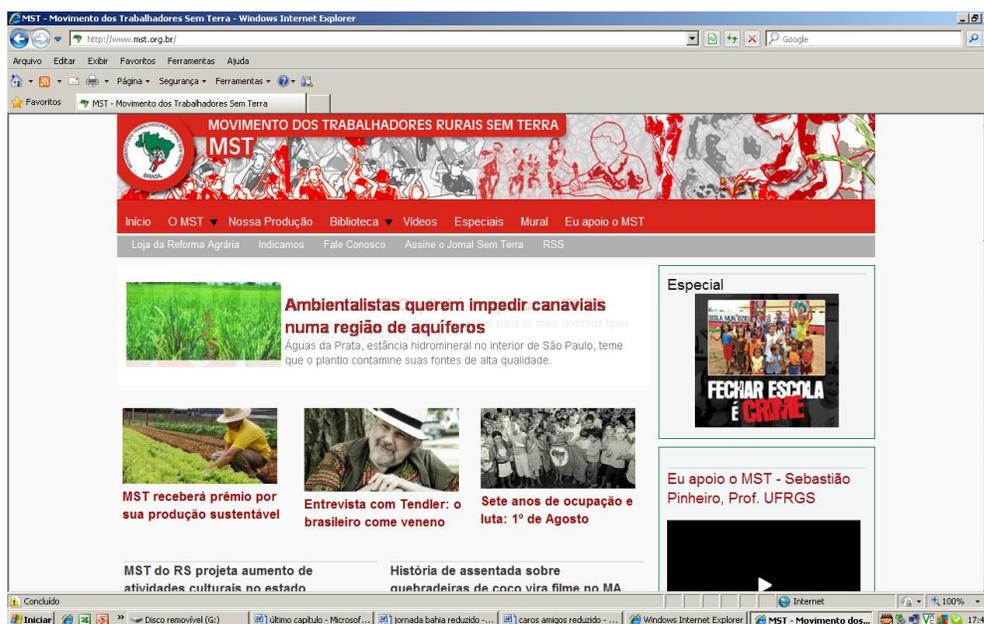
No mesmo documento há várias outras indicações para o *site* como aquelas relativas à linguagem e à abordagem, ou seja, o enfoque que deve ser dado às matérias.

Um desafio permanente da página é garantir todos os dias alguma produção própria, como entrevistas, matérias, artigos. Os textos para a internet possuem uma linguagem particular. Os textos têm que apresentar todas as informações necessárias, mas devem ser curtos e objetivos. Em caso de textos maiores, colocar intertítulos, que facilitam a leitura. Em determinados casos, é melhor dividir o conteúdo, que pode entrar em outros links. É importante não misturar reportagens (de caráter informativo) e notas (com posicionamento político). Isso gera textos panfletários, com menor credibilidade. Quando houver algum manifesto, é importante fazer um texto de abertura mais informativo, com as informações centrais (quem, o que, como, quando, porque) e depois apresentar o manifesto, que deve sempre ser assinado. Em reportagens, apresentar o máximo de informações, como: número de famílias (em ocupações) e pessoas (em marchas e protestos em prédios públicos). O nome, local, cidade, tamanho e problema do latifúndio ocupado (se é improdutivo, cometeu crime ambiental, desrespeito às leis trabalhistas). Sustentar as ações com dados e informações de fontes oficiais quando possível (vistoria do Incra, multa do Ibama, fiscalização do Ministério do Trabalho). As nossas reivindicações e propostas. O número de famílias acampadas no estado (dados de assentados no ano anterior, por exemplo, podem demonstrar a lentidão da Reforma Agrária). Em protestos contra empresas do agronegócio, associar com a luta pela Reforma Agrária e apresentar com foco e objetividade nossos objetivos. Evitar “atirar para todos os lados”, o que dissolve as nossas denúncias e pode cair no vazio. Focar na denúncia em apenas um ponto, como problemas ambientais, produção ilegal de transgênicos, compra de terras por estrangeiros, grilagem, presença estrangeira em áreas de fronteira. Em caso de

acusações e frases de efeito, colocar entre aspas como pronunciamento de algum dirigente. Em relação às notas oficiais, não banalizar. Esse instrumento demonstra uma preocupação da direção do Movimento e deve ser usado em casos específicos, no qual existe a necessidade de fazer um posicionamento e/ou esclarecimento à sociedade (MST, 2011, p. 21-22).

A partir do relato do editor da página, Igor Felipe Santos<sup>5</sup>, sabe-se que, inicialmente, a construção do *site* ficou a cargo da Frente Digital do MST. Nesse período a página era feita com base em uma plataforma que não permitia muita mobilidade e que não possibilitava atualizações provenientes de qualquer lugar, “era preciso baixar o programa toda vez que se fazia alguma atualização” (SANTOS, 2011). Posteriormente, a página deixou de ser feita pela equipe da Frente Digital que, em geral, é responsável pela manutenção dos computadores do movimento, funcionando como suporte técnico. Então o MST terceirizou a execução da página, ficando essa incumbência a cargo de parceiros, como uma cooperativa da área de informática que colabora com o movimento. Segundo Santos (2011), para chegar ao *design* da página que se vê hoje houve uma consulta junto a um grupo de pessoas do MST, destacadas para participar desta discussão, atendendo à tradição do movimento de debates coletivos para definir ações em todas as áreas.

**Figura 1 - Página do MST no formato atual**



Fonte: Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 5 ago. 2011

<sup>5</sup> Entrevista com Igor Felipe Santos, em fevereiro e março de 2011, realizada na sede da Secretaria de Comunicação do MST, em São Paulo.

Além do conteúdo próprio do MST, a página reproduz matérias daqueles que o movimento chama de “veículos aliados” (MST, 2011, p. 22). Entre eles estão: Brasil de Fato, RadioAgênciaNP, Vermelho, Repórter Brasil, Greenpeace, Instituto Humanitas Unisinos, alguns blogs e *sites* públicos (Agência Brasil, Senado e Câmara). Também existem os *links* para consulta ao conteúdo *on-line* de parceiros como jornal Brasil de Fato, blog da Rede de Comunicadores pela Reforma Agrária, Rádio Agência NP, Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes, Minga Informativa e Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo.

O internauta pode acessar via *site* outros produtos do setor de Comunicação do MST como a videoteca virtual Gregório Bezerra – organizada pelo movimento e que tem o objetivo de disponibilizar filmes e vídeos sobre a questão agrária brasileira, de forma a contribuir com o debate sobre esse tema – a Revista Sem Terra e o Jornal Sem Terra, bem como o Informativo Letra Viva, que pode ser recebido, mediante cadastramento, por *e-mail* e que é produzido pelo MST, sempre abordando um tema central (a edição de 11 de abril de 2011, por exemplo, tratava da contaminação dos agrotóxicos no meio ambiente). Esse informativo não tem sido atualizado e mesmo após termos nos cadastrado para recebê-lo por e-mail o envio não foi feito no espaço de um ano.

No *site* do MST também há *links* para as páginas dos parceiros do movimento em outros países, os chamados “Comitês de Solidariedade”, organizados em caráter voluntário por pessoas ou organizações estrangeiras que são simpáticas a causa dos sem-terra. Assim, os internautas de outros países têm acesso a conteúdos gerados pelos comitês na Alemanha ([www.mstbrasilien.de](http://www.mstbrasilien.de)), Holanda ([www.mstndereland.ne](http://www.mstndereland.ne)), Suíça ([www.infoterra.ch](http://www.infoterra.ch)), Finlândia ([www.maattomienliike.wordpress.com](http://www.maattomienliike.wordpress.com)), Reino Unido ([www.mstbrazil.org](http://www.mstbrazil.org)), Espanha ([www.sindominio.net/mstmadrid](http://www.sindominio.net/mstmadrid)), França (<http://amisdesansterre.blogspot.com>), Itália ([www.comitons.it](http://www.comitons.it)) e Suécia ([www.mstse.org](http://www.mstse.org)).

Esses espaços contêm, muitas vezes, o material que está disponível na página do MST, mas no idioma daquele país. O conteúdo do *site* do MST é traduzido por voluntários dos Comitês de Solidariedade e reproduzido nos espaços *on-line* desses parceiros. O resultado dessa interação virtual, segundo Stédile (2009), pode ser sentido de maneira positiva em alguns momentos de tensão para o

movimento, como aquele protagonizado no começo de 2009<sup>6</sup> por ocasião do fechamento das escolas itinerantes. Conforme relata Stédile (2009), especificamente em relação a esse fato surgiram automaticamente petições *on-line* lideradas por comitês de solidariedade de outros países, como da Suécia, sem que o movimento tivesse solicitado apoio. A adesão voluntária à mobilização contra o fechamento das escolas itinerantes ocorreu de maneira mais veloz porque os comitês ficaram sabendo da notícia de forma instantânea, através da página. Como explica Stédile (2009), os comitês de solidariedade são uma tradição na luta popular e o MST conta com esses apoiadores desde os anos 80. No entanto, a comunicação do MST com esses comitês era bastante restrita antes da Internet, resumindo-se a contatos esporádicos via correio.

Com a Internet passou a ter uma quantidade, um volume, uma qualidade no fluxo de informação com estes apoiadores internacionais, muito maior. [...] Antigamente para você conseguir um apoio, conseguir divulgar a luta do movimento na Europa, nos Estados Unidos, de um modo geral ficava quase que na oportunidade de um militante viajar para lá [...] (STÉDILE, 2009).

## 5.2 ORGANIZAÇÃO DA PÁGINA

A página de abertura do MST possui um *menu* principal em que figuram pastas que organizam conteúdos fixos ou mutáveis. Essas pastas estão separadas a partir dos seguintes títulos: **O MST, Nossa Produção, Biblioteca, Vídeos, Especiais, Mural e Eu apoio o MST**. Somente dentro da pasta **O MST** pode-se encontrar uma boa quantidade de conteúdos relativos ao movimento e que servem para instrumentalizar tanto o visitante que já conhece a organização e precisa de dados específicos, como para quem não conhece o MST e está fazendo um primeiro contato. Como um cartão de visita completo, nesse espaço o internauta pode encontrar:

- a) **Quem somos:** dividido em outras subpastas (Nossas Lutas e Conquistas, Nossa História, Nossos Objetivos, Nossos Hinos, Nossa

---

<sup>6</sup> Em fevereiro de 2009, as escolas itinerantes do MST foram fechadas por uma determinação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o Ministério Público e o governo estadual realizaram um acordo que confirmou o término do convênio entre o estado e o MST para a contratação de professores. Esse acordo representou o fechamento de oito escolas itinerantes do movimento. A medida gerou mobilizações de acampados e assentados em todo o Rio Grande do Sul.

Bandeira), esse espaço disponibiliza informações e dados sobre as conquistas do MST, realizações, reivindicações e projetos nas áreas de educação e produção, além de referências a prêmios e homenagens e acesso às declarações resultantes dos congressos do MST;

- b) **Nossas bandeiras:** subdividida em Cultura, Reforma agrária, Combate à violência sexista, Democratização da comunicação, Saúde pública, Desenvolvimento, Diversidade étnica, Sistema político e Soberania nacional e popular, essa pasta apresenta o posicionamento do MST a respeito desses temas;
- c) **Organização:** explica o modo de organização do MST nos 24 estados e nas cinco regiões do país, tanto em assentamentos como em acampamentos;
- d) **Linhas Políticas:** subdividido entre os temas Plataforma da Via Campesina para a agricultura, Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000, Linhas políticas reafirmadas no V Congresso do MST – 2007 e Posição da Via Campesina Internacional sobre aquecimento global e os agrocombustíveis;
- e) **Poemas e poesias:** compilação de poemas feitos por assentados, acampados ou colaboradores externos que abordam temas relacionados ao movimento ou à questão agrária;
- f) **Notas oficiais:** aqui o internauta pode encontrar a posição oficial do MST sobre diversos fatos, inclusive a versão do movimento sobre determinados acontecimentos que são divulgados na imprensa, em geral contrapontos ao que foi veiculado em jornais, TVs, rádios, blogs. Também há a análise do MST sobre informações variadas, como, por exemplo, na ocasião desta consulta (em agosto de 2011), os dados sobre assentamentos anunciados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a prisão de militantes do movimento no estado de Santa Catarina ou o balanço anual das ações do MST;
- g) **Lutadores e lutadoras do povo:** nesse espaço são lembrados os integrantes do MST ou colaboradores que morreram em confrontos, ou de causa natural. Também há homenagens a personalidades

representativas para os movimentos de esquerda como Olga Benário Prestes, Che Guevara, Victor Jara, etc.

Em **Nossa Produção** está descrito o funcionamento dos assentamentos do MST. Nessa área há um mapa do Brasil subdividido em cinco regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – com a apresentação das cooperativas e da produção dos assentamentos nessas áreas. Também são expostas as matérias feitas pelos colaboradores do MST e que tratam da produção agrícola do movimento, com destaque para as colheitas, dados de produção, cultivo com base na Agroecologia. O objetivo da pasta é explicar e exemplificar de que maneira os assentamentos do MST funcionam e o grau de organização e produtividade nesses espaços.

Em **Biblioteca** as subdivisões são por temas e o que ali está não são livros indicados ou com o conteúdo integral disponível, mas artigos e entrevistas sobre os seguintes assuntos: agricultura camponesa, agronegócio, direitos humanos, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, internacional, meio ambiente, projeto popular, reforma agrária e transgênicos.

Em **Vídeo** há sempre o destaque para um vídeo produzido pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina, setor que tem se dedicado à produção de vídeos, elaborando uma metodologia específica para a cobertura em audiovisual de eventos relacionados aos movimentos sociais do campo. Esse espaço no *site* do MST permite a veiculação de um vídeo que obedece às normas de veiculação descritas no Manual de Comunicação do MST (MST, 2011, p. 23) e apresentadas como ideais pela Via Campesina: vídeos que façam propaganda da Reforma Agrária ou que demonstrem o apoio ao movimento contendo, no máximo, cinco minutos de duração.

Na área nomeada de **Especiais** são apresentadas as campanhas protagonizadas pelo MST com seus respectivos cartazes e matérias associadas. Estão listadas diversas campanhas ocorridas entre 2005 e 2011. São jornadas de luta das mulheres camponesas, jornadas de luta dos sem terra, campanhas contra o uso de agrotóxicos e pela preservação do meio ambiente, exposições fotográficas, marcos pelo aniversário de massacres contra colonos sem-terra como Eldorado de Carajás.

O **Mural** é possivelmente o espaço verdadeiramente interativo do *site*, no qual há a possibilidade de receber mensagens dos internautas ou onde os internautas podem travar diálogos, em geral de defesa e ataque ao movimento. Arquivadas nesse espaço estão quase uma centena de mensagens enviadas desde 2008. Essa área obedece a regras de utilização conforme descrito na apresentação:

Neste espaço você pode deixar seu comentário e registrar sua mensagem para o MST. Deixe seus elogios, apoios, declarações, críticas e sugestões. O **Mural** possui regras de utilização. Nome e e-mail são obrigatórios. Não serão publicadas mensagens com mais de 15 linhas, insultos ou agressões de qualquer outra natureza, bem como acusações sem provas, além de textos escritos exclusivamente em letras maiúsculas (MURAL..., 2008).

Apesar do aviso, muitas “acusações sem provas” foram postadas e mantidas no Mural, talvez como forma de mostrar que aquele é um território democrático que permite manifestações variadas. A maioria dos *posts* que estão no Mural encontra-se sem respostas oficiais no *site* – as respostas, individualizadas, são enviadas pelos setores aos quais as perguntas se destinam, no caso de serem questões passíveis de resposta, como ofertas de trabalho voluntário, estágios, pesquisas, etc., conforme nos explicou Tavares (2011)<sup>7</sup> – e os debates entre internautas ocorrem, mas em menor frequência, mesmo que existam mensagens manifestando claramente posição contrária ao movimento como as destacadas abaixo e que são mantidas no Mural:

Enviado por Vanessa em ter, 21/04/2009 - 20:25.

Difícil é construir um patrimônio a base de muito esforço e suor, fácil é INVADIR (e não ocupar) terras de quem suou para tê-las. O MST não INVADIR somente terras improdutivas, mas produtivas também, e de forma violenta. Isso é fazer justiça social? Desde quando construir um patrimônio é crime?

Enviado por cleverson em seg, 28/04/2008 - 21:16.

Desde quando uma ocupação de propriedades rurais que se diz pacífica pode usar de armas brancas como foices e facões [...] vocês utilizam de armas brancas para intimidarem os proprietários pois estão sempre em maior número e ainda por cima utilizam mulheres e crianças como barreira de defesa!!!!!! Covardes!!!!!!!!!!!!!! E não senssurem meu e-mail, por favor!!! Vivemos em um Estado Democrático de Direito e tenho a LIBERDADE de expressar minha opinião.

Enviado por Livia Pereira em ter, 02/09/2008 - 10:31.

ahh eu acho uma pouca vergonha oq vcs estao fazendo [...] tudo bem q todos tem q ter direito a um pedaço de terra e que é muito injusto que muitas areas de terra estejam concentradas na mão de pouco.

<sup>7</sup> Entrevista com a jornalista Joana Tavares, da redação da página do MST, em março de 2011.

Mas nada justifica a invasão e até a utilização da violência que muitos de vocês usam para alcançar seus objetivos [...].

Pq vcs naum tem terra mais tem um site na internet com varios idiomas né (MURAL..., 2008).

A maior parte dos *posts*, no entanto, é de apoio ao movimento, como os que seguem:

#### Força MST

Enviado por Ricardo em sex, 06/08/2010 - 23:16.

Olá, moro em Sintra Portugal, e vi hoje o filme o Sonho da Rose, e fiquei cheio de respeito por vocês todos [...] Parabens pela luta [...] tem todo o direito á terra [...] como dizem terra a quem a trabalha [...].

Vou estar em Pernambuco em Outubro e se vir algum movimento sem terra quero pessoalmente apertar a mão a alguns de vocês [...].

FORÇA [...] FORÇA..!!!!

Enviado por Edson Amaro de Souza em seg, 21/04/2008 - 08:49.

Recentemente, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), escandalizado com as ações dos movimentos sociais, indagou na tribuna do Senado quem financia movimentos como o MST e propôs inclusive uma CPI para investigar isso. Bem, CPIs dão trabalho e requerem tempo e dinheiro. Para poupar todo esse esforço, resolvi confessar ao senador: quem financia o MST sou eu, Edson Amaro, professorzinho mal pago da rede estadual do Rio de Janeiro, e mais milhares de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras que, quando nos sobram uns trocados de nossos magros salários, assinamos as publicações do MST, doamos livros para as bibliotecas do Movimento ou nos dispomos a ajudar de outras formas, por acreditarmos que a união dos pobres desse país só pode resultar em dias melhores para os nossos descendentes.

Enviado por Ana Paula em sab, 04/10/2008 - 15:07.

Gostaria por meio deste meio de comunicação que temos, usar alguns argumentos para dizer a todos que o MST é um movimento sério e que luta por ideais fortes. Hoje a mídia vem distorcendo a real realidade que se apresenta no interior do movimento e suas lutas, é um movimento que têm por objetivo encaminhar indivíduos para que cada um tenha o seu pedaço de terra e dele possa produzir e viver com sua família. Todos os empenhos são feitos para que isso realmente se concretize, e a mídia mostra somente o lado que lhe convêm para que assim a revolta acerca deste movimento aumente cada vez + da parte da população. Assim é urgente que a população abra os seus olhos e vejam além daquilo que lhes é imposto, e enxerguem uma nova realidade que é em busca de uma sociedade justa e que todos possam ter os mesmos direitos. Gratos (MURAL..., 2008).

Há também oferta de trabalho voluntário:

#### OFERECIMIENTO

Enviado por tania em qui, 15/07/2010 - 21:05.

Hola compañeros del MST, le comento que soy de mendoza, argentina y pertenezco a una asamblea que se encuentra luchando por preservar nuestro bienes naturales (agua, tierra, gas, energía) de las grandes

transnacionales que vienen con sus proyectos especialmente mineros. quiero ofrecer mi trabajo, soy profesora de matemática, al servicio del movimiento, como no tengo un contacto directo con uds. espero que alguien me responda, realmente sería muy importante y enriquecedor poder trabajar con uds. gracias!!!

Enviado por Samuel Novacich em dom, 24/08/2008 - 16:35.

sou um americano, um parte do pais do norte que acha que pode ditar ao resto do mundo, que desperdica os recursos das suas terras, e que forma a sistema capitalista internacional. por isso, tenho vergonha do meu pais, porque entendo bem que os EUA sao um grande parte do problema contra que vcs estao lutando. por isso tambem, quero me redimir desta tristezza, e se ajudar. eu estou voltando ao brasil, ao rio de janeiro (onde estudei alguns anos passados), e queria muito me tornar voluntario pelo MST..ja sei que o MST usualmente nao tem voluntarios estrangeiros, mas garanto que tenho a coracao e dedicacao. alguns anos passados, li o livro: "to inherit the earth", sobre a luta e historia do MST. Ja li este livro duas vezes e mudou minha vida. por favor, se alguem sabe como posso ajudar esta organizacao, pode me contatar: Samuel. Novacich@gmail.com [...] e o mesmo no msn. muito obrigado (MURAL..., 2008)

E dúvidas que podem receber resposta oficial na própria página:

sobre taxas

Enviado por Paulo em dom, 11/07/2010 - 08:29.

gostaria de saber se os trabalhadores que estão ingressando no movimento tem que pagar taxas aos coordenadores todo o mes e quanto é esta taxa, pois acho um movimento digno e bonito mas ouvi falar destas taxas por favor alguem tire minha duvida por favor.

**responder**

Enviado por mst em seg, 12/07/2010 - 01:34.

Não, não há nenhuma taxa aos coordenadores (MURAL..., 2008).

Pesquisadores aproveitam o **Mural** para solicitar auxílio em suas pesquisas:

VISITA À ESCOLA ITINERANTE

Enviado por AMANDA em sex, 28/01/2011 - 11:17.

OLÁ, MORO EM SÃO PAULO, SOU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SP E GOSTARIA DE SABER COMO FAÇO PARA VISITAR UMA ESCOLA ITINERANTE, POIS O MEU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO TEM O TEMA: PEDAGOGIA DO MST - ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO CAMPO.

JÁ TRABALHEI NO MULTIRÃO DO MST O QUAL FIZ PARTE AQUI EM SP. SOU DO CURSO DE PEDAGOGIA.

AGUARDO RETORNO.

AMANDA DOS PRAZERES (MURAL..., 2008)

Outros internautas usam essa área do site para opinar sobre a maneira como o MST foi retratado na mídia ou como os jornalistas conduzem questões

relacionadas ao movimento, a maioria entendendo que o MST foi prejudicado nas reportagens.

Enviado por Andréia em qui, 26/02/2009 - 13:40.

Infelizmente, a mídia e o senso comum gostam de deturpar e distorcer a imagem daqueles que não estão no poder. Muitas pessoas se deixam levar por informações falsas e infundáveis sobre os movimentos sociais de luta e não compreendem que o processo histórico que levou à formação dos mesmos vai além de politicagem. É uma questão de direito e dignidade. Não acho correto invadir as terras particulares, entretanto, o governo e a elite não deixam muitas opções ao tardar a tão sonhada reforma agrária.

Enviado por Edson Amaro de Souza (não verificado) em dom, 08/03/2009 - 02:38.

Diz o Direito da "democracia" burguesa, repetindo o Direito Romano, que os dois lados de uma causa devem ser ouvidos. A imprensa nunca deixa o MST falar, ou quando deixa que algum militante diga umas palavrinhas é para distorcê-las logo depois.

E como tem gente defendendo a vida depois que aqueles seguranças morreram na ocupação lá em Pernambuco! Por que esses fariseus que exigem a punição do MST pela morte dos 4 seguranças não movem um dedo para que os responsáveis pelos 19 assassinatos em Eldorado dos Carajás sejam punidos?

Enviado por joaquim em qua, 27/02/2008 - 11:09.

TV Estadão entrevista Pedro Stedile do MST: o show à parte foi dos jornalistas Roldão Arruda e mais ainda do Fausto Macedo (vale à pena ler!!!) Vejam a entrevista em 5 partes, em vídeo. O analfabetismo cultural, político e sociológico dos jornalistas, especialmente do Fausto Macedo, é um show à parte, suplantando em léguas e léguas o "analfabetismo gramatical" do Pedro Stédile. Este mostrou muito conhecimento sobre a questão agrária no Brasil do ponto de vista cristão e usou bem os argumentos para justificar a linha de ocupação de terras do MST. E os jornalistas ficaram presos a perguntas ditadas pelos interesses que sustentam o Estadão e por sua posição arquiconservadora da sociedade brasileira (MURAL..., 2008).

Na área **Eu apoio o MST** há vídeos ou entrevistas feitas pela equipe do *site* ou pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina, destacando a opinião de personalidades públicas a respeito do movimento. Em 14 de junho de 2011, o destaque é o professor e crítico literário Antonio Cândido, com um vídeo (acompanhado da transcrição) e, na sequência, uma entrevista cujo título é: "Preocupação cultural do MST é avanço extraordinário", concedida à jornalista da página do MST Joana Tavares (EU..., 2011).

Leia abaixo a transcrição do depoimento de Antonio Candido, professor e crítico literário:

"Eu apoio o MST porque eu penso que a luta do MST é uma luta que pode levar a integração do último setor da sociedade brasileira que precisa ser integrado.

"A evolução histórica do Brasil mostra que primeiro se ocuparam da elite, no tempo do Império, por exemplo. Depois se ocuparam da classe média e do trabalhador urbano [...] e o trabalhador rural ficou de lado.

"Eu concordo com o Celso Furtado que o MST é o movimento social mais importante do Brasil no século XX, porque enquanto todos os segmentos da população brasileira não estiverem integrados na instrução e na consciência política não haverá democracia real no Brasil. Ao meu ver, a existência do MST e, sobretudo, o futuro do MST, são a condição para haver a real democracia no Brasil" (EU..., 2011).

No *site* há pastas com destaques menores subdivididas em: **Loja da Reforma Agrária, Indicamos, Fale conosco e Assine o Jornal Sem Terra**. Ao acessar a **Loja da Reforma Agrária** é possível conhecer alguns produtos comercializados pelo MST (bonés, *bottons*, camisetas, agenda...) e seus preços e fazer a compra *on-line*. Em **Indicamos** estão dezenas de *links* a partir de temas (Agricultura, Cultura, Direitos Humanos, Entidades, Governo, Literatura e Notícias). O **Fale conosco** divulga os *e-mails* indicados pelo movimento para entrar em contato com os integrantes que tratam de assuntos variados e na área **Assine o Jornal Sem Terra** há a possibilidade de fazer a assinatura do jornal, com divulgação dos preços, formas de pagamento e condições de recebimento (o jornal também é enviado a outros continentes).

No canto direito da página há sempre um destaque com o subtítulo **Especial**. Em julho de 2011, o destaque é para a campanha "Fechar escola é crime!". Ao clicar na foto da chamada tem-se acesso à matéria que trata do fechamento de 24 mil escolas no campo e as consequências para o meio rural. Ao final da matéria está o acesso para outros dados referentes ao tema (limites da educação no campo, reivindicações do MST para a área da educação, o cartaz da campanha e outras notícias relacionadas).

Através do *site* pode-se ainda acessar a Revista Sem Terra e o Jornal Sem Terra. Os acessos não se limitam à última edição e o internauta pode verificar os números da revista desde 2004 e do jornal desde 2005.

Também na capa do *site* está o atalho para o *Twitter*, onde o MST mantém um perfil atualizado pela mesma equipe responsável pela página. O movimento mantém ainda um canal no *Youtube*. Os perfis no *Facebook* e no Orkut até o fim desta pesquisa não eram oficiais do MST. A adesão ao *Twitter* ocorreu em 2009. Conforme Stédile (2009), a orientação geral é de que todas as informações estejam

centralizadas na página do movimento. Essa orientação vale para os integrantes, de maneira geral, sem estímulo à produção de páginas pessoais (*blogs*) que, segundo Stédile (2009), não são interessantes e não combinam com o público que faz parte do movimento.

[...] o fato de ter aumentado esta popularidade da Internet, do acesso, não significa que nossos integrantes são navegadores, nosso pessoal não gosta muito de ler na tela, prefere imprimir. Nosso pessoal é, digamos, mais objetivo na navegação, não é aquele que se dispersa, começa vendo um vídeo no Youtube e termina no Wikipedia. [...] Eles tem menos tempo para acessar, o que torna mais objetiva a navegação. Porque não necessariamente ele vai usar em casa ou nos assentamentos [...], mesmo nos assentamentos o pessoal tem Internet na sede da cooperativa. Então tu estás trabalhando no programa de contabilidade, no controle do leite, não está se distraindo [...]. E mesmo que tenha ampliado o acesso à Internet ela vai chegar via parabólica, via rádio, então é ainda uma conexão lenta [...]. Isso também vai condicionando para que a forma de acesso à Internet seja mais racional. Eu acho isso positivo, para ser franco (STÉDILE, 2009).

Salvo as exceções de assentados ou acampados que atuam muitas vezes como repórteres, repassando informações aos jornalistas do *site* para que o material seja veiculado na página, a conduta dos integrantes do movimento em relação ao *site* indica ser passiva, mostrando como, de fato, esse meio de comunicação foi construído e se mantém como uma ferramenta de diálogo com o público externo ao movimento.

### 5.3 AUDIÊNCIA

Sabendo-se que a página do MST segue desde a sua construção a premissa do movimento de manter-se como espaço de comunicação com a área urbana, interessou-nos saber quem é público que consulta o espaço.

Conforme aferição do *site* da Amazon, Alexa<sup>8</sup>, que calcula o tráfego das páginas *web*, o **www.mst.org.br** recebe uma média de cinco mil visitantes ao dia. Santos (2011) acredita que esse é um número bom para o movimento, pois permite uma repercussão interessante para o que foi publicado nas últimas 24 horas. O Alexa registra alguns dos conteúdos mais acessados e o *ranking* de 22 de julho de 2011 mostrava o espaço “O MST” e suas pastas explicativas em primeiro lugar.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.alexa.com](http://www.alexa.com).

Para Santos (2011), a página do movimento cumpre o papel de manter um diálogo com várias camadas da sociedade e talvez uma das camadas mais visadas para o MST através dessa ferramenta seja a dos formadores de opinião. “A página acaba sendo um portal de três públicos: a militância com acesso, amigos do MST, apoiadores que querem saber sobre a luta e por último a imprensa, [...] que tem a página do MST como fonte.” Na análise de Santos (2011), o valor da página está justamente no fato de ela ter a capacidade de apresentar-se como um veículo diversificado, que consegue atender a vários públicos, além de ter a capacidade de apresentar uma boa variedade de mídias abrigadas em um único local.

A jornalista Joana Tavares afirma que a equipe sabe que o vídeo disponibilizado na página (e que pode ser compartilhado) é um dos conteúdos mais acessados, assim como o Jornal Sem Terra, que vai para o meio *on-line* cerca de 20 dias depois do seu lançamento na versão *off-line*. Tavares (2011) acredita que o internauta que busca a página não está atrás somente de notícias factuais, mas da posição oficial do MST a respeito de vários temas, além de textos que aprofundem determinados assuntos.

Conforme relata Santos (2011), uma das indicações de que a página é acessada por jornalistas de veículos convencionais em busca de pautas é a estratégia de trabalho conjunto entre a equipe da página e a assessoria de imprensa. Santos (2011) conta que é comum que muitos jornalistas do Brasil inteiro busquem a assessoria de imprensa para desenvolver pautas que viram em um primeiro momento no *site*. Mayrá Lima (2011)<sup>9</sup>, assessora de imprensa do MST em Brasília, revela que especialmente em época de jornadas, quando há muita produção de conteúdo, o papel da página é fundamental para atualizar os jornalistas que estão acompanhando as mobilizações, na medida em que a produção de *releases* e o envio desses não são capazes de acompanhar o ritmo de acontecimentos durante essas mobilizações. Além disso, Lima (2011) declara que os jornalistas que habitualmente cobrem a editoria rural ou o tema da reforma agrária monitoram o *site* para manterem-se atualizados sobre as movimentações do MST.

---

<sup>9</sup> Entrevista com Mayrá Lima, em junho de 2011.

Raquel Casiraghi,<sup>10</sup> assessora de imprensa do MST no Rio Grande do Sul, afirma que na sua experiência como jornalista do movimento observa que os jornais regionais não utilizam o *site* como referência. Para Casiraghi (2011) esse uso fica mais a cargo dos veículos nacionais, como os jornais Folha de São Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, entre outros. “Eles buscam dados, informações, posições. Este é o tipo de comportamento que a gente vê nos jornais nacionais, eles geralmente usam o *site* como referência” (CASIRAGHI, 2011). Essa ação se explica pelo fato de que os jornais regionais, geralmente integram o *mailing* para o qual os assessores do MST nos estados enviam as matérias e podem contar com a cobertura no local. No caso dos jornais nacionais, essa possibilidade modifica-se e se quiserem saber o que está ocorrendo em um estado específico terão no *site* do MST a primeira referência.

#### 5.4 QUEM FAZ, COMO FAZ, POR QUE FAZ E PARA QUEM FAZ? PROFISSIONAIS, ROTINAS DE PRODUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO *SITE* NA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO MST COM O PÚBLICO URBANO

Após um período de negociações, que começou em outubro de 2010 e que se encerrou em janeiro de 2011, nos foi permitido passar um período máximo de uma semana de trabalho, o equivalente a cinco dias úteis, entre os meses de fevereiro e março de 2011, acompanhando o trabalho dos profissionais do MST responsáveis pela edição do *site*, na redação da página do movimento, em São Paulo. Dessa forma, o trabalho teve início em 28 de fevereiro e encerrou-se no dia 4 de março.

Quando chegamos para essa parte da pesquisa, a equipe estava reduzida a duas pessoas e com sobrecarga de tarefas. Uma das jornalistas que trabalhava na página havia saído em licença-maternidade. A profissional que cuidava da assessoria de imprensa em São Paulo tinha deixado a função. Restavam, então, os jornalistas Igor Felipe Santos (editor) e Joana Tavares, com tarefas acumuladas de redação, edição e atualização do *site*, além do atendimento à imprensa e, no caso

---

<sup>10</sup> Entrevista com Raquel Casiraghi, em abril de 2011, na sede do MST, em Porto Alegre. Casiraghi deixou o MST no final de 2011 junto com um grupo de “dissidentes” que optaram pela constituição de outra organização, ainda em formação. Essa saída de militantes recebeu uma cobertura importante da imprensa no Rio Grande do Sul.

de Joana Tavares, edição do Jornal Sem Terra. Os dias em que acompanhamos o trabalho dos dois jornalistas coincidiram com a Jornada das Mulheres da Via Campesina, integrada pelas mulheres do MST, momento que se caracteriza por proporcionar várias atualizações para a página do movimento em função da quantidade de ações, em nível nacional, alusivas à data.

No primeiro dia (28/02), o trabalho pareceu-nos um pouco burocrático. Como a Jornada das Mulheres da Via Campesina ainda não estava acontecendo, e o mês que corria ainda era o de fevereiro, tradicionalmente um mês sem muitos acontecimentos, as atualizações não tinham um volume considerável. Além disso, o editor da página estava ausente, em função de um curso no Rio de Janeiro. No dia seguinte (1º/3), com a chegada do editor, realizamos nossa primeira entrevista sobre a página do MST, recuperando a história do *site*, seus objetivos e rotinas. Ao mesmo tempo começava a Jornada das Mulheres da Via Campesina.

O editor da página, Igor Felipe Santos<sup>11</sup>, é um jornalista de 28 anos, formado em Comunicação Social pela PUC de São Paulo. Sua aproximação com o MST começou na faculdade, quando militava na política estudantil e mantinha contato com professores do curso que eram simpáticos ao movimento. A partir desses professores Santos passou a contribuir como jornalista para o MST. O trabalho voluntário virou emprego e Santos atua no setor de Comunicação do MST há seis anos. Segundo ele, sempre houve de sua parte uma aproximação ideológica ao movimento e à pauta da Reforma Agrária. Sua primeira tarefa como jornalista do MST foi a produção da Revista Sem Terra e do programa de rádio Vozes da Terra. Na sequência, passou a coordenar a assessoria de imprensa do MST em São Paulo e, desde 2010, é o responsável pela edição do *site*.

Ao perguntarmos sobre o grau de importância da página na estratégia comunicacional do MST, Santos (2011) salienta que a Comunicação para o MST é um setor que, de maneira geral, atua em consonância e como estrutura de apoio ao objetivo central do movimento: a luta pela Reforma Agrária. Ou seja, o MST não deve figurar como um elemento midiático que suplanta, a partir da exposição na mídia, o seu objetivo principal. Portanto, a política de Comunicação do movimento e

---

<sup>11</sup> Entrevista com Igor Felipe Santos, em março de 2011, na sede do MST em São Paulo.

os meios utilizados pelo MST dentro da estratégia do setor são decorrentes da necessidade primeira do movimento, que é o acesso à terra e suas derivações.

Essa constatação já havia sido feita por Burch, León e Tamayo (2001), na pesquisa sobre o uso da rede pelos movimentos sociais, incluindo o MST. Nessa pesquisa os autores mostram a posição de uma liderança não identificada do MST que explica que o movimento tem muito cuidado para que as ações, seja *off-line* ou *on-line*, não ocorram simplesmente para gerar repercussão nos meios de comunicação, perdendo o foco do seu objetivo principal.

Nesse sentido entende-se que a página do MST ocupa um espaço importante até certo ponto, já que o MST não utiliza a ferramenta como território para ações de mobilização *on-line*. Logo, entendemos que a rede é uma possibilidade comunicacional interessante dentro de uma estratégia que envolve outras ferramentas. Assim, acreditamos que a ação *on-line* do MST não se caracteriza como um modelo relacionado ao ciberativismo, uma vez que o papel da Internet na estrutura comunicacional do movimento está restrita a determinadas regras e também ao gênero de movimento que é o MST e à realidade na qual se insere, sem o objetivo primeiro de gerar ações e repercussões dentro e fora da rede para alcançar a meta da reforma agrária. Assim, compreendemos que a opção de um espaço *on-line* aparece como mais um esforço no campo da Comunicação que, talvez, ofereça uma gama maior de benefícios, dadas as características desse tipo de ferramenta.

Stédile (2009) avalia que para o MST não é viável, por exemplo, fazer algumas apostas quando o assunto é a Comunicação na rede. O uso da Internet como meio para organizar mobilizações *off-line* – uma das características do ciberativismo – é descartado pelo MST, na medida em que o movimento conta justamente com o elemento surpresa nas ações que protagoniza. Além disso, Stédile (2009) analisa que não é interessante superdimensionar as ações *on-line*. Para o coordenador de Comunicação do MST, a *web* utilizada para esse fim acaba resultando em efeito contrário, gerando inércia. Ou seja, uma vez que participaram da assinatura de petições *on-line* ou que expressaram sua opinião na rede, em geral as pessoas acreditam que já promoveram alguma ação, entendendo que é o suficiente, esquecendo-se da importância do envolvimento presencial (STÉDILE, 2009). A Internet, então, não é encarada pelo MST como um meio capaz de

substituir a pressão social que, em geral, é feita pelo movimento a partir de marchas, ocupações e outras ações organizadas que ocorre *off-line*.

Para Stédile (2009), a Internet é funcional enquanto esfera geradora de debate, ao permitir a circulação de informações que não encontrariam outro terreno propício. Nesse sentido, Santos (2011) afirma que a rede é um meio que possibilitou novas investidas para o movimento no plano da Comunicação, ao mostrar-se como uma possibilidade de expansão das discussões que o MST propõe fora do meio virtual.

[...] são instrumentos para avançar no sentido da nossa organização e da nossa luta. Então nossa página, nossos meios de comunicação ganham sentido a partir disso. Nós não temos a ideia de que um instrumento de comunicação tenha condições de dar este lastro tão forte de fazer as transformações sociais que nós defendemos. Não vai garantir a reforma agrária porque se antes a gente vivia sem informação, hoje a gente tem informação em excesso, então o grande ponto é a seleção dessa informação. O que vai levar determinado internauta a ir até determinado *site*. Isso não se dá só na Internet, se dá na vida do internauta, no lugar onde ele está inserido, na sua visão de mundo, nas suas relações, então, a Internet ganha sentido a partir da vida de cada pessoa. A página do MST tem um pouco este sentido que é de mostrar o movimento que tem 30 anos, que tem lutas, organização de massas, teve conquistas na área da terra, educação, cultura, melhoria de vida. A página do MST é consequência de toda essa base que foi construída durante muito tempo sem Internet. Agora a Internet é instrumento importante na medida em que ela nos deu a oportunidade de ter um espaço para fazer a nossa comunicação direta, sem necessidade de mediação, ainda mais que nós sabemos que nós temos uma comunicação oligárquica no nosso país que está concentrada na mão de dez famílias que são dez famílias da classe dominante brasileira, que não tem interesse em grandes reformas (SANTOS, 2011).

A interpretação de que a Internet possibilitou ao MST pular a etapa da mediação, comunicando-se de maneira direta com o público externo, não significa para Santos (2011) que isso torna o *site* do MST uma instância extraordinária até porque se sabe que a página é acessada, mas o volume de acessos não ultrapassa a consulta aos *sites* dos principais veículos de comunicação do país<sup>12</sup>. Conforme avaliação de Santos (2009), o que há no ciberespaço é uma reprodução do que se vê fora dele: os *sites* mais acessados seriam aqueles de empresas de comunicação que mantêm veículos também fora da *web*. Para Santos (2011), o grande avanço representado pela Internet, no caso do MST, é que ela se mostra como uma

---

<sup>12</sup> Ranking do Alexa mostra que entre os 25 *sites* mais acessados do Brasil estão UOL, Globo, Terra e Abril (ALEXA. **Top sites in Brazil**. Disponível em: <<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 25 jul. 2011.).

oportunidade de dispor o discurso do movimento de forma direta, narrando os fatos a partir dos “elementos que o MST trabalha nas suas lutas, nas suas campanhas” (SANTOS, 2011). Trata-se de uma ruptura com os cercos informativos, furando o bloqueio usual das edições promovidas pelos veículos tradicionais, bloqueio esse que já é incorporado pelos profissionais como prática rotineira nas redações e que no meio digital pode deixar de existir, na medida em que a possibilidade de obter informações diferentes sobre um mesmo tema passa a ser considerada e a força de atuação do receptor, enquanto seletor de conteúdo, é um fato.

Pela práxis jornalística, o controle da informação está no emissor (jornalista). Na práxis jornalística digital, deve-se privilegiar o sujeito que decide (sujeito conceutivo = receptor), caindo assim por terra a teoria do *gatekeeper* (FERRARI, 2010, p. 77-78).

Como o papel da página do MST é o de comunicar-se com o público urbano – tarefa que pretende suprir as necessidades de informação desse grupo, observadas pelo MST pós Eldorado de Carajás – esse fator já determina alguns valores-notícia para o *site*, fazendo com que exista a necessidade de concentrar esforços na tarefa de explicar o MST, fortalecer seus argumentos e aprofundar os temas relativos ao campo, tornando o público das cidades conhecedor dessa realidade.

Levando em conta esses aspectos editoriais, tem-se a rotina de produção de material para a página que, em geral, depende muito do que é enviado pelos colegas das secretarias regionais e pelos colaboradores em assentamentos e acampamentos. Nas regiões onde não há jornalistas, o setor de Comunicação fica a cargo de militantes que passaram pelo curso de Comunicação do Iterra ou as informações são transmitidas por militantes sem formação prévia, mas que repassam, por telefone, aos jornalistas da página ou das assessorias de imprensa. As postagens na página do MST ficam sempre centralizadas no escritório de São Paulo, onde funciona a redação. Alguns estados, onde o trabalho dos jornalistas já está consolidado, como no Rio Grande do Sul, o material chega já pronto para ir ao ar na página, mas em outras regiões é normal a equipe do *site* receber as informações brutas via telefone e ficar responsável pela redação da matéria (SANTOS, 2011).

De maneira geral o que se observou é que as secretarias quando enviam o material para a página já encaminham o mesmo *release* para o seu *mailing* regional. Essa rotina impede uma aferição exata do que acabou virando pauta nos veículos convencionais graças à página, porque não se sabe, ao certo, se os veículos se pautaram pelo *site* ou pelo recebimento dos *releases*. No entanto, em alguns momentos, o envio de *releases* para o *mailing* é uma tarefa impossível, seja porque a pauta foi passada por telefone, diretamente aos jornalistas da página (portanto em área onde não há setor de comunicação organizado), seja porque, em situação de jornadas, manifestações, ocupações ou confronto, a tensão e o fluxo do momento não oportunizam essa prática. Nesses casos é mais visível o uso do *site* pelos jornalistas de veículos, como ferramenta de atualização para as pautas que estão cobrindo e para saber, de forma rápida, o posicionamento oficial do MST a respeito de determinados fatos.

Conforme Casiraghi (2011), as coberturas em geral são organizadas da seguinte forma: quando vai ocorrer uma mobilização, por exemplo, os coordenadores se reúnem com o setor de imprensa e passam as informações sobre a ação, discutindo a pauta, indicando quem está apto a dar entrevistas, conduzindo o trabalho da assessoria de imprensa a partir do que chamam de “linha de imprensa”, ou seja, de que maneira essa pauta será tratada junto aos meios de comunicação e o que deve ser destacado. Em geral o setor de imprensa faz uma pesquisa para que a pauta não esteja desvinculada de fatos anteriores, uma vez que as mobilizações sempre obedecem a um histórico. Tal pesquisa subsidia os jornalistas da assessoria do MST na produção do texto que será escrito posteriormente. Definidos esses critérios (linha de imprensa, porta-vozes da mobilização e recuperação do histórico da mobilização) é feito o *release*, que é enviado ao *mailing* regional e que geralmente é aproveitado para o *site*. Na medida do possível, por ocasião de marchas, por exemplo, pode haver a produção de vários *releases* em um único dia. Quando há a oportunidade ou a solicitação, os jornalistas fazem entrevistas com coordenadores ou outras pessoas ligadas ao movimento. Essa é uma estratégia usada para aprofundar a pauta e possibilitar que o *site* do MST ofereça um diferencial ao leitor. De acordo com Casiraghi (2011), não é sempre que os assessores de imprensa têm condições de ir até o local onde ocorre a mobilização. “Quando são jornadas maiores, e que já possuem um histórico de

repressão, procuramos sempre ir”. Essas atividades podem receber um suporte dos chamados “jornalistas amigos do MST” que colaboram com textos, fotografias e vídeos.

Na semana que passamos com os jornalistas responsáveis pela página do MST tanto chegavam textos produzidos sem solicitação do editor como, em alguns momentos, o editor “encomendava” determinadas matérias, como um especial sobre os cinco anos da ocupação da Aracruz<sup>13</sup>, solicitada à assessoria do MST do Rio Grande do Sul por ter relação com as mobilizações da Jornada das Mulheres da Via Campesina.

**Figura 2 - Matéria especial sobre cinco anos do Protesto na Aracruz, integrando a cobertura da Jornada das Mulheres da Via Campesina**



Fonte: COSTA, 2011a.

<sup>13</sup> Em 8 de março de 2006, o Movimento das Mulheres Camponesas, da Via Campesina, protagonizou uma ocupação na empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, integrando as manifestações tradicionais das mulheres do movimento no mês de março. Cerca de duas mil pessoas participaram dessa ação e cerca de 17 foram indiciadas pela polícia sob a acusação de destruírem laboratórios e equipamentos da empresa. Conforme informações do *site* do MST, a manifestação das mulheres da Via Campesina teve como objetivo denunciar os crimes ambientais e sociais de empresas como a Aracruz. Tratava-se, conforme o MST, de uma crítica ao agronegócio, uma defesa da agricultura camponesa, da reforma agrária e da preservação da biodiversidade.

De acordo com explicação de Santos (2011), existem três possibilidades na rotina de produção para o *site*: receber os materiais que vem das assessorias regionais e editá-los, algumas vezes complementando com informações ou solicitando esses complementos; pautar as assessorias regionais a partir de um tema do momento (caso do aniversário da ocupação da Aracruz), de reuniões ou encontros do movimento ou ainda tendo como ponto de partida a “ronda” (telefonar para os escritórios regionais e ver se há alguma novidade); e buscar materiais produzidos por *sites* parceiros, que estão de acordo com o movimento. Essa última possibilidade é uma prática comum e bem assimilada na rotina dos dois jornalistas do *site* e serve tanto para a publicação de reportagens como artigos e entrevistas. “Nossa página não tem material só dela. Ela reproduz textos de outros veículos alternativos e até da grande mídia, desde que esteja de acordo com a nossa linha editorial” (SANTOS, 2011). Esse é o valor-notícia aplicado ao material “de fora”, produzido por outros veículos e que acaba sendo aproveitado para o *site* do MST a partir de uma seleção onde a identificação ideológica do texto ou o teor da notícia são os critérios de escolha.

**Figura 3 - Matéria do jornal Valor Econômico sobre Código Florestal reproduzida pelo site do MST**



Fonte: ZANATTA; CHIARETTI, 2011

**Figura 4 - Matéria da Folha de São Paulo sobre Código Florestal reproduzida na página do MST**



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 2011

Em relação às matérias enviadas pelos jornalistas ou colaboradores do movimento, Santos (2011) afirma que todas são aproveitadas, com publicação garantida, já que o site sempre precisa de atualização e as pessoas que trabalham para o MST como jornalistas ou como colaboradores do setor de Comunicação já sabem naturalmente o que é informação válida para a página do movimento. Ou seja, o valor-notícia já está introjetado nos militantes, fazendo com que mesmo aqueles que não têm formação acadêmica ou que não foram treinados especificamente para a função estejam aptos a essa avaliação rápida, sabendo o que pode ser interessante, significativo, relevante ou suficiente para figurar como notícia na página do movimento.

Conforme o editor (2011) da página do MST, essas colaborações de militantes são mais intensas em períodos de ocupações, manifestações ou jornadas, quando “os companheiros que estão fazendo a ação querem se ver no *site*, querem dar vazão às suas ações, então acaba que enviam informações para divulgação” (SANTOS, 2011). A avaliação final do material que vai ao ar fica a cargo de Santos e da jornalista que o acompanha na tarefa de edição do material antes de ir para a página, organizando o texto de forma que obedeça a determinados critérios que o

uniformizem. Essa avaliação diz respeito muito mais à necessidade de revisão gramatical, complementaridade ou disposição na página do que da possibilidade de descarte em função do tema. De certa forma também são valores-notícia aplicáveis para a sequência do processo de produção para a página, processo esse que começa na apuração da informação, mas que segue na edição e na postagem. Ou seja, em uma avaliação rápida os jornalistas da página já sabem o que pode ser ampliado, cortado e o que merece maior destaque. A possibilidade de descarte do material recebido praticamente inexistente. Da observação da rotina de produção dos dois jornalistas conclui-se que o fator pessoal (se há ou não jornalista trabalhando para o MST na região de origem da matéria) influencia na possibilidade de ampliação de uma matéria, enquanto que o critério que torna uma notícia manchete na página diz respeito à atualidade (notícias sobre jornadas são destacadas nesses períodos; próximo à votação do Código Florestal as matérias relativas ao tema eram manchete; quando havia o lançamento de um documentário sobre agrotóxicos, as matérias relativas a essa temática ganhavam maior projeção).

Outros jornalistas podem colaborar com essa avaliação e Santos (2011) conta que já houve a tentativa de realizar reuniões de pauta pelo Skype tanto para avaliar o *site* como para discutir as pautas que seriam executadas. Santos (2011) também afirma que a direção nacional do MST contribuiu no processo, fazendo muitas sugestões e críticas ao conteúdo *on-line* e que a página é um meio muito visado pela direção.

No terceiro dia (2/3) de nossa estada na redação da página do MST, a jornada das mulheres da Via Campesina ocorre a pleno no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo. A dinâmica de trabalho se dá da seguinte forma: a jornalista Joana Tavares recebe as matérias que vão chegando ao longo do dia e mantém o editor informado sobre o que está sendo enviado pelos jornalistas e colaboradores de todo o país (a jornada não é centralizada e o MST promove várias manifestações ao mesmo tempo em regiões diferentes ao longo da semana). Além das matérias também chegam para a página outros materiais relacionados ao tema, como artigos, panfletos, manifestos, vídeos, banner eletrônico. Os jornalistas da página discutem a disposição do material na página e conversam pelo Skype com outros jornalistas sobre o material da cobertura prevista para aquele dia. A dupla decide na sequência qual o texto opinativo que deverá ir ao ar naquele dia (as opções eram um artigo

sobre o salário mínimo nacional e outro a respeito da agricultura familiar). Os dois jornalistas fazem uma busca na Internet de outros textos que possam ir para a página. A busca é acompanhada de uma avaliação informal feita por ambos. Santos (2011) explica que essa pesquisa pode ocorrer em vários *sites*, mas em geral se resume aos sites de veículos de comunicação tradicionais, *blogs* parceiros e páginas do governo. No turno da tarde há a discussão sobre a publicação do manifesto da jornada, cuja pauta de 2011 era a denúncia contra o uso de agrotóxicos e contra a violência doméstica. No final, o manifesto é publicado na íntegra. O editor informa à jornalista sobre o vídeo a respeito do uso de agrotóxicos e que será enviado pelo MST de Pernambuco em substituição ao vídeo que está na capa do *site*. Antes do final da tarde um jornalista da Agência NP chega com um boletim de rádio sobre a jornada para que seja usado na página do MST. O que se vê nessa rotina é que o trabalho dos jornalistas se resume essencialmente as seguintes tarefas: avaliar o material que chega, sugerindo complementações ou a produção de matérias especiais, revisar os textos enviados pelas assessorias, redigir textos a partir de informações brutas que chegam por telefone ou *e-mail*, buscar outros conteúdos que possam manter a página atualizada nas discussões do momento, definir a distribuição do conteúdo na página.

De certa forma, notamos que existe relativa tranquilidade por parte da pequena equipe da página em relação ao trabalho dos jornalistas que operam as assessorias regionais do MST e, até mesmo, dos colaboradores que não têm formação de nível superior em Comunicação. Santos (2011) conta que há no MST um coletivo amplo de Comunicação, integrado por jornalistas e por outras pessoas que não são necessariamente jornalistas, mas que gostam de escrever e se interessam em contribuir para a área. Esses militantes geralmente recebem orientação sobre métodos e prioridades em Comunicação para o MST. Tal orientação torna o trabalho tranquilo, porque, de certa forma, parece que todos sabem o que deve e o que não deve ser divulgado (SANTOS, 2011).

Essa dinâmica vale para os vídeos que são produzidos pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina, mas que também podem ser feitos por um militante que saiba manejar a câmera, registrando as imagens, ou por colaboradores

externos<sup>14</sup>. A comunicação via audiovisual é apresentada pelo MST como um dos grandes ganhos em relação ao uso da Internet. Trata-se de uma condição muito positiva para o movimento poder fazer seus vídeos e veiculá-los tanto no *site* como no Youtube<sup>15</sup>, como avalia Stédile ao citar o exemplo de uma ação do MST do Rio Grande do Sul, ocorrida em agosto de 2009:

Em agosto nós fizemos o acampamento nacional da Reforma Agrária e que foi o acampamento que resultou na conquista da revisão dos índices de produtividade e a primeira ação do acampamento foi uma ocupação do Ministério da Fazenda. O que aconteceu neste dia de manhã? A ocupação ocorreu às 9h, 9h30min e nós tínhamos ali uma equipe que estava filmando a ação [...]. Então ali, logo após a ocupação, foi editado o material no *notebook* e, dali mesmo, do local da ocupação, enviado por Internet para a página e, às 10h, antes que os veículos de TV tivessem saído de lá com as imagens para a redação, a nossa versão e as nossas imagens da ocupação já estavam na Internet, que é isso que eu acho que é a possibilidade que se tem hoje: tanto pautar antes como você ter uma possibilidade audiovisual de se contrapor inclusive à própria televisão. Antes que você tivesse qualquer imagem negativa ou distorcida daquela ação via televisão, você tinha uma imagem anterior, via Internet, produzida pelo movimento (STÉDILE, 2009).

Embora cauteloso com as possibilidades da rede enquanto ferramenta de Comunicação para o MST, Stédile (2009) analisa como positiva a possibilidade de o MST divulgar a sua versão, seja através de imagens ou de textos, de maneira instantânea, em um meio que tem condições de promover diálogo com um público grande, revelando-se então como uma alternativa válida em diversas situações. Um exemplo lembrado por Stédile (2009) como revelador da importância da rede na estratégia de Comunicação do movimento foi o da desocupação da Fazenda Southall, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em agosto de 2009, e que culminou com a morte do colono Elton Brum.

Naquela ocasião, houve uma ação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul durante a desocupação da área no município de São Gabriel. Essa área foi ocupada por centenas de integrantes do MST que condicionavam a saída do local a partir do atendimento de uma pauta de reivindicações junto aos governos federal e estadual. Conforme informações do movimento, essa pauta integrava a jornada de lutas do MST e dizia respeito, de maneira geral, à aplicação de recursos para saúde,

<sup>14</sup> O Coletivo Catarse é um desses colaboradores. Trata-se de um grupo de comunicadores que se descrevem como “comprometidos com a construção de alternativas que fortaleçam a cultura e o jornalismo independentes e enriqueçam o debate público em seus temas mais importantes” (<http://coletivocatarse.blogspot.com>). Esse grupo, com sede em Porto Alegre, trabalha de forma voluntária junto a movimentos e organizações, produzindo conteúdos diversos, inclusive vídeos.

<sup>15</sup> Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com).

educação e infraestrutura nos assentamentos da região e à desapropriação do restante da Fazenda Southall, além da liberação imediata, na Justiça, das fazendas Antoniazzi e 33, em São Gabriel, para o assentamento de famílias acampadas no Rio Grande do Sul.

Em 21 de agosto, quase 300 policiais militares entraram na Fazenda Southall para fazer a retirada dos colonos sem terra, uma ação de despejo que acabou em morte. Durante a desocupação, o sem-terra Elton Brum foi morto por um disparo que lhe atingiu o tórax. As primeiras informações prestadas pela Brigada Militar (e divulgadas pelos veículos que faziam a cobertura da desocupação) davam conta de que o colono havia morrido vítima de mal súbito. No entanto, logo após a chegada do sem-terra no hospital de São Gabriel, o MST já divulgava a notícia de que Brum havia sido morto por um tiro de calibre 12, pelas costas, apresentando a foto do corpo alvejado.

**Figura 5 - Matéria publicada no site do MST algumas horas depois de ocorrido o fato que resultou na morte do sem-terra Elton Brum**



Fonte: SEM TERRA..., 2009.

A possibilidade de o MST dar a sua versão sobre o fato, valendo-se do meio *on-line* para isso, foi analisada por Lisboa (2009) como um aspecto positivo da democratização da informação promovida pelas TICs. Para dar uma ideia da importância dessa possibilidade para movimentos sociais como o MST, Lisboa (2009) compara o caso da Fazenda Southall com o assassinato do desaparecido político José Maria Ferreira de Araújo<sup>16</sup>, durante a ditadura militar.

É a impunidade dos crimes cometidos pela ditadura que inspira e alimenta os crimes hoje cometidos contra os movimentos sociais e contra os pobres e marginalizados. Assim foi com a morte do sem-terra Elton Brum, em 21 de agosto de 2009, durante ação policial para reintegração de posse da fazenda Southall, em São Gabriel/RS. Elton Brum foi morto com um tiro calibre 12 nas costas. Outras 13 pessoas ficaram feridas na ação de despejo de 550 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) executada por cerca de 300 policiais militares. A primeira informação divulgada por notícia de rádio, transmitida pela Brigada Militar dizia que ele tinha morrido de *mal súbito*. O mesmo *mal súbito* que foi usado pela ditadura militar, em 1970, para justificar a morte de José Maria Ferreira de Araújo, marinheiro assassinado e desaparecido político. Passados 39 anos, felizmente, nossa democracia permitiu que, em questão de minutos, a falsa versão oficial da morte de Elton Brum fosse desmentida – ele morrerá alvejado pelas costas por integrante da Brigada Militar. Já o marinheiro José Maria até hoje não se sabe em que circunstâncias foi morto, nem onde foi parar seu corpo (LISBOA, 2009).

A oportunidade que a página pode oferecer ao movimento, quando se trata de furar o bloqueio da mídia convencional e dar a sua versão dos fatos, é minorada em alguns momentos pelos próprios produtores de conteúdo para o *www.mst.org.br*, talvez por estarem tão inseridos no contexto desse trabalho que acabam não tendo condições de visualizar os avanços que essa alternativa representa em um plano global. É o caso da jornalista Joana Tavares, que forma com Santos a dupla de produção da página do MST.

No início a página foi só um espaço para ir colocando o que a gente tem, não tinha muito planejamento. Depois de alguns anos a gente fez este novo projeto gráfico, digamos assim, já com a intenção de tornar ela uma plataforma política do MST, que não seja só factual, diário, cotidiano, mas que tenha esse acúmulo. Acho que a gente já conseguiu. Ela vem melhorando nesse sentido de não ser só um apaga fogo, mas de ter também coisas mais profundas. Temos espaços permanentes: visão política do MST, da Via Campesina para código florestal, sobre trabalho escravo. A gente tem trabalhado com isso de ali ser um espaço que tem as linhas gerais para que as pessoas possam encontrar, mas ainda não chegamos

---

<sup>16</sup> Desaparecido político desde 1970. Informações dão conta de sua prisão em setembro de 1970 pelo DOI/CODI-SP, tendo morrido em consequência das torturas aos quais foi submetido. Supostamente seu corpo teria sido enterrado posteriormente no cemitério de Vila Formosa I, sob nome falso (Disponível em: <http://www.torturanuncamaisrj.org.br>).

aonde poderíamos chegar. Acho que a Internet avançou mais do que a gente nesses anos para cá. Agora, os blogueiros progressistas, esse clima todo da Internet poder furar [...]. Eu ainda tenho dificuldade com esta leitura, eu não sei se eu acredito nisso, que a Internet pode furar a grande mídia. Eu acho que a gente ainda não está na mesma velocidade que estes parceiros nossos. Eu acho que a gente pode avançar muito ainda, de ter um contraponto mais rápido e mais agitado (TAVARES, 2011).

Formada em Comunicação Social pela PUC de Minas Gerais, a jornalista Joana Tavares, de 27 anos, se aproximou do MST também a partir da militância estudantil. Durante a graduação fez um estágio de vivência, que é uma alternativa de contato profissional com as organizações que compõem a Via Campesina a partir de um convênio com os movimentos estudantis. Depois de formada passou a colaborar com o jornal Brasil de Fato e com a Cáritas Internacional, em Minas Gerais. Essas experiências a levaram a ser convidada para integrar a equipe de Comunicação do movimento a partir de 2007, em São Paulo. A jornalista foi contratada com a função específica de mapear a mídia, ou seja, fazer uma leitura dos jornais mais importantes do país para ter uma ideia de que tipo de abordagem os veículos estavam fazendo em relação ao MST. Tratava-se de uma tarefa que incluía um resumo e a análise do conteúdo que, ao final, possibilitavam ao movimento saber quais argumentos usar no trato com a mídia ou que tipo de debate poderia propor em seus veículos como contraponto ou, ainda, como fazer os atendimentos à imprensa. Esse trabalho não se resumia à questão agrária, mas se estendia a outros temas que, de certa forma, estão associados ao MST (TAVARES, 2011).

Além de perceber a dificuldade em aferir o potencial do *site* em relação aos outros produtos de Comunicação do MST, Tavares (2011) entende que a página precisaria avançar em algumas questões, como dar mais visibilidade ao que é produzido nos assentamentos e apresentar proposições para algumas áreas específicas, como Agroecologia. Os entraves para disponibilizar esse conteúdo vão desde a apuração até a maneira de colocá-los na página, uma vez que as mudanças na programação visual do *site* são sempre terceirizadas e, portanto, não podem ser feitas de forma ágil, na mesma velocidade das necessidades editoriais. A partir da avaliação da jornalista percebe-se sua intenção de discutir justamente a questão dos valores-notícia aplicados na produção e seleção de pautas para a página, na medida em que as matérias relativas ao MST enviadas ao *site* são, em geral, referentes a ações, seminários, encontros, ou fatos extraordinários, que fogem do

tradicional em relação aos temas usualmente associados ao MST. Exemplo disso é a pauta sobre o bloco de carnaval do MST, que ganhou repercussão na mídia convencional a partir de matéria publicada no *site* do movimento (TAVARES, 2011).

**Figura 6 - Matéria do site do MST sobre bloco de carnaval do movimento em São Paulo**



Fonte: UNIDOS..., 2011.

Figura 7 - Matéria sobre o mesmo tema publicada no site da Folha de São Paulo, editoria Cotidiano



Fonte: SANT'ANNA, 2011.

Conforme Mayrá Lima (2011), da assessoria de imprensa nacional do MST em Brasília, a pauta “bloco de carnaval do MST” mostra a consulta ao *site* pelos jornalistas e o aproveitamento de uma pauta publicada nesse meio porque, no caso, não houve o envio de *releases* ao *mailing*, sendo a página do MST a única fonte. Lima (2011) afirma que além dessa ocasião, em geral nos casos de jornadas, quando o envio de *releases* é dificultado pelo volume de acontecimentos, as matérias *do site* são copiadas na íntegra por muitos veículos. O que se vê na Internet é que o aproveitamento ocorre na maioria das vezes por blogueiros associados à causa do MST ou veículos parceiros, como é o caso do *site* da revista Caros Amigos, em relação à jornada de lutas por educação no estado da Bahia, cujo texto é, basicamente, o mesmo publicado no *site* do MST.

**Figura 8 - Matéria publicada no site da revista Caros Amigos sobre jornada de lutas da Educação do MST em 21/01/2011**



Fonte: MST-BA..., 2011a.

**Figura 9 - Matéria no site do MST sobre o mesmo tema, publicada em 10/01/2011**



Fonte: MST-BA..., 2011b.

Outra possibilidade que o *site* oferece ao movimento é a de colocar integralmente as respostas concedidas em entrevistas e que não são aproveitadas ou que são editadas pelos veículos. Stédile (2009) afirma que essa prática foi adotada pelo MST antes do blog da Petrobras<sup>17</sup>, que se notabilizou por aproveitar o espaço *on-line* para esse fim. Também através do *site* o MST contrapõe matérias publicadas em veículos como a revista Veja, para quem o movimento se nega a dar entrevistas, devido ao teor das reportagens publicadas. Um exemplo é o contraponto à matéria “Predadores da floresta”, em que Veja trata de uma denúncia de desmatamento protagonizado por integrantes do MST na cidade de Tailândia, distante cerca de 240 quilômetros de Belém do Pará. O *lead* da matéria publicada em Veja, em 12 de janeiro de 2010, dá o tom da reportagem:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está em acelerado processo de mutação. Foi-se o tempo em que seus militantes tentavam dissimular as ações criminosas do grupo invocando a causa da reforma agrária. Há muito isso não acontece mais. Como uma praga, o MST ataca, destrói, saqueia - e seus alvos, agora, não são mais apenas os chamados latifúndios improdutivos. Os sem-terra têm se especializado também em invadir fazendas no coração da Floresta Amazônica. As terras da região são de difícil manejo para a agricultura, mas isso pouco importa. Nelas pode-se encontrar em abundância algo bem mais valioso: a madeira. Hoje, existem cerca de 1.000 propriedades rurais invadidas apenas no estado do Pará. Metade delas foi devastada para a retirada ilegal de árvores nobres, como ipê, jatobá e cedro, que atingem altas cotações no mercado. As fazendas localizadas na Amazônia são obrigadas por lei a preservar 80% de suas áreas de floresta. Isso significa que as propriedades rurais guardam um imenso tesouro, e também explica por que o MST substituiu a foice pela motosserra (REVISTA VEJA, 12 jan. 2010).<sup>18</sup>

Através do *site*, o MST estabeleceu o contraponto com a nota: “Como VEJA está depredando o jornalismo e a verdade”, publicada em 12/01/2010.

1 - O MST do Pará esclarece que não tem nenhuma fazenda ocupada no município de Tailândia, como afirma a reportagem da Revista Veja “Predadores da floresta” nesta semana. Não temos nenhuma relação com as atividades nessa área. A Veja continua usando seus tradicionais métodos de mentir e repetir mentiras contra os movimentos sociais para desmoralizá-los, como lhes ensinou seu mestre Joseph Goebbels. A reportagem optou por atacar mais uma vez o MST e abriu mão de informar que o nosso movimento não tem base social nesse município, dando mais um exemplo de falta de respeito aos seus leitores.

<sup>17</sup> <http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br> é o *blog* da Petrobras que adotou a prática de publicar perguntas que os jornalistas enviam por escrito e as respostas que a empresa dá a essas mesmas perguntas, na íntegra.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/130110/predadores-floresta-p-065.shtml>.

2 - A área mencionada pela reportagem está em uma das regiões onde mais se desmata no Pará, com um índice elevado de destruição de floresta por causa da expansão do latifúndio e de madeireiras. Em 2007, a região de Tailândia sofreu uma intervenção da Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, e latifundiários e donos de serrarias foram multados pelo desmatamento. Os madeireiros e as empresas estimulam o desmatamento para produzir o carvão vegetal para as siderúrgicas, que exportam a sua produção. Por que a Veja não denuncia essas empresas?

3 - Na nossa proposta e prática de Reforma Agrária e de organização das famílias assentadas, defendemos a recuperação das áreas degradadas e a suspensão dos projetos de colonização na Amazônia. Defendemos o “Desmatamento Zero” e a desapropriação de latifúndios desmatados para transformá-los em áreas de produção de alimentos para as populações das cidades próximas. Também defendemos a proibição da venda de áreas na Amazônia para bancos e empresas transnacionais, que ameaçam a floresta com a sua expansão predatória (como fazem o Banco Opportunity, a Cargill e a Alcoa, entre outras empresas).

4 - A Veja tem a única missão de atacar sistematicamente o MST e a organização dos camponeses da Amazônia, para esconder e defender os privilégios dos verdadeiros saqueadores das riquezas naturais. Os que desmatam as florestas para o plantio de soja, eucalipto e para a pecuária extensiva no Pará não são os sem-terra. Esse tipo de exploração é uma necessidade do modelo econômico agroexportador implementado no Estado, a partir da espoliação e apropriação dos recursos naturais, baseado no latifúndio, nas madeireiras, no projeto de exportação mineral e no agronegócio.

5 - Por último, gostaríamos de comunicar à sociedade brasileira que estamos construindo o primeiro Assentamento Agroflorestal, com 120 famílias, nos municípios de Pacajá, Breu Branco e Tucuruí, no sudeste do Estado, em uma área de 5200 hectares de floresta. Nessa área, extraímos de forma auto-sustentável e garantimos renda da floresta para os trabalhadores rurais, que estão organizados de maneira a conservar a floresta e o desenvolvimento do assentamento. DIREÇÃO ESTADUAL DO MST DO PARÁ. Marabá, 12 de janeiro de 2010 (COMO VEJA..., 2010).

Essa dinâmica vale para muitas matérias publicadas na mídia convencional e que são contrárias ao movimento. A tática é não permitir que as reportagens fiquem sem uma resposta oficial do MST e garantir a pluralização e publicização dos pontos de vista.

No entanto sabe-se que pluralização e publicização na Internet são informação *à la carte*, ou seja, necessita que o receptor busque esses dados, ao contrário do que ocorre em uma revista ou jornal, ou nos telejornais e noticiários radiofônicos, em que o receptor pode ser capturado por uma notícia, mesmo que não tenha interesse naquele fato, em um primeiro momento. Essa captura, na *web*, é mais difícil, porque, em geral, é preciso que a busca seja efetuada pelo receptor, interessado em conhecer o MST enquanto fonte de informação.

Considerando-se este aspecto pode-se acreditar que os movimentos sociais e outras coletividades que utilizam a Internet como um campo comunicacional para travar seus diálogos estão em desvantagem em relação às empresas de Comunicação. No entanto a Internet, por hora, é um espaço livre a ser ocupado e o MST assim o faz, avançando em sua trajetória que o caracteriza como um movimento social que tem acompanhado o desenvolvimento da tecnologia na área da Comunicação, como demonstram Burch, Leon e Tamayo (2001, p. 125), ao relatar que quando o telex era uma novidade que facilitava a comunicação, o MST foi o primeiro movimento social do Brasil a organizar, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, uma rede de telex em todos os estados, com a intenção de facilitar o tráfego de informações e dar unidade ao discurso do movimento, em nível nacional. Com essa mesma lógica vieram depois do telex, o fax e, de forma natural, os computadores e a Internet.

Além disso, acredita-se que essa relação emissor-receptor está passando por mudanças que estão recém no começo. Como assinala Ferrari (2010, p. 80) “estamos vivenciando uma reconfiguração do campo do jornalismo, da relação emissor-receptor, antes bastante vertical e hoje bem horizontal, sem uma hierarquia obrigatória”. Essa alteração na maneira como o emissor busca e seleciona o conteúdo do seu interesse modifica tanto o papel daquele que recebe a notícia como o do executor e favorece, de certa forma, outras fontes de informação, como os *sites* de coletividades diversas, entre eles, aqueles dos movimentos sociais.

[...] o ciberespaço ampliou as noções de espaço e detonou os limites que norteavam a produção de conteúdos. Acredito que estamos vivenciando, com a internet 2.0, um retorno aos movimentos sociais que detonaram a sociedade do século XIX. Se pensarmos na Revolução Francesa, com seus milhares de panfletos circulando em volta da Bastilha, todos independentes da grande mídia; não era o *Le Monde*. Eram jornais pequenos, fanzines. O criativo tinha um papel muito mais social. A partir do avanço tecnológico do século XX, o leitor foi ficando cada vez mais homogêneo, sem sabor (FERRARI, 2010, p. 128).

Nesse sentido, *sites* como do MST revelam-se como apostas sociais em que se amplia o “lugar da mídia” e dos profissionais da mídia, estendendo o papel dos atores da informação para outros agentes que não só os jornalistas das grandes redações. As organizações midiáticas possuem hoje concorrentes no terreno da informação e que são representantes das mais diversas áreas e essa concorrência disputa um “cyber-eleitorado”, ao qual é dada a possibilidade de seguir as suas

preferências e traçar seu próprio trajeto, tornando a Internet uma espécie de hipermercado da informação (PÉLISSIER, 2003, p. 4-5).

Wolton (2010, p. 18) fala em “receptor-ator” para qualificar a ação dos receptores que agora “negociam, filtram, hierarquizam ou aceitam” as mensagens. Ele pode resistir às informações, como mostra o autor, mas também pode aderir, pesquisar, receber, aprofundar, ampliar essas informações, que não estão disponíveis na mídia convencional ou que estão disponíveis, mas a partir de uma interpretação e/ou edição prévia.

Há um modo novo de acessar conteúdos que encontra na rede seu território propício. Essa nova maneira prevê um receptor diferenciado, enquanto sujeito atuante, e um emissor que desenvolve outras habilidades que não terminam com a publicação da matéria no *site*, mas que prosseguem em pesquisas sobre conteúdos que podem complementar aquele tema, em desdobramentos da pauta por dias consecutivos e em formatos diversos (texto, áudio, imagens), oferecendo alternativas ao receptor, ampliando a base de dados e oferecendo ao público o que Ferrari (2010, p. 128) chama de “produto sob medida”.

Quando pensamos na informação produzida para o meio *on-line*, feita de maneira coletiva – como ocorre frequentemente com o MST, a partir das colaborações de militantes, muitas vezes sem formação específica para esse fim – também surge a reflexão sobre a discussão recente em que todos podem ser jornalistas. A ideia de que todos podem reportar suas realidades com base na situação propícia de publicação fácil, que favorece o chamado “jornalismo cidadão”, via rede, mostra que a informação não precisa ser monopólio reservado aos profissionais de imprensa e propaga uma lógica comunitária, de descentralização e participação, remetendo à proposta de “pensar a mídia sem massa” e “pensar o jornalismo sem os jornalistas” (PÉLISSIER, 2003, p. 176-177).

Em consonância com essas ideias vê-se que para o MST o *site* se mostra como uma possibilidade de divulgar com rapidez as orientações do movimento, denúncias e atividades e, também, propiciando o contato com as organizações fraternas e com outras coletividades, facilitando a articulação e fortalecendo os laços, permitindo que não fiquem isolados. Essa construção ocorre a partir de um trabalho profissional, executado por uma pequena equipe com formação na área, mas também a partir do apoio de militantes e outros agentes. Através da página

abriu-se para o MST a possibilidade de contrapor versões e ampliar o debate em torno da Reforma Agrária para públicos além daqueles que tradicionalmente participam de suas atividades. Soma-se a esses ganhos a vantagem de armazenar em um sistema *on-line* e de acesso público à memória do movimento, organizando fatos e datas, documentos e gráficos, o que para o MST é praticamente impossível de fazer em um sistema manual.

Conforme relato, obtido de uma liderança não-identificada do MST, por Burch, León e Tamayo (2001, p. 166), quando uma pessoa quer conhecer o movimento ou pede informação sobre uma ou outra atividade da organização, a indicação é de que há uma página que pode ser consultada e que aceita o recebimento de fotos e textos complementares. Todo esse material disponível no *site* não está organizado em outro formato. No escritório do MST, em São Paulo, não havia, por exemplo, a *clipagem* física das matérias em que o movimento era citado, somente *on-line*. Geralmente arquivos que seriam passíveis de organização em formato físico, a partir de um esforço de arquivamento, agora são gerados pelo *site* de maneira quase que automática e simplificada, assegurando a manutenção da memória do movimento. Além disso, está disposta de modo a garantir a consulta pública a estes dados, de forma descentralizada, na medida em que na página do MST é possível navegar por todos os campos dispostos sem a necessidade de geração de cadastro e senha de acesso.

## 5.5 O MST NOS JORNAIS E O MST POR ELE MESMO

O objetivo deste trecho da pesquisa é observar como o MST se mostra em seu *site* e como é apresentado na mídia convencional. Com isso pretende-se perceber as diferenças entre a abordagem de um e outro e analisar as possibilidades de contraponto que a página oferece ao MST. Também desejamos esclarecer se há referência à página do MST, enquanto fonte. Considerando a abrangência do MST em nível nacional e o período escolhido para essa análise (abril), quando ocorre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, chamado de Abril Vermelho pela imprensa, julgou-se necessário promover um recorte em que o critério seria destacar as notícias referentes ao Rio Grande do Sul em um período de 15 dias. Para tanto, partimos das notícias publicadas nos jornais Zero Hora e Correio do Povo e, na sequência, analisamos o posicionamento do MST em sua

página sobre o mesmo tema noticiado nesses veículos, observando se, de fato, esses posicionamentos existiam e, em caso positivo, como estavam manifestos. O período de acompanhamento começou em 12 de abril e se encerrou em 26 de abril.

Ao lançar um olhar sobre as matérias publicadas nos jornais e no *site* do MST, o que se pretende é observar se algumas hipóteses propostas no começo deste trabalho se confirmam. Assim queremos trazer à tona elementos que possibilitem fazer ver se a página do MST é capaz de permitir ao movimento que ele se expresse a partir daquilo que ele diz ser, divulgando fatos que tornem pública a imagem que deseja transmitir ao público. Julgamos que ao optar por um período em que o MST é notícia (Jornada de Lutas pela Reforma Agrária/Abril Vermelho), devido às mobilizações nas quais é protagonista, teríamos condições de identificar a abordagem diferenciada que o *site* permite ao MST para fatos que são reportados pelos jornais. Adiante consideramos que a utilização do *site* do MST como fonte para composição das matérias por parte dos jornalistas de Correio do Povo e Zero Hora seria um dado interessante na composição da análise, de forma a perceber se a abordagem diferenciada feita pelos jornalistas do MST na página do movimento era capaz de “vazar” para as redações como forma de atingir os leitores a partir do texto legitimado de um jornalista “de fora” do movimento, considerando que o editor da página (SANTOS, 2011) apresenta esse diálogo com a imprensa como uma das funções importantes do [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

A escolha pelos jornais Zero Hora e Correio do Povo se deu a partir da importância dos dois veículos no Rio Grande do Sul no cenário atual do Estado que conta com cinco jornais de caráter estadual.

O jornal Zero Hora é tido como um dos mais importantes do Rio Grande do Sul, com uma tiragem que alcançou 190 mil exemplares em setembro de 2011. Conforme dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2010, Zero Hora figurava como o sexto jornal do país. No Rio Grande do Sul, foi o primeiro jornal do grupo RBS, criado a partir da Última Hora, periódico de propriedade de Samuel Wainer que deixou de circular em 1964. Adquirido por Ary de Carvalho e outros sócios, o jornal teve o nome trocado. Em 1970, passou para o controle majoritário da família Sirotsky, momento em que o grupo tornou-se a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), e iniciou a expansão multimídia para o Interior do Estado. Hoje, o grupo RBS é o maior complexo multimídia do sul do País (Rio Grande do Sul

e Santa Catarina) com 18 emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, duas emissoras de TV locais, 24 emissoras de rádio, 8 jornais e 11 produtos em meio *online*<sup>19</sup>. A redação de Zero Hora, que funciona em Porto Alegre, é a maior de mídia impressa do Rio Grande do Sul, com cerca de duas centenas de jornalistas e uma rotina de produção que segue o modelo das grandes redações. Zero Hora conta com sucursais no Interior do Estado e em Brasília. O jornal mantém o formato tablóide e é subdividido em cadernos diários ou mensais encartados no corpo do jornal – onde estão as editorias convencionais –, que obedece a um padrão de cerca de 50 páginas (BERGER, 2003; FELIPPI, 2006).

O jornal Correio do Povo, que detém a segunda maior tiragem no Rio Grande do Sul (157 mil, segundo dados da Associação Nacional de Jornais), tem muito da sua importância baseada na tradição de mais de 110 anos de existência, além de ser possivelmente o mais forte concorrente de Zero Hora. O Correio do Povo surgiu em 1895 e teve como fundador Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior. Trata-se de um jornal com o mais longo período de circulação no Estado – 89 anos – até 1984, quando teve sua circulação interrompida devido a problemas financeiros, retornando em 1986. Nos tempos áureos, a empresa Caldas Júnior manteve, além do Correio do Povo, o jornal Folha da Tarde, um vespertino inspirado em jornais argentinos que teve seu auge nos anos 60 e 70 e inaugurou o formato tablóide, que hoje predomina no Estado. Foi seguido, em 1949, pela Folha Esportiva, um matutino que durou até 1963. Em 1969, outro lançamento da empresa foi a Folha da Manhã, que circulou por mais de uma década e fechou em 1980. Além dos jornais, em determinada época, a Caldas Júnior investiu na ampliação do complexo, incorporando emissoras de rádio e televisão. Assim, em 1957, foi inaugurada oficialmente a Rádio Guaíba AM. A Guaíba FM surgiu com o advento da frequência modulada, em 1980. Em 1979, foi a vez da TV2 Guaíba.

Desde meados da década de 70, a Caldas Júnior enfrentava dificuldades financeiras e devido a esse problema os jornais foram fechando. Em 1984, a crise culminou com o fechamento do Correio do Povo, uma interrupção de dois anos. Com a aquisição da Caldas Júnior pelo empresário Renato Bastos Ribeiro, o Correio do Povo foi relançado em 1986, dessa vez em formato tablóide, no lugar do standard que o caracterizava. A proposta editorial era manter um jornal de leitura fácil e

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br>. Acesso em: 18 out. 2011.

rápida, apresentando os fatos de forma sucinta. Em 2007, o jornal Correio do Povo, bem como as rádios Guaíba AM e FM e a TV Guaíba foram adquiridos pelo grupo Record. Dados do próprio Correio do Povo afirmam que quase 100% da tiragem do jornal é destinada a assinantes (GALVANI,1995).

No período em que analisamos os jornais citados e o site do MST, duas questões serviram de pano de fundo para esta investigação:

- a) O *site* do MST é fonte de informações na constituição de matérias relacionadas ao movimento e feitas por veículos tradicionais?
- b) O *site* do MST figura como uma ferramenta que possibilita ao movimento apresentar a sua versão dos fatos, aprofundar a discussão sobre temas que lhe são caros e contrapor informações divulgadas na mídia convencional?

Para obter respostas a respeito da composição da matéria e do enfoque concedido optamos por destacar alguns aspectos relativos à notícia. Dessa forma, selecionamos das reportagens alguns pontos capazes de auxiliar na observação desta montagem, trazendo à tona o que foi privilegiado quando se trata do enfoque principal. Algumas perguntas que tradicionalmente compõem o *lead* serão recortadas como forma de conhecer quem é o sujeito da matéria (quem?), qual é o tema principal (o quê?), de que forma a ação ocorreu (como?) e por que ocorreu (por quê?). Julgamos necessário incluir nessa seleção a opção “outros elementos” na qual devemos apontar outras fontes e temas secundários e/ou complementares que aparecem na notícia descrita.

**Data: 12 de abril de 2011**

A primeira notícia relativa ao MST no período observado aparece no Correio do Povo, em 12 de abril de 2011, na editoria Geral, sem assinatura do repórter, e com o título: “Sem-Terra planejam nova invasão”. A notícia (anexo A) apresenta o seguinte *lead*:

Os sem-terra que estão em marcha na região Norte decidiram invadir a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, ao contrário do que era previsto. Após acamparem às margens da BR 386, em Almirante Tamandaré do Sul, eles retomaram a caminhada na manhã de ontem em direção a Coqueiros do Sul e percorreram 8 quilômetros. Ao chegar à cidade, pararam na praça central. Em seguida, se dirigiram à área próxima do acesso ao Distrito de

Xadrez, ainda em Coqueiros do Sul, e fizeram acampamento provisório (CORREIO DO POVO, 12 jan. 2011, p. 18).

Os fatos, conforme a publicação, estão estabelecidos da seguinte forma:

- O quê:** MST decide invadir a Fazenda Coqueiros do Sul
- Quem:** MST
- Onde:** Coqueiros do Sul
- Como:** Primeiro houve um acampamento na estrada BR 386, depois os sem-terra marcharam por 8 quilômetros até a cidade, dirigindo-se, na sequência, para o Distrito de Xadrez, montando acampamento provisório antes da invasão.
- Por quê:** De acordo com a fonte consultada no local (Luciana da Rosa, representante do movimento), o MST reivindica junto aos governos federal e estadual o assentamento de mil famílias no Estado. A Fazenda Coqueiros do Sul, conforme Luciana da Rosa, do MST, pode abrigar 500 famílias.
- Outros elementos:** Também é fonte da matéria o comandante do CRPO Planalto, João Darci Gonçalves da Rosa, que informou sobre a preparação de uma equipe da Polícia Militar para o caso de ocorrer invasão.

Nesse mesmo dia, na capa do *site* do MST, há o destaque para o texto produzido pela equipe da página abordando o tema das ações no Rio Grande do Sul, tanto no Incra como na fazenda localizada em Coqueiros do Sul, a Fazenda Guerra.

MST ocupa Incra e fazenda Guerra por Reforma Agrária no RS

12 de abril de 2011

*Da Página do MST*

Cerca de 500 assentados da reforma agrária ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ocupam, neste momento, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Porto Alegre.

A ocupação começou por volta das 8h desta terça-feira (12). A manifestação integra a jornada nacional de lutas de Abril, que acontece todos os anos para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, e também para reivindicar a reforma agrária.

Na região Norte do estado, as 600 pessoas que marcham desde cedo ocupam, neste momento, a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. As famílias entraram na área em protesto aos governos federal e estadual, que até agora não apresentaram nenhuma proposta concreta para o

assentamento, nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, das mil famílias acampadas no Rio Grande do Sul.

Na tarde de hoje, às 14h, o MST terá uma reunião com o governo estadual em Porto Alegre, no Palácio Piratini, para tratar da reforma agrária. Os sem terra também irão pautar o assentamento das famílias acampadas. Até o momento, o governo gaúcho apenas se comprometeu em finalizar a desapropriação da Fazenda Palermo, em São Borja, onde cabem 54 famílias.

No Rio Grande do Sul, os sem terra exigem do governo federal o assentamento, nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, das mil famílias acampadas no estado. Os agricultores também reivindicam a recomposição do orçamento do Incra para implementar os programas federais nos assentamentos, ações urgentes a fim de minimizar os efeitos da estiagem nos assentamentos da Região Sul gaúcha e a renegociação das dívidas.

Especificamente para os assentamentos da região de São Gabriel (na Fronteira Oeste), os sem terra exigem investimento na saúde e educação, construção de estradas e o acesso ao crédito para a produção. Desde que foram assentadas na região, em 2008, as famílias ainda não conseguiram acessar nenhum crédito para o plantio.

Do governo estadual, o MST quer uma resposta à pauta de reivindicações entregue ao governo Tarso Genro ainda no mês de fevereiro. Até o momento, o governo não se posicionou sobre as questões.

Em 2007, durante a marcha do MST em direção à Fazenda Guerra, o governo federal firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público, em que se comprometia a assentar todas as famílias acampadas em um ano. Os sem terra cumpriram a sua parte, encerrando a marcha. Passados 3 anos, o governo federal não cumpriu o acordo. Desde 2008, não são criados assentamentos no Rio Grande do Sul.

Agora em 2011, completam 15 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. No dia 17 de Abril de 1996, dezenove sem terra foram assassinados e outros trabalhadores ficaram feridos devido à repressão policial durante o protesto em uma rodovia paraense. Passados 15 anos, ninguém foi responsabilizado pelo massacre. (MST OCUPA..., 2011).

Figura 10 - Capa do site do dia 12/4/2011



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 12 abr. 2011

Na matéria publicada no *site* do MST têm-se os seguintes elementos:

- O quê:** 500 assentados da reforma agrária ocupam o Inkra, em Porto Alegre e 600 pessoas marcham em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, para ocupar a área.
- Quem:** Assentados da reforma agrária e famílias de sem-terra
- Onde:** Porto Alegre e Coqueiros do Sul
- Como:** A ocupação da sede do Inkra em Porto Alegre começou às 8h da manhã. Em Coqueiros do Sul ocorria uma marcha com 600 pessoas em direção à Fazenda Guerra com a intenção de ocupá-la.
- Por quê:** Essas manifestações integram a jornada nacional de lutas de Abril, que acontece todos os anos para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, e também para reivindicar a reforma agrária. A ocupação em Coqueiros do Sul é um protesto aos governos federal e estadual que não apresentaram propostas para assentar mil famílias no Rio Grande do Sul.

**Outros elementos:** A matéria oferece dados sobre as propostas do governo estadual do Rio Grande do Sul sobre a desapropriação da Fazenda Palermo, em São Borja. Também informa sobre uma reunião que ocorrerá com o governo estadual, explicando outras reivindicações relativas, também, ao Incra e sobre assentamentos na Fronteira Oeste, entre outros temas. Recupera a marcha do MST em direção à Fazenda Guerra ocorrida em 2007, o que era reivindicado na ocasião e o que o governo deixou de cumprir. Reconstrói brevemente o Massacre de Eldorado de Carajás (data à qual as ações do mês de abril se reportam).

As *tags* que aprofundam esse tema ou o relacionam com outras notícias são: jornada de lutas abril 2011 e lutas e mobilizações. No dia 12 de abril de 2011, não houve publicações no jornal Zero Hora a respeito do MST.

**Observações:**

É possível observarmos que a notícia produzida pelo Correio do Povo tem como tema a invasão da fazenda em Coqueiros do Sul, com descrição da marcha e explicação sobre algumas reivindicações do movimento. A fonte do MST é Luciana da Rosa, da coordenação do movimento e que, tudo indica, foi entrevistada no local da ação. Além dessa fonte, o repórter que realizou a matéria recorreu à Polícia Militar para obter dados complementares. O *site* do MST não é uma fonte evidente nessa reportagem.

A notícia do mesmo dia, publicada no *site* do MST, oferece informações sobre a ocupação da fazenda em Coqueiros do Sul e acrescenta a ação que ocorre no Incra, em Porto Alegre. A matéria contextualiza essas ações, associando-as ao Massacre de Eldorado de Carajás, cuja história é recuperada brevemente. Também descreve as propostas feitas pelo governo, o que o MST reivindica e o que deixou de ser cumprido pelos governos no passado.

**Data: 13 de abril de 2011**

Em 13 de abril, Zero Hora publica duas notícias sobre o MST, uma reportagem e uma nota na coluna de opinião “Página 10”, assinada pela jornalista Rosane Oliveira, conforme a reprodução:

O comportamento belicoso do MST no Abril Vermelho será o primeiro teste da política de consertação do governador Tarso Genro e um desafio para a capacidade de negociação do secretário Ivar Pavan (ZERO HORA, 13 abr. 2011, p. 10).

Como se trata de uma nota opinativa, sem fonte, não será avaliada nessa pesquisa.

Em Zero Hora, no mesmo dia, na editoria Geral tem-se a matéria (anexo B) assinada pelo repórter Leandro Becker, sobre uma reunião do governador gaúcho, Tarso Genro, com lideranças do MST, sob o título “Tarso promete assentar mil famílias até 2012” e com o *lead* que segue abaixo:

Diante das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à Fazenda Coqueiros, no norte gaúcho, e à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, o governo do Estado prometeu assentar mil famílias até 2012. Para cumprir a promessa, porém, seriam necessários em torno de 25 mil hectares. O MST se comprometeu a responder até o meio-dia de hoje se aceita as condições e desocupa as áreas invadidas (ZERO HORA, 13 abr. 2011, p. 27).

A matéria apresenta os seguintes dados:

- O quê:** O governo do Estado promete assentar mil famílias do MST até 2012. O MST define até o meio-dia se aceita as condições propostas pelo governo, desocupando as áreas invadidas.
- Quem:** Governo do Estado do Rio Grande do Sul e MST
- Como:** Em reunião realizada com lideranças do movimento, no Palácio Piratini, o governador Tarso Genro se comprometeu a firmar um convênio com o Incra e localizar e comprar, em até quatro meses, uma área na Região Norte do Estado para assentar cerca de cem famílias. O acordo prevê ainda a negociação de outras áreas e o assentamento de 53 famílias em São Borja e 45, em Santa Margarida do Sul.

**Por quê:** A oferta é uma resposta às invasões do MST como a da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul.

**Outros elementos:** A matéria usa outras fontes além do governador. São elas: Ivar Pavan, secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; Luciana da Rosa, uma das líderes do MST; fonte não identificada da família Guerra (proprietária da Fazenda Coqueiros) e Polícia Militar. O texto informa que o governo está confiante no acordo e a recomendação do governador do Estado para que o MST tenha bom senso, sob pena de prejudicar sua imagem. Destaca a posição de Luciana da Rosa, que comunica a avaliação do MST de que a proposta do governo está aquém do desejado e informa o total de policiais que acompanham a ação. Também declara que a família Guerra vai pedir reintegração de posse e relaciona as ações do Abril Vermelho com o massacre de Eldorado de Carajás.

Também no dia 13 de abril, o jornal Correio do Povo publicou uma página (anexo C) composta por três matérias sobre o mesmo assunto, na editoria de Geral. O destaque tinha o título “MST ocupa Incra para exigir assentamentos”. A matéria principal apresentava o seguinte *lead*:

Cerca de 500 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam ontem o pátio da sede do Incra, em Porto Alegre. Entre as reivindicações, o assentamento de mil famílias acampadas no Estado (CORREIO DO POVO, 13 abr. 2011, p. 17).

Nessa matéria constavam os elementos a seguir:

**O quê:** 500 pessoas do MST ocuparam o Incra, em Porto Alegre, reivindicando vários pontos, entre eles o assentamento de mil famílias.

**Quem:** 500 integrantes do MST

**Como:** Os integrantes do MST ocuparam o pátio da sede do Incra como forma de protesto.

**Por quê:** O movimento reivindica o assentamento de mil famílias, exige melhorias na infraestrutura para famílias já assentadas, ações que diminuam os danos da estiagem e renegociação das dívidas. Para São Gabriel o MST reivindica investimentos em saúde, educação, construção de estradas e acesso ao crédito.

**Outros elementos:** A matéria usa como fonte um dos coordenadores do MST, Cedenir Oliveira, que fala sobre a situação nos assentamentos e sobre as promessas do governo federal, não cumpridas, assim como da necessidade de apoio para minimizar os danos econômicos nos assentamentos ocasionados pela estiagem.

As duas matérias complementares tinham os seguintes títulos: “Coqueiros é invadida pela 13ª vez” e “Tarso recebe os manifestantes”. A primeira continha o seguinte *lead*:

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam ontem a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul. É a 13ª vez que a fazenda é invadida pelo movimento. Um acampamento foi montado no mesmo local onde aconteceu a primeira invasão, em 2004. Cerca de 500 pessoas participaram da ocupação, conforme representantes do MST. Já a Brigada Militar calculou em cerca de 250 os participantes da marcha, que teve início no final de março (CORREIO DO POVO, 13 abr. 2011, p. 17).

**O quê:** Integrantes do MST ocuparam a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul pela 13ª vez.

**Quem:** MST

**Como:** Fez um acampamento no mesmo local onde ocorreu a primeira invasão, em 2004.

**Por quê:** Informações da fonte Gilson Almeida, do MST, dão conta de que o movimento deseja com isso uma posição concreta do governo com orçamento, prazo e áreas para assentamento ainda em 2011 de no mínimo 500 famílias sem terra.

**Outros elementos:** A matéria informa que o MST divulga um total de 500 integrantes na invasão, enquanto números da Brigada Militar dizem que há 250 pessoas no local. Além do MST e da Brigada, a matéria usa como fonte o governo do Estado e a proposta inicial de assentar 90 famílias. A matéria inclui ainda como fonte o advogado da família Guerra, proprietária da Fazenda Coqueiros, com a informação de abate ilegal de quatro ou cinco reses da propriedade durante a ocupação.

A segunda matéria, de menor tamanho, referia-se à reunião mantida pelo governador do Estado com as lideranças do MST e apresentava esse *lead*:

O governador Tarso Genro recebeu representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ontem à tarde, no Palácio Piratini. Na ocasião, Tarso reafirmou aos militantes o interesse do governo estadual em ser interlocutor no processo da reforma agrária em solo gaúcho (CORREIO DO POVO, 13 abr. 2011, p. 17).

Essa matéria continha os seguintes elementos:

- O quê:** Governador Tarso Genro recebeu os representantes do MST no Palácio Piratini.
- Quem:** Governador Tarso Genro e líderes do MST
- Como:** Em reunião no Palácio Piratini.
- Por quê:** O governador reafirmou aos militantes o interesse do governo em ser interlocutor no processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Na reunião o governo dá uma posição sobre as reivindicações dos manifestantes.
- Outros elementos:** Além do governador Tarso Genro, são fontes da matéria a representante do MST, Nina Tonin, e o secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan. Nina Tonin informa que o MST vai decidir até o meio-dia se aceita as propostas, deixando a Fazenda Coqueiros. O secretário explica que há duas áreas em processo de desapropriação e que outras fazendas estariam sendo procuradas no Norte do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo dia o *site* do MST encontrava-se com problemas para acesso (fora do ar). Pesquisa posterior a respeito do que havia sido postado sobre o tema da ocupação da Fazenda Coqueiros ou da sede do Incra localizou a seguinte notícia, com a associação posterior das *tags* jornada de lutas abril 2011 e Lutas e mobilizações:

Sem Terra saem de fazenda com promessa do governo do RS

13 de abril de 2011

*Da Página do MST*

As famílias do MST que ocupam desde ontem a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (Norte do RS), decidiram agora a pouco deixar a área.

Os Sem Terra avaliam que a proposta apresentada nesta terça-feira pelo governo estadual é melhor do que a anterior.

No entanto, caso o governo Tarso Genro não cumpra com os compromissos e com o cronograma propostos, as famílias voltarão a se mobilizar no próximo período.

O MST reivindica o assentamento, com prioridade nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, de todas as mil famílias acampadas no Rio Grande do Sul.

Em 2007, durante a marcha do MST em direção à Fazenda Guerra, o governo federal firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, em que se comprometia a assentar todas as famílias acampadas em um ano.

Os Sem Terra cumpriram a sua parte, encerrando a marcha. Passados três anos, o governo federal não cumpriu o acordo. Desde 2008, não são implementados assentamentos no estado.

Incra

Os 500 assentados e assentadas que ocuparam o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nesta terça-feira, em Porto Alegre, permanecem no local por tempo indeterminado.

À tarde, as famílias terão uma reunião com o governo estadual para tratar da pauta de reivindicações que foi entregue ainda em fevereiro. Em Brasília, uma comissão do MST está negociando, desde cedo desta manhã, com órgãos e ministérios do governo federal.

Os Sem Terra gaúchos exigem o assentamento, nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, das 1.000 famílias acampadas no estado.

Os agricultores também reivindicam a recomposição do orçamento do Incra para implementar os programas federais nos assentamentos, ações urgentes a fim de minimizar os efeitos da estiagem nos assentamentos da Região Sul gaúcha e a renegociação das dívidas.

Para os assentamentos da região de São Gabriel (na Fronteira Oeste), os Sem Terra exigem com urgência investimento na saúde e educação, construção de estradas e o acesso ao crédito para a produção. Desde que foram assentadas na região, em 2008, as famílias ainda não conseguiram acessar nenhum crédito para o plantio.

A ocupação do Incra integra a Jornada Nacional de Lutas de Abril, que acontece todos os anos em diversos estados para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, e também para reivindicar a reforma agrária.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 13 abr. 2011.

**Figura 11 - Matéria publicada no site do MST e acessada no dia posterior uma vez que em 13/4/2011 a página esteve fora do ar**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 14 abr. 2011.

Os elementos observados nessa matéria são:

- O quê:** As famílias do MST que ocupam desde ontem a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (Norte do RS), decidiram agora a pouco deixar a área.
- Quem:** Famílias do MST em mobilização no Rio Grande do Sul
- Como:** Após avaliação, o grupo decidiu encerrar a marcha, uma vez que entendeu que essa foi a melhor proposta apresentada pelo governo estadual.
- Por quê:** O MST decidiu interromper a ação após avaliação da proposta feita pelo governo estadual. O movimento reivindica assentamentos, com prioridade nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, para atender mil famílias acampadas no Rio Grande do Sul. Conforme a matéria, em 2007, durante a marcha do MST em direção à Fazenda Guerra (Coqueiros do Sul), o governo federal firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, em que se comprometia a assentar todas as famílias acampadas em um ano. O MST afirma que cumpriu a sua parte, encerrando a marcha. No entanto, após três anos, o governo federal não cumpriu o acordo.

**Outros elementos:** O texto informa que 500 assentados ocupam o Incra, em Porto Alegre e que haverá reunião com o governo estadual para tratar da pauta de reivindicações, entregue em fevereiro. Em Brasília, uma comissão do MST negocia com órgãos e ministérios do governo federal. Também explica algumas das reivindicações, entre elas a recomposição do orçamento do Incra e relaciona a ocupação no Incra à Jornada Nacional de Lutas de Abril e ao Massacre de Eldorado de Carajás.

### **Observações:**

Ao analisar as notícias dos jornais Zero Hora e Correio do Povo percebemos que, de maneira geral, foram utilizados elementos similares na composição. Em Zero Hora relacionam-se as propostas do governo estadual à pressão exercida pelo MST e, ao final, indica que as ações do movimento nesse período estão associadas ao episódio de Eldorado de Carajás. Como fontes figuram o secretário estadual Ivar Pavan, uma representante do MST, uma fonte não identificada da família Guerra e a Polícia Militar.

Na cobertura do Correio do Povo tem-se um panorama ampliado tratando separadamente da ocupação do Incra, em Porto Alegre, da desocupação da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, e da reunião do MST com o governo estadual. As fontes são a Brigada Militar, uma representante do MST (no local), o governador Tarso Genro, o advogado da família Guerra e o secretário estadual Ivar Pavan. Em nenhuma das matérias o *site* do MST é uma fonte evidente. Tem-se a ideia de que as declarações obtidas de representantes do movimento foram colhidas no local dos fatos.

Já a notícia da página do movimento apresenta a decisão do MST de deixar a Fazenda Guerra, afirma a posição da organização de que voltará a se mobilizar caso as promessas e o cronograma não sejam cumpridos, apresenta o quadro de reivindicações que beneficiarão acampados e assentados e recupera a marcha de 2007 em direção à Fazenda Coqueiros. Aborda, por fim, a questão do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo governo federal com o Ministério Público, naquela ocasião, em que houve o comprometimento de assentar famílias, o que não foi cumprido. Ou seja, a notícia do *site* oferece outros elementos que não constam nas matérias de Zero Hora e Correio do Povo.

**Data: 14 de abril de 2011**

No dia seguinte (14/4/2011), tanto Zero Hora como Correio do Povo apresentam publicações a respeito das mobilizações do MST. Na página 42 da editoria Geral, de Zero Hora, matéria (anexo D) assinada pela repórter Marielise Ferreira tem o seguinte título: “MST desocupa fazenda e desfaz marcha no Norte” e esse *lead*:

Os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que haviam invadido a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, deixaram na tarde de ontem a área invadida na terça-feira. Os 550 integrantes do movimento que participavam da marcha receberam na manhã de ontem a intimação judicial para que deixassem o local em 24 horas (ZERO HORA, 14 abr. 2011, p. 42).

A composição da matéria tem os seguintes elementos:

- O quê:** Manifestantes do MST deixam a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, após receberem intimação judicial.
- Quem:** Integrantes do MST
- Como:** Uma liminar foi concedida no processo de reintegração de posse da área solicitada pela família proprietária. A saída da fazenda foi feita de forma pacífica. As famílias recolheram seus pertences e foram transportadas por ônibus e caminhões.
- Por quê:** A família Guerra solicitou termo de reintegração de posse e uma liminar foi concedida pela justiça, obrigando o MST a deixar a fazenda invadida. Ao mesmo tempo, o governo estadual prometeu assentar mil famílias até 2012.
- Outros elementos:** As fontes da matéria são MST, família Guerra e governo do Estado. A matéria informa que o MST deu um prazo de dois meses para que o governo estadual cumpra com o prometido; caso contrário, a fazenda voltará a ser invadida. Também apresenta a interrupção da marcha que iria da Fazenda Coqueiros até Carazinho, no norte do Rio Grande do Sul.

Nessa mesma página há uma matéria menor e complementar cujo título é: “Proprietários reclamam de danos” e que apresenta esse *lead*:

Proprietária da Fazenda Coqueiros, a família Guerra registrou ocorrência policial afirmando que houve crime de abigeato próximo à área invadida pelo MST na propriedade. Conforme o advogado Tailor Agostini, uma cabeça de gado foi abatida e carneada enquanto outros dois animais foram feridos com golpes de foice e quatro estão desaparecidos (ZERO HORA, 14 abr. 2011, p. 42).

E os seguintes elementos na composição:

- O quê:** Família Guerra registra ocorrência policial reclamando abigeato próximo à área invadida pelo MST.
- Quem:** Família Guerra
- Como:** Através de uma ocorrência policial a família Guerra pede investigação dos crimes de abigeato que teriam ocorrido na área.
- Por quê:** Uma cabeça de gado foi abatida e carneada, dois animais foram feridos com golpes de foice e quatro estavam desaparecidos.
- Outros elementos:** O advogado que representa a família Guerra (fonte da matéria) informa que havia suspeita de danos ambientais na área e que ocorreria uma vistoria com objetivo de apurar outros prejuízos e verificar a responsabilização do MST.

No mesmo dia, na página 43, também da editoria Geral de Zero Hora, há a matéria (anexo E) do repórter Sancler Ebert com o título “Aula inaugural de um curso polêmico”, como seguinte *lead*:

Depois de quatro anos de polêmica, o curso de Medicina Veterinária exclusivo para assentados terá hoje sua aula inaugural. Autorizado em julho de 2007 e com processo seletivo em novembro daquele ano, o curso ficou trancado após o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, ter concedido liminar ao Ministério Público (ZERO HORA, 14 abr. 2011, p. 43).

Dessa matéria constam os seguintes elementos:

- O quê:** Curso de Medicina Veterinária exclusivo para assentados terá aula inaugural
- Quem:** O curso de Medicina Veterinária para assentados, mantido em parceria pelo Incra e Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

- Como:** Em julho de 2007, o curso foi autorizado e houve processo seletivo em novembro do mesmo ano. Posteriormente, o curso foi suspenso devido a uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal ao Ministério Público. O Superior Tribunal de Justiça derrubou a liminar e permitiu que o curso ocorresse.
- Por quê:** Trata-se de um projeto criado pelo Incra e pela UFPel. O curso foi liberado pelo Supremo Tribunal de Justiça após disputa impetrada pelo Ministério Público.
- Outros elementos:** A matéria informa o número de assentados que assistirão às aulas, diz que os acadêmicos foram contrários ao curso e expõe o cerne da polêmica em torno do curso: possui o currículo normal, mas tem carga horária reduzida. Apresenta a opinião de uma professora, que informa o porquê da redução da carga, e do presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, contrário ao curso. Na página, ZH recupera as matérias sobre a aprovação do curso em julho de 2007 e a tentativa de anulação por parte do procurador Max Palombo, bem como destaca as opiniões da professora da UFPel e do presidente do Conselho Regional de Veterinária (fontes).

Também em 14 de abril de 2011 o Correio do Povo publica na editoria de Geral a matéria (anexo F) “MST decide ficar no pátio do INCRA”, cujo *lead* segue abaixo:

Os cerca de 500 assentados, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que na terça-feira invadiram a área de estacionamento da sede do Incra, em Porto Alegre, decidiram ontem pela manutenção da ocupação. Eles exigem a liberação de recursos para reestruturação e qualificação de cerca de 300 assentamentos existentes no Rio Grande do Sul (CORREIO DO POVO, 14 abr. 2011, p. 17).

Dele destacam-se:

- O quê:** Representantes do MST invadiram o estacionamento do Incra em Porto Alegre.
- Quem:** Representantes do MST
- Como:** Um grupo de 500 assentados vinculados ao MST invadiu a área de estacionamento do Incra, mantendo a ocupação que já vinha ocorrendo.

- Por quê:** Os manifestantes exigiam a liberação de recursos para reestruturar e qualificar cerca de 300 assentamentos no Rio Grande do Sul.
- Outros elementos:** O representante do MST, Cedenir de Oliveira, é fonte da matéria e ele fala sobre outras reivindicações do movimento para os assentamentos. O texto associa a manifestação ao Abril Vermelho e ao massacre de Eldorado de Carajás. Outras fontes são o governador do Estado, explicitando as propostas feitas ao MST pelo governo, e o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, tratando de questões relativas ao orçamento do Executivo. O texto informa a situação de desocupação da Fazenda Coqueiros, após intimação judicial e apresenta a posição de uma das líderes do movimento, Luciana da Rosa (no local).

Na mesma página há uma matéria, com destaque menor, sob o título “Fazenda Coqueiros é liberada” e que tem esse *lead*:

Os integrantes do MST que ocupavam uma área da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, deixaram ontem o local. Eles desmontaram o acampamento e decidiram interromper a marcha iniciada na região Norte do Estado no dia 31 de março, devido ao acordo assinado na terça-feira pelo governo do Estado (CORREIO DO POVO, 14 abr. 2011, p. 17).

Nesse caso temos:

- O quê:** Fazenda Coqueiros é liberada
- Quem:** MST
- Como:** Integrantes do movimento que ocupavam a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, deixaram o local e interromperam a marcha iniciada em 31 de março.
- Por quê:** O fim dos protestos ocorreu devido à assinatura de um acordo com o governo do Estado e que significou avanço nas negociações, segundo fonte do MST.
- Outros elementos:** São fontes da matéria uma das lideranças do MST (Gilson Almeida), os proprietários da fazenda e a Brigada Militar. A fonte do MST informa sobre novas invasões caso as promessas não sejam cumpridas. A família Guerra ingressou com uma ação de reintegração de posse e a Brigada Militar reforçou o efetivo na região. Dados sobre a marcha constam na matéria, como local de início e rotina da retirada.

Ainda nessa página há um destaque com a declaração de uma das integrantes da coordenação estadual do MST, Luciana da Rosa: “Caso o governo não cumpra o prometido, em dois meses, as famílias voltarão a se mobilizar e ocupar áreas no Estado” (CORREIO DO POVO, 14 abr. 2011, p.17).

Em 14 de abril de 2011, a capa do *site* do MST apresenta como manchete uma homenagem que será prestada pela Câmara dos Deputados aos mortos em Carajás. Os outros destaques da página fazem menção às ações da Jornada Nacional de Lutas em Sergipe, Alagoas e na Paraíba. Ao buscarmos no *site* informações a respeito das ações no Rio Grande do Sul, não encontramos registros referentes àquele dia.

**Figura 12 - Na capa do site do MST em 14/4/2011 tem-se a homenagem aos mortos em Eldorado de Carajás como destaque**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 14 abr.2011.

### Observações:

Observa-se em 14 de abril a opção de Zero Hora de condicionar a saída dos manifestantes da Fazenda Guerra à intimação judicial recebida pelo MST. O teor da liminar de reintegração de posse concedida aos proprietários é destacado. Na

sequência há a promessa do governo aos manifestantes. As fontes utilizadas na composição da matéria são o governo do Estado, o representante da família Guerra e o MST. A matéria complementar, na mesma página, apresenta a denúncia da família Guerra de que haveria ocorrido crime de abigeato. As indicações da fonte (advogado da família) levam a crer que os crimes teriam sido praticados por integrantes do MST (animais feridos por golpes de foice, gado abatido no mesmo período da ocupação, etc.). Também há a reclamação de dano ambiental e o aviso de ocorrência policial registrada para apurar os fatos. A matéria da página 43, alusiva ao curso de Medicina Veterinária para assentados da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), trata da aula inaugural do curso e retoma a polêmica ocorrida anteriormente e que ocasionou o cancelamento do mesmo. São fontes: uma assentada que cursa essa faculdade, uma professora do curso e o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Em relação à cobertura do jornal Correio do Povo desse dia tem-se a manutenção da ocupação do Incra, em Porto Alegre, e a desocupação da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, como fatos principais. A desocupação da área de terras é vinculada ao aceite do MST em relação às propostas feitas pelo governo estadual. A manutenção da ocupação na sede do Incra, segundo a notícia, depende da negociação de outras reivindicações, algumas descritas no texto. Na composição das duas matérias, aparecem como fontes, além da família Guerra, a Brigada Militar e o MST.

Tanto em Zero Hora como no Correio do Povo, o *site* do MST não aparece como fonte visível das matérias. Nos momentos em que o MST figura como fonte, a reportagem dá a ideia de que as declarações foram colhidas no local.

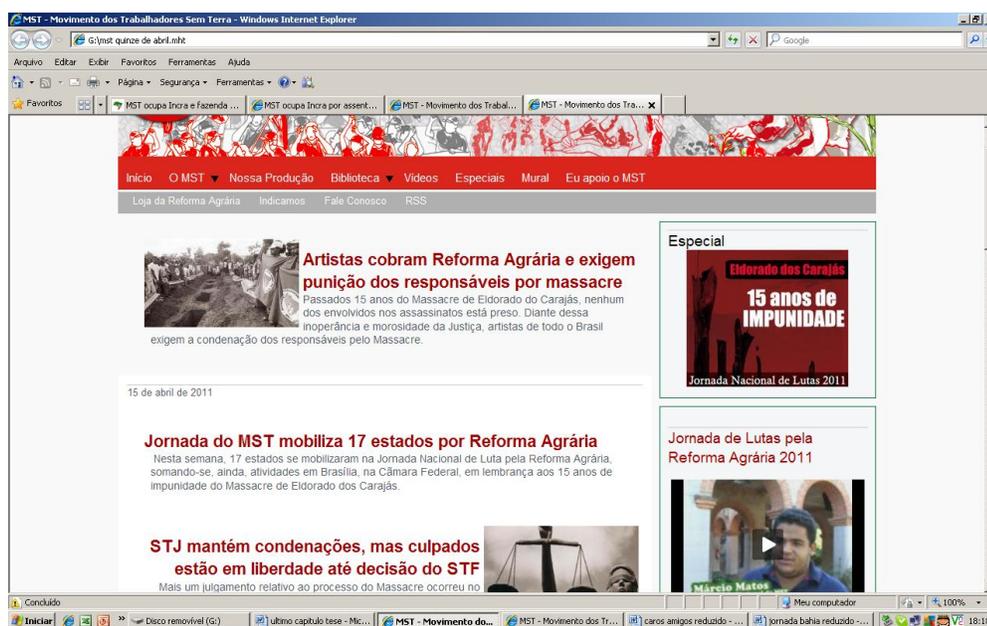
No *site* do MST não há qualquer alusão aos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul, inclusive à retomada do curso de Medicina Veterinária na UFPel, mostrando a opção de enfatizar as ações ocorridas em outros Estados.

#### **Data: 15 de abril de 2011**

Nos dias subsequentes não há matérias em Zero Hora ou no Correio do Povo relacionadas ao MST. Elas voltam a aparecer somente em 26 de abril. Em 15 de abril, a capa do *site* segue sua cobertura a respeito das ações da Jornada e o destaque é a matéria “Artistas cobram Reforma Agrária e exigem punição dos

responsáveis por massacre”. A ação no Rio Grande do Sul figura na matéria da capa “Jornada do MST mobiliza 17 estados por Reforma Agrária” (anexo G), em que estão descritas as mobilizações protagonizadas pelo movimento em 17 estados brasileiros, incluindo uma breve referência ao Rio Grande do Sul. Essa matéria tem desdobramentos, com as *tags* jornada de lutas abril 2011 e lutadores e lutadoras do povo. Além dessa matéria, não há outros conteúdos relacionados às atividades do MST no Rio Grande do Sul. No texto há um *link* para as reivindicações do movimento.

**Figura 13 - Capa do site em 15/4/2011**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 15 abr.2011.

No caso dessa notícia têm-se os seguintes elementos:

**O quê:** A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promovida pelo MST.

**Quem:** MST

**Como:** 17 estados se mobilizaram na Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, somando-se, ainda, atividades em Brasília, na Câmara Federal, em lembrança aos 15 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás. Segundo a matéria, são 18 mil famílias mobilizadas, totalizando mais de 70 ocupações, mobilizações em 13 sedes do Incra, além de fechamento de estradas, acampamentos, debates, audiências públicas e ações em diferentes órgãos dos governos locais, responsáveis pela questão agrária. O MST também participou nesse período de reuniões com o Governo Federal, com a participação de Secretaria Geral da Presidência e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Educação, entre outros.

**Por quê:** O texto explica que a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária é realizada em memória aos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 1996. Informa que essa data é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, conforme assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. As mobilizações ocorrem como forma de mostrar que, depois de 15 anos do massacre de Eldorado de Carajás, o país ainda não resolveu os problemas do campo. Entre as reivindicações do MST para essa jornada estão a recomposição do orçamento para Reforma Agrária, para as demandas da educação no campo e a renegociação das dívidas dos assentados.

**Outros elementos:** A matéria apresenta as ações nos 17 estados e Brasília, dando um panorama geral da mobilização, em nível nacional. Em relação ao Rio Grande do Sul, informa que há 500 assentados ocupando o Incra, em Porto Alegre, e que, à tarde, as famílias iniciaram as negociações com o governo estadual para tratar da pauta de reivindicações entregue ainda em fevereiro. Também trata da desocupação da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, após proposta do governo estadual.

### **Observações:**

Em relação a essa matéria do *site* tem-se a vinculação da jornada ao assassinato de 19 colonos sem terra em Eldorado de Carajás. Também há a referência de que a jornada possui um dia reconhecido pelo governo federal, que sancionou a data, e cuja alusão diz respeito à necessidade de continuidade das mobilizações, uma vez que os problemas no campo prosseguem. A matéria da página do MST oferece ao leitor um panorama nacional das mobilizações do movimento durante a jornada.

### Data: 16 e 17 de abril de 2011

Em 16 e 17 de abril, sábado e domingo, respectivamente, não houve atualizações na página do MST, mantendo-se a capa do dia 15 de abril.

### Data: 18 de abril de 2011

Em 18 de abril o *site* dava destaque na capa para a matéria “Nove latifúndios estão ocupados pelo MST em Pernambuco”. Não há referências ao Rio Grande do Sul nesse dia na página do movimento.

Figura 14 - Capa do site do MST em 18/4/2011



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 18 abr.2011.

### Data: 19 de abril de 2011

Em 19 de abril, a página segue acompanhando as ocupações em Pernambuco, conforme destaque do dia: “MST mantém ocupação de 15 latifúndios em Pernambuco”. Outro destaque da capa e que, nesse caso, tem relação com o Rio Grande do Sul é a matéria sobre o curso de Medicina Veterinária dirigido a assentados oferecido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). As associações dessa matéria com outros conteúdos são sugeridas pelas *tags* Rio Grande do Sul, Veterinária e Educação, Cultura e Comunicação.

Assentados de nove estados cursam medicina veterinária na UFPel

19 de abril de 2011

*Por Bianca Costa*

*Da Página do MST*

Os estudantes Sem Terra da 1ª turma de Medicina Veterinária para trabalhadores do campo fizeram compromisso com a Reforma Agrária, na última quarta-feira (14), na aula inaugural na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A turma é composta por trabalhadores de nove estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo e Maranhão, sendo 17 mulheres e 43 homens.

O curso só foi possível depois de muita luta e significa uma vitória da classe trabalhadora e da Reforma Agrária.

Na carta lida durante a cerimônia de aula inaugural, que contou com a palestra do professor Dr. Humberto Tommasino, pró-reitor de Extensão da Universidad de la República Uruguay (UdelaR), os estudantes avaliaram que é um marco para a classe trabalhadora ver seus filhos terem acesso ao conhecimento científico nessa área para o desenvolvimento do meio rural.

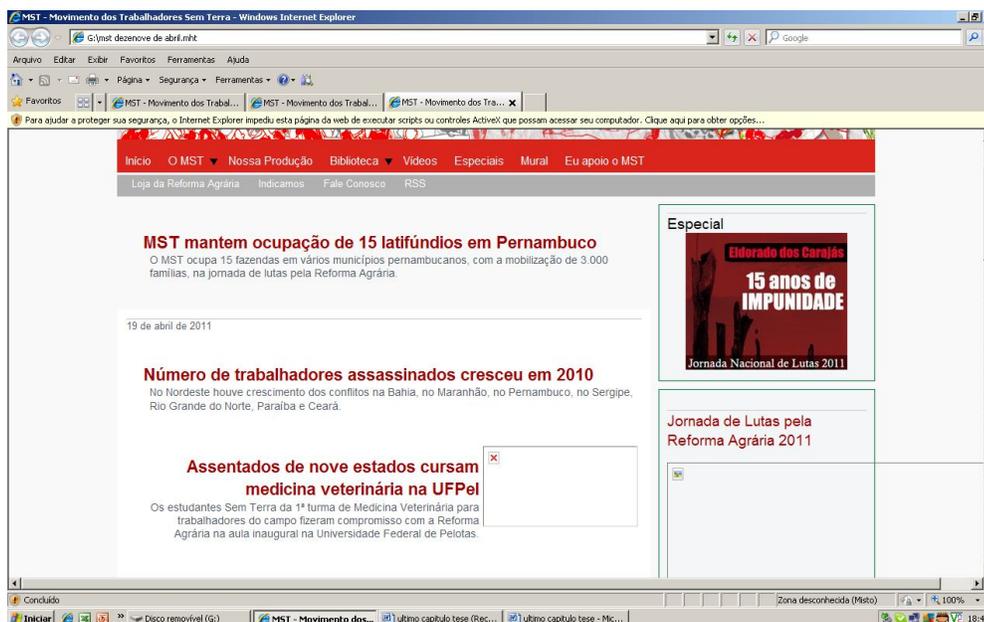
Para a estudante Cristina Fraga, assentada com os pais na cidade de Pontão (RS), estudar medicina veterinária é mais do que uma realização pessoal, é uma oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na academia para o aprimoramento e melhoramento do assentamento onde vive com a família.

“Fui indicada por um coletivo para estudar e depois, no regime de alternância, no tempo comunidade, poder aplicar os conhecimentos que adquiri durante os estudos na Universidade”, relata.

Cristina acredita que poderá realizar uma espécie de intercâmbio entre os estudos acadêmicos e o saber popular dos camponeses. “Como filha da classe trabalhadora, tenho o compromisso de me qualificar cientificamente e socializar meus conhecimentos respeitando os saberes populares do camponês”.

Na carta apresentada ao MST, os estudantes reafirmam seu compromisso com a luta da classe trabalhadora. “Queremos dizer que antes de ser a turma especial de Medicina Veterinária, somos assentados, filhos e filhas da Reforma Agrária, da terra e da luta. Viemos aqui reafirmar o compromisso defendendo os princípios da organização: da direção coletiva, do trabalho, do planejamento, da disciplina, da dedicação ao estudo, da divisão de tarefas, da crítica e autocrítica” (COSTA, 2011b).

**Figura 15 - Capa do site com destaque para o curso de Medicina Veterinária dirigido a assentados na UFPel**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 19 abr.2011.

Os elementos que compõem a matéria são:

- O quê:** Assentados de nove estados cursam Medicina Veterinária na UFPel. Aula inaugural ocorreu no dia 14 de abril.
- Quem:** Integrantes do MST que são alunos da primeira turma de Medicina Veterinária para assentados da UFPel.
- Como:** A matéria diz que esse curso só foi possível graças a muita luta do movimento para obtê-lo.
- Outros elementos:** O texto informa que a turma é composta por assentados de nove estados brasileiros e é escrito tendo como fontes os alunos, indicando a proporção de gênero e dando trechos da carta lida na aula inaugural, bem como explicitando o depoimento de uma das alunas. Esse case destaca o valor que o curso terá para a assentada.

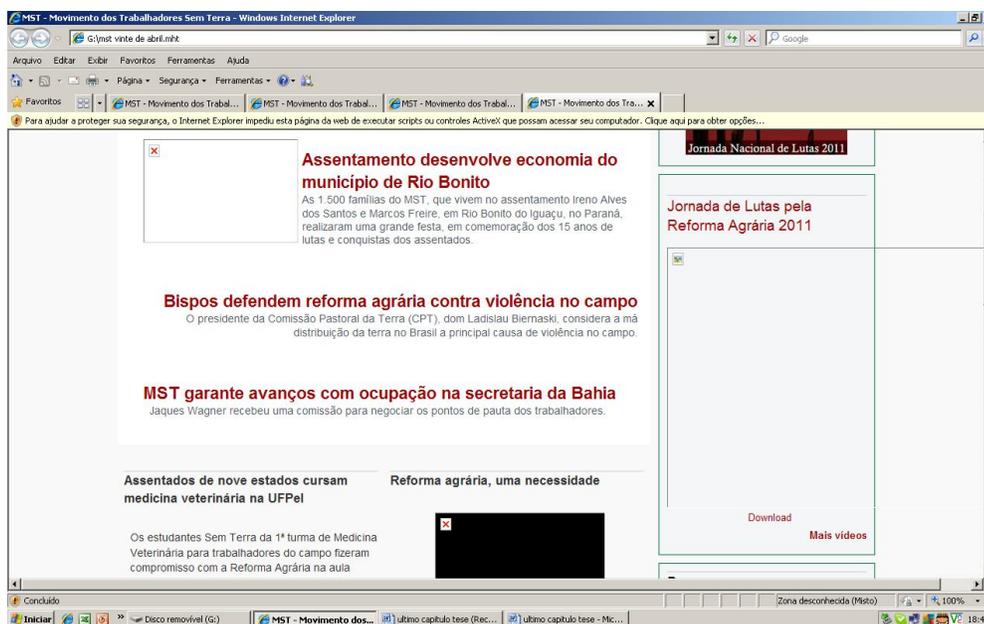
## Observações:

Na matéria do *site* cujo tema é o curso de Medicina Veterinária da UFPel e sua aula inaugural, tem-se como destaque os nove estados com assentamentos contemplados, dados da carta lida na aula inaugural, em que é reafirmado o compromisso desses alunos com a Reforma Agrária, e o case de uma assentada, aluna do curso. Além de estabelecer a relação do curso com a Reforma Agrária, reforça que os alunos são trabalhadores rurais.

## Data: 20 de abril de 2011

No dia 20 de abril a capa do *site* destaca a ocupação de fazendas no estado de São Paulo com a manchete: “Jornada do MST ocupa seis latifúndios em São Paulo”. A matéria sobre o curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas segue na capa, porém com destaque menor.

**Figura 16 - Capa do site do dia 20/4/2011 mantém a matéria sobre o curso de Medicina Veterinária para assentados como destaque**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 20 abr.2011.

**Data: 21 de abril de 2011**

Em 21 de abril, a manchete do *site* é “Assentamento desenvolve economia do município de Rio Bonito”. Nesse dia, a notícia sobre o curso de Medicina Veterinária para assentados prossegue ainda como um dos destaques, na capa da página, porém há outro destaque relacionado ao Rio Grande do Sul. Trata-se da notícia a respeito da primeira safra de arroz ecológico em um assentamento no município de São Gabriel. Não há registros dessa notícia nos jornais Zero Hora e Correio do Povo. A página do MST divulga o fato e disponibiliza no *site* fotos do acontecimento. As *tags*, nesse caso, são: produção orgânica, Rio Grande do Sul e nossa produção. Há *link* para fotos da colheita.

Assentados de São Gabriel colhem 1ª safra de arroz ecológico

*Da Página do MST*

As famílias assentadas na região de São Gabriel, na Fronteira Oeste, comemoraram com uma festa a primeira colheita de arroz ecológico dos assentamentos.

A atividade aconteceu na terça-feira (19), no Assentamento Conquista do Caiboaté, instalado após muita luta em parte da Fazenda Southall, na cidade de São Gabriel. Participaram da 1ª Festa da Colheita do Arroz Ecológico as famílias assentadas, lideranças locais e representantes dos governos.

[Clique aqui para ver as fotos](#)

Para a primeira safra, foram plantados 150 hectares, envolvendo 80 famílias de três assentamentos de São Gabriel e de um assentamento de Santa Margarida do Sul.

A estimativa é de que sejam colhidas 8.000 sacas de arroz produzido sem agrotóxicos e adubos químicos.

Cedenir de Oliveira, coordenador estadual do MST, relata que o arroz ecológico é uma das produções a serem implementadas nos assentamentos da região.

Outra atividade a ser desenvolvida é a produção de leite ecológico pelo sistema PRV (Pastoreio Racional Voisin).

“A nossa expectativa é desenvolver os assentamentos aqui da região no sentido de mudar o modelo tecnológico do agronegócio, produzindo em cooperação e no sistema da agroecologia”, diz.

O arroz ecológico será destinado para a merenda escolar e também comercializado para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os assentados contaram com recursos financeiros da Cootap (Cooperativa dos Assentados de Porto Alegre) e da Conab. Embora estejam assentadas desde 2008, as famílias ainda não conseguiram acessar crédito do governo federal.

**Figura 17 - Capa do dia 21 de abril tem dois destaques relacionados ao Rio Grande do Sul: curso de Medicina Veterinária da UFPel e colheita de arroz ecológico em São Gabriel**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 21 abr.2011.

Os elementos observados são:

- O quê:** Festa da colheita da primeira safra de arroz ecológico em assentamento na cidade de São Gabriel, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.
- Quem:** Integrantes do MST no Assentamento Conquista do Caiboaté
- Como:** A atividade aconteceu no dia 19 de abril no assentamento. Participaram da 1ª Festa da Colheita do Arroz Ecológico as famílias assentadas, lideranças locais e representantes dos governos.
- Por quê:** A atividade ocorreu em comemoração à primeira colheita de arroz ecológico, colhido no Assentamento Conquista do Caiboaté, instalado em parte da Fazenda Southall, em São Gabriel. A primeira safra é resultado do plantio de 150 hectares, envolvendo 80 famílias de três assentamentos de São Gabriel e de um assentamento de Santa Margarida do Sul.

**Outros elementos:** O texto apresenta estimativa de colheita, dados de comercialização (merenda escolar e Conab), informa que a produção é ecológica e explica outras produções que devem ser implementadas no assentamento, como a produção de leite orgânico. A fonte é Cedenir de Oliveira, coordenador estadual do MST.

### **Observações:**

Nesse texto tem-se como destaques, além da colheita em si, o fato de o trabalho ser desenvolvido por famílias assentadas, em uma área recebida do governo depois de “muita luta”, conforme expresso no texto. A produção orgânica é enfatizada, inclusive como um contraponto ao “modelo tecnológico do agronegócio”. Dados da matéria mostram que o assentamento privilegia o trabalho em sistema cooperativado e com ênfase na produção ecológica. A partir do texto sabe-se, também, que os assentados pretendem estabelecer outras produções, como bovinocultura de leite, também baseada nos princípios da Agroecologia. Percebe-se na matéria a reafirmação de temas que são considerados como bandeiras do MST como o cooperativismo e a Agroecologia.

### **Data: 22, 23 e 24 de abril de 2011**

Nos dias 22, 23 e 24 de abril não ocorreram atualizações no *site*.

### **Data: 25 de abril de 2011**

Em 25 de abril, a capa do *site* destacava a notícia “Documentário desvenda o que tem na nossa comida: substâncias químicas”. Como se vê, a pauta da Jornada Nacional de Lutas vai perdendo força, em detrimento de outros temas. A partir dessa data os assuntos que começam a figurar como importantes são o projeto de Aldo Rebelo para o Código Florestal, a produção ecológica e/ou o uso de agrotóxicos. Em 25 de abril, o destaque relativo à jornada se mantém com as ações do MST no estado de Minas Gerais. Não há notícias referentes ao Rio Grande do Sul.

**Figura 18 - Site destacando na capa o documentário sobre uso de substâncias químicas em alimentos “O Veneno está na mesa”, de Sílvio Tandler**



Fonte: Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 25 abr.2011.

### **Data: 26 de abril de 2011**

No dia 26 de abril o jornal Zero Hora tem a manchete (anexo H): “Tarso planeja reabrir escolas de sem-terra fechadas por Yeda” e o subtítulo: “Procurador Gilberto Thums, que em conjunto com a Secretaria da Educação (SEC) em 2009 suspendeu as aulas em acampamentos do MST, considerou nova decisão ‘um escárnio’”. A matéria (anexo I), de página inteira, assinada pelo repórter Humberto Trezzi, está na página 30 e tem a cartola: “Polêmica no campo” e o título: “Estado decide reabrir as escolas itinerantes do MST”, com o seguinte subtítulo: “Decisão foi criticada por procurador que liderou acordo para a desativação de unidades em 2009”. No lado direito da página, há uma entrevista com o procurador do Ministério Público Gilberto Thums, cujo título destaca um trecho da entrevista: “É um deboche à cidadania”. Na matéria principal tem-se o seguinte *lead*:

O governador Tarso Genro vai usar um argumento jurídico para autorizar a reabertura das polêmicas Escolas Itinerantes, que eram mantidas até 2009 em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul.

As nove escolas que existiam foram fechadas em fevereiro daquele ano, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público (MP) e a Secretaria da Educação (SEC) (ZERO HORA, 26 abr. 2011, p. 30).

Os elementos na composição da matéria de Humberto Trezzi são:

- O quê:** Governo do Estado do Rio Grande do Sul decide reabrir escolas itinerantes do MST.
- Quem:** Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- Como:** Segundo o texto, o governador Tarso Genro vai usar um argumento jurídico para autorizar a reabertura das escolas itinerantes que eram mantidas em acampamentos do MST no Rio Grande do Sul.
- Por quê:** Nove escolas itinerantes foram fechadas em fevereiro de 2009 por meio de um Termo de Ajustamento de Condução, firmado entre Ministério Público (MP) e Secretaria da Educação. Agora o governo estadual pretende reverter a situação.
- Outros elementos:** O texto mostra a avaliação do autor do pedido de fechamento, o procurador Gilberto Thums, sobre a proposta de reabertura das escolas itinerantes. Apresenta as razões alegadas para o fechamento (ilegalidades). Informa que o Partido dos Trabalhadores, ao qual o governador Tarso Genro é filiado, sempre cobrou a reabertura das escolas e que o governador, assim que assumiu, determinou à Procuradoria Geral do Estado que verificasse a legalidade do fechamento. Informa que foi encontrada uma brecha legal que permitirá o retorno das escolas. Apresenta o secretário da Educação, José Clóvis de Azevedo, como fonte que afirma a reabertura das escolas itinerantes, nos mesmos moldes. Um integrante da Secretaria da Educação, não identificado na matéria, afirma que a proposta pedagógica será revisada. Outra fonte é o procurador do Ministério Público Julio Finger, que afirma a análise do caso e a posição do MP. Explica ao final de que maneira funcionava o convênio entre a Secretaria da Educação e o MST. Compõe a matéria uma entrevista com o procurador Gilberto Thums.

#### **Observações:**

Nesse dia não há matérias referentes ao MST no jornal Correio do Povo. O *site* do movimento fica por dois dias fora do ar devido a problemas técnicos, conforme explicação do editor. O tema das escolas itinerantes é relevante para o

MST. Trata-se de um assunto que foi alvo de manifestações e produção de material informativo em todos os veículos do movimento, quando do fechamento das mesmas. No entanto, essa pauta relativa à possibilidade da reabertura das escolas no Rio Grande do Sul não contou com alguma menção na página do MST.

Em relação à matéria publicada por Zero Hora tem-se a impressão de que seja um “furo”, uma vez que essa notícia não ganhou repercussão no concorrente (Correio do Povo). Logo, chega-se à conclusão de que a informação foi repassada diretamente ao repórter que assina a matéria, informação essa que não possui fonte declarada (a declaração que consta na matéria é associada a “um integrante da SEC”). Os dados oficiais – ligados ao governo estadual, que estaria agindo para retomar as escolas itinerantes – são apresentados de forma genérica, sem fonte citada nominalmente. O repórter repercute a informação com fontes do Ministério Público, inclusive o procurador que sugeriu o fechamento das escolas do MST. A reportagem retoma dados do convênio firmado entre a Secretaria de Educação e o movimento. Não há repercussão do fato junto a fontes do MST. Não há nessa matéria qualquer evidência de que o *site* do MST foi consultado como fonte, embora a página do movimento possua inúmeras informações sobre o posicionamento do grupo sobre esse tema.

#### 5.6 O OUTRO LADO DO BALCÃO: O *SITE* DO MST PAUTA OS REPÓRTERES?

Depois de termos acompanhado as publicações a respeito do MST nesse período e o conteúdo do *site*, tivemos o interesse de questionar alguns repórteres a respeito da utilização (ou não) do espaço *on-line* do movimento como fonte de matérias. De acordo com Santos (2011), o MST não reconhece determinados jornalistas como setoristas na questão agrária e acredita que as organizações de Comunicação inclusive evitam esse tipo de procedimento para que tais repórteres não acabem se associando em demasia ao movimento. No entanto, ao acompanharmos a trajetória de alguns jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo, sabemos que alguns desses jornalistas atuam com frequência na execução de pautas nas quais o MST é protagonista. É o caso dos jornalistas Carlos Wagner e Humberto Trezzi, profissionais de Zero Hora, e de Luciamen Winck, do Correio do Povo. As perguntas enviadas por *e-mail* a esses repórteres são as que seguem abaixo:

- a) Você costuma consultar o *site* do MST em busca de pautas ou da opinião do grupo sobre determinado tema com o objetivo de compor matérias?
- b) Você acredita que o *site* do MST é uma ferramenta de diálogo com os jornalistas de veículos, capaz de sugerir pautas, por exemplo?
- c) Você está trabalhando em algum tipo de material sobre o MST (livro, reportagem especial, etc.)? Na composição desse material você utiliza o *site* do MST como fonte?
- d) Nos momentos em que a cobertura relativa ao MST é mais tensa (ocupações, por exemplo), exigindo maior agilidade, o *site* do MST é uma fonte viável e considerada por você como meio para acessar de maneira rápida o posicionamento do grupo sobre o tema em questão?
- e) Qual o papel que você pensa que o *site* do MST cumpre na estratégia de comunicação do grupo?
- f) O que você pensa que seria interessante haver no *site* do MST para torná-lo atraente como fonte de informação sobre o movimento?
- g) Alguma informação do *site* já serviu como ideia para uma pauta?
- h) As respostas recebidas também por *e-mail* foram as seguintes:

**Jornalista: Humberto Trezzi**

**Veículo: Jornal Zero Hora**

**Data: 27/4/2011**

- a) Às vezes, sim. Principalmente quando acontecem atos do MST, como bloqueios de rodovia, incidentes, invasões.
- b) Como qualquer *site* organizacional, é uma ferramenta sim. Seria melhor utilizado se o MST e a RBS falassem, o que usualmente não acontece. Mesmo quando a gente pede entrevista, eles dizem que não falam com a RBS<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Santos (2011) informa que o MST tem como determinação não dar entrevistas à RBS e Revista Veja. Muitas vezes a RBS, por exemplo, obtém declarações do MST, mas nesse caso, as declarações ocorrem para um grupo de jornalistas, durante ações, ou em coletivas, sem serem concedidas especificamente à RBS.

- c) Se estiver, uso.
- d) É utilizável. Não acho muito confiável, porque é propagandístico. Os números podem estar inflacionados (de quantia de militantes, por exemplo).
- e) Mais propagandístico do que informativo.
- f) Difícil dizer. É difícil pedir que ouçam os proprietários de terra, também. Ou que ouçam promotores ou juízes, sei lá [...]. Difícil, muito difícil. Legal se mostrarem boas iniciativas nos assentamentos, o que já fazem.
- g) Numericamente [...]. Estimativas de números, principalmente. Alguns nomes de lideranças [...]. Para isso.

**Jornalista: Carlos Wagner**

**Veículo: Jornal Zero Hora**

**Data da entrevista: 29/4/2011**

- a) Consulto o site para saber a posição do movimento a respeito da conjuntura nos assuntos sobre terra. Claro, o *site* é apenas o pensamento público do MST. Daí ser necessário complementar a informação ouvindo fontes.
- b) Não é uma ferramenta de diálogo. É apenas a posição do que pensa a cúpula que vive em São Paulo. Os grandes pensadores do movimento estão espalhados pelo país. Daí ser necessário ter acesso aos caras para ter uma ideia precisa sobre os fatos.
- c) Há uns 30 anos eu faço matérias sobre as questões agrárias. Daí sempre consultar o *site*.
- d) As informações contidas no *site* do MST são panfletárias. Daí a grande dificuldade de usá-lo como fonte.
- e) Publicidade.
- f) Na minha opinião, seria necessário profissionalizá-lo. A luta pela terra é um assunto muito sério e complexo. Claro, eu acredito que, como todos

que têm um *site*, o MST tem o direito de usá-lo para vender o seu peixe. Mas é necessário separar a publicidade da informação.

g) Muitas.

**Jornalista: Luciamen Winck**

**Veículo: Correio do Povo**

**Data da entrevista: 27/4/2011**

- a) Consulto semanalmente para acompanhar a movimentação e saber se há alguma ação programada para o Rio Grande do Sul.
- b) De diálogo não digo. O correto seria afirmar que é uma fonte de esclarecimento de dúvidas, isto quando o *site* está no ar. Hoje, por exemplo, está *off*.
- c) No momento não estou trabalhando. Costumo buscar informações, mas ainda prefiro a tradicional entrevista com lideranças. Tenho facilidade de comunicação com os líderes.
- d) Prefiro conferir *in loco* e me abastecer de dados com as lideranças e também ouvir todas as partes envolvidas, sendo fundamental as forças policiais e os proprietários das terras, nesse contexto.
- e) Divulga as ações consumadas [...]. Jamais adiantam algo que será feito. Portanto, é apenas mais um subsídio.
- f) Um *link* com fontes regionais para entrevistas.
- g) Sim, principalmente quanto às ocupações.

## 5.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS RELATIVAS A ESTE CAPÍTULO

Retomamos aqui as perguntas formuladas inicialmente neste capítulo e que serviram de fio condutor para a pesquisa empírica. Para elaborar as respostas a essas perguntas tomamos como base o acompanhamento das matérias publicadas nos jornais Zero Hora e Correio do Povo em comparação com as notícias veiculadas no espaço [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), no período de 12 a 26 de abril de 2011, as entrevistas feitas com jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo e o acompanhamento da

dinâmica de trabalho da equipe da página do MST, bem como as entrevistas realizadas com integrantes do movimento:

**a) É evidente que o *site* serviu de fonte para os jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo na composição das matérias? Existem dados que foram retirados do *site*?**

Não, não há evidências nas matérias dos jornais Correio do Povo ou Zero Hora de que algumas informações foram retiradas do *site*, caracterizando que esse espaço serviu como fonte na composição das reportagens. No entanto, os jornalistas entrevistados (ainda que nem todas as matérias analisadas no período tenham sido de autoria desses repórteres) informam que algumas vezes utilizam o *site* do MST como fonte. Ainda assim, como salientam os jornalistas, o uso é feito com certa reserva, uma vez que os números, por exemplo, podem estar “inflacionados”, bem como as informações tendem a apresentar um caráter “propagandístico” e/ou “panfletário”. Dessa forma, o que se percebe é que o *site* do MST pode ser uma fonte parcial, ou seja, vista como interessante para sugerir algumas pautas (cujos dados precisam ser confrontados com outras fontes). Também para dar uma ideia das mobilizações organizadas pelo MST, mas, como mostram os entrevistados, há que se ter cuidado nessa utilização do *site* enquanto fonte, uma vez que nesse espaço não há uma separação entre “publicidade e informação”. Por isso mesmo não isenta os jornalistas da busca pelas fontes “*in loco*”, em geral lideranças do movimento destacadas para dar entrevistas nos locais onde ocorrem as ações.

De maneira geral, afirmar que a página do MST é fonte para matérias pode ser temerário, uma vez que essa aferição é praticamente impossível, na medida em que, conforme nos relatou Santos (2011), a dinâmica de trabalho dos jornalistas do movimento nos escritórios regionais é de redigir a matéria, enviar à página e, ao mesmo tempo, disparar para o *mailing*, o que dificulta ao pesquisador saber, de fato, se o que foi publicado em outros locais teve como base o *site* do MST ou o *release* enviado pelo assessor de imprensa.

Há momentos em que o *release* não é encaminhado a um *mailing* e, como exemplo, apresentamos a pauta “bloco de carnaval Unidos da Lona Preta” que, segundo Lima (2011), foi uma matéria publicada diretamente na página (figura 6), ganhando repercussão em outros veículos, a exemplo do *site* do jornal Folha de São Paulo (figura 7). Nesse caso, evidenciando o uso da página do movimento como

fonte, no entanto, em um tema cujo grau de importância para o movimento é claramente menor.

**b) As reportagens publicadas nos jornais eram dissonantes do que era publicado na página do MST e, então, a versão do movimento funcionou como contraponto?**

As reportagens publicadas nos jornais apresentavam, de maneira geral, uma abordagem diversa daquela observada no *site* do movimento.

O tema da mobilização no Rio Grande do Sul, relativa à Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, e que no Estado se caracterizou pela ocupação da sede do Incra e da Fazenda Guerra, nos jornais obedeceu a tratamentos similares em ambos os veículos analisados. Tanto em Zero Hora como no jornal Correio do Povo havia uma ampliação das fontes, além do MST, como é de se esperar na prática do jornalismo feita por veículos de Comunicação tradicionais. Sendo assim, compunham as matérias outras fontes como polícia, governo estadual, representantes dos proprietários da fazenda, etc.

No *site* do MST as matérias sobre as ações no Rio Grande do Sul eram centradas no ponto de vista do MST com uma exposição maior em torno das reivindicações e das promessas, cumpridas ou não, feitas pelos governos federal e estadual, em tempos passados, além de dados sobre as negociações. Ainda que as reivindicações estivessem expostas nas matérias dos jornais, no *site* do MST elas surgiam em maior número e com explicações ampliadas. No *site* essas reivindicações e mobilizações ganhavam outra conotação, a partir dos conteúdos correlatos organizados por *tags* e que figuraram como possibilidades de aprofundar as leituras sobre o tema. Também no *site* era possível ter informações a respeito da jornada em todo o Brasil, dada a sua abrangência nacional, o que não era possível nos jornais, que possuem um caráter regional.

Em relação à matéria sobre a colheita do arroz orgânico no assentamento do MST em São Gabriel, percebe-se que essa notícia foi valorizada pelo *site* do movimento, mas não foi merecedora de qualquer menção nos jornais analisados. Sabemos que a produção de alimentos livres de agrotóxicos é uma das bandeiras do movimento, assim como entendemos que mostrar a colheita de produtos cultivados em assentamentos é de grande valor para o MST, uma vez que

demonstra a produtividade nesses espaços e uma consequência positiva do processo de Reforma Agrária. Daí a compreensão do destaque dessa matéria no *site*.

No sentido inverso, a notícia relativa às escolas itinerantes não ganhou qualquer referência na página do movimento, enquanto que para o jornal Zero Hora a matéria chegou a ser anunciada na capa.

Em relação às escolas itinerantes, Zero Hora abordou os aspectos polêmicos do tema, sugeridos inclusive pelo título da reportagem, recuperando a história do embate que resultou no fechamento das escolas itinerantes e repercutindo a possibilidade de reabertura junto ao procurador do Ministério Público que liderou o fechamento naquela ocasião. É bem verdade que no dia em que houve a divulgação dessa informação, a página do movimento encontrava-se com problemas, fora do ar, mas, mesmo posteriormente, a opção do movimento foi de não noticiar nada sobre o assunto.

No que diz respeito à notícia referente ao curso de Medicina Veterinária para assentados na UFPel, as abordagens em Zero Hora e no *site* foram diferentes. Zero Hora apresentou uma matéria que recupera os problemas do curso no passado (chegou a ser suspenso), além dos debates em torno da carga horária diferenciada. No *site* do MST, o foco da matéria foi a importância do curso para os assentados, destacando que a faculdade vai beneficiar colonos de nove Estados, valendo-se do case de uma estudante para mostrar o valor dessa faculdade para o MST, considerando-a como uma conquista.

**c) O que é notícia no *site* do MST também é notícia em Zero Hora e/ou Correio do Povo?**

Percebemos ao analisar os conteúdos desses três meios, no período de 15 dias, que, nem sempre, o que é notícia no *site* do MST é notícia em Zero Hora ou no Correio do Povo. E que o contrário também é verdadeiro, notícias que surgiram nos jornais não tiveram qualquer menção no *site*.

Quando há notícias similares ou que versam sobre o mesmo tema no *site* e nos jornais, em geral, as abordagens são diferentes. Também é possível que fatos que não receberam espaço nos jornais possam figurar com destaque na página do MST.

## 5.8 ANÁLISE

Observando as respostas obtidas neste capítulo conclui-se que a página do MST é um meio importante para essa organização apresentar a sua versão dos fatos. Fatos esses que, muitas vezes, são divulgados nos jornais e em outros meios, mas que, no *site* do MST ganham outra conotação, ou a conotação que o movimento deseja que venha a público. Além disso, o *site* do MST figura como um território onde o movimento pode mostrar notícias relativas à organização e que, em geral, não são consideradas relevantes para a mídia convencional. Dessa forma, o *site* possibilita ao MST estabelecer um diálogo a partir do que julga importante enquanto informação ou esclarecimento. Assim, no território virtual, o MST pode abandonar a posição, passiva e restrita, de fonte na composição de notícias dos meios de comunicação, à mercê da edição promovida por esses meios e do interesse que possam ter pelas pautas nas quais está envolvido, e passar à condição de agente, produtor de conteúdos para o público externo, com distribuição direta desse conteúdo, via *site*.

Como se viu, para o MST o *site* deve figurar como suporte ao seu objetivo principal (a luta pela Reforma Agrária), não devendo se apresentar como algo espetacular, ou como objeto chamativo que se sobrepõe à finalidade primeira do movimento. O *site*, por exemplo, não se configura como elemento organizador de ações *off-line*, uma vez que o público do MST está no meio rural, em assentamentos, ou em acampamentos, sem possibilidade de acesso à rede ou com acesso restrito e também porque essa prática inviabilizaria as ações do movimento, uma vez que elas contam com o elemento surpresa para obterem êxito e não sofrerem restrições. Essa diretriz faz com que o *site* mantenha-se como um espaço destinado a informar o público parceiro do MST ou aqueles que desejam conhecer melhor o movimento, associando-se basicamente ao receptor urbano e representando, assim, uma ponte com esse público, que está fora do meio rural, mas que foi identificado pelo movimento como essencial na composição de uma frente solidária ao tema da reforma agrária no Brasil.

Também observamos, a partir das entrevistas realizadas, que o uso da Internet não é estimulado pela coordenação do MST, pelo menos não o uso individual (perfis de militantes em redes sociais, manutenção de *blogs*), optando-se

por uma centralização das informações relativas ao movimento em sua página, uma forma, inclusive, de controlar o conteúdo relativo ao MST.

Da prática profissional dos agentes destacados para manter a página no ar, sabemos que o *site* do MST é feito por jornalistas, que recebem conteúdos produzidos por outros comunicadores do MST, distribuídos em todo o país, sejam eles pessoas com formação superior em Jornalismo ou militantes da base do movimento que tenham realizado o curso de formação para esse fim ou, ainda, pessoal sem formação específica em Comunicação, mas que é destacado para colaborar em locais ou situações onde o jornalista não está presente.

Sobre os valores-notícia, sabemos que praticamente todo o material que é enviado pelos jornalistas do MST de outros Estados, bem como as notícias passadas por colaboradores via telefone são aproveitadas, uma vez que os militantes do movimento já introjetaram o que pode ou não ser noticiado e há uma necessidade constante da equipe da página por conteúdo que a atualize. Em relação aos textos de outros meios, veiculados na página, o critério é possuir relação com temas pelos quais o movimento tem interesse (um exemplo são as matérias relativas ao Código Florestal) ou terem sido produzidas por veículos aliados ou colaboradores que tradicionalmente mantêm relacionamento com o MST.

Como foi exposto pelo editor da página (SANTOS, 2011), o [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) foi criado para estabelecer um diálogo com a militância que possui acesso à Internet, como os apoiadores do MST e, também, com os jornalistas, de forma que pudessem contar com esse espaço como fonte. Até certo ponto esse objetivo foi cumprido, ainda que saibamos que o uso como fonte é restrito. Por outro lado percebe-se que a página apresentou outras possibilidades além das previstas inicialmente: diálogo com os comitês de solidariedade no Exterior, mantendo-os informados a respeito das ações do MST, possibilidade de contraponto às notícias veiculadas nos meios de comunicação tradicionais, em especial àquelas contra o MST, condições de ampliar a forma de noticiar um fato, ao utilizar-se de outras mídias (vídeo, fotografias, boletins de rádio), condições de aprofundar temas e de contextualizá-los através de conteúdos correlatos disponíveis na própria página.

Assim, identificamos na página um território comunicacional interessante para o MST, ainda que saibamos que esse território enquanto ferramenta de diálogo depende de uma via de mão dupla que prevê um ator além do emissor, ou seja,

depende deste que ganha cada vez mais espaço no plano da Comunicação *on-line*: o receptor. Nesse sentido, vê-se que todo o esforço comunicacional de contraposição, esclarecimento, diálogo, exposição depende do desejo do receptor de conhecer a página do MST e seu conteúdo. Mesmo nesse caso, a julgar pelas evidências colhidas e apresentadas no presente capítulo, consideramos relevante para o MST a garantia de haver um espaço em que é possível disponibilizar conteúdos relacionados ao movimento de maneira direta, ou seja, sem passar pelo filtro dos meios de comunicação.

A seguir, vamos tratar das considerações finais a respeito desta pesquisa, analisando os dados obtidos até aqui, confrontando-os com as hipóteses sugeridas na Introdução e com o aporte teórico visto até o momento com a intenção de, ao reunir essas informações, responder a questão principal desta investigação: a presença organizada no ciberespaço a partir da apropriação de técnicas comunicacionais permite ao MST a inserção na chamada esfera pública virtual e o exercício da Ciberdemocracia?

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao promover um fechamento da pesquisa apresentada, antes de nos dedicarmos às hipóteses sugeridas no princípio e ao objetivo primeiro dessa investigação, reafirmamos nossa crença no fato de que é impossível avaliar o objeto pesquisado sem visualizá-lo no contexto histórico, político e social no qual está inserido. Assim, analisar o desempenho do *site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dentro da estratégia de Comunicação do grupo e inserido em um contexto de Ciberdemocracia e esfera pública virtual requer, antes de mais nada, a ideia de que esse movimento social faz parte de uma trajetória nacional de democracia até certo ponto recente, em que ainda se vislumbra, em determinadas práticas ou avaliações, o ranço de um passado antidemocrático. Dessa forma, temos hoje um movimento social com um alto grau organizacional, mas que mantém, desde sua gênese, o mesmo tipo de ligação e reconhecimento junto aos meios de comunicação de massa, nos quais é retratado, descrito, apresentado conforme o que os editores, jornalistas, fotógrafos acreditam que esse movimento seja, invariavelmente de maneira negativa ou associado a temas limitados, considerando a abrangência dos assuntos que derivam da pauta “MST”.

Sendo assim, como vimos na recomposição da trajetória do MST, oferecer informações que partam diretamente desse coletivo, dando vazão a temas no qual está inserido – a reforma agrária é apenas um desses temas – é necessidade desde sempre. Dessa dificuldade resultou a organização de uma estrutura na área da Comunicação para dar conta tanto da relação interna – informar os militantes – como externa – expor fatos e versões aos apoiadores e ao público em geral, além de dialogar com a imprensa, muitas vezes contrapondo, em meios de comunicação próprios, o que é divulgado sobre o MST na mídia tradicional.

Nesse sentido, acreditamos que o [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) somente pelo fato de existir, enquanto território para expressão das ideias dessa organização, com um alcance superior aos outros meios já utilizados pelo movimento (rádio, jornal e revista), é por si só um fator positivo. É preciso que tenhamos claro que não faz muito tempo que a possibilidade de um movimento social apresentar sua opinião sobre os fatos era algo muito restrito ou, até mesmo, proibido. Vale recordar que a livre expressão não foi sempre moeda corrente no Brasil. A versão do caso da

fazenda Southall (morte do colono) e a reflexão feita por Lisboa (2009) para esse evento mostram a importância da oferta de outros pontos de vista que a comunicação na esfera pública virtual possibilita para atores como o MST que, como sabemos, não possui condições facilitadas de contraponto nos meios de comunicação tradicionais.

Portanto, cremos que a constituição de uma esfera pública de caráter virtual é o elemento propiciador para o tipo de atuação protagonizada pelo MST nesse espaço, além daquelas ações enumeradas nesta pesquisa e que consideramos como exemplares do exercício (ou tentativa de exercício) da Ciberdemocracia (como os modelos de ação da Primavera Árabe, jornalismo cidadão, Exército Zapatista de Libertação Nacional, experiências de governança eletrônica, entre outros). Todos os exemplos apresentados, somados ao objeto estudado, demonstram justamente um esforço por parte de uns – ou uma tendência naturalmente incorporada por parte de outros –, de compor, tomar parte, tirar proveito, integrar, o que caracterizamos como uma esfera pública de caráter virtual capaz de oferecer condições para que um público variado expresse suas opiniões, organize-se, amplie suas possibilidades de expressão. E que, por outro lado, aquele do receptor, oferece condições de acesso a outras versões, o alargamento de conhecimento de conteúdos, pontos de vista, argumentos.

Ainda que a ação social nesse território possa caracterizar um gênero de participação muitas vezes circunstancial, acreditamos que tal tipo de atuação não diminui o valor das manifestações nesse meio e que elas não devem ser menosprezadas. Na obra de Dominique Cardon (2011), temos a análise a respeito das virtudes democráticas da Internet em que o autor trata a “força das cooperações fracas” como uma dessas virtudes. Ou seja, mesmo que vários coletivos organizados na Internet possam ter um caráter, em princípio, oportunista ou que partem de afirmações de identidades individuais, acreditamos que, em determinados momentos, movidos por necessidades que possam ser primeiramente restritas, mas que, por fim, revelam-se como coletivas, as agremiações constituídas no espaço público virtual podem resultar em mobilizações interessantes, apresentando-se como formulações capazes de alcançar benefícios práticos, reais, transformadores, bastando que o ambiente externo torne-se propício para isso. Consideramos para tanto que o ambiente propiciador de efervescência na esfera pública virtual (e que

acabam por consolidá-la), em geral, são as situações inóspitas. No caso do MST, vimos exatamente isso: é nos momentos de crise, em que há um acirramento, que a esfera pública virtual figura como o elemento mais adequado para o movimento dar a sua versão dos fatos e propor alternativas ao debate que se configura na esfera pública *off-line*.

Assim, encerramos esta pesquisa certos de que a liberação da palavra, na rede, tem proporcionado aos atores sociais, que antes eram meramente representados, a possibilidade de agir, atuando de maneira direta com os receptores da informação. Trata-se, portanto, de uma emancipação que tem como base a possibilidade de expressão, a diversidade de ideias e o que Cardon (2011) chama de “porosidade” – a intersecção entre a conversa ordinária e o debate de temas públicos, alforriando esses atores sociais *on-line* de uma participação “dura” no debate de tais temas ao proporcionar uma ação que se caracteriza como informal e, por isso mesmo, muito mais sedutora e passível de adesão. No caso do MST, temos que não é preciso ser integrante do movimento para dele obter informações, bastando, para tanto, acessar a página do movimento para ter contato com dados gerais e/ou específicos relativos a ele.

A essa capacidade de desenvolvimento de novas práticas de participação no espaço da esfera pública virtual chamamos de Ciberdemocracia. Suas nuances são variadas e os exemplos apresentados nesta pesquisa são apenas alguns dos modelos possíveis em um território onde há ainda uma gama enorme de variáveis que se combina com aspectos diversos (culturas regionais, hábitos, temas de debate e interesses, que se associam, posteriormente, em níveis maiores – transnacionais – indicando solidariedades e coletivos múltiplos).

Como sabemos, a partir de nossa entrevista com Stédile<sup>1</sup>, no caso do MST a rede beneficiou o movimento ao garantir o apoio dos coletivos internacionais de maneira imediata, posicionando-se sobre causas específicas desta organização, fato que, anteriormente, levaria meses para ocorrer (até que esses coletivos fossem informados e pudessem reagir). Por outro lado, Stédile lembra que a Internet pode resultar em uma ideia falsa de participação, quando ao assinar petições ou participar de protestos contidos na esfera *on-line*, os cidadãos creem que já fizeram a sua

---

<sup>1</sup> Citada no capítulo 5.

parte. Acreditamos, no entanto, em um estado de latência, como descrito por Gomes (2011), no qual há a potência capaz de gerar alterações e mobilizações e, quando for necessário, ou incentivado, essa capacidade revela-se.

É a mutação da esfera pública, alargando-se a partir das possibilidades do território virtual, o ingrediente principal na composição do que se entende por Ciberdemocracia. O que está pressuposto na propriedade ciberdemocrática? Em primeira instância, o uso da palavra. A possibilidade de emancipar-se do que é dito, livrando-se da condição restrita de ser informado somente a partir da interpretação dos fatos oferecida pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de uma condição que, se bem utilizada, torna os cidadãos passíveis de uma comunicação direta, livrando-se do papel anônimo e duvidoso de ser meramente “opinião pública” para ter uma opinião de conhecimento público ou, ainda, estar apto para conhecer outras opiniões, acessando-as diretamente. Não acreditamos, no entanto, que essa condição esteja a pleno. Cremos que o momento atual é de livre treinamento para o que virá a ser. De qualquer forma, já observamos, para quem tem acesso, conhece e deseja, há a possibilidade de ter contato com informações que vão além daquelas prestadas pelo poder político e pelos meios de comunicação (vide caso WikiLeaks). Não desejamos aqui propor uma análise maniqueísta das versões apresentadas pelos meios de comunicação, mas como mostra Lévy (2002), os jornalistas de qualquer forma exercem sempre uma censura que, se não é necessária devido ao tipo de regime político ao qual estão submetidos, no limite ocorre pelas condições de espaço disponível para apresentar um tema.

Ao nos voltarmos especificamente para o caso do MST, entendemos no decorrer desta pesquisa que a inclusão do movimento social no território da esfera pública virtual é evidente e interessante, a partir da utilização do *site* constituído para tal fim. No entanto, o exercício da Ciberdemocracia, conforme descrito por Lévy, Lemos, Cardon e Granjon, é algo a ser pensado, uma vez que os integrantes do MST só podem fazer uso da rede no espaço específico do [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), sendo desestimulado o uso da Internet para constituição de *blogs*, participação em redes sociais, etc. Ou seja, mesmo que o MST enquanto organização tenha se beneficiado do uso da rede em um contexto ciberdemocrático, esse benefício não é estendido aos seus integrantes, havendo uma interdição que, mesmo não totalmente explícita, não está em consonância com o ideal libertário que a Ciberdemocracia prevê. A

Ciberdemocracia notabiliza-se justamente pela possibilidade de as informações serem visíveis a todos, sem haver seleção prévia ou autorização. Entendemos que o interessante nesse contexto é a capacidade de expressão que pode parecer desordenada, mas que, por fim, justifica-se em sua plasticidade que não obedece à lógica da domesticação da informação. Ao promover um desestímulo da palavra de seus militantes, o MST de certa forma está reproduzindo a ideia de gerar informações a partir de uma autorização para tanto e reafirma o princípio, que é contrário à Ciberdemocracia, de que a informação parte somente de quem está apto a torná-la pública (especialistas).

No que diz respeito às relações do MST com os meios de comunicação de massa, entendemos como um ganho a constituição de um meio *on-line* para publicar os fatos que o movimento considera como pertinentes, bem como de contrapor ou oferecer outras versões para pautas que são veiculadas na imprensa. Ao analisar as matérias publicadas nos jornais Zero Hora e Correio do Povo e compará-las com o conteúdo do *site* do MST, vemos que quando os temas eram semelhantes, o MST, através de sua página, tinha condições de aprofundar o assunto em pauta, contextualizá-lo, fazendo com que não surgisse de maneira tão segmentada, como se as ações do movimento estivessem dissociadas de um contexto geral, além de possibilitar a esse coletivo a condição de apresentar a amplitude de suas mobilizações em um plano nacional, associando-o às manifestações protagonizadas pelo MST em todo o país.

Adiante, destacamos nesses dias em que nosso olhar esteve voltado para as notícias acerca do MST nos jornais do Rio Grande do Sul e na página do movimento o fato do meio *on-line* oferecer ao MST condições de tornar público o resultado da reforma agrária. No período analisado, esse destaque ficou por conta da colheita de arroz orgânico em um assentamento do MST na cidade de São Gabriel. Não somos capazes de recordar quando a colheita de alimentos produzidos em assentamentos foi notícia em um jornal gaúcho. Como nos mostram as análises de Berger (2003) e Lerrer (2005), bem como a análise do coletivo Intervezes, em geral as pautas associadas ao MST dizem respeito às ocupações de terra e sedes de órgãos públicos (tratadas como invasões), às disputas com governos, polícia, denúncias sobre mau uso de lotes obtidos, etc. Nesse sentido o *site* do MST surge como uma possibilidade real de tornar públicos assuntos que são desconhecidos da

população, na medida em que não aparecem nos meios de comunicação, apresentando a quem tiver interesse os resultados alcançados pelo movimento, além de ampliar os temas relativos ao MST – durante o período em que observamos o *site* ficou evidente a filiação ao tema da Agroecologia.

Da mesma forma consideramos como benéfica ao MST a possibilidade de contrapor versões (seja publicando na íntegra entrevistas concedidas ou fazendo matérias que visam a oferecer outra versão para um mesmo fato). Exemplo disso no período em que analisamos Zero Hora, Correio do Povo e o *site* do MST é a matéria que trata da retomada do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas. Enquanto a abordagem do jornal Zero Hora ficou por conta da polêmica envolvendo a legitimidade do curso, a matéria publicada na página do MST enfatizou a importância do curso para os assentados, humanizando a situação ao entrevistar uma das alunas.

Quando se trata da possibilidade de pautar os meios de comunicação, avaliamos a atuação como fraca. Ao considerar as entrevistas feitas com os jornalistas que normalmente dão cobertura ao MST, observamos que alguns afirmam que utilizam o *site* para consultas, mas que veem o espaço com certa desconfiança, uma vez que lhes parece como algo muito “propagandístico”, com “números inflacionados”, não figurando como uma fonte confiável. Esse fato surge como verdadeiro na constituição das matérias acompanhadas durante esta pesquisa: em nenhuma delas o *site* do MST é citado como fonte.

Acreditamos que essa é uma tendência passageira. Apostamos que cada vez mais em casos como o do MST, a página poderá figurar como fonte. Em 27 de novembro de 2011, Zero Hora já demonstra sua atenção para o *site* do MST ao buscar esse meio na constituição da reportagem cuja chamada de capa anunciava: “Racha do MST ameaça criar grupo radical: cisão histórica no movimento abre terreno para a formação de célula extremista”. Assinada por Carlos Wagner e Humberto Trezzi, a matéria de duas páginas tinha como título “Os filhos rebeldes dos sem-terra” e o texto indicava que a posição oficial do MST sobre a saída de 51 integrantes havia sido procurada na página do movimento e que nada era informado sobre o caso. Trata-se da primeira vez no decorrer desta pesquisa em que vemos a página do MST citada em uma matéria como fonte na composição, ainda que a reportagem não esteja coberta pela amostragem que propomos. Até então o único

indício de consulta direta ao *site* em busca de dados para composição de matérias foi – conforme apresentado pela assessoria de imprensa do MST – a notícia sobre o bloco de carnaval do movimento, um tema que não possui peso político que a caracterize como um assunto de primeira ordem para esse coletivo e nem constitua-se como uma pauta geradora de debates, localizando-se em uma zona de conforto na qual até a repetição de trechos do texto, a partir do original publicado no [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), não compromete quem utiliza tal recurso. A aferição de outras pautas com repercussão nos meios de comunicação e surgidas a partir do *site* é dificultada pela prática dos assessores de imprensa do MST de, ao mesmo tempo em que encaminham a matéria para publicação na página, enviam o texto como *release* para as redações. Assim, nem mesmo os jornalistas do movimento são capazes de apontar se uma pauta foi gerada a partir da página do movimento ou dos *releases* enviados.

No decorrer desta pesquisa também vimos que a utilização de textos publicados no *site* do MST – replicação do conteúdo – é comum entre os *sites* tidos como parceiros do movimento. Essa é uma ação de mão dupla, na medida em que os jornalistas da página do MST também buscam em outros meios *on-line* textos que “alimentem” o *site*, ainda que algumas vezes esses conteúdos possam ser capturados em veículos que não são tidos exatamente como parceiros do movimento (caso dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo). Além disso, sabemos que a composição do *site* é variada, abrangendo não somente a produção textual, mas também fotografias, vídeos e conteúdo sonoro – reportagens de rádio. Alguns desses conteúdos foram incorporados à gama de possibilidades informacionais a partir das TICs (caso dos vídeos), outros sofreram transformações a partir das TICs (é o que ocorreu com os boletins de rádio que passaram a figurar na página, no lugar do envio de conteúdo radiofônico diretamente às rádios, que anteriormente era feito através de fitas cassetes e, posteriormente, de CDs. Além disso, a revista Sem Terra foi suprimida, na medida em que o MST avaliou que o *site* passou a cumprir, com menor custo e maior alcance, os objetivos de diálogo com o público urbano que eram o motivo para a publicação existir).

A valorização do *site* na estratégia comunicacional do MST mostra que esse meio foi incorporado como uma alternativa eficiente e até certo ponto econômica para o movimento no campo da Comunicação, além dos já reconhecidos e citados

benefícios da agilidade e alcance. Sobre o quesito alcance, especificamente, salientamos que ele se dá muito mais em relação ao público urbano e que possui as condições necessárias de acesso. Além disso, é sabido que a acessibilidade não garante o interesse pela página do MST. O mural onde os visitantes deixam suas impressões ou manifestam suas opiniões sobre o movimento leva a crer que quem ingressa no *site*, em geral, já conhece o movimento e possui uma opinião formada sobre ele (favorável ou contrária).

Conjugando todos esses fatores, entendemos que o MST organizou uma estratégia de utilização da rede, inserindo-se no contexto da esfera pública virtual que exige o manejo de ferramentas do campo da Comunicação. A estruturação de uma rotina de produção que garante a atualidade da página do MST demonstra o interesse do movimento nesse gênero de espaço comunicacional e também revela que para fazer parte desde meio, enquanto agente da Ciberdemocracia, é preciso conhecer e saber usar as estratégias da Comunicação relativas a ele.

Entendemos, com isso, que o protagonismo dos mecanismos de Comunicação nas alterações da esfera pública prossegue e que o diferencial do período é a importância dos sujeitos que podem almejar uma atuação forte no terreno público. É claro que essa possibilidade não é válida para todos. Sempre existirão os imóveis, os não conectados, os não atuantes. Mas para quem tem interesse – ou necessita –, as TICs são propiciadoras dessa renovação da palavra pública, da oferta de versões, da disputa pela legitimidade do fato. A massificação do uso pode aprofundar esse dado ou torná-lo invisível, uma vez que o excesso algumas vezes é gerador da platitude.

Nossa aposta fica por conta da aplicação em causas reais, promovendo uma cultura de trocas que se volte para o bem comum. Nesse caso, o oferecimento de informações que estão além daquelas autorizadas pelo poder constituído e pelos meios de comunicação de massa é uma alternativa a ser considerada enquanto possibilidade viável em andamento e que surge como força propulsora para a ação cidadã. O “transbordamento” dessas atuações *on-line* depende, no entanto, das condições do ambiente e da organização dos agentes. Antes disso, a democratização dos acessos se faz necessária, em todos os sentidos e, inclusive, dentro do próprio MST, sujeito político que temos, por fim, como referencial e

modelo quando o assunto é a organização de um movimento social brasileiro no território da esfera pública virtual e no contexto da Ciberdemocracia.

## REFERÊNCIAS

- A JORNADA das foices. **Veja on-line**, 15 ago. 1990. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/arquivo/150890.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/150890.html)>. Acesso em: 6 abr. 2010.
- ALEXA. **Top sites in Brazil**. Disponível em: <<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- ALMEIDA, Criméia de (Org.) et al. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos/IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009.
- AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2008.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. **Revista Famecos**, Porto Alegre: Edipucrs, v. 17, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8196/5885>>. Acesso em: 1º nov. 2011.
- ARAÚJO, Fladimir. O jornal se transformou com o próprio MST. **Jornal Sem Terra**, ago. 2001.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa feudal à renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: do império romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v 1.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala, 1996.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Ed. da UNB, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo: Ed. da UFMG e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BERGER, Christa; WEBER, Maria Helena. **Recortes da verdade das mídias (os sem-terra, em Porto Alegre, no dia 8/8/1990)**. In: COMUNICAÇÃO e espetáculos da política. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000. p. 97-115.

BISCO JR., José Gaspar; LINO, Sonia Cristina. **Guerrilha eletrônica: o exército zapatista de libertação nacional**. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Jose%20Gaspar%20Bisco%20Jr%20e%20Sonia%20Cristina%20Lino.pdf>>. Acesso em: 5 jun.2010.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BOURSEILLER, Christophe. **Quem é Michel Maffesoli: entrevistas com Christophe Bourseiller**. Rio de Janeiro: Ed. DP, 2011.

BURCH, Rally; LEÓN, Osvaldo; TAMAYO, Eduardo. **Movimientos sociales en la red**. Quito: Agencia Latinoamericana de Información, 2001.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMARGO, Aspásia. **O que foram as ligas camponesas?** Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>. Acesso em: 8 set. 2011.

CAPELATTO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDON, Dominique. **La démocratie internet. Promesses et limites**. Paris: La République des Idées et Seuil, 2010.

CARDON, Dominique. **Vertus démocratiques de l'Internet**. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Vertus-democratiques-de-l-Internet.html>>. Acesso em: 24 out. 2011.

CARDON, Dominique; GRANJON, Fabien. **Médiactivistes**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2010.

CASIRAGHI, Raquel. **Entrevista**. abr. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2010.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1993.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **Histórias da vida privada**: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v 3.

COMO VEJA está depredando o jornalismo e a verdade. 12 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8926>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n.4, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. Os movimentos sociais do campo no rio grande do sul e a reforma agrária: do Master ao MST. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 4, n. 2, 2009.

CORREIO DO POVO, 12 abr. 2011, p. 18.

CORREIO DO POVO, 13 abr. 2011, p. 17.

CORREIO DO POVO, 14 abr. 2011, p. 17.

COSTA, Bianca. **Assentados de nove estados cursam medicina veterinária na UFPeI**. 19 abr. 2011b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11612>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

COSTA, Bianca. **Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos**. 4 mar. 2011a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

DACANAL, J. H. **Brasil, do milagre à tragédia (1964-2004)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

ESTE HOMEM sabe onde estão os cadáveres do Araguaia. 27 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2011.

EU apoio o MST – professor Antonio Candido. 14 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Eu-apoio-o-MST-Antonio-Candido>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

FELIPPI, Angela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural**: construção da identidade gaúcha em Zero Hora, 2006. Tese (Doutorado), PUCRS, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERRARI, Pollyanna. **A força da mídia social. Interface e linguagem jornalística no ambiente digital**. São Paulo: Factash, 2010.

FERRARI, Pollyanna. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mudança no Código Florestal prejudicará a reforma agrária**. 20 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12171>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GAY, Peter. **O coração desvelado: a experiência burguesa – da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GHARBHIA, Sami Ben. **Les cyber-activistes arabes face à la liberté sur Internet made in USA**. Disponível em: <<http://nawaat.org/portail/2011/01/03/les-cyber-activistes-arabes-face-a-la-liberte-sur-internet-made-in-usa/>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais no Brasil: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Wilson. Participação política e internet: conceitos fundamentais. *In*: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-35.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre a factilidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. t. 1 e 2.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HASKI, Pierre. **Après la Tunisie**: Internet sert-il à faire la révolution? Disponível em: <<http://www.rue89.com/2011/01/22/apres-la-tunisie-internet-sert-il-a-faire-la-revolution-186859>>. Acesso em: 6 maio 2011.

HERVÉ, Michel. O papel da educação e da formação da democracia local. Formação Profissional. **Revista Europeia**, Bruxelas: Cedefop, n. 6, p. 71-73, 2011. Disponível em: <[http://www.cedefop.europea.eu/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/132/6\\_pt\\_herve.pdf](http://www.cedefop.europea.eu/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/132/6_pt_herve.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2010.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. *In*: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 187-240.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação. **Vozes silenciadas**: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. São Paulo, 2011.

JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. *In*: KAPLAN, E. Ann (Org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 29-33.

KAPLAN, E. Ann (Org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André. **Os sentidos da tecnologia**: cibercultura e Ciberdemocracia. *In*: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma Ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010a. p. 21-23.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma Ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010b.

LERRER, Débora Franco. **De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: a “degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LÉVY, Pierre. **A mutação inacabada da esfera pública.** *In:* LEMOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma Ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010; p. 9-19.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1999a.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999b.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia.** Lisboa: Piaget, 2002.

LIMA, Mayrá. **Entrevista.** jun. 2011.

LISBOA, Suzana Keniger. Lembrar, lembrar, lembrar ... 45 anos do golpe militar: resgatar o passado para transformar o presente. *In:* BARBOSA, Vânia (Org. ) et al. **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória - repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2009. v.2, p. 198-229.

LORES, Raul Juste. **Internet na China é monitorada por 30 mil pessoas, que até apagam posts.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u431438.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2011

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político:** a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum:** compêndio de sociologia compreensiva. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno:** o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

MAIA, Rousiley Celi Moreira Maia. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. *In:* GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011; p. 47-77.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino:** história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In:* STÉDILE, Miguel (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

MORIN, Edgar. **A minha esquerda**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MST. **Manual de redação para os veículos do MST**. [S.l.: s.n.], 2011.

MST OCUPA Incra e Fazenda Guerra por reforma agrária no RS. 12 abr. 2011.  
Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11544>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MST-BA promove jornada de lutas por educação. **Caros Amigos**, 21 jan. 2011a.  
Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/1363-mst-ba-promove-jornada-de-lutas-por-educacao>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

MST-BA promove jornada de lutas por educação. **Caros Amigos**, 10 jan. 2011b.  
Disponível em: <<http://www.mst.org.br/MST-BA-promove-jornada-de-lutas-por-educacao>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

MURAL do MST. 11 dez. 2008. Disponível em<<http://www.mst.org.br/mural>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

ORTIZ, Pedro. **Zapatistas on-line**. São Paulo: Eca USP, 1997. Dissertação (Mestrado), Eca-USP, 1997.

ORTIZ, Pedro. **Zapatistas: a velocidade do sonho**. Brasília: Entrelivros-Thesaurus, 2005.

PÉLISSIER, Nicolas. L'information en ligne: um nouveau paradigme pour le journalisme? *In*: PRAGMATIQUE des communications instrumentées. Paris: L'Harmattan, 2003. p. 21-63.

PÉLISSIER, Nicolas. Tous journalistes? Les établissements de formation au défi du Web participative. **Les Cahiers du Journalisme**, n.21, p.176-178, 2010.

PIMENTA, Francisco Palirolelo; RIVELLO, Ana Paula. **Zapatismo: a busca de uma conexão perdida**. 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R2-0354-1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Escala, 2006.

QUÉAU, Philippe. **Cibercultura e info-ética** *In*: A RELIGAÇÃO dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (Orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

REZENDE, Maria José de. **A transição como forma de dominação política: o Brasil na era da abertura 1980-1984**. Londrina: Eduel, 1996.

SANT'ANNA, Emílio. Debaixo da lona preta, MST coloca escola de samba na rua. **Folha.com. Cotidiano**, 6 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/885169-debaixo-da-lona-preta-mst-coloca-escola-de-samba-na-rua.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SANTOS, Igor Felipe. **Entrevista**. mar. 2011.

SEM TERRA foi assassinado pelas costas. 21 ago.2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7974>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Emerson Neves da. Ideologia e Religião, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). SEMINÁRIO NACIONAL, 3.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 1., 11 a 13 de agosto de 2010, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis: UFSC, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2010.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. **Sociedade da diferença**: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

SIMIS, Anita. A legislação sobre as concessões na radiodifusão. São Leopoldo: **UNirevista**, v.1, n. 3, 2006.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOBRINHO, Wilson. **A primavera árabe se espalha**. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17455](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17455)>. Acesso em: 2 nov. 2011.

SOHR, Raúl. O amanhecer de uma Primavera Árabe. **Revista Mensaje**. Disponível em: <<http://www.mensaje.cl>>. Acesso em: 1º nov. 2011.

STÉDILE, Miguel (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STÉDILE, Miguel. **Entrevista**. 27 out. 2009.

STÉDILE, Miguel. **Entrevista**. 4 set. 2011.

STIRN, François. **Comprender Aristóteles**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TAVARES, Joana. **Entrevista**. mar. 2011.

TEJERA, Marta H. D. **A esfera privada na pós-modernidade: uma análise a partir de práticas na Internet**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado), PUCRS, 2006.

TREZZI, Humberto. **Entrevista**. 27 abr. 2011.

UM HISTÓRICO do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>>. Acesso em: 19 set. 2011

UNIDOS da lona preta desfila em Jandira. 1º mar. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/unidos-da-lona-preta-2011>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VENDRAMIN Patricia; VALENDUC, Gérard. **As tecnologias avançadas de comunicação e o desenvolvimento local: oportunidades com certas condições**. 2010a. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/is/art06.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

VENDRAMIN, Patricia; VALENDUC, Gérard. **A Europa ajuda as pequenas aldeias a conectarem-se: o exemplo de Parthenay**. 2010b. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/is/art06.htm>>. Acesso em: 22 jun 2010.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

VEYNE, Paul. O império romano. *In*: ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada – do império romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13-224.

VIEITZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. A educação do movimento sem-terra. **Revista Brasileira de Educação**, maio/ago., 2004. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/numeros\\_rbe/revbrased26.htm](http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased26.htm)>. Acesso em: 2 set. 2011.

WAGNER, Carlos. **Entrevista**. 29 abr. 2011.

WINCK, Luciamen. **Entrevista**. 27 abr. 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZANATTA, Mauro; CHIARETTI, Daniela. Impacto do Código gera controvérsia e a disputa continua. **Valor Econômico**, 26 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Impacto-do-Codigo-gera-controversia-e-a-disputa-continua>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

ZERO HORA, 13 abr. 2011, p. 10, 27.

ZERO HORA, 14 abr. 2011, p. 42, 43.

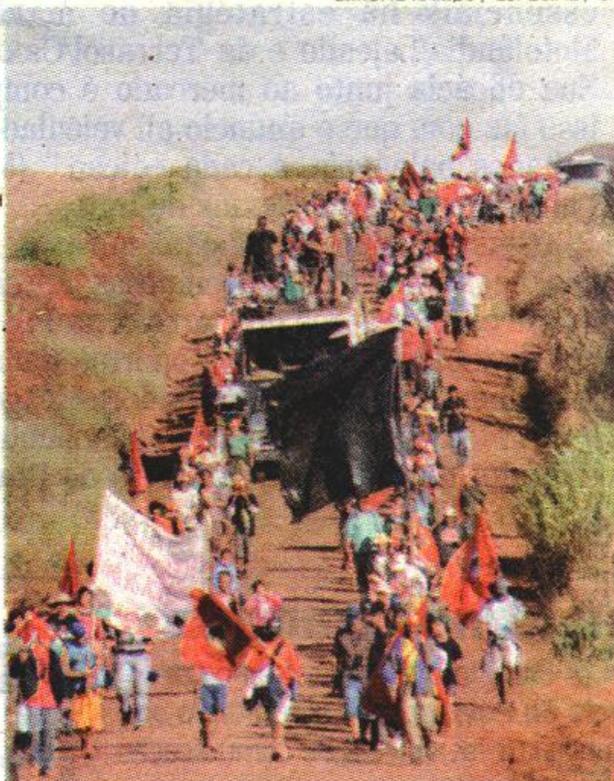
ZERO HORA, 26 abr. 2011, p. 30.

## Sem-terra planejam nova invasão

Os sem-terra que estão em marcha na região Norte decidiram invadir a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, ao contrário do que era previsto. Após acamparem às margens da BR 386, em Almirante Tamandaré do Sul, eles retomaram a caminhada na manhã de ontem em direção a Coqueiros do Sul e percorreram 8 quilômetros. Ao chegar à cidade, pararam na praça central. Em seguida, se dirigiram à área próxima do acesso ao Distrito de Xadrez, ainda em Coqueiros do Sul, e fizeram acampamento provisório.

“Esperávamos que os governos federal e estadual acenassem com proposta para as mil famílias no Estado, mas como não houve avanço vamos invadir a fazenda que pode abrigar 500 famílias”, disse Luciana da Rosa, representante do

SIMONE RAMDS / ESPECIAL / CP



Marcha dirige-se à Fazenda Coqueiros

movimento. O comandante interino do CRPO Planalto, João Darci Gonçalves da Rosa, informou que já há uma equipe preparada para agir em caso de invasão.

ZERO HORA QUARTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2011

Geral 27

## ACENO AO MST

# Tarso promete assentar mil famílias até 2012

Governador se reuniu com líderes dos sem-terra após invasões de ontem

Coqueiros do Sul

LEANDRO BECKER

Diante das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à Fazenda Coqueiros, no norte gaúcho, e à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, o governo do Estado prometeu assentar mil famílias até 2012.

Para cumprir a promessa, porém, seriam necessários em torno de 25 mil hectares. O MST se comprometeu a responder até o meio-dia de hoje se aceita as condições e desocupa as áreas invadidas.

Em reunião com líderes do movimento ontem à tarde no Palácio Piratini, o governador Tarso Genro comprometeu-se a firmar um convênio com o Incra e estipulou prazo de até quatro meses para localizar e comprar uma área na Região Norte para

RECORTE E GUARDE

• **O governador** Tarso Genro prometeu ao MST assentar mil famílias até 2012

• **A meta** do Incra para este ano é investir R\$ 40 milhões e beneficiar pelo menos 350 famílias

assentar em torno de cem famílias.

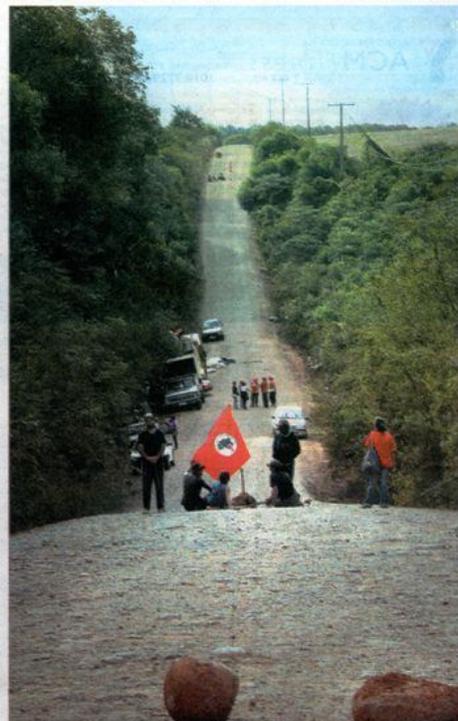
O acordo prevê ainda um termo de cooperação para identificar e negociar outras áreas, além de assentar 53 famílias na Fazenda Palermo, em São Borja, e outras 45 famílias na Fazenda Verônica, em Santa Margarida do Sul.

— Confiamos em um acordo, pois o caminho mais curto para a reforma agrária é construir algo benéfico para todas a partes — destaca Ivar Pavan, secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Tarso recomendou bom senso ao MST, para que não prejudique a ima-

gem do movimento, e pediu rapidez para a desocupação do 1,5 hectare invadido em Coqueiros do Sul na manhã de ontem, em ato que pôs fim à marcha iniciada há duas semanas no Norte. Segundo uma das líderes do MST na Fazenda Coqueiros, Luciana da Rosa, a proposta ficou aquém das expectativas, mas será discutida entre as famílias. Enquanto isso, ela disse que o grupo de cerca de 500 pessoas permanecerá acampado no local.

A 13ª invasão da fazenda ocorreu em uma área de preservação permanente da propriedade da Família Guerra que já havia sido ocupada em 2004. A ação é monitorada por 85 PMs. A família Guerra deve ingressar com ação de reintegração de posse até amanhã. As ações do MST integram o Abril Vermelho, onda de protestos realizada anualmente que lembra o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 sem-terra foram mortos, em 1996.



Sem-terra invadiram a Fazenda Coqueiros na manhã de ontem

leandro.becker@zerohora.com.br

## ANEXO C – CORREIO DO POVO, 13 DE ABRIL DE 2011 PÁGINA 17

CORREIO DO POVO

QUARTA-FEIRA | 13 de abril de 2011 | 17

Geral

**Desabrigados do Rio fazem protesto**

Os 90 dias da tragédia das chuvas na região serrana fluminense foram marcados ontem em Teresópolis – uma das cidades mais atingidas – por uma manifestação popular cobrando transparência nos gastos públicos e o fim do descaso com os desabrigados. A 90 quilômetros do Rio, Teresópolis ainda sofre os efeitos do transbordamento de rios e dos deslizamentos de encostas que deixaram 389 vítimas e mais de 5 mil desabrigados, dos quais 236 estão em abrigos até hoje.

**Garagem da Ulbra já pertence à União**

Desde segunda-feira, o edifício-garagem que atendia a funcionários e prestadores de serviços da Ulbra, na rua Comendador Manoel Pereira, está sob responsabilidade da União. Por decisão do juiz Guilherme Pinho, da Justiça Federal de Canoas, o estabelecimento foi repassado à União como parte de pagamento de dívidas. A Defensoria Pública da União, que tem sede na mesma rua, pleiteia um dos andares para o estacionamento do quadro de pessoal.

## MST ocupa Inbra para exigir assentamentos

Cerca de 500 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam ontem o pátio da sede do Inbra, em Porto Alegre. Entre as reivindicações,

o assentamento de mil famílias acampadas no Estado.

O MST também exige melhor infraestrutura para famílias já assentadas, ações para minimizar os danos pela estiagem e

renegociação de dívidas. Na região de São Gabriel, o movimento reivindica investimentos em saúde, educação, construção de estradas e acesso ao crédito.

"O discurso do governo federal é de que a prioridade seria a melhora das condições de vida das famílias já assentadas. Mas o que se observa nos últimos dois anos é uma inoperância. Convênios assinados para construção de casas e agroindústrias estão ameaçados pela falta de recursos do Inbra. Em São Gabriel, as crianças não estão conseguindo frequentar a escola devido à completa falta de estrutura", disse Cedenir de Oliveira, um dos coordenadores do MST no RS.

Além disso, ele ressaltou que a estiagem do verão prejudicou a produção e terá reflexos no inverno. "A produção de leite caiu 80% e estamos entrando no inverno sem a pastagem", enfatizou.



Ato também lembrou os 15 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás



Acampamento foi montado no mesmo local da primeira invasão, em 2004

**Coqueiros é invadida pela 13ª vez**

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam ontem a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul. É a 13ª vez que a fazenda é invadida pelo movimento. Um acampamento foi montado no mesmo local onde aconteceu a primeira invasão, em 2004. Cerca de 500 pessoas participam da ocupação, conforme representantes do MST. Já a Brigada Militar calculou em cerca de 250 os participantes da marcha, que teve início no final de março.

"Queremos uma posição concreta, com orçamento, prazo e áreas para assentamento ainda este ano de, pelo menos, 500 famílias sem terra, das mil existentes no Estado. Caso contrário, continuaremos mobilizados aqui na Fazenda Coqueiros", disse Gilson Almeida, um dos representantes do MST. O governo do Estado só havia acenado ontem com a possibilidade de terras para assentamento de 90 famílias em São Borja e Santa Margarida. O advogado da família Guerra, proprietária da fazenda, Tailor Agostini, disse que já houve registro do abate ilegal de quatro ou cinco reses da propriedade.

**Tarso recebe os manifestantes**

O governador Tarso Genro recebeu representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ontem à tarde, no Palácio Piratini. Na ocasião, Tarso reafirmou aos militantes o interesse do governo estadual em ser interlocutor no processo da reforma agrária em solo gaúcho.

Conforme Nina Tonin, coordenadora estadual do MST, há expectativa de que ainda este ano as cerca de mil famílias integrantes do movimento no RS sejam assentadas. Ela afirmou que, até as 12h de hoje, as famílias que ocupam área da fazenda Coqueiros decidiram pela permanência ou pela saída pacífica do local.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan, duas propriedades, em processo de desapropriação, deverão ter o preço definido pela Justiça nos próximos dias. Outras áreas estavam sendo procuradas na metade Norte do Estado.



Pavan aguarda decisão da Justiça para duas áreas nos próximos dias

42 Geral

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2011

## FIM DA LINHA MST desocupa fazenda e desfaz marcha no Norte

Intimidados pela Justiça a deixar a Coqueiros, sem terra desmontaram o acampamento ontem

MARIELISE FERREIRA

Os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que haviam invadido a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, deixaram na tarde de ontem a área invadida na terça-feira.

Os 550 integrantes do movimento que participavam da marcha receberam na manhã de ontem a intimação judicial para que deixassem o local em 24 horas.

Aliminar foi concedida no processo de reintegração de posse da área solicitado pela família Guerra, proprietária da fazenda em Coqueiros do Sul.

Apesar da decisão judicial, o grupo de sem terra decidiu sair pacifi-

camente do local, depois de aceitar a proposta do governo do Estado, que prometeu assentar mil famílias até 2012.

No começo da tarde o acampamento começou a ser desmontado e vários ônibus e caminhões transportaram as famílias e seus pertences para regiões de origem.

O último grupo de 50 manifestantes deixou o local no final da tarde. Eles afirmaram que aguardarão dois meses pelo cumprimento da promessa feita pelo governador Tarso Genro, e se o assentamento das famílias não ocorrer, voltarão a invadir novas áreas.

Com a saída da Fazenda Coqueiros, foi desfeita a marcha que tinha previsão de ir até Carazinho, no norte do Estado.

marielise.ferreira@zerohora.com.br



Os 550 integrantes do movimento que invadiram fazenda em Coqueiros do Sul foram embora ontem

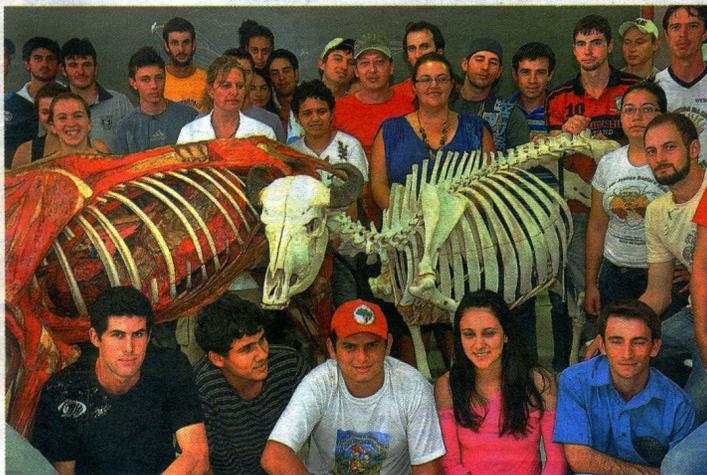
## Proprietários reclamam de danos

Proprietária da Fazenda Coqueiros, a família Guerra registrou ocorrência policial afirmando que houve crime de abate próximo à área invadida pelo MST na propriedade. Conforme o advogado Tailor Agostini, uma cabeça de ga-

do foi abatida e carneada enquanto outros dois animais foram feridos com golpes de foice e quatro estão desaparecidos.

Segundo o defensor dos fazendeiros, também há suspeita de que houve danos ambientais na área.

Os fatos foram registrados em ocorrência policial. Na manhã de hoje, o local desocupado pelos sem terra será vistoriado para verificar se há outros prejuízos e apurar a possível responsabilidade do MST no episódio.



Em Capão do Leão, alunos de Medicina Veterinária da UFPel foram selecionados pela ligação com o MST

# SÓ PARA ASSENTADOS

## Aula inaugural de um curso polêmico

Liminar que impedia o andamento do projeto foi derrubada no ano passado

Capão do Leão

SANCLER EBERT

Depois de quatro anos de polêmica, o curso de Medicina Veterinária exclusivo para assentados terá hoje sua aula inaugural.

Autorizado em julho de 2007 e com processo seletivo em novembro daquele ano, o curso ficou trancado após o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, ter concedido liminar ao Ministério Público.

Em maio do ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou a liminar e permitiu que o projeto criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) fosse colocado em prática. Os 60 estudantes moradores de assentamentos e filhos de assentados de todo país tiveram a primeira aula no dia 4 de abril. Quem esperava protesto por parte dos alunos do curso normal, se surpreendeu.

Como durante os últimos anos os acadêmicos foram os principais atores contra o curso, por não concordar com o processo seletivo especial e o uso da estrutura do curso normal, havia um receio de que os assentados fossem rejeitados no campus da federal em Capão do Leão.

— Não podemos reclamar de ninguém — diz Roseli Canzarolli, 37 anos. A acção local, porém, não extinguiu a polêmica em torno do curso, que possui o mesmo currículo do nor-



21/07/2007



1º/08/2007

mal, mas é realizado em 12 semanas por semestre, no lugar das 17 semanas tradicionais. Assim, justificam os coordenadores do curso, os estudantes são liberados mais cedo para cumprir o chamado “tempo comunidade”, explica a professora Margarida Buss Rassi, integrante da coordenação.

Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, Air Fagundes ressalta que o órgão é contra o curso. Ele acredita que o processo seletivo diferenciado é injusto:

— São 170 cursos no país, 10 apenas no Estado. Esses estudantes poderiam estar num desses cursos. Não está certo um processo seletivo sem que haja concorrência aberta.

Fagundes diz que o conselho desconhece a grade curricular do curso especial para assentados criado pela UFPel e que acha um absurdo a condensação das disciplinas para se cumprir em apenas 12 semanas por semestre.

sancler.ebert@zerohora.com.br

MARGARIDA BUSS RASSI  
professora do curso e membro da coordenação colegiada

“

*Fizemos dessa forma (concentrado em 12 semanas por semestre no lugar de 17 semanas) para que eles não percam sua ligação com o campo.*

AIR FAGUNDES  
Presidente do Conselho de Medicina Veterinária do RS

“

*É um absurdo a condensação de disciplinas para que sejam cumpridas em apenas 12 semanas por semestre. E desconhecemos a grade curricular.*

CORREIO DO POVO

QUINTA-FEIRA | 14 de abril de 2011 | 17

Geral

**Preservativo tem novo PL**

■ A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou em caráter terminativo projeto de lei (PL) obrigando motéis, hotéis, pousadas e pensões a fornecer preservativo de graça. A proposta da senadora Maria do Carmo Alves (Dem-SE) tratava só de motéis, sendo ampliada por emenda do senador Lindbergh Farias.

“Caso o governo não cumpra o prometido, em dois meses, as famílias voltarão a se mobilizar e ocupar áreas no Estado.”

Luciana da Rosa,  
da coordenação estadual do MST

**HCPA busca voluntários**

■ O Serviço de Psiquiatria do Hospital de Clínicas da Capital (HCPA) seleciona pacientes para estudo com medicação para tratar sintomas da esquizofrenia. Pessoas com idade entre 18 e 60 anos, com diagnóstico da doença há menos de 10 anos, que não usam clozapina, podem ligar para fone (51) 9972-6283.

# MST decide ficar no pátio do Inbra

Cerca de 500 sem-terra exigem liberação de verbas para assentamentos

Os cerca de 500 assentados, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que na terça-feira invadiram a área de estacionamento da sede do Inbra, em Porto Alegre, decidiram ontem pela manutenção da ocupação. Eles exigem a liberação de recursos para reestruturação e qualificação de cerca de 300 assentamentos existentes no Rio Grande do Sul.

Também queremos soluções imediatas para problemas envolvendo rodovias, habitação e as-

sistência técnica, além da implantação de um programa de incentivo à agroindústria da agricultura familiar”, disse Cedenir de Oliveira, da coordenação estadual do MST. Segundo ele, existem 14 mil famílias vivendo em assentamentos no Estado. A mobilização integra o calendário de atividades do “Abril Vermelho”, editado há alguns anos pelo MST para também lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás.

Oliveira afirmou ainda que existem mil famílias aguardando por lotes de terra acampadas em

vários pontos do Estado. O governador Tarso Genro propôs a criação de um cronograma que possibilite o assentamento das mil famílias. Tarso garantiu, ainda, a negociação com o governo federal para agilizar o processo.

O governo também se compromete a formalizar um convênio com o Inbra para o assentamento de mil famílias. O acordo prevê a formalização de um termo de cooperação para identificar e negociar áreas, assentar 53 famílias na Fazenda Palermo, em São Borja, outras 45 famílias na Fazenda Santa Verônica, em Santa Margarida do Sul, e a aquisição de uma propriedade rural, localizada na Metade Norte.

O chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, afirmou que apesar da atual administração estar trabalhando com um orçamento elaborado na gestão anterior, há um comprometimento político com a reforma agrária e com o assentamento dessas famílias.

Já na Fazenda Coqueiros, da família Guerra, os 550 sem-terra, deixaram ontem o local, após receberem intimação judicial.

De acordo com Luciana da Rosa, da coordenação estadual do MST, caso o governo não cumpra o prometido, em dois meses, as famílias voltarão a se mobilizar e ocupar áreas no Estado.



A retirada dos trabalhadores sem-terra começou, ontem, por volta das 11h

**Fazenda Coqueiros é liberada**

Os integrantes do MST que ocupavam uma área da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, deixaram ontem o local. Eles desmontaram o acampamento e decidiram interromper a marcha iniciada na região Norte do Estado no dia 31 de março, devido ao acordo assinado na terça-feira pelo governo do Estado. Conforme um dos representantes do movimento, Gilson Almeida, houve avanço nas negociações. “Vamos continuar mobilizados e acompanhar bem de perto esse processo. Caso não virmos a disponibilidade do governo em dar prioridade a essas aquisições de áreas para assentamento, voltaremos a promover novas invasões”, disse.

Os trabalhadores sem-terra ocuparam uma área da Fazenda Coqueiros na terça-feira e montaram um acampamento provisório, no mesmo local onde realizaram a primeira invasão à propriedade em 2004. Eles vinham de uma

marcha que iniciou em Palmeira das Missões e tinham como proposta inicial levar o movimento a Carazinho. A decisão de invadir novamente a Fazenda Coqueiros foi tomada na noite de segunda-feira, e na manhã de terça-feira eles chegaram na área de mata nativa distante cerca de 8 quilômetros da sede da propriedade.

Os proprietários da fazenda ingressaram com uma ação de reintegração de posse. No fim da manhã, o primeiro ônibus chegou ao local para dar início à retirada dos sem-terra, que deverão se deslocar a outros acampamentos e assentamentos do MST para aguardar a desapropriação das áreas prometidas.

A Brigada Militar reforçou o efetivo na região com policiais do Bope de Passo Fundo e acompanhou a movimentação, realizando barreira em áreas próximas ao acampamento. Não foi registrado nenhum incidente.



Mobilização no prédio do governo integra atividades do ‘Abril Vermelho’

VINÍCIUS BOBATO

**ANEXO G – SITE DO MST, 15 DE ABRIL DE 2011**

# **Jornada do MST mobiliza 17 estados por Reforma Agrária**

15 de abril de 2011

Da Página do MST

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promovida pelo MST em todo o país, é realizada em memória aos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril.

A data é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de proposta da então senadora Marina Silva.

Depois de 15 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

## **Ações nos estados**

Nesta semana, 17 estados se mobilizaram na Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, somando-se, ainda, atividades em Brasília, na Câmara Federal, em lembrança aos 15 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás.

São mais de 18 mil famílias em luta, totalizando mais de 70 ocupações de latifúndios, mobilizações em 13 sedes do Incra, além de fechamento de estradas, acampamentos, debates com a sociedade, audiências públicas e ações em diferentes órgãos dos governos locais, responsáveis pela questão agrária.

Ainda ocorreram reuniões com o Governo Federal, com a participação de Secretaria Geral da Presidência e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Educação, dentre outros.

Na última quarta-feira (13), o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) anunciou o compromisso do governo em responder as pautas apresentadas até a data limite do dia 2 de maio.

Entre as reivindicações estão a recomposição do orçamento para Reforma Agrária, para as demandas da educação do campo e a renegociação das dívidas dos assentados.

[Veja as nossas reivindicações aqui.](#)

Informações sobre os estados:

## **Alagoas**

Na quinta-feira (14), cerca de mil famílias estão promovendo ações em todo o Estado durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. A BR-101 está bloqueada nos municípios de

Joaquim Gomes e Junqueiro. A agência do Banco do Brasil de São Luiz do Quitunde está ocupada pelos agricultores da região. Ainda, ações de diálogo com a população estão sendo realizadas na cidade de Delmiro Gouveia.

### **Bahia**

Cerca de 3 mil famílias estão acampados na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) de Salvador, desde segunda-feira. Anteriormente, os Sem Terra estiveram no INCRA. O acampamento quer garantir o assentamento de 25 mil famílias no estado, além de educação, saúde e crédito agrícola. Desde o início do mês, 36 fazendas foram ocupadas na Bahia, envolvendo mais de 10 mil famílias no estado.

### **Brasília**

Nesta quinta (14), às 9h, a Câmara dos Deputados foi realizado o seminário "Eldorado dos Carajás 15 anos de impunidade", no auditório Nereu Ramos, em Brasília. A atividade, proposta pelo deputado federal, Marcon (PT-RS), é uma forma de reavivar a memória daqueles que perderam a vida lutando pela realização da Reforma Agrária. O ato contou com a presença dos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) e Maria do Rosário (Direitos Humanos), além do dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues.

### **Ceará**

O MST mantém ocupadas as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, do governo do Ceará, em Fortaleza. Os protestos mobilizam 800 famílias desde segunda-feira (11) e cobram a realização da Reforma Agrária e políticas de desenvolvimento dos assentamentos. Foram realizadas também quatro ocupações de terra no interior do Ceará. O MST reivindica uma audiência com o governador Cid Gomes (PSB).

### **Distrito Federal**

Mais de 300 famílias organizadas pelo MST ocuparam a "Reserva D", do núcleo rural Alexandre Gusmão, em Brazilândia (DF). A área improdutiva tem 4 mil hectares e pertence ao INCRA, desde 1962. Ainda na manhã desta quinta (14), cerca de 200 famílias ocuparam a sede do Incra em Brasília.

### **Goiás**

Desde o último domingo (10), cerca de 800 famílias ocupam o INCRA, permanecendo no local até que avancem as negociações.

### **Maranhão**

Nesta quinta (14), cerca de 400 trabalhadores ocuparam as sedes do INCRA em Imperatriz e São Luiz e permanecem no local até que as negociações avancem.

### **Mato Grosso**

Desde segunda (11), mais de 300 famílias MST estão acampadas no Trevo do Lagarto, na saída de Várzea Grande, reivindicando legalização de assentamento no Estado e melhoria na estrutura nos locais já assentados. Na mesma manhã, os sem-terra interromperam o tráfego

nas BR 364 e 163, liberando-as após o início do diálogo. A previsão é que o acampamento prossiga até que as negociações avancem.

### **Rio de Janeiro**

Na tarde desta quinta-feira (14), cerca de 400 famílias ocuparam a sede do Incra na capital, aonde permaneceram acampados até que as negociações avancem. Ainda, pela manhã o MST foi homenageado com a maior comenda do estado do Rio de Janeiro, a Medalha Tiradentes. A cerimônia acontece às 10h, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a partir de iniciativa do deputado Paulo Ramos (PDT) pelos 27 anos de lutas e conquistas do MST.

A homenagem é demonstrar o apoio da sociedade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela Reforma Agrária e a denúncia pela criminalização dos movimentos sociais e a impunidade da violência no campo.

### **Rio Grande do Sul**

Cerca de 500 assentados e assentadas ocupam o Incra desde terça-feira (12), em Porto Alegre e permanecem no local por tempo indeterminado. À tarde, as famílias iniciaram as negociações com o governo estadual para tratar da pauta de reivindicações que foi entregue ainda em fevereiro. Foi ocupada também a fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. Os Sem Terra já saíram da fazenda depois de compromisso do governo Tarso.

### **Rondônia**

Nesta quarta-feira, 500 famílias do MST ocuparam a sede da Unidade Avançada do Incra, em Ji-Paraná, em Rondônia. O protesto cobra agilidade do Governo federal no assentamento das famílias acampadas em todo o Brasil e também medidas para o desenvolvimento dos assentamentos, com a construção de escolas, estradas, poços artesianos e instalação de energia elétrica.

### **Santa Catarina**

O MST realizou duas ocupações na manhã desta quinta-feira, na fazenda Xaxim I, localizada no município de Curitiba, com 150 famílias, e da Fazenda Batatais, com 100 famílias, em Mafra. Militantes ainda tiveram audiências com o Incra do Estado para levar as reivindicações das famílias.

### **São Paulo**

Cerca de 280 famílias ocuparam a Fazenda São Domingos I, no município de Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, na manhã desta sexta-feira. A ocupação tem como principais reivindicações a criação de um projeto de assentamento na área e o assentamento imediato das mais de 100 mil famílias acampadas em todo território nacional. A fazenda foi considerada devoluta e deve ser destinada à Reforma Agrária, mas uma disputa vem adiando a criação do assentamento.

Cerca de 30 famílias do MST ocuparam na manhã uma área próxima ao município de Orlandia, na região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, as beiras da Rodovia do Rosário, na manhã de quinta-feira. A área é um território da União que pertencia à antiga rede de ferrovias da Ferrovia Paulista SA (Fepasa), não cumpre a função social e deve ser destinada à Reforma Agrária.

Na terça (12), mais de 200 famílias do MST distribuíram cerca de uma tonelada de alimentos para as pessoas que passavam pela Praça do Palácio do Rio Branco, sede da prefeitura de Ribeirão Preto.

Os alimentos foram produzidos sem a utilização de agrotóxicos. Os alimentos foram retirados dos assentamentos Mário Lago, em Ribeirão, e do Sepé Tiarajú, de Serrana. Os Sem Terra chegaram à cidade após uma marcha vinda do acampamento Alexandra Kollontai até Ribeirão Preto, aonde permanecem acampados

### **Sergipe**

Cerca de 300 famílias realizou nesta quarta-feira (13), um acampamento em frente ao Inbra em Aracaju. As famílias reivindicam uma Audiência Pública com a Secretaria de Estado da Agricultura e com a superintendência do Inbra. Pautando agilidade nos processos de desapropriação da Fazenda Tingui que completou 14 anos de luta e resistência das 230 famílias acampadas, assim como, liberação imediata de dois lotes empresariais para as 89 famílias do Acampamento Mario Lago que há 8 anos lutam pela conquista da Terra.

### **Pará**

Entre os dias 10 a 17 de abril, o MST realiza a Semana Nacional de Luta Camponesa e Reforma Agrária no Pará, contando uma série de atividades que marcam os 15 anos do Assentamento 17 de Abril, como também relembra o Massacre de Eldorado de Carajás. Ato político e culturais estão sendo realizados no Assentamento 17 de Abril e no espaço do monumento na "Curva do S", em Eldorado dos Carajás, além do permanente Acampamento Político Pedagógico da Juventude do MST, que contará com cerca de 1.000 jovens, vindo dos acampamentos e assentamentos de o todo.

### **Paraíba**

Desde domingo (10), cerca de mil famílias participam das mobilizações no estado, aonde ocorreram três ocupações no interior. Na manhã desta terça (12), os Sem Terra acamparam na sede do INCRA, em João Pessoa. As famílias reivindicam o assentamento das famílias acampadas e políticas públicas para os assentamentos.

### **Paraná**

Nesta quinta (14), o MST vai realizou um ciclo de audiências públicas para discutir o desenvolvimento em áreas de reforma agrária no norte e centro-oeste do Paraná. Além dos dirigentes estaduais do movimento uma das presenças confirmadas é de Hamilton Serighelli, assessor para Assuntos Fundiários do governo do Estado. Outra autoridade convidada é o superintendente do Inbra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes. Ainda, visitas aos acampamentos e assentamentos se seguiram durante todo o dia.

### **Pernambuco**

Cerca de 80 famílias do MST ocupou a fazenda Santa Rita, no município de São Bento do Una, agreste pernambucano, na manhã desta quinta-feira. A ocupação dá início às ações da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária no Estado de Pernambuco.

## ANEXO H – ZERO HORA, 26 DE ABRIL DE 2011 CAPA

www.zerohora.com



**ZERO HORA**

**A BUSCA ÀS CAIXAS-PRETRAS NO FUNDO DO MAR**  
PÁGINA 36

**MORRE O MÚSICO RUI BIRIVA**  
Cantor nativista tinha 53 anos.  
PÁGINA 41

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2011 - ANO 47 - Nº 16.669 - 2ª EDIÇÃO SC/PR - R\$ 2,50/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 3,50/ URUGUAI - \$ 48 R\$ 2,00

# Tarso planeja reabrir escolas de sem-terra fechadas por Yeda

Procurador Gilberto Thums, que em conjunto com a SEC em 2009 suspendeu as aulas em acampamentos do MST, considerou nova decisão "um escárnio". **Página 30**

## Estímulo Polos de tecnologia disputarão investimento

Programa estadual com verbas do BNDES oferece R\$ 12 milhões para novos projetos. **Página 18**

30

Geral

ZERO HORA TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2011

Editor executivo: Diego Araujo - 3218-4727  
 Editor: Marcelo Ermel - 3218-4732  
 Coordenadora de produção: Blanka Nieckel - 3218-4728  
 geral@zerohora.com.br

## POLÊMICA NO CAMPO

# Estado decide reabrir as escolas itinerantes do MST

Decisão foi criticada por procurador que liderou acordo para a desativação de unidades em 2009

HUMBERTO TREZZI

O governo Tarso Genro vai usar um argumento jurídico para autorizar a reabertura das polémicas Escolas Itinerantes, que eram mantidas até 2009 em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul.

As nove escolas que existiam foram fechadas em fevereiro daquele ano, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público (MP) e a Secretaria da Educação (SEC).

Ao saber que as escolas serão reabertas, o autor do pedido de fechamento em 2009, procurador Gilberto Thums, considerou a decisão "um escárnio". Entre as razões alegadas em 2009 para o fechamento das escolas do MST estavam o currículo próprio – pautado pela ótica de defesa

de invasão de terras e outras ilegalidades – e também porque a prestação de contas de algumas delas não era fiscalizada e estava irregular.

O MST sempre cobrou a reabertura das escolas, defendida pelo PT, partido ao qual Tarso Genro é filiado. Assim que assumiu o Piratini, o governador determinou que a Procuradoria-geral do Estado (PGE) verificasse a legalidade do TAC. Os procuradores do Estado encontraram uma brecha legal que permite a volta das escolas: consideraram o termo de conduta nulo, porque ele deveria ter sido assinado pela governadora Yeda Crusius e pelo procurador-geral do Estado – e foi firmado apenas pela então secretária de Educação, Mariza Abreu, sem acompanhamento de procurador do Estado.

O secretário estadual da Educação, José Clovis de Azevedo, está decidido a reabrir as escolas, mas isso não significa que elas funcionarão como eram. Até 2009, as escolas itinerantes

funcionavam nos acampamentos e eram movimentadas de acordo com a mudança de área dos acampamentos (daí o termo itinerante).

**Procurador diz que o MP não é contra as escolas**

Mesmo tendo reduzido o número de acampados no Estado, 140 famílias permanecem em acampamentos, distribuídos por 13 municípios gaúchos.

– O programa pedagógico, que provocou muitos questionamentos, será reavaliado e possivelmente, reformulado. O currículo terá de ser adequado ao que determina a Secretaria de Estado da Educação. Além disso, será feito um levantamento para verificar quais devem mesmo existir e como será feita a contabilidade de cada uma – adianta uma integrante da SEC.

O secretário-geral do Ministério Público Estadual, procurador Julio Finger, diz que um membro do MP deverá analisar se as escolas ofere-

cerão ensino de boa qualidade. Ele adianta, porém, que o MP não é contra as escolas do MST – mesmo que o Conselho Superior do Ministério Público tenha recomendado, em dezembro de 2007, a retirada de crianças dos acampamentos do MST, o que incluía tirá-las das escolas itinerantes.

– Alguns colegas foram contra, mas isso não é posição da nossa instituição – afirma.

As escolas do MST eram mantidas por um convênio firmado com a SEC, que repassava cerca de R\$ 15 mil mensais ao Instituto Preservar, ONG simpática aos sem-terra, para a contratação de 13 professores e 10 merendeiras. Desde novembro de 2008, no entanto, o repasse de recursos do governo estadual estava suspenso porque o instituto não enviava – como é obrigatório por lei – as planilhas de prestação de contas da contratação de pessoal desde julho daquele ano.

humberto.trezi@zerohora.com.br

### ENTREVISTA

**Gilberto Thums,** procurador que sugeriu fechamento das escolas do MST

*“É um deboche à cidadania”*

São células que alienam as crianças e fazem lavagem cerebral. Esse foi o principal argumento utilizado em

2009 pelo procurador de Justiça Gilberto Thums para postular o fechamento das escolas do MST. Ele disse que o movimento contratava professores com alinhamento ideológico, para ensinar teorias marxistas unilaterais.

– O Estado não tem controle sobre o conteúdo programático, então essas escolas fazem uma lavagem cerebral para passar teorias marxistas. Os estudantes recebem uma educação alienante – justificou Thums, na época.

Thums agia conforme decisão do Conselho Superior do Ministério Público. Hoje na 6ª Câmara Criminal, ele não arreda pé das convicções, com o afirmou a ZH:

**Zero Hora** – O que o senhor acha da decisão do governo Tarso Genro de reabrir as escolas itinerantes?

**Procurador Gilberto Thums** – É um direito que ele tem. Pessoalmente, acho a decisão um deboche, um escárnio com a cidadania gaúcha. Em que termos serão reabertas as escolas? Existirá algum controle sobre o conteúdo ou as finanças da ONG que contrata os professores? Lembro que os educadores eram desqualificados, contratados apenas mediante afinidade ideológica com o MST.

**ZH** – O MST argumenta que aquelas crianças precisam da escola itinerante, já que são acampadas.

**Thums** – Mas os acampamentos não são mais itinerantes, são fixos. A maioria existe há 10 anos, no mesmo lugar. O governo pode simplesmente matricular as crianças numa escola fixa. Não faz isso, me parece, porque a verdadeira intenção é satisfazer o pedido de alguns apaniguados, como João Pedro Stedile (líder do MST). A questão é saber quem vai dar aulas lá. O que não pode é criança ser ensinada de que a BM é inimiga, que fazendeiro é inimigo. Isso não é ensino, é confronto com a sociedade.



Thums

### Como funcionavam

- O projeto de educação itinerante funcionou entre novembro de 1996 e fevereiro de 2009.
- Foram criadas nove unidades de ensino que funcionavam em locais improvisados, como galpões e estruturas de lona. Outros seis Estados onde o MST atua adotaram o modelo.
- Na época em que foram fechadas, as escolas itinerantes gaúchas funcionavam em acampamentos do MST nos municípios de Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Sarandi, Passo Fundo,

Júlio de Castilhos, São Gabriel, Nova Santa Rita, Tupanciretã e Canguçu. Eram chamadas de itinerantes porque acompanhavam os acampamentos conforme se deslocavam pelo Estado.

• As escolas ensinavam Educação Infantil, Ensino Fundamental e também a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental.

• Com o fechamento, cerca de 650 crianças foram transferidas para a rede pública de ensino a partir de 2 de março de 2009.



Escolas funcionam de forma improvisada nos acampamentos